

COLLECCÃO DAS LEIS
DO
IMPERIO DO BRASIL.
DE
1852.

TOMO XV. PARTE II.



RIO DE JANEIRO.
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

— 1853 —
1853.

INDICE DA COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1852.

TOMO XV. PARTE II.

PAG.

N.º	897.	—Decreto de 2 de Janeiro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Estancia , Santa Luzia , Espirito Santo , Lagarto , Itabaianinha , Campos , e Simão Dias.....	1
N.º	898.	—Decreto de 4 de Janeiro de 1852. — Altera os prazos fixados para a entrega e recebimento das listas no Regulamento N.º 797 de 18 de Junho de 1851 sobre a organização do Censo geral do Imperio.....	3
N.º	899.	—Decreto de 4 de Janeiro de 1852. — Determina que a venda das guias , listas , facturas e notas do Correio , de que trata o Art. 267 do Regulamento de 27 de Setembro de 1849 , só possa ter lugar hum anno depois de decorrido o espaço de tempo marcado nos Arts. 137 e 138 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844 ; e que a venda das Actas só se possa verificar passados tres annos.....	5
N.º	900.	—Decreto de 8 de Janeiro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Larangeiras , Santo Amaro , Maroim , Rosario , e Divina Pastora da Provincia de Sergipe.....	6
N.º	901.	—Decreto de 16 de Janeiro de 1852. — Regula a taxa dos caixões dos cadaveres das pessoas de crenças diversas da da Religião do Estado.....	7
N.º	902.	—Decreto de 18 de Janeiro de 1852. — Altera o Art. 72 do Regulamento approved pelo Decreto N.º 778 de 15 de Abril de 1851.....	14
N.º	903.	—Decreto de 22 de Janeiro de 1852. — Extingue a Pagadoria da Marinha da Bahia.	15

N.º	904.	— Decreto de 23 de Janeiro de 1852. — Faz algumas alterações na tabella das rações dos sentenciados da Casa de Correção, e marca huma quantia para comedoria dos empregados do dito Estabelecimento	16
N.º	905.	— Decreto de 26 de Janeiro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital da Provincia do Pará	17
N.º	906.	— Decreto de 26 de Janeiro de 1852. — Crea o Commando Superior das Guardas Nacionais da Comarca da Capital da Provincia do Maranhão	18
N.º	907.	— Decreto de 29 de Janeiro de 1852. — Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Imperio, e para o Registro dos nascimentos e obitos	19
N.º	908.	— Decreto de 30 de Janeiro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional das Comarcas da Capital e Sobral da Provincia do Ceará	20
N.º	909.	— Decreto de 31 de Janeiro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade de Nieterohy da Provincia do Rio de Janeiro	22
N.º	910.	— Decreto de 4 de Fevereiro de 1852. — Fixa o numero dos Empregados do Thesouro Nacional	23
N.º	911.	— Decreto de 7 de Fevereiro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Cabo Frio, e Saquarema da Provincia do Rio de Janeiro	25
N.º	912.	— Decreto de 9 de Fevereiro de 1852. — Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a despende, além da somma votada para o corrente exercicio, mais a de 1.199.836 \$ 622.	26
N.º	913.	— Decreto de 10 de Fevereiro de 1852. — Manda observar a Tabella das comedorias diarias, que se devem abonar aos Officiaes da Armada Nacional e Imperial, embarcados em navios armados	28
N.º	914.	— Decreto de 11 de Fevereiro de 1852. — Manda observar as Instruções sobre a ad-	

	missão, e ensino de recrutas, para os Corpos de Imperiaes Marinheiros, e Fuzileiros Navaes.....	29
N.º 915	—Decreto de 24 de Fevereiro de 1852.— Manda observar na Praça do Commercio da Provincia da Bahia o Decreto N.º 858 de 10 de Novembro de 1851, que estabelece Regimento para os Agentes de Leilões da do Rio de Janeiro, e o Decreto N.º 863 de 17 do mesmo mez e anno, que estabelece Regulamento para os Interpretes de Commercio da mencionada Praça com huma alteração.	34
N.º 916.	—Decreto de 24 de Fevereiro de 1852.— Marca o modo por que deve ser interposto, processado e decidido o recurso de que trata o Art 512 doCodigo do Commercio.	35
N.º 917.	—Decreto de 25 de Fevereiro de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Paranaguá da Provincia do Piahy.	38
N.º 918.	—Decreto de 26 de Fevereiro de 1852.— Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Maricá e Itaborahy da Provincia do Rio de Janeiro.....	39
N.º 919.	—Decreto de 27 de Fevereiro de 1852.— Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Magé, e Estrella da Provincia do Rio de Janeiro.....	40
N.º 920.	—Decreto de 28 de Fevereiro de 1852.— Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Capital da Provincia do Piahy.	41
N.º 921.	—Decreto de 28 de Fevereiro de 1852.— Concede a Manoel Rodrigues Borges a quantia de dez contos de réis, como premio pela vulgarisação do processo, que descobrio, para fabricar chá pekoe, ou preto da ponta branca.....	42
N.º 922.	—Decreto de 28 de Fevereiro de 1852.— Concede a Candido José de Carvalho privilegio exclusivo por tempo de 15 annos para estabelecer no porto desta Capital Barcas fluctuantes para uso de banhos de mar.....	43
N.º 922 A.	—Decreto de 1 de Março de 1852 — Abre hum novo credito de quinhentos e cinquenta	

	contos de réis para continuação do pagamento das prestações mensaes, de que trata o Art. 1.º da Convenção de 12 de Outubro de 1851, celebrada com o Estado Oriental..	45
N.º 923.	—Decreto de 4 de Março de 1852. — Approva e manda executar as Instruções para o regimen economico e administrativo do Collegio de Pedro 2.º, e fiscalisação da sua receita e despeza	46
N.º 924.	—Decreto de 5 de Março de 1852. — Crea hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios de Itapemirim, Benevente, e Guarapary, e da-lhe organisação.	61
N.º 925.	—Decreto de 5 de Março de 1852. — Crea Promotores Publicos nas Comarcas de Maranhão, Paranaíba, e Carolina na Provincia de Goyaz, e marca ordenados tanto a estes como aos das outras Comarcas	62
N.º 926.	—Decreto de 5 de Março de 1852. — Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despende no corrente exercicio a quantia de 13.703 \$740 com a repressão do trafico de Africanos.....	63
N.º 927.	—Decreto de 5 de Março de 1852. — Altera o Art. 60 dos Estatutos do Banco Commercial.	»
N.º 928.	—Decreto de 5 de Março de 1852. — Reduz o imposto de ancoragem.....	64
N.º 928 A.	—Decreto de 8 de Março de 1852. — Dá nova organisação á Guarda Nacional da Comarca da Capital da Provincia do Maranhão.	65
N.º 929.	—Decreto de 9 de Março de 1852. — Separa o Termo de Vassouras do de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro; crea nelle hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos; e marca o respectivo ordenado	66
N.º 930.	—Decreto de 10 de Março de 1852. — Incumbe ás Juntas do Commercio da rubrica dos livros, e do registro dos documentos no mesmo Decreto declarados.....	67
N.º 931.	—Decreto de 14 de Março de 1852. — Funda o Recolhimento de Santa Theresa para asylo de meninas indigentes, que não pos-	

	são ter entrada no actual Recolhimento das Orphãs.....	68
N.º	932. —Decreto de 14 de Março de 1852.—Concede o uso de huma Medalha ao Exercito sob o Commando do Tenente General Conde de Caxias.....	69
N.º	933. —Decreto de 15 de Março de 1852.—Autorisa o credito supplementar da quantia de réis 1.641.705\$000 para occorrer ao deficit presumivel no corrente exercicio, em diversas Rubricas, na fôrma da Tabella que com este baixa.....	71
N.º	934. —Decreto de 15 de Março de 1852.—Reune o Termo do Desemboque ao do Araxá, e o da Villa de Passos ao de Jacuhy, na Provincia de Minas Geraes.....	72
N.º	935. —Decreto de 15 de Março de 1852.—Abre ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros hum novo credito de quatrocentos contos de réis para continuar o pagamento de letras sacadas, em conformidade de ajustes e convenções, pelo Conselheiro d'Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão, em Missão especial no Rio da Prata.....	73
N.º	936. —Decreto de 19 de Março de 1852.—Separa o Termo de S. Miguel dos de Alagoas e Santa Luzia do Norte; e o de Imperatriz dos de Atalaia e Assembléa, na Provincia das Alagoas; crea nelles Juizes Municipaes que accumularão as funcções de Juizes de Orphãos; e marca os respectivos ordenados..	74
N.º	937. —Decreto de 19 de Março de 1852.—Crea na Provincia do Espirito Santo hum lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, nos Termos reunidos de Linhares, Santa Cruz, Nova Almeida, e Serra; e marca o respectivo ordenado.....	75
N.º	938. —Decreto de 20 de Março de 1852.—Crea na Provincia de S. Paulo hum lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, dos Termos reunidos de Porto Feliz, Capivary, e Pirapora; e marca o respectivo ordenado.....	76

N.º	939.	—Decreto de 20 Março de 1852.—Ordena que, no Districto do Tribunal do Commercio de Pernambuco, se observe o Regimento dos Agentes de Leilões, estabelecido para o do Rio de Janeiro.....	76
N.º	940.	—Decreto de 20 de Março de 1852.—Dando Regulamento ao Corpo Diplomatico Brasileiro.....	77
N.º	941.	—Decreto de 20 de Março de 1852.—Determinando o numero e categorias das Missões diplomaticas que convêm manter nos Paizes estrangeiros.....	87
N.º	942.	—Decreto de 24 de Março de 1852.—Concede a José Gori privilegio exclusivo por cinco annos para o fabrico de figuras, vasos, e ornamentos para jardins, da qualidade do barro e vidrado, de sua invenção ou descoberta.....	90
N.º	943.	—Decreto de 26 de Março de 1852.—Abre ao Ministerio da Fazenda hum credito supplemental de 860.000 \$ para occorrer ao deficit presumivel no exercicio de 1851 a 1852.....	91
N.º	944.	—Decreto de 27 de Março de 1852.—Marca os vencimentos dos Officiaes do Exercito empregados na Guarda Nacional como Chefes do Estado Maior, Majores ou Ajudantes dos Corpos.....	93
N.º	945.	—Decreto de 27 de Março de 1852.—Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despende no corrente exercicio a quantia de 116.000 \$ com Justiças de 1.ª Instancia.....	94
N.º	946.	—Decreto de 29 de Março de 1852.—Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de 22.000 \$ para occorrer ao pagamento de despezas de conta do exercicio de 1850—1851 com providencias sanitarias, tendentes a atalhar o progresso da febre amarella, e prevenir o seu reaparecimento, e a soccorrer os enfermos necessitados.....	95
N.º	947.	—Decreto do 1.º de Abril de 1852.—Faz	

	extensivo ao Commandante em Chefe, Offi- ciaes, e mais praças da Esquadra em ope- rações no Rio da Prata o uso da medalha, que, pelo Decreto N.º 932 de 14 de Março ultimo, fora concedida ao Exercito sob o commando do Tenente General Conde de Caxias.....	96
N.º 948.	—Decreto de 2 de Abril de 1852.—Per- mitte que se apresentem tão somente apu- rados os metaes, de que trata o Art. 8.º do Decreto N.º 890 de 27 de Dezembro de 1851.	98
N.º 949.	—Decreto de 2 de Abril de 1852. — Crea hum Batalhão de Guardas Nacionaes no Mu- nicipio de Jaicoz na Provincia do Piauhy, subordinado ao Commando Superior da Ca- pital da mesma Provincia.....	99
N.º 950.	—Decreto de 2 de Abril de 1852. —Dá nova organisação á Guarda Nacional do Municí- pio da Cidade de Santo Amaro da Provincia da Bahia.....	»
N.º 951.	—Decreto de 2 de Abril de 1852. — Dá nova organisação á Guarda Nacional dos Municipios de Macahé e Capivary da Provin- cia do Rio de Janeiro.....	100
N.º 952.	—Decreto de 2 de Abril de 1852.—Manda observar na Praça do Commercio da Pro- vincia do Maranhão o Regimento para os Corretores da do Rio de Janeiro, com al- gumas alterações.....	101
N.º 953.	—Decreto de 5 de Abril de 1852. — Ap- prova o Regulamento para o curso de In- fantaria e Cavallaria creado na Provincia do Rio Grande do Sul.....	104
N.º 954.	—Decreto de 6 de Abril de 1852. —Fixa o vencimento dos Empregados Diplomaticos, de que trata o quadro organizado pelo Decre- to N.º 941 de 20 de Março do corrente an- no, e as consignações que devem perceber as Legações para despesas do expediente..	110
N.º 955.	—Decreto de 10 de Abril de 1852. — Dá nova organisação á Guarda Nacional do Mu- nicipio de Jerumenha da Provincia do Piauhy.	116
N.º 956.	—Decreto de 10 de Abril de 1852.—Dá nova	

	organisação á Guarda Nacional dos Municipios da Capital, Diamantino, Poconé, e Mato Grosso da Provincia do mesmo nome.	117
N.º 957.	—Decreto de 18 de Abril de 1852.—Marca o uniforme para os Corpos da Guarda Nacional do Imperio.....	118
N.º 958.	—Decreto de 18 de Abril de 1852.—Crea hum Commando Superior de Guardas Nationaes nos Municipios de Queluz e Bom Fim da Provincia de Minas Geraes, e desannexa do Commando Superior da Capital da mesma Provincia o 4.º e 5.º Batalhão do serviço activo, e o 2.º da reserva.....	»
N.º 959.	—Decreto de 18 de Abril de 1852.—Dá nova organisação á Guarda Nacional dos Municipios do Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes.....	119
N.º 960.	—Decreto de 18 de Abril de 1852.—Dá nova organisação á Guarda Nacional dos Municipios de Extremoz e Touros da Provincia do Rio Grande do Norte.....	120
N.º 961.	—Decreto de 20 de Abril de 1852.—Dá nova organisação á Guarda Nacional do Municipio da Cidade Diamantina da Provincia de Minas Geraes.....	122
N.º 962.	—Decreto de 20 de Abril de 1852.—Dá nova organisação á Guarda Nacional do Municipio do Sabará da Provincia de Minas Geraes.....	123
N.º 963.	—Decreto de 20 de Abril de 1852.—Dá nova organisação á Guarda Nacional dos Municipios de Goianinha, Villa Flor, Papari, S. José, e S. Bento da Provincia do Rio Grande do Norte.....	»
N.º 964.	—Decreto de 20 de Abril de 1852.—Dá nova organisação á Guarda Nacional dos Municipios do Principe, e Acary da Provincia do Rio Grande da Norte.....	124
N.º 965.	—Decreto de 21 de Abril de 1852.—Dá nova organisação á Guarda Nacional dos Municipios do Assú, Mossoró, e Sant'Anna da Provincia do Rio Grande do Norte.....	126
N.º 966.	—Decreto de 21 de Abril de 1852.—Dá	

- nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Capital, e S. Gonçalo da Provincia do Rio Grande do Norte..... 127
- N.º 967. —Decreto de 21 de Abril de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Angicos, e Macáo da Provincia do Rio Grande do Norte..... »
- N.º 968. —Decreto de 22 de Abril de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Imperatriz, Apody, e Port'Alegre da Provincia do Rio Grande do Norte. 129
- N.º 969. —Decreto de 22 de Abril de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de S. Raymundo Nonato da Provincia do Piahy 130
- N.º 970. —Decreto de 24 de Abril de 1852.—Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de 40.000 \$ para occorrer no actual exercicio ao subsidio do Theatro Publico desta Capital..... 131
- N.º 971. —Decreto de 24 de Abril de 1852.—Concede a Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por 15 annos para a construcção de Diques fluctuantes de suspensão, segundo o systema que inventou 132
- N.º 972. —Decreto de 24 de Abril de 1852.—Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despende no corrente exercicio a quantia de 20.000 \$ com a Policia e segurança publica..... »
- N.º 973. —Decreto de 24 de Abril de 1852.—Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a despende no corrente anno financeiro a quantia de doze contos trezentos sessenta mil quinhentos e vinte réis da nossa moeda, além da que foi votada no § 3.º do Art. 4.º da respectiva Lei de Orçamento, por não ser sufficiente o Credito aberto por Decreto N.º 880 de 5 Dezembro do anno proximo, passado..... 133
- N.º 974. —Decreto de 26 de Abril de 1852.—Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de 30.000 \$ para occorrer ás

	despesas com a organização do Censo Geral do Imperio.....	135
N.º 975.	—Decreto de 26 de Abril de 1852.—Abre ao Ministerio do Imperio hum Credito extraordinario de 35.000 \$ para occorrer ás despesas com o estabelecimento dos Registros regulares dos nascimentos e obitos annuaes.	136
N.º 976.	—Decreto de 26 de Abril de 1852.—Autorisa o Ministerio dos Negocios Estrangeiros a despende no corrente exercicio de 1851 a 52, na verba —Legações e Consulados—, mais 19.368 \$ 515 ao cambio de 27, além do que foi votado para a mesma verba na respectiva Lei do Orçamento.	137
N.º 977.	—Decreto de 28 de Abril de 1852.—Autorisa a incorporação da Companhia Reformadora, e approva os respectivos Estatutos.	138
N.º 978.	—Decreto do 1.º de Maio de 1852.—Concede a Luiz Bertraud & Companhia privilegio exclusivo por dez annos para só elles fabricarem barris inodoros, carroças e barcas, destinadas ao rapido e seguro transporte de materias fecaes, por hum novo systema que os supplicantes inventarão ..	145
N.º 979.	—Decreto do 1.º de Maio de 1852.—Concede a Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por dez annos para o calçamento das ruas, conforme o systema que inventara.	146
N.º 980.	—Decreto de 6 de Maio de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Paraty e Angra dos Reis da Provincia do Rio de Janeiro.	147
N.º 981.	—Decreto de 8 de Maio de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Cametá, Baião, Melgaço, Portel e Oeiras da Provincia do Pará.	148
N.º 982.	—Decreto de 8 de Maio de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Bragança e Turiassú da Provincia do Pará.	149
N.º 983.	—Decreto de 8 de Maio de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional do Mu-	

	nicipio de Pitangui da Provincia de Minas Geraes	149
N.º	984. —Decreto de 8 de Maio de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade da Cachoeira da Provincia da Bahia.....	150
N.º	985. (*)	
N.º	986. —Decreto de 7 de Junho de 1852. — Ordena que se comecem a contar da data deste em diante os 10 annos, durante os quaes se concedeo a Roberto João Ripper de Castro privilegio exclusivo para o fabrico e venda da machina, que inventou para descascar, abanar e brunir café	152
N.º	987. —Decreto de 12 de Junho de 1852.—Concede a Ireneo Evangelista de Sousa privilegio exclusivo por dez annos para a navegação por vapor entre esta Cidade e o ponto da praia do mar do Municipio da Estrella, em que começar o caminho de ferro, que elle se propõe construir no mesmo Municipio até á raiz da Serra.....	153
N.º	988. —Decreto de 14 de Junho de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Alagoas, S. Miguel e Atalaia da Provincia das Alagoas.....	156
N.º	989. —Decreto de 14 de Junho de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Penedo da Provincia das Alagoas	157
N.º	990. — Decreto de 14 de Junho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Maceyó e Santa Luzia do Norte da Provincia das Alagoas.....	»
N.º	991. — Decreto de 14 de Junho de 1852 — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Porto Calvo, e Porto de Pedras da Provincia das Alagoas.....	158
N.º	992. —Decreto de 14 de Junho de 1852.—Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Imperatriz e Assembléa da Provincia das Alagoas	159
N.º	993. — Decreto de 14 de Junho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do	

(*) Não existe acto algum de N.º 985.

	Município de Porto da Folha da Província das Alagoas.....	160
N.º 994.	— Decreto de 14 de Junho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municípios de Anadia e Poxim da Província das Alagoas.....	”
N.º 995.	— Decreto de 14 de Junho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Município do Puty da Província do Piahy.	161
N.º 996.	— Decreto de 14 de Junho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municípios de Macapá, Mazagão, Chaves, Porto de Moz e Gurupá da Província do Pará.....	162
N.º 997.	— Decreto de 14 de Junho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Município de S. Gonçalo da Província do Piahy.....	163
N.º 998.	— Decreto de 12 de Junho de 1852. — Approva o Regulamento para os Inspectores dos Corpos de Infantaria, Cavallaria, e Ar- tilharia do Exercito.....	164
N.º 999.	— Decreto de 12 de Junho de 1852. — Determina que cessem os effeitos do De- creto N.º 831 de 1 de Outubro de 1851, e que seja dissolvida a Junta de Justiça Mi- litar creada provisoriamente na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.....	173
N.º 1.000.	— Decreto de 26 de Junho de 1852. — Manda observar, na Praça do Commercio da Província do Maranhão, o Decreto N.º 863 de 17 de Novembro de 1851, que es- tabelece Regulamento para os Interpretes do Commercio da Praça do Rio de Janeiro, com algumas alterações.....	174
N.º 1.001.	— Decreto de 26 de Junho de 1852. — Manda observar, na Praça do Commercio da Província do Maranhão, o Decreto N.º 858 de 10 de Novembro de 1851, que es- tabelece Regulamento para os Agentes de Leilões da do Rio de Janeiro, com huma alteração.....	175
N.º 1.002.	— Decreto de 26 de Junho de 1852. —	

	Manda observar na Praça do Commercio da Provincia de Pernambuco o Decreto, que estabelece Regulamento para os Interpretes do Commercio da Praça do Rio de Janeiro.	175
N.º 1.003.	— Decreto de 5 de Julho de 1852. — Marca o ordenado do Promotor Publico da Comarca de Abrantes da Provincia da Bahia.	177
N.º 1.004.	— Decreto de 6 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Mu- nicipio da Feira de Sant'Anna da Provincia da Bahia.....	178
N.º 1.005.	— Decreto de 6 de Julho de 1852. — Dá nova nrganização á Guarda Nacional do Mu- nicipio da Purificação dos Campos do Irará da Provincia da Bahia.....	179
N.º 1.006.	— Decreto de 6 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Mu- nicipio de S. Francisco da Provincia da Bahia.....	»
N.º 1.007.	— Decreto de 6 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade de Maragogipe da Pro- vincia da Bahia.....	180
N.º 1.008.	— Decreto de 7 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Valença e Parahyba do Sul da Provincia do Rio de Janeiro.....	182
N.º 1.009.	— Decreto de 7 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Itaborahy e Mangaratiba da Provincia do Rio de Janeiro.....	183
N.º 1.010.	— Decreto de 8 de Julho de 1852. — De- clara a maneira por que deve ser execu- tado o § 9.º do Art. 15 do Regulamento de 15 de Março de 1842.....	184
N.º 1.011.	— Decreto de 12 de Julho de 1852. — Concede por espaço de nove annos novo privilegio á Companhia de navegação por vapor entre esta Côrte e Nicterohy, com escala por S. Domingos.....	185
N.º 1.012.	— Decreto de 12 de Julho de 1852. — Renova por nove annos o privilegio con- cedido á Companhia do Rio Inhomerim para	

	a navegação por vapor entre esta Córte e a Praia de Botafogo	189
N.º 1.013.	— Decreto de 13 de Julho de 1852. — Extingue o Commando Superior da Guarda Nacional dos Municipios de Bragança e Turiasú da Provincia do Pará, e annexa a sua força ao da Capital da mesma Provincia.....	191
N.º 1.014.	— Decreto de 13 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Tapéra da Provincia da Bahia.	192
N.º 1.015.	— Decreto de 17 de Julho de 1852. — Autorisa a incorporação da Companhia Fluminense de transportes, e approva os respectivos Estatutos ou bases.....	193
N.º 1.016.	— Decreto de 21 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Resende da Provincia do Rio de Janeiro.....	200
N.º 1.017.	— Decreto de 21 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Barra Mansa e Rio Claro da Provincia do Rio de Janeiro.....	201
N.º 1.018.	— Decreto de 21 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Pirahy e S. João do Principe da Provincia do Rio de Janeiro.....	202
N.º 1.019.	— Decreto de 26 de Julho do 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Serro da Provincia de Minas Geraes	203
N.º 1.020.	— Decreto do 26 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Marianna da Provincia de Minas Geraes.....	204
N.º 1.021.	— Decreto de 26 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Campo Maior da Provincia de Piahy.....	»
N.º 1.022.	— Decreto de 28 de Julho de 1852. — Manda observar a alteração feita na Tabella das rações dos sentenciados da Casa de Correção da Córte.....	206

- N.º 1.023. — Decreto de 31 de Julho de 1852. — Organisa a Guarda Nacional do Municipio da Capital da Provincia do Amazonas..... 207
- N.º 1.024. — Decreto de 31 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Olinda e Iguarassú da Provincia de Pernambuco..... ”
- N.º 1.025. — Decreto de 31 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios do Rosario e Icatú da Provincia do Maranhão. 7..... 208
- N.º 1.026. — Decreto de 31 de Julho de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Recife da Provincia de Pernambuco..... 209
- N.º 1.027. — Decreto de 2 de Agosto de 1852. — Concede a Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por dez annos para a construcção de pontes de ferro nesta Côrte e na Provincia do Rio de Janeiro, segundo o systema que inventou..... 210
- N.º 1.028. — Decreto de 2 de Agosto de 1852. — Approva o contracto celebrado com a Companhia de Mucury para a conducção das malas do Correio e passageiros, em barcos de vapor, entre esta Côrte e a Cidade da Victoria na Provincia do Espirito Santo.. 211
- N.º 1.029. — Decreto de 7 de Agosto de 1852. — Approva o Plano dos uniformes do Exercito. 213
- N.º 1.030. — Decreto de 7 de Agosto de 1852. — Concede a Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay privilegio exclusivo pelo tempo de 90 annos para a construcção de hum caminho de ferro na Provincia de Pernambuco, entre a Cidade do Recife e a Povoação denominada Agua Preta..... 337
- N.º 1.031. — Decreto de 7 de Agosto de 1852. — Concede a Mariano Procopio Ferreira Lage privilegio exclusivo pelo tempo de cincoenta annos, a fim de incorporar huma Companhia para construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Provincia de Minas Geraes..... 345

- N.º 1.032. — Decreto de 14 de Agosto de 1852. —
Dá nova organização á Guarda Nacional dos
Municipios de Santarem, Alenquer, Obidos,
e Faro da Provincia do Pará..... 352
- N.º 1.033. — Decreto de 14 de Agosto de 1852. —
Dá nova organização á Guarda Nacional dos
Municipios de Vassouras, e Iguassú da Pro-
vincia do Rio de Janeiro..... 353
- N.º 1.034. — Decreto de 14 de Agosto de 1852. —
Marca o uniforme para os Batalhões da re-
serva da Guarda Nacional das Provincias.. ”
- N.º 1.035. — Decreto de 18 de Agosto de 1852. —
Regula a execução do Art. 2.º da Lei N.º
647 de 7 de Agosto de 1852..... 355
- N.º 1.036. — Decreto de 28 de Agosto de 1852. —
Approva as alterações propostas em alguns
Artigos dos Estatutos do Banco Commer-
cial do Rio de Janeiro..... 357
- N.º 1.037. — Decreto de 30 de Agosto de 1852. —
Concede a Irene Evangelista de Sousa pri-
vilegio exclusivo por trinta annos para a
navegação a vapor no rio Amazonas..... 359
- N.º 1.038. — Decreto de 30 de Agosto de 1852. —
Concede a Antonio Pedroso de Albuquerque
privilegio exclusivo por vinte annos para a
navegação por vapor entre o porto da Ci-
dade da Bahia até Maceyó na linha do Nor-
te, e na do Sul até Caravellas 363
- N.º 1.039. — Decreto de 3 de Setembro de 1852. —
Dá nova organização á Guarda Nacional dos
Municipios de Campos, e S. João da Barra
da Provincia do Rio de Janeiro..... 367
- N.º 1.040. — Decreto de 6 de Setembro de 1852. —
Approva as alterações propostas em Assem-
bléa Geral do Banco do Brasil aos Estatu-
tos do mesmo Banco 368
- N.º 1.041. — Decreto de 9 de Setembro de 1852. —
Abre ao Ministerio do Imperio hum cre-
dito extraordinario de Rs. 96.900 \$000
para ajudas de custo de volta dos Depu-
tados á 8.ª Legislatura..... 370
- N.º 1.042. — Decreto de 9 de Setembro de 1852. —
Declara de 1.ª Entrancia a Comarca de

- Itapemirim, novamente creada na Provincia do Espirito Santo... 371
- N.º 1.043. — Decreto de 9 de Setembro de 1852. —
Crea Promotor na Comarca de Itapemirim da Provincia do Espirito Santo, e marca o respectivo ordenado..... »
- N.º 1.044. — Decreto de 22 de Setembro de 1852. —
Concede a Candido Mendes d'Almeida, e a Constantino Conde de Zabelo, a autorisação que pedem para incorporar huma Companhia com accionistas nacionaes e estrangeiros, com o fim de explorar minas de combustiveis fosseis, de cobre, e de quaesquer outros mineraes nas Provincias do Maranhão e Piahy..... 372
- N.º 1.045. — Decreto de 29 de Setembro de 1852. —
Extingue as Recebeborias de Rendas internas das Provincias do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul..... 374
- N.º 1.046. — Decreto de 29 de Setembro de 1852. —
Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a despendere no corrente anno financeiro a quantia de cento e vinte mil patações para satisfazer as prestações dos mezes de Julho e Agosto do corrente anno, que ainda tem de ser pagas á Republica Oriental do Uruguay, em virtude do que se acha disposto na Convenção de 12 de Outubro do anno proximo passado..... »
- N.º 1.047. — Decreto de 5 de Outubro de 1852 —
Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de 100.000 \$000 para occorrer ás despesas com o Theatro Provisorio..... 376
- N.º 1.048. — Decreto de 5 de Outubro de 1852. —
Desannexa o Termo de Cimbres do do Brejo da Provincia de Pernambuco, crea nelle hum Juiz Municipal e de Orphãos, e marca o ordenado que devem vencer.. 377
- N.º 1.049. — Decreto de 5 de Outubro do 1852. —
Muda a côr do cinto, de que usão os Membros do Cabido da Sé do Bispado do Pará para a encarnada..... 378

- N.º 1.050. — Decreto de 13 de Outubro de 1852. —
Manda ficar sem effeito o Decreto N.º 463
de 31 de Julho de 1846, e Instrucções
a que se refere; e que na Repartição da
Marinha haja hum Engenheiro Militar, su-
bordinado ao Inspector do Arsenal..... 379
- N.º 1.051. — Decreto de 13 de Outubro de 1852. —
Autorisa o Ministro o Secretario d'Estado
dos Negocios da Marinha a despendar, além
das sommas votadas para o exercicio de
1851—1852, a de 591.894 \$ 824..... 380
- N.º 1.052. — Decreto de 13 de Outubro de 1852. —
Autorisa o credito suplementar de Réis
52.378 \$ 548, para as despesas da Repar-
tição da Marinha no corrente exercicio,
em as rubricas—Capitanias de Portos—e
Hospitaes..... ”
- N.º 1.053. — Decreto de 13 de Outubro de 1852. —
Concede a Eduardo de Mornay e Alfredo
de Mornay privilegio exclusivo por dez an-
nos para a factura e venda dosapparelhos,
que inventário para o fabrico do assucar
de canna..... 381
- N.º 1.054. — Decreto de 20 de Outubro de 1852. —
Amplia e explica diversos Regulamentos mi-
litares..... 383
- N.º 1.055. — Decreto de 20 de Outubro de 1852. —
Approva os Estatutos da Companhia de Na-
vegação e Commercio do Amazonas, com as
modificações abaixo mencionadas..... 385
- N.º 1.056. — Decreto de 23 de Outubro de 1852. —
Revoga os Artigos 533 e 534 do Regula-
mento N.º 737 de 25 Novembro de 1850,
na parte relativa á nomeação dos avalia-
dores commerciaes..... 387
- N.º 1.057. — Decreto de 30 de Outubro de 1852. —
Eleva os ordenados de alguns Juizes Mu-
nicipaes e de Orphãos de differentes Pro-
vincias do Imperio..... 388
- N.º 1.058. — Decreto de 30 de Outubro de 1852. —
Eleva a 400 \$ os ordenados dos Juizes Mu-
nicipaes e de Orphãos que os tem menores. 389
- N.º 1.059. — Decreto de 3 de Novembro de 1852. —

	Marca a maneira de se proceder ás habilitações para a percepção do Monte Pio de Marinha.....	391
N.º 1.060.	—Decreto de 3 de Novembro de 1852.— Autorisa a incorporação da Companhia de Seguros Maritimos — Fidelidade —, e approva os respectivos Estatutos.....	396
N.º 1.061.	—Decreto de 3 de Novembro de 1852.— Altera o numero das Estações Navaes, e algumas disposições que lhe são relativas.....	404
N.º 1.062.	—Decreto de 6 de Novembro de 1852.— Manda executar a respeito dos Agentes Consulares e Cidadãos da Confederação Suissa as disposições mencionadas no Artigo 24 do Regulamento a que se refere o Decreto N.º 855 de 8 de Novembro de anno proximo passado.....	407
N.º 1.063.	—Decreto de 13 de Novembro de 1852.— Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios do Espirito Santo, Victoria, e Serra da Provincia do Espirito Santo.....	408
N.º 1.064.	—Decreto de 13 de Novembro de 1852.— Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de S. Matheus, Barra, Linhares, Santa Cruz, e Nova Almeida da Provincia do Espirito Santo.....	409
N.º 1.065.	—Decreto de 13 de Novembro de 1852.— Contracta com José Rodrigues Ferreira a navegação por vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o de Caravellas, na Provincia da Bahia, tocando nos portos de S. Matheus, Santa Cruz, Victoria, Guaraparim, Benevente e Itapemirim.....	»
N.º 1.066.	—Decreto de 13 de Novembro de 1852.— Contracta com José Rodrigues Ferreira, Negociante desta Praça, a navegação por vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o da Cidade do Desterro na Provincia de Santa Catharina, com escala pelos portos de Paranaguá e S. Francisco, por espaço de 15 annos, com o exclusivo de 10; e por este prazo a conducção das malas entre o dito porto do Rio de Janeiro e o de Santos...	413

- N.º 1.067. —Decreto de 15 de Novembro de 1852.—
 Approva o Regulamento para as Caixas fi-
 liaes do Banco do Brasil nas Provincias de
 S. Pedro do Rio Grande do Sul, e S. Pau-
 lo, com algumas alterações..... 418
- N.º 1.067 A. —Decreto de 24 de Novembro de 1852.—
 Determina que o Corpo de Fusileiros Navaes
 passe a denominar-se Batalhão Naval, e
 manda observar o respectivo Regulamento.. 424
- N.º 1.068. —Decreto de 25 de Novembro de 1852.—
 Concede a Alexandre Campbell Forbes privi-
 legio exclusivo por seis annos para curar
 a gagueira por hum methodo de sua in-
 venção 432
- N.º 1.069. —Decreto de 26 de Novembro de 1852.—
 Dá nova organização á Guarda Nacional dos
 Municipios de Santo Antonio de Sá, e Rio
 Bonito da Provincia do Rio de Janeiro. . 433
- N.º 1.070. —Decreto de 26 de Novembro de 1852.—
 Crea no Termo de S. José da Provincia de
 Santa Catharina o lugar de Juiz Municipal,
 que accumulará as funcções de Juiz de Or-
 phãos, e marca o respectivo ordenado.. 434
- N.º 1.071. —Decreto de 26 de Novembro de 1852.—
 Crea o lugar de Promotor Publico na nova
 Comarca da Imperatriz da Provincia do
 Ceará, e marca o respectivo ordenado.... »
- N.º 1.072. —Decreto de 26 de Novembro de 1852.—
 Declara de 1.ª Entrancia a Comarca da Im-
 peratriz, creada na Provincia do Ceará.. 435
- N.º 1.073. —Decreto de 30 de Novembro de 1852.—
 Marca os prazos para a posse e juramento
 dos Empregados de Fazenda, e o modo de
 contar-lhes a antiguidade 436
- N.º 1.074. —Decreto de 30 de Novembro de 1852.—
 Altera a organização do Exercito, suppri-
 mindo o 7.º Batalhão de Infantaria, que
 he substituido por hum Regimento de Ca-
 vallaria, e augmentando a força do primeiro
 Batalhão de Infantaria... 437
- N.º 1.075. —Decreto de 30 de Novembro de 1852.—
 Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado
 dos Negocios da Justiça a despendar no exer-

- cicio de 1851 — 1852 mais a quantia de 21.987 \$ 660, com a repressão do trafico de Africanos 440
- N.º 1.076. — Decreto de 4 de Dezembro de 1852. — Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a despende no corrente anno financeiro de 1852—53 a quantia de 74.551 \$ 000, além das que foram votadas nos §§ 2.º e 3.º do Art. 4.º da Lei do Orçamento em vigor para as despesas com Legações e Consulados, e extraordinarias no exterior 441
- N.º 1.077. — Decreto de 4 de Dezembro de 1852. — Approva e Manda executar os Estatutos do Hospicio de Pedro Segundo 442
- N.º 1.078. — Decreto de 4 de Dezembro de 1852. — Concede ao Visconde de Barbacena, e a Antonio de Sousa Ribeiro faculdade por dous annos para procederem juntos ou separados, á exploração do carvão de pedra na Provincia do Rio de Janeiro 450
- N.º 1.079. — Decreto de 4 de Dezembro de 1852. — Declara de 1.ª Entrancia a Comarca de Porto Calvo, creada na Provincia das Alagoas 451
- N.º 1.080. — Decreto de 11 de Dezembro de 1852. — Approva os Estatutos da Caixa Economica da Cidade de Valença, na Provincia da Bahia, com algumas alterações 452
- N.º 1.081. — Decreto de 11 de Dezembro de 1852. — Manda executar o Regulamento para o arrendamento de terrenos diamantinos 460
- N.º 1.082. — Decreto de 11 de Dezembro de 1852. — Declara de 1.ª Entrancia as Comarcas da Franca, e de Guaratinguetá, e de 2.ª as de Jacarehy, e de Itapétininga, creadas na Provincia de S. Paulo 470
- N.º 1.083. — Decreto de 11 de Dezembro de 1852. — Crea o lugar de Promotor Publico nas novas Comarcas de Jacarehy, de Itapétininga, de Guratinguetá, e da Franca da Provincia de S. Paulo; e marca á cada hum d'elles o respectivo ordenado »
- N.º 1.084. — Decreto de 11 de Dezembro de 1852. —

- Crea o lugar de Promotor Publico na nova Comarca de Porto Calvo da Provincia das Alagoas, e marca o respectivo ordenado. 471
- N.º 1.085. — Decreto de 11 de Dezembro de 1852. —
Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade da Parnahiba da Provincia do Piahy. »
- N.º 1.086. — Decreto de 13 de Dezembro de 1852. —
Orça a Receita e fixa a Despeza da Illustrissima Camara do Municipio da Còrte, para o anno Municipal do 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1853. 473
- N.º 1.087. — Decreto de 13 de Dezembro de 1852. —
Estabelece novas condições modificativas das que acompanhárão o Decreto de 9 de Maio de 1840, que concedeo a Joaquim José Pereira de Faro e outros, privilegio para a formação de huma Companhia com o fim de construir hum caminho sobre o mar, que communique a rua da União, no Sacco do Alferes, com a do Imperador no Sitio de S Christovão. 477
- N.º 1.088. — Decreto de 13 de Dezembro de 1852. —
Concede a Ireneo Evangelista de Sousa privilegio exclusivo por 80 annos para a factura de huma estrada de ferro de Petropolis até o rio Parahyba, nas immediações do ponto denominado— Tres barras —, e d'ahi até o Porto novo do Cunha. 480
- N.º 1.089. — Decreto de 14 de Dezembro de 1852. —
Approva o Regulamento que determina o modo pratico de distribuir-se o numero do recrutas annualmente precisos para o serviço do Exercito. 487
- N.º 1.090. — Decreto de 14 de Dezembro de 1852. —
Approva o Regulamento para execução do § 3.º do Art. 10 da Lei N.º 648 de 18 de Agosto de 1852. 491
- N.º 1.091. — Decreto de 15 de Dezembro de 1852. —
Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade do Aracaty da Provincia do Ceará. 500
- N.º 1.092. — Decreto de 15 de Dezembro de 1852.—

	Dá nova organização á Guarda Nacional do Município da Cidade do Icó da Provincia do Ceará.....	501
N.º 1.093.	— Decreto de 15 de Dezembro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional do Município da Villa do Aquiraz da Provincia do Ceará.....	»
N.º 1.094.	— Decreto de 15 de Dezembro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Quexeramobim, Riacho de Sangue, e Villa de S. João do Principe da Provincia do Ceará.....	502
N.º 1.095.	— Decreto de 15 de Dezembro de 1852. — Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Baturité, e Villa de Canindé da Provincia do Ceará.....	503
N.º 1.096.	— Decreto de 19 de Dezembro de 1852. — Concede a Theodoro Klett, privilegio exclusivo por tempo de cinco annos, para o fabrico de carros para transporte de passageiros denominados—Diligencias.....	504
N.º 1.097.	— Decreto de 22 de Dezembro de 1852. — Abre ao Ministerio da Fazenda hum credito supplementar de duzentos contos de réis para occorrer ao deficit presumivel da rubrica—Obras—no exercicio de 1852—53.	505
N.º 1.098.	— Decreto de 22 de Dezembro de 1852. — Espace até o fim de Março de 1853 o prazo de seis mezes concedidos á Companhia de Navegação de Nicterohy para fazer o serviço da carreira de meia em meia hora..	506
N.º 1.099.	— Decreto de 29 de Dezembro de 1852. — Marca o vencimento do Carcereiro da Cadea da nova Capital da Provincia do Piauby.	507
N.º 1.100.	— Decreto de 29 de Dezembro de 1852. — Autorisa o credito supplementar de Réis 17.073 \$761 para o exercicio de 1851—52, na fórma da Tabella que com elle baixa.	»
N.º 1.101.	— Decreto de 29 de Dezembro de 1852. — Approva os Estatutos da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de ferro de Petropolis, com as modificações abaixo mencionadas.....	509

N.º 1.102. — Decreto de 29 de Dezembro de 1852. — Approva os Estatutos da Companhia de Di- ques fluctuantes	509
---	-----

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 4.ª

DECRETO N.º 897 — de 2 de Janeiro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Estancia, Santa Luzia, Espirito Santo, Lagarto, Itabaianinha, Campos, e Simão Dias.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia de Sergipe, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios da Estancia, Santa Luzia, Espirito Santo; e outro nos do Lagarto, Itabaianinha, Campos, e Simão Dias.

Art. 2.º No Municipio da Estancia haverão dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a numeração de primeiro e segundo, e huma Companhia de Cavallaria; no de Santa Luzia hum Batalhão de seis Companhias com a numeração de terceiro; no do Espirito Santo hum Batalhão de seis Companhias, com a numeração de quarto; no do Lagarto hum Batalhão de quatro Companhias com a numeração de primeiro; no de Itabaianinha hum Batalhão de seis Companhias com a numeração de segundo; no de Campos, hum Batalhão de quatro Companhias com a numeração de terceiro, e em Simão Dias huma Companhia de Infantaria.

Art. 3.º Os Guardas qualificados na reserva ficarão addidos ás Companhias dos Batalhões do serviço activo, na conformidade do Art. 26 da Lei.

Art. 4.º Os Batalhões e Companhias terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados, como determina a Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dois de Janeiro de mil oi-

toentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 2.^a

DECRETO N.º 898 — de 4 de Janeiro de 1852.

Altera os prazos fixados para a entrega e recebimento das listas no Regulamento N.º 797 de 18 de Junho de 1851 sobre a organização do Censo geral do Imperio.

Tomando em consideração o que representou o Presidente da Provincia de Minas Geraes sobre a insufficiencia dos prazos fixados no Regulamento N.º 797 de 18 de Junho proximo passado, quer para a entrega das listas de arrolamento nos respectivos domicilios, quer para o seu recebimento depois de cheias, attentas as difficuldades das communicações, e as grandes distancias em que se achão os pontos extremos de algumas Parochias; e Tendo outrosim em consideração o que a este respeito pondera o Conselheiro Director Geral do Censo: Hei por bem que o mencionado Regulamento se observe com as seguintes alterações.

Art. 1.º Os Commissarios e Sub-Commissarios procederão á entrega das listas em branco, de que tratão os Arts. 14 e 15 do Regulamento N.º 797 de 18 de Junho de 1851, desde o dia 1.º de Junho de 1852 até o dia 1.º de Julho do mesmo anno, declarando expressamente em cada lista, e advirtindo aos chefes de familia ou de Repartições a quem as entregarem, que deverão precisamente ficar cheias no dia 15 de Julho de 1852, alterado assim o prazo estabelecido para a referida entrega nos citados Artigos do Regulamento.

Art. 2.º Quando succeda que o prazo marcado no Artigo antecedente não seja ainda sufficiente para a entrega de todas as listas em alguma Parochia longinqua ou extensa, cujos fogos guardem entre si grandes distancias, nesse caso poderá o Presidente da respectiva Provincia proroga-lo por mais dez dias, dentro dos quaes deverá empreterivelmente terminar-se o acto da entrega das listas.

Art. 3.º A medida que os chefes de familia apromptarem as suas listas serão ellas recebidas em cada domicilio pelo proprio Commissario que as distribuiu, ficando nesta parte alterado o Art. 16 do Regulamento; a fim de que por este modo possuão os mesmos Commissarios fazer em presença do dono da casa as alterações que julgarem necessarias, na fôrma do dito Artigo.

Art. 4.º Os Commissarios deverão começar o recebimento das listas no dia 16 de Julho, e termina-lo no dia 15 de Agosto de 1852, ficando assim alterado o que dispõe os Arts. 16 e 19 do Regulamento quanto ao prazo do mesmo recebimento.

Art. 5.º A entrega das listas e cadernos de registro ao Director do Municipio será feita pelos respectivos Commissarios, da maneira prescripta no Art. 20 do Regulamento, até o ultimo do mez de Agosto de 1852.

Art. 6.º As listas Provinciaes e registros de alistamento feitos pelos Commissarios de Parochia, bem como os mais papeis que na fôrma do Art. 22 do Regulamento, devem ser depositados no Archivo da Secretaria do Governo de cada Provincia, serão recolhidos ao mesmo Archivo em tão boa ordem que possuão ser promptamente remettidos ao Director Geral sempre que este reclame a presença de taes documentos para verificar qualquer circumstancia relativa ao alistamento feito em alguma Parochia do Imperio.

O Visconde de Mont'alegre, do Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 3.ª

DECRETO N.º 899 — de 4 de Janeiro de 1852.

Determina que a venda das guias, listas, facturas e notas do Correio, de que trata o Art. 267 do Regulamento de 27 de Setembro de 1849, só possa ter lugar hum anno depois de decorrido o espaço de tempo marcado nos Arts. 137 e 138 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844; e que a venda das actas só se possa verificar passados tres annos.

Attendendo ao que ponderou o Director Geral do Correio sobre os inconvenientes que resultão do disposto no Art. 267 do Regulamento de 27 de Setembro de 1849, por isso que em muitos casos só se poderá ter certeza do desaparecimento de autos, seguros e mesmo Officios remettidos pelo Correio depois de passado mais de hum anno da remessa, ao passo que pelo citado Artigo do Regulamento se ordena que todas as actas, listas, guias facturas e notas, unicos documentos por que pôde verificar-se o desaparecimento, se vendão pelo peso, passado aquelle tempo: Hei por bem que a venda das guias, listas, facturas e notas de que trata o Art. 267 do Regulamento de 27 de Setembro de 1849 só possa ter lugar hum anno depois de decorrido o espaço de tempo marcado nos Arts. 137 e 138 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844, contado da epoca da existencia desses documentos no Correio; e que a venda das actas só possa verificar-se depois de passados tres annos contados do mesmo modo. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 4.^a

DECRETO N.º 900 — de 8 de Janeiro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Laranjeiras, Santo Amaro, Maroim, Rosario e Divina Pastora da Provincia de Sergipe.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia de Sergipe, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios de Laranjeiras e Santo Amaro, e outro nos de Maroim, Rosario, e Divina Pastora.

Art. 2.º No Municipio de Laranjeiras haverá hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a numeração de primeiro, no de Santo Amaro hum Batalhão de quatro Companhias com a numeração de segundo; no de Maroim hum Batalhão de quatro Companhias com a numeração de primeiro, no do Rosario hum Batalhão de seis Companhias, com a numeração de segundo, e no da Divina Pastora hum Batalhão de seis Companhias com a numeração de terceiro.

Art. 3.º Os Guardas qualificados na reserva ficarão addidos ás Companhias dos Batalhões do serviço activo, na conformidade do Art. 26 da Lei.

Art. 4.º Os Batalhões e Companhias terão as suas paradas nos lugares que lhes forem designados pelo Presidente da Provincia, como determina a Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara,

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.**1852.****TOMO 15.****PARTE 2.ª****SECÇÃO 5.ª**

DECRETO N.º 901 — de 16 de Janeiro de 1852.

Regula a taxa dos caixões dos cadáveres das pessoas de creças diversas da da Religião do Estado.

Não se tendo contemplado nas Tabellas que acompanharão o Regulamento N.º 796 de 14 de Junho do anno passado as taxas dos caixões dos cadáveres de pessoas de creças diversas da da Religião do Estado; e havendo mostrado a experiencia a necessidade de fazer este e outros additamentos ás ditas Tabellas: Hei por bem que a respeito de taes objectos se observem as duas novas Tabellas que com este baixão, assignadas pelo Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o qual assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

*Tabella taxativa do preço dos caixões para as pessoas de
crenças diversas da da Religião do Estado, a que
se refere o Decreto desta data.*

ADULTOS.

Pessoas cassadas.

1.^a CLASSE.

Ornamentos dourados.

Caixão ricamente montado, com mortalha, de 68 a 75 pollegadas de comprimento.....	80\$000
De 61 a 67.....	70\$000
De 53 a 60.....	60\$000
Inscrição na chapa.....	4\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4\$000
Cintas e fitas..... a 2\$000	
Quatro portadores e capotes.....	12\$000
Humra garrafa d'agua de Labarraque.....	2\$000

2.^a CLASSE.

Caixão meio montado, com mortalha, de 68 a 75 pollegadas de comprimento.....	70\$000
De 61 a 67.....	60\$000
De 53 a 60.....	50\$000
Inscrição na chapa.....	4\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4\$000
Cintas e fitas..... a 2\$000	
Quatro portadores e capotes.....	12\$000
Humra garrafa d'agua de Labarraque.....	2\$000

3.^a CLASSE.

Caixão simplesmente montado, com mortalha, de 68 a 75 pollegadas de comprimento.....	45\$000
De 61 a 67.....	40\$000
De 53 a 60.....	35\$000
Inscrição na chapa.....	4\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4\$000
Cintas e fitas..... a 2\$000	
Humra garrafa d'agua de Labarraque.....	2\$000

ADULTOS.

*Pessoas solteiras.*1.^a CLASSE.*Ornamentos brancos.*

Caixão ricamente montado, com mortalha, de	
68 a 75 pollegadas de comprimento.....	70 0 000
De 61 a 67.....	60 0 000
De 53 a 60.....	50 0 000
Inscrição na chapa.....	4 0 000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4 0 000
Quatro portadores e capotes.....	12 0 000
Cintas e fitas..... a 2 0 000	
Humá garrafa d'agua de Labarraque.....	2 0 000

2.^a CLASSE.

Caixão meio montado, com mortalha, de 68 a	
75 pollegadas de comprimento.....	60 0 000
De 61 a 67.....	50 0 000
De 53 a 60.....	40 0 000
Inscrição na chapa.....	4 0 000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4 0 000
Quatro portadores e capotes.....	12 0 000
Cintas e fitas..... a 2 0 000	
Humá garrafa d'agua de Labarraque.....	2 0 000

3.^a CLASSE.

Caixão simplesmente montado, com mortalha, de	
68 a 75 pollegadas de comprimento.....	40 0 000
De 61 a 67.....	35 0 000
De 53 a 60.....	30 0 000
Inscrição na chapa.....	4 0 000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4 0 000
Cintas e fitas..... a 2 0 000	
Humá garrafa d'agua de Labarraque.....	2 0 000

4.^a CLASSE.

Caixão pintado de preto, de 68 a 75 pollegadas de comprimento.....	12\$000
De 61 a 67.....	10\$000
De 53 a 60.....	8\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	3\$000

*Innocentes.*1.^a CLASSE.

Caixão ricamente montado, com mortalha, de 31 a 48 pollegadas de comprimento.....	40\$000
De 20 a 30.....	20\$000
Inscrição na chapa.....	4\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4\$000

2.^a CLASSE.

Caixão meio montado, com mortalha, de 31 a 48 pollegadas de comprimento.....	30\$000
De 20 a 30.....	15\$000
Inscrição na chapa.....	4\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	4\$000

3.^a CLASSE.

Caixão simplesmente montado, com mortalha, de 31 a 48 pollegadas de comprimento.....	20\$000
De 20 a 30.....	10\$000
Inscrição na chapa.....	4\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	3\$000

4.^a CLASSE.

Caixão pintado de preto, de 31 a 48 pollegadas de comprimento.....	6\$000
De 20 a 30.....	4\$000
Cuidando do corpo até o cemiterio.....	2\$000

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1852.
Visconde de Mont'alegre.

*Tabella additiva ás que baixarão com o Regulamento
N.º 791 de 14 de Junho de 1851, a que
se refere o Decreto desta data.*

A TABELLA N.º 2.

ADULTOS.

4.ª E 5.ª CLASSE.

Habito de baeta, ou lila ordinaria sem capa.. 3\$000

Á TABELLA N.º 3.

Moças donzellas.

4.ª CLASSE.

Nas salas mortuarias identica armação e urna á
que se permite em identica classe de Adultos,
e pelos preços nella mencionados, com a diffe-
rença de ser a cor roxa.

Vestimenta — Habito de Nossa Senhora do Monte
do Carmo, da Conceição, ou Dorés, palma
e capella..... 10\$000

Á TABELLA N.º 4.

Anjos.

1.ª, 2.ª E 3.ª CLASSE.

Nas salas mortuarias a mesma armação e urnas
que se permite a identicas classes das Moças
donzellas, e pelos preços nellas mencionados,
com a differença de ser a cor carmezim em
lugar de roxa.

Na 2.ª classe a permissão dos criados a cavallo,
como tem identicas classes de Adultos e Moças
donzellas, e pelo preço nellas estabelecidos.

A criação de duas novas classes, a saber :

4.^a CLASSE.*Caixões.*

Caixão de madeira coberto de fazenda de algodão carmezim e forrado de morim branco, com hum a orla de galão palheta do Porto, ordinario, de 45 a 48 linhas de largura, argolas de metal.	
De 31 a 48 pollegadas.....	16 7 000
De 20 a 30.....	12 7 000

Vestuario.

O mesmo que se acha designado para a 3. ^a classe, sendo porém a fazenda de algodão.	
De 31 a 48 pollegadas.....	16 7 000
De 20 a 30.....	12 7 000
Vestir o Anjo nos limites da Cidade.....	2 7 000
fôra da Cidade.....	4 7 000

Veiculos de conducção,

Carro a duas bestas.....	10 7 000
Sege de duas rodas.....	6 7 000

5.^a CLASSE.*Caixões.*

Caixão de madeira coberto de panninho cor de rosa e forrado de morim branco, com guar-nição de galão palheta do Porto, ordinario, de 15 linhas de largura, e 4 argolas de metal, não excedendo a 40 pollegadas de comprimento.	10 7 000
--	---------------------

Vestuario.

Vestimenta da Conceição, Dorcas, ou Menino do côro, guarnecida de renda n.º 2 e 3, não ex-cedendo a 40 pollegadas de comprimento.....	10 7 000
Vestir o Anjo nos limites da Cidade.....	2 7 000
fôra da Cidade.....	4 7 000
N. B. Por cada duas pollegadas que exceder as 40 se pagará mais 500 réis.	

Veículo de condução.

Sege de duas rodas, o mesmo que está designado
para a 5.^a classe de Adultos..... 677.000

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1852.
Visconde de Mont'alegre.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 6.^a

DECRETO N.º 902 — de 18 de Janeiro de 1852.

Altera o Art. 72 do Regulamento approved pelo Decreto N.º 778 de 15 de Abril de 1851.

Alterando as disposições do Artigo setenta e dous do Regulamento approved pelo Decreto numero setecentos setenta e oito de quinze de Abril de mil oitocentos cincoenta e hum, Hei por bem Determinar que os Chefes de Secção da Contadoria Geral da Guerra sejam sempre da escolha do Governo. Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e execute os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PART 2.^a

SECÇÃO 7.^a

DECRETO N.º 903 — de 22 de Janeiro de 1852.

Extingue a Pagadoria de Marinha da Provincia da Bahia.

Devendo cessar as funcções da Pagadoria da Marinha da Provincia da Bahia, em consequencia do Decreto numero oitocentos e setenta e vinte e dous de Novembro ultimo, que reorganizou as Thesourarias de Fazenda, e centralizou nellas os pagamentos, em virtude da Lei numero quinhentos sessenta e tres de quatro de Julho de mil oitocentos e cincoenta; Hei por bem Extinguir a mencionada Pagadoria. Manoel Vieira Tosta, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Vieira Tosta.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 8.ª

DECRETO N.º 904 — de 23 de Janeiro de 1852.

Faz algumas alterações na tabella das rações dos sentenciados da Casa de Correccão, e marca humma quantia para comedoria dos empregados do dito Estabelecimento.

Hei por bem, sobre informação da Commissão Inspector da Casa de Correccão, Ordenar que nas rações dos sentenciados, e empregados da referida Casa, se observem as seguintes alterações:

Art. 1.º A cada hum sentenciado se dará, para ceia, humma porção de arroz igual á que se acha estabelecida para o jantar na tabella numero 2, que acompanhou o Regulamento de 6 de Julho de 1850; hum cento cincoentavo de quarta de cangica, em lugar de hum ducentavo designado na dita tabella, e duas onças de assucar, porção igual a que está marcada para almoço, fornecendo-se a cada hum dos sobreditos sentenciados nove onças de pão por dia, em lugar de seis, e humma libra de carne verde em vez de tres quartas.

Art. 2.º A cada hum dos empregados da mesma Casa de Correccão abonar-se-ha a quantia de 10⁷ por mez para comedorias, em lugar das rações, que lhes forão marcadas na mencionada tabella.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e tres de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 9.^a

DECRETO N.º 905 — de 26 de Janeiro de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital da
Provincia do Pará.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Pará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado na Comarca da Capital da Provincia do Pará hum Commando Superior de Guardas Nacionais, comprehendendo os seguintes Corpos do serviço activo :

§ 1.º No Municipio da Capital hum Corpo de Artilharia de seis Companhias, huma Secção de Companhia de Cavallaria, hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, e tres Batalhões de Caçadores, tambem de seis Companhias cada hum, com a denominação de primeiro, segundo e terceiro.

§ 2.º No Municipio de Muaná hum Batalhão de Caçadores, com quatro Companhias, com a denominação de quarto; no de Ourem, outro de quatro Companhias, com a denoninação de quinto; no de Igarapé-mirim dois, hum de oito, e outro de seis Companhias, com a denominação de sexto e setimo; no da Vigia dois, hum de oito, e outro de quatro Companhias, com a denominação oitavo e nono; no de Cintra hum de quatro Companhias, com a denominação de decimo; nos da Cachoeira e Monsarás reunidos, hum de seis Companhias, com a denominação de decimo primeiro.

Art. 2.º Haverá no Municipio da Capital, sob o mesmo Commando Superior, hum Batalhão de Guardas Nacionais do serviço da reserva de quatro Companhias. Todos os mais Guardas qualificados no serviço da reserva serão addidos aos respectivos Corpos do serviço activo.

Art. 3.º O lugar das paradas serão designadas pelo Presidente da referida Provincia como determina a Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.



DECRETO N.º 906 — de 26 de Janeiro de 1852.

Cria o Commando Superior das Guardas Nacionais da Comarca da Capital da Provincia do Maranhão.

Artigo Unico. Fica creado o Commando Superior das Guardas Nacionais da Comarca da Capital da Provincia do Maranhão.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 10.^a

DECRETO N.º 907 de 29 de Janeiro de 1852.

Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Imperio, e para o Registro dos nascimentos e obitos.

Hei por bem que, em quanto não for determinado o contrario, se sobr'esteja na execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Imperio, e para o Registro dos nascimentos e obitos, approvados pelos Decretos N.ºs 797 e 798, ambos de 18 de Junho de 1851. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 11.ª

DECRETO N.º 908 — de 30 de Janeiro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional das Comarcas da Capital e Sobral da Provincia do Ceará.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficão creados dois Commandos Superiores de Guardas Nacionaes na Comarca da Capital, e na de Sobral da mesma Provincia.

Art. 2.º O Commando Superior da Capital comprehenderá quatro Batalhões de Infantaria, de oito Companhias cada hum, com a numeração de primeiro, segundo, terceiro e quarto. formados dos Guardas qualificados nas Freguezias da Cidade e Mamanguape, e huma Secção de Batalhão de tres Companhias, dos Guardas residentes no Districto de Santa Cruz, todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior hum Batalhão da reserva, de quatro Companhias, e huma Secção de Companhia dos Guardas qualificados no Districto de Santa Cruz, addida á Secção de Batalhão daquelle mesmo lugar.

Art. 3.º O Commando Superior da Comarca do Sobral comprehenderá: na Cidade dois Batalhões de Infantaria, de seis Companhias cada hum, com a numeração de primeiro e segundo, hum Corpo de Cavallaria, de quatro Companhias, todos do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias de reserva; na Freguezia de Sant'Anna hum Batalhão de seis Companhias, com a numeração de terceiro; na Freguezia do Acaracú hum Batalhão de quatro Companhias, com a numeração de quarto, ambas do serviço activo. Haverá mais em cada huma das duas ultimas Freguezias huma Secção de Batalhão de duas Companhias de reserva.

Art. 4.º Os Batalhões e Companhias terão as suas

paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 12.^a

DECRETO N.º 909 — de 31 de Janeiro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade de Nicterohy da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Gurdas Nacionaes no Municipio da Cidade de Nicterohy da Provincia do Rio de Janeiro, o qual comprehenderá : na Cidade hum Esquadrão de Cavallaria de duas Companhias, huma Secção de Batalhão de Artilharia de duas Companhias, hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a numeração de primeiro; na Freguezia de S. Gonçalo hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a numeração de segundo; todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões e Companhias terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 13.ª

DECRETO N.º 910 — de 4 de Fevereiro de 1852.

Fixa o numero dos Empregados do Thesouro Nacional.

Em execução do Artigo trinta e sete do Decreto N.º 736 de vinte de Novembro de mil oitocentos e cincoenta, Hei por bem fixar o numero dos Empregados do Thesouro Nacional, de que trata o mesmo Artigo, da maneira seguinte :

Primeiros Officiaes da Secretaria.....	4
Segundos ditos.....	4
Chefes de Secção.....	9
Primeiros Escripturarios.....	18
Segundos ditos (incluindo os Escrivães das Pagadorias).....	24
Terceiros ditos (incluindo os primeiros Ajudantes dos mesmos)	30
Quartos ditos (incluindo os segundos Ajudantes dos mesmos)	30
Quintos ditos.....	30
Praticantes	30
Fieis do Thesoureiro Geral.....	2
Ditos da primeira Pagadoria.....	2
Ditos da segunda dita.....	3
Porteiro	1
Ajudante do mesmo.....	1
Continuos	9
Correios	4

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Fevereiro

(24)

de mil oitocentos cinquenta e dois , trigesimo primeiro da
Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 14.ª

DECRETO N.º 911 — de 7 de Fevereiro de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
de Cabo Frio e Saquarema da Provincia
do Rio de Janeiro.*

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios de Cabo Frio e Saquarema da Provincia do Rio de Janeiro, o qual comprehenderá: em Cabo Frio hum Esquadrão de Cavallaria, de duas Companhias; hum Batalhão de Infantaria, de oito Companhias, com a numeração de primeiro; em Saquarema hum Esquadrão de Cavallaria de duas Companhias, hum Batalhão de Infantaria, de oito Companhias, com a numeração de segundo; todos do serviço activo. Haverá mais em cada hum dos Municipios acima referidos huma Secção de Batalhão, de tres Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Esquadrões e Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 15.^a

DECRETO N.º 912 — de 9 de Fevereiro de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a despende, além da somma votada para o corrente exercício, mais a de 1.199.836,7622.

Na conformidade do paragrapho segundo Artigo quarto da Lei numero quinhentos oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a despende, além da somma votada na Lei do Orçamento vigente, para as rubricas — Arsenaes — Força Naval — e Despezas extraordinarias e eventuaes, mais a quantia de mil cento noventa e nove contos oitocentos trinta e seis mil seiscentos vinte e dous réis, segundo a Tabella, que com este baixa, assignada pelo dito Ministro e Secretario d'Estado; devendo deste augmento de despeza dar-se opportunamente conta á Assembléa Geral Legislativa, para ser definitivamente approvado. Manoel Vieira Tosta, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Vieira Tosta.

Tabella sobre o augmento de despeza nas rubricas abaixo designadas, a que se refere o Decreto desta data.

Arsenaes.....	441.299	\$ 218
Força Naval.....	589.625	\$ 229
Despezas extraordinarias e eventuaes..	168.912	\$ 175
	<hr/>	
	Rs.	1.499.836
	<hr/>	
		\$ 622

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Fevereiro de
1852. — *Manoel Vieira Tosta.*

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 16.^a

DECRETO N.º 913 — de 10 de Fevereiro de 1852.

Manda observar a Tabella das comedorias diarias, que se devem abonar aos Officiaes da Armada Nacional e Imperial, embarcados em navios armados.

Hei por bem, em virtude da Lei numero quinhentos oitenta e seis, de seis de Setembro de mil oitocentos e cinccenta, que na abonação das comedorias diarias aos Officiaes da Armada Nacional e Imperial, embarcados em Navios armados, se observe a Tabella, que com este baixa, assignada por Manoel Vieira Tosta, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Vieira Tosta.

Tabela, a que se refere o Decreto desta data, sobre as comedorias diárias, que se devem abonar aos Officiaes d'Armada Nacional e Imperial, embarcados em Navios armados.

ALMIRANTES.		VICE-ALMIRANTES.		CHEFES DE ESQUADRA.		CHEFES DE DIVISÃO.		CAPITÃES DE MAR E GUERRA.		CAPITÃES DE FRAGATA.		CAPITÃES TENENTES.		PRIMEIROS TENENTES.		SEGUNDOS TENENTES.	
Em paz estrangeira.		No Império.		Em paz estrangeira.		No Império.		Em paz estrangeira.		No Império.		Em paz estrangeira.		No Império.		Em paz estrangeira.	
EM SERVIÇO.																	
No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.	No Império.	Em paz estrangeira.
10-000	30-000	8-000	20-000	8-000	22-000	7-000	18-000	6-000	14-000	5-000	12-000	4-000	10-000	3-000	8-000	2-800	7-000
		8-000	22-000	7-000	18-000	6-000	14-000	5-000	12-000	4-000	10-000	3-000	8-000	2-800	7-000	2-800	7-000
				8-000	22-000	7-000	18-000	6-000	14-000	5-000	12-000	4-000	10-000	3-000	8-000	2-800	7-000

Observações.

1. As comedorias, que se abonam em paz estrangeira, por motivo das comissões, que não designadas, serão conformes o padrão monetario, que estiver em vigor no Imperio.
2. Continúa a perceber as comedorias da antiga Tabela os Guardas Marinhas, Aspirantes, e Officiaes do Calvo, Nautica e Fazenda, embarcados em Navios armados; e os Officiaes d'Armada, e das diferentes Classes acima designadas, tanto embarcados em Transportes, e nos Navios em disponibilidade e desarmados, como empregados nos Corpos, e em diversos serviços, que não sejam o de effectivamente embarcados.
3. Se por qualquer motivo algum Official for nomeado para serviço, em que a Tabela não marque comedorias inherentes ao seu posto, se lhe abonarão as do posto immediatamente inferior, correspondentes a comissão, para que for nomeado; ou as do posto superior, para que estiverem designadas no mesmo grau de comissão.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 17.^a

DECRETO N.º 914 — de 11 de Fevereiro de 1852.

Manda observar as Instrucções sobre a admissão, e ensino dos recrutas, para os Corpos de Imperiaes Marinheiros, e Fuzileiros Navaes.

Hei por bem que na admissão, e ensino dos recrutas, para os Corpos de Imperiaes Marinheiros, e Fuzileiros Navaes, se observem as Instrucções, que com este baixão, assignadas por Manoel Vieira Tosta, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Vieira Tosta.

Instrucções, a que se refere o Decreto desta data, sobre a admissão, e ensino dos recrutas, para os Corpos de Imperiaes Marinheiros, e Fuzileiros Navaes.

Art. 1.º Todos os recrutas, destinados a servir nos Corpos da Marinha, serão entregues na Fortaleza de Villegaignon ao Commandante Geral do Corpo de Imperiaes Marinheiros, que dará logo parte ao Quartel General da Marinha, enviando relação nominal dos que tiver recebido.

Art. 2.º O Encarregado do Quartel General da Marinha, com os Commandantes dos Corpos de Imperiaes Marinheiros, e Fuzileiros Navaes, inspecionará os ditos recrutas, e na mesma occasião os fará examinar pelos Cirurgiões dos referidos Corpos, ou por outros, se assim julgar conveniente; e, á vista do resultado dessa inspec-

ção e exame, determinará o immediato destino, que taes recrutas deverão ter, guiando-se neste processo pela maneira seguinte:

§ 1.º Todos os recrutas menores de dezeseite annos assentarão praça nas Companhias de Aprendizizes Marinheiros.

§ 2.º Os maiores de dezeseite annos, que forem Marinheiros de profissão, ou que já se empregarem na vida do mar, assentarão praça no Corpo de Imperiaes Marinheiros, entrando na Classe, para que se mostrarem habilitados.

§ 3.º Os maiores de trinta annos, que não forem Marinheiros, ou da vida maritima, assentarão praça no Corpo de Fuzileiros Navaes.

§ 4.º Todos os recrutas, que tiverem de dezeseite a trinta annos de idade, e não estiverem no caso do § 2.º, passarão a ter praça nas Companhias de primeira instrucção, como adiante se declara.

§ 5.º Os que, por defeito physico, não estiverem nos termos de assentar praça em algum dos dous mencionados Corpos, podendo porém prestar serviços na marinhagem d'Armada, serão mandados para bordo dos navios de guerra, para servirem na praça de Grumete, ou naquella que merecerem.

§ 6.º E finalmente, os que forem julgados incapazes de todo o serviço, serão conservados em deposito, dando-se immediatamente parte ao Governo pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, para resolver sobre o destino, que devão ter.

Art. 3.º Duas Companhias do Corpo de Imperiaes Marinheiros serão consideradas de primeira instrucção de exercicios praticos, e para esse fim compostas só de novos recrutas, além dos respectivos Officiaes Inferiores e Cabos. Nestas Companhias assentarão praça os recrutas, designados no § 4.º do Artigo antecedente; não podendo porém crear-se a segunda, sem que esteja completa a primeira.

Art. 4.º A instrucção dos recrutas começará por ensinar-se-lhes a entrar em fôrma e perfilar; volver á direita e á esquerda; marchar a passo ordinario, dobrado, &c., até a escola de pelotão: seguir-se-ha logo a instrucção nautica, e a de artilharia, principiando por aprenderem a remar nos escaleres e lanças, e a trabalhar como serventes de peça. Os dias, horas, duração, detalhe e mais regras a observar no ensino dos differen-

tes exercicios, será tudo consignado pelo Commandante Geral do Corpo em hum Regulamento especial, que organizará para esse fim.

Art. 5.º Logo que a primeira Companhia de instrucção tiver mais de cincoenta recrutas, embarcará com o seu Capitão, e metade dos Inferiores, e Cabos em huma Corveta, ou outro navio armado, que tenha sufficiente capacidade, a fim de proseguir a bordo a instrucção nautica e militar encetada no quartel.

Art. 6.º Em quanto o navio de instrucção estiver fundeado no porto, os recrutas embarcados aprenderão, não só os nomes e usos das diversas partes do navio, de sua mastreação e vergame, e de todo o apparelho e cabos, tanto fixos, como de laborar; mas tambem a fazer as obras de marinhoiro, como sejam costuras, redonda e de laborar, alças, rabichos, pinhas, nós, &c.; exercitar-se-hão em subir á mastreação, sahir ás vergas, envergar e desenvergar o panno, largar, caçar, içar, rizar, carregar e ferrar as differentes vélas, bracear as vergas, içar e arrear mastaréos e vergas de joanetes; e se aperfeiçoarão no exercicio de remar nos escaleres, e de manobrar nelles sobre a véla, e bem assim no de artilharia. O Commandante do navio, por hum Regulamento especial, estabelecerá a ordem a seguir-se em todos os mencionados exercicios; marcará os dias e horas, em que devão ter lugar, e sua duração; e fará a distribuição e detalhe dos recrutas em cada hum delles. Esta instrucção durará por espaço de dous mezes.

Art. 7.º Os recrutas, que chegarem ao quartel neste lapso de tempo, estando no caso do § 4.º do Art. 2.º, assentarão praça na Secção da mesma Companhia desembarcada, sob o commando do respectivo Tenente, para receberem o principio da instrucção, marcada no Art. 4.º, e no fim do mencionado periodo embarcarão com o Tenente, Inferiores e Cabos restantes no quartel em o navio de instrucção, ficando assim toda a Companhia embarcada.

Art. 8.º O navio de instrucção, findos os dous mezes de exercicios fundeado, tendo a seu bordo toda a Companhia, sahirá a cruzar por outros dous mezes, durante os quaes não só se farão repetidas manobras sobre a véla, e os convenientes exercicios, mas tambem se dará fundo, e suspenderá varias vezes em alguns dos

portos da Costa, que melhores proporções offereção para esta instrucção.

Art. 9.º O Commandante do navio, coadjuvado pelos Officiaes da Companhia embarcada, observará cuidadosamente a conducta, agilidade e aproveitamento de cada hum dos recrutas, e sua propensão para a vida do mar, e no regresso do cruzeiro enviará ao Quartel General da Marinha hum relação nominal dos recrutas, que primeiro embarcárão, na fôrma do Art. 5.º, dando adiante de cada nome as informações respectivas, segundo os mencionados quesitos, e declarando a especie de exercicio, em que mais se distinguirão. Á vista de taes informações, o Quartel General determinará o destino, que deverão ter esses recrutas, passando para as outras Companhias do Corpo de Imperiaes Marinheiros aquelles, que mais aptidão houverem mostrado para a vida de marinheiro, e para o Corpo de Fuzileiros Navaes os que não tiverem essa aptidão; podendo todavia os voluntarios ser remettidos aos Corpos, para cujo serviço se offerecêrão.

Art. 10.º Os recrutas, que embarcarem por ultimo, em virtude do Art. 7.º, permanecerão a bordo por mais dous mezes, a fim de completarem a instrucção, que lhes faltar, segundo he marcado no Art. 6.º, findos os quaes mandará o Commandante do navio ao Quartel General a relação determinada no Artigo antecedente, para, á vista della, se dar o conveniente destino aos mesmos recrutas.

Art. 11.º Os recrutas, que chegarem ao quartel, durante a ausencia do navio de instrucção, e estiverem no caso do § 4.º do Art. 2.º, assentarão praça na segunda Companhia de primeira instrucção, para seguirem tudo quanto se acha disposto a respeito da primeira. Quando a segunda Companhia estiver embarcada, os novos recrutas assentarão praça na primeira, cujo casco estará então no quartel; e assim continuará a proceder-se alternadamente a respeito das mesmas Companhias.

Art. 12.º A todos os recrutas se dará, ao assentarem praça nas Companhias de primeira instrucção, a roupa marcada na Tabella N.º 2 do Regulamento do Corpo de Imperiaes Marinheiros: podendo, além desta, supprir-se a que demais carecerem, por conta do seu vencimento, que será o de Grumete do mesmo Corpo.

Art. 13.º As praças das Companhias de Aprendizes

Marinheiros, que, por sua idade e desenvolvimento physico, tiverem robustez sufficiente, receberão exactamente a mesma instrucção, que fica marcada para as das Companhias de primeira instrucção dos recrutas; e observar-se-ha com ellas identico processo, embarcando em destacamentos addidos ás precitadas Companhias; devendo porêem o tempo de seus exercicios dilatar-se até alcançarem a idade de passar para as Companhias do Corpo, a que forem destinadas. Estas praças embarcarão tambem nos navios armados, fazendo parte dos respectivos destacamentos, cujos Commandantes nas informações, que regularmente enviarem ao do Corpo, declararão o estado de instrucção e adiantamento de cada humo, para, á vista de taes informações, passarem, logo que tiverem a idade competente, para as Companhias de Marinhagem na classe, a que por seu merecimento tenham direito.

Art. 14.º Depois da final distribuição dos recrutas, continuarão estes nos Corpos, a que ficarem pertencendo, a receber, até completar-se, a instrucção peculiar aos mesmos Corpos, na fórma dos seus respectivos Regulamentos.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1852. — *Manoel Vieira Tosta.*

COLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 18.^a

DECRETO N.º 915 — de 24 de Fevereiro de 1852.

Manda observar na Praça do Commercio da Provincia da Bahia o Decreto N.º 858 de 10 de Novembro de 1851, que estabelece Regimento para os Agentes de leilões da do Rio de Janeiro, e o Decreto N.º 863 de 17 do mesmo mez e anno, que estabelece Regulamento para os Interpretes de commercio da mencionada Praça com hum alteração.

Hei por bem Ordenar que na Praça do Commercio da Provincia da Bahia se observe o Decreto N.º 858 de 10 de Novembro de 1851, que estabelece Regimento para os Agentes de leilões da do Rio de Janeiro, e o Decreto N.º 863 de 17 do mesmo mez e anno, que estabelece Regulamento para os Interpretes do commercio da mencionada Praça, ficando substituido o Art. 24 do Decreto N.º 858 pelo seguinte :

A taxa da commissão dos Agentes de leilões será regulada por convenção entre elles e os committentes sobre todos ou sobre alguns dos effeitos a vender; não sendo estipulada, não poderão nos leilões, feitos fóra de suas casas, levar mais de hum por cento; e, nos feitos em sua propria casa, mais de cinco por cento, pagos pelos committentes.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 916 — de 24 de Fevereiro de 1852.

*Marca o modo por que deve ser interposto, processado e
decidido o recurso de que trata o Art. 512
do Código do Commercio.*

Attendendo ao que Me representou o Tribunal do Commercio da Capital do Imperio, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Os Capitães dos Portos, e as Autoridades a quem competir a matricula da gente do mar, quando tiverem de proceder contra os Capitães das embarcações, no caso do Art. 512 do Código do Commercial, observarão o disposto nos Arts. 116, 117, 124 e 125 do Regulamento N.º 447 de 19 de Maio de 1846.

Art. 2.º Da decisão que multar os Capitães das embarcações, poderão estes, ainda que a multa não exceda a cem mil réis, recorrer para o respectivo Tribunal do Commercio. Código Commercial Art. 512. Regulamento N.º 738 Art. 18 § 12.

Art. 3.º Nas Províncias em que não houver Tribunal do Commercio, mas onde houver Relação, o recurso terá lugar para a respectiva Junta do Commercio. Regulamento N.º 738 Arts. 72 e 77.

Art. 4.º Este recurso terá effeito suspensivo, e será interposto dentro de cinco dias, contados do da publicação da decisão na presença do recorrente ou do seu procurador, ou do da intimação que lhe será feita pela pessoa para isso designada no Art. 6.º n.º 8 do Regulamento de 19 de Maio de 1846, sob pena de se tornar a decisão irrevogavel e immediatamente exequivel. Regulamento de 19 de Maio de 1846 Art. 116, 117 e 122.

Art. 5.º A petição para o recurso deverá especificar todas as peças dos autos, de que se pretenda traslado para documenta-la.

Art. 6.º Tomado o termo de recurso pelo respectivo Secretario, Regulamento de 19 de Maio de 1846, Art. 122, e entregue por elle ao recorrente o traslado pedido, deverá este, dentro de outros cinco dias, contados da interposição do recurso, apresentar suas razões instruidas com o dito traslado, e mais documentos que tiver.

Art. 7.º Autuadas pelo Secretario as ditas razões,

traslado e documentos, e por certidão o termo de recurso e a íntegra da decisão (se não constar do traslado), será o recurso concluso ao Capitão do Porto, que dentro de outros cinco dias poderá reformar a decisão, ou mandar juntar ao recurso os traslados que julgar convenientes, e fundamentar o seu despacho.

Art. 8.º Os prazos concedidos ao recorrente para juntar o arrazoado e traslado poderão ser ampliados até ao dobro pelo Capitão do Porto, se entender que assim o exige a quantidade e qualidade dos traslados, ou a affluencia do serviço a cargo do Secretario.

Art. 9.º Se o Capitão do Porto denegar o recurso, ainda mesmo pelo fundamento de ter sido interposto fora dos cinco dias (Art. 4.º), nem por isso deixará o recurso de ser processado e expedido se o recorrente depositar no cofre, de que trata o Art. 113 do Regulamento de 19 de Maio de 1846, a importancia da multa, que levantará no caso de provimento apresentado em tempo.

Art. 10. O recurso deve ser apresentado na Superior Instancia dentro dos cinco dias seguintes ao da entrega dos autos pelo Secretario com a resposta do Capitão do Porto, além dos de viagem, na razão de quatro leguas por dia, ou entregue na Repartição do Correio dentro dos ditos cinco dias.

Art. 11. Apresentados os autos na respectiva Secretaria do Tribunal ou Junta do Commercio, o Official Maior lavrará o termo de apresentação, e fará o processo concluso ao Tribunal, juntando aos autos as allegações que forem offerecidas pelo recorrente no prazo improrogavel de 24 horas, contadas do dia da apresentação. Regulamento de 19 de Maio de 1846, Arts. 123 e 125.

Art. 12. O Tribunal ou Junta do Commercio, com a possível brevidade, julgará o recurso, não conhecendo d'elle se não tiver sido interposto, arrazoado e apresentado em tempo.

Art. 13. Para apresentação do provimento do recurso ao Capitão do Porto he concedido o mesmo tempo que se gasta para a sua apresentação, contando-se da publicação do mesmo provimento.

Art. 14. Para esse fim o Official Maior da Secretaria do Tribunal ou Junta do Commercio, logo que lavrar o termo de apresentação, officiará declarando o dia desta ao Secretario da respectiva Capitania do Porto para em

caso de não provimento ou de ser o provimento apresentado fóra do tempo marcado no Artigo antecedente, ser a multa cobrada executivamente pelos meios judiciais, quando o recorrente a não pague amigavelmente, ou não haja sido depositada no caso do Art. 9.º Regulamento de 19 de Maio de 1846, Art. 121.

Art. 15. Somente no caso de provimento serão os autos originaes entregues ao recorrente, ficando traslado authenticico na Secretaria do Tribunal ou Junta do Commercio.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 14.ª

DECRETO N.º 911 — de 7 de Fevereiro de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
de Cabo Frio e Saquarema da Provincia
do Rio de Janeiro.*

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios de Cabo Frio e Saquarema da Provincia do Rio de Janeiro, o qual comprehenderá: em Cabo Frio hum Esquadrão de Cavallaria, de duas Companhias; hum Batalhão de Infantaria, de oito Companhias, com a numeração de primeiro; em Saquarema hum Esquadrão de Cavallaria de duas Companhias, hum Batalhão de Infantaria, de oito Companhias, com a numeração de segundo; todos do serviço activo. Haverá mais em cada hum dos Municipios acima referidos huma Secção de Batalhão, de tres Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Esquadrões e Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 20.^a

DECRETO N.º 918 — de 26 de Fevereiro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Maricá e Itaborahy da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios de Maricá e Itaborahy da Provincia do Rio de Janeiro, o qual comprehenderá : em Maricá huma Companhia de Cavallaria, e hum Batalhão de Infantaria, de seis Companhias, com a numeração de primeiro, do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias da reserva ; em Itaborahy huma Companhia de Cavallaria e hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a numeração de segundo, do serviço activo, e hum Batalhão de quatro Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões e Companhias terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara,

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 21.^a

DECRETO N.º 919 — de 27 de Fevereiro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Magé e Estrella da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionais nos Municipios de Magé e Estrella da Provincia do Rio de Janeiro, o qual comprehenderá : em Magé hum Esquadrão de Cavallaria, de duas Companhias, hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a numeração de primeiro do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias, e duas Secções de Companhias do serviço da reserva; na Estrella hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a numeração de segundo, do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão, Batalhão, e Secções de Batalhão, terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara,

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 22.^a

DECRETO N.º 920 — de 28 de Fevereiro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Capital da Provincia do Piauhy.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia do Piauhy, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes no Municipio da Capital da Provincia do Piauhy, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria de duas Companhias, e tres Batalhões de Infantaria, de seis Companhias cada hum, com a numeração de primeiro, segundo e terceiro, todos do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão, Batalhões e Secção de Batalhão terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justica, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 921 — de 28 de Fevereiro de 1852.

Concede a Manoel Rodrigues Borges a quantia de dez contos de réis, como premio pela vulgarisação do processo, que descobrio, para fabricar chá pekoe, ou preto da ponta branca.

Attendendo ao que Me representou Manoel Rodrigues Borges, pedindo huma remuneração pecuniaria pela vulgarisação do processo, que descobrio, para fabricar chá pekoe ou preto de ponta branca; e tendo sido competentemente reconhecido que o chá fabricado pelo Suppliante he o verdadeiro pekoe ou preto de ponta branca, posto que ainda se lhe note hum ligeiro sabor herbaceo, o qual depois de algum tempo desaparecerá, segundo presumem as pessoas entendidas neste objecto, que forão consultadas: Hei por bem, em virtude do Art. 3.º da Lei de 28 de Agosto de 1830, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 19 de Agosto de 1851, Conceder ao referido Manoel Rodrigues Borges, como premio pela vulgarisação daquelle processo, a quantia de dez contos de réis, que lhe será paga em duas prestações, huma de quatro contos de réis, logo que para esse fim se obtenha do Corpo Legislativo a consignação dos necessarios meios; e outra de seis contos de réis, a qual só se verificará, se, passado sufficiente espaço, desaparecer de todo o sabor herbaceo, que ainda se nota no chá fabricado, segundo o processo de que se trata, tornando-se elle igual ao chá analogo de producção chinezza; e no caso contrario ficará o producto da mencionada segunda prestação em reserva para ser dado como premio a quem melhorar o dito processo, aperfeicoando-o a ponto de se obter o chá pekoe, ou preto da ponta branca, isento do sabor estranho acima notado. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

DECRETO N.º 922 — de 28 de Fevereiro de 1852.

Concede a Candido José de Carvalho privilegio exclusivo por tempo de 15 annos para estabelecer no porto desta Capital barcas fluctuantes para uso de banhos de mar.

Attendendo ao que Me representou Candido José de Carvalho, pedindo privilegio exclusivo por quinze annos para que somente elle ou quem o succeder na empresa, possa montar nesta Capital barcas fluctuantes para uso de banhos de mar á semelhança de huma que já possui, e se acha em effectivo exercicio; e Tendo outrosim em consideração a utilidade desta empresa, e que o seu primeiro ensaio tem correspondido ao seu fim, como o attesta grande numero de pessoas que della se tem utilizado, e o affirma a Imperial Academia de Medicina em seu parecer sobre semelhante objecto: Hei por bem, na conformidade da Minha Imperial Resolução de 4 de Novembro proximo passado, proferida em Consulta da Secção do Imperio do Conselho d'Estado de 31 de Outubro ultimo, Conceder ao mencionado Candido José de Carvalho o privilegio que requer pelo tempo de quinze annos, com as condições que com este baixão, assignadas pelo Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio; ficando porêem dependente esta Mercê da approvação da Assembléa Geral Legislativa.

O referido Ministro e Secretario d'Estado assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

Condições a que se refere o Decreto desta data, concedendo privilegio exclusivo para o estabelecimento barcas de fluctuantes destinadas ao uso de banhos de mar.

1.^a O empresario se obriga a manter effectivamente no porto desta Capital, e no maior estado de asseio, huma ou mais barcas fluctuantes destinadas ao uso de banhos de mar, á semelhança de huma que já possui e se acha em exercicio.

2.^a Não poderá o empresario exigir de cada pessoa, que se quizer utilisar dos banhos, maior preço que o de quatrocentos réis por cada hum, sendo fornecida á custa da empresa a conducção para bordo em botes proprios para esse serviço.

3.^a Para o fim indicado na condição antecedente terá sempre o empresario á disposição do publico, em lugar apropriado e commodo, hum ou mais botes, desde o amanhecer até as dez horas da noite, no verão, e até ao pôr do sol no inverno, á excepção somente dos dias em que o máo tempo tornar imprprio o uso de banhos de mar.

4.^a A bordo das fluctuantes haverá lugar distincto com todas as commodidades, e os arranjos indispensaveis para cada pessoa, que se tiver de banhar.

5.^a Logo que o empresario falte a todas ou a qualquer das condições acima mencionadas, ou deixe de ter em effectivo exercicio por mais de trinta dias ao menos huma barca de banhos, perderá por esse facto o privilegio.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1852. — *Visconde de Mont'alegre.*

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 23.^a

DECRETO N.º 922 A. — de 1 de Março de 1852.

Abre hum novo credito de quinhentos e cincoenta contos de réis para a continuação do pagamento das prestações mensaes de que trata o Art. 1.º da Convenção de 12 de Outubro de 1851 celebrada com o Estado Oriental.

Achando-se exaurido o credito extraordinario aberto pelos Decretos numero oitocentos quarenta e seis de dezoito de Outubro de mil oitocentos cincoenta e hum, e numero oitocentos oitenta e hum de seis de Dezembro do mesmo anno para ter a applicação marcada no Artigo terceiro da Convenção celebrada em doze de Outubro do dito anno com a Republica Oriental do Uruguay, e para o pagamento das prestações mensaes, de que trata o Artigo primeiro da mesma Convenção; e tendo em sua conformidade de continuar esse pagamento, Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, Autorisar ao Meu Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros para despendar, além da quantia já despendida, mais a de quinhentos e cincoenta contos de réis, que serão applicados ao pagamento das ditas prestações vencidas e que se vencerem no corrente exercicio. Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e expeça as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em hum de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 24.^a

DECRETO N.º 923 — de 4 de Março de 1852.

Approva e manda executar as Instrucções para o regimen economico e administrativo do Collegio de Pedro 2.º, e fiscalisação da sua receita e despesa.

Hei por bem approvar, e Mando que se executem as Instrucções para o regimen economico e administrativo do Collegio de Pedro 2.º, e fiscalisação da sua receita e despesa, que com este baixão, assignadas pelo Visconde de Mont'alegre, do Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

Instrucções para o regimen economico e administrativo do Collegio de Pedro 2.º, e fiscalisação da sua receita e despesa.

TITULO I.

Das Autoridades administrativas e suas attribuições.

CAPITULO I.

Do Conselho Administrativo.

Art. 1.º Além do Conselho Collegial, de que trata o § 17 do Art. 1.º dos Estatutos, haverá no Collegio de Pedro 2.º um Conselho Administrativo, composto do Reitor, Vice-Reitor e Thesoureiro.

Art. 2.º O Conselho Administrativo será presidido pelo Reitor, reunir-se-ha ordinariamente no 1.º dia util de cada mez, e extraordinariamente todas as vezes que pelo Reitor for convocado.

Art. 3.º Ao Conselho Administrativo compete :

§ 1.º Expor a sua opinião sempre que o Reitor o consultar sobre qualquer objecto concernente ao regimen economico do Collegio, e á fiscalisação da sua receita e despesa.

§ 2.º Fixar, para ser proposto ao Governo na forma do Art. 169 dos Estatutos, o quantitativo que devem pagar os alumnos pelo enxoval de entrada.

§ 3.º Abrir as propostas que forem em concurrencia apresentadas, tanto sobre o arrendamento dos predios em quanto estes não forem convertidos em apolices, como sobre o fornecimento dos generos e mais objectos necessarios para sustento, vestuario e tratamento dos alumnos, ou para o expediente do Collegio, a fim de serem sujeitas á approvação do Governo, por intermedio do Reitor, as que parecerem mais vantajosas.

§ 4.º Fixar, no principio de cada anno, para ser proposta ao Governo, a retribuição annual dos alumnos, na forma do Art. 162 dos Estatutos.

§ 5.º Dar a sua opinião, para que seja presente ao Governo, sobre a idoneidade dos fiadores que forem offerecidos em garantia de qualquer contracto.

§ 6.º Marcar os vencimentos dos Empregados comprehendidos no Art. 203 dos Estatutos.

Art. 4.º De tudo o que se passar nas Sessões do Conselho Administrativo se lavrará acta em livro proprio, que será escripta pelo Escrivão, e assignada por todas os Membros do Conselho.

Art. 5.º Todas as propostas e deliberações do Conselho serão levadas pelo Reitor ao conhecimento do Governo, sem cuja approvação não poderão executar-se.

Art. 6.º Para que haja deliberação do Conselho são pelo menos necessarios os votos conformes de dous de seus Membros, e no caso de serem todos tres divergentes, o Reitor levará ao conhecimento do Governo a copia da acta em que estiver exarada a opinião de cada hum, com as observações que julgar necessarias.

CAPITULO II.

Do Reitor.

Art. 7.º O Reitor he a primeira Autoridade Administrativa do Collegio, cujos Empregados, bem como todas as mais pessoas occupadas no serviço da casa, lhe são immediatamente subordinadas, e devem cumprir as suas ordens em tudo o que disser respeito ao exercicio de suas funções.

Art. 8.º Ao Reitor, além das attribuições que lhe conferem os Estatutos, compete :

§ 1.º Velar na prosperidade do Collegio, promovendo a administração de suas rendas, e fiscalizando as suas despesas, para que haja nestas a maior economia e naquellas a mais exacta arrecadação.

§ 2.º Presidir ao Conselho Administrativo, e convocá-lo extraordinariamente, sempre que julgue conveniente consultá-lo.

§ 3.º Examinar a conta corrente que, na forma do Art. 209 dos Estatutos, mensalmente lhe deve prestar o Thesoureiro, da despesa e receita effectiva do mez findo; e fazê-la archivar depois de revista, approvada e rubricada por elle e pelo Vice-Reitor.

§ 4.º Remetter ao Governo todos os trimestres o balancete da receita e despesa do trimestre findo, com o calculo da provavel no trimestre seguinte, verificando previamente a existencia do saldo em cofre.

§ 5.º Remetter igualmente ao Governo, todos os annos, depois de revisto, o balanço ou conta geral do anno findo, com o orçamento do futuro, acompanhado de todas as observações que julgar necessarias.

§ 6.º Convidar por annuncio os concorrentes ao arrendamento de predios, e ao fornecimento de generos para que apresentem suas propostas em carta fechada dentro do prazo que for para isso assignado.

§ 7.º Apresentar ao Conselho, perante quem serão abertas, as propostas de que trata o § antecedente, para que sejam levadas ao conhecimento e approvação do Governo as que parecerem mais vantajosas.

§ 8.º Autorisar o Thesoureiro para fazer os arrendamentos de predios, e os contractos de fornecimento de generos na conformidade das propostas approvadas, e providenciar sobre a compra dos mesmos generos na inteira falta de concorrentes.

§ 9.º Fazer os ajustes, por empreitada, das obras e reparos do edificio e propriedades do Collegio, sujeitando-os á approvação do Governo.

§ 10. Activar o Thesoureiro na arrecadação das rendas do Collegio, e autorisá-lo para promover a execução contra os devedores omissos, fazendo os necessarios ajustes com Advogado e Procurador que se incumba das respectivas demandas.

§ 11. Verificar a existencia dos objectos arruinados, mandando proceder a consumo dos inserviveis, e ordenando o destino que devão ter os que se possam ainda aproveitar, e a venda pelo peso dos inutilizados, que tiverem valor intrinseco, fazendo arrecadar o seu producto.

§ 12. Contractar e despedir os serventes empregados no serviço do Collegio.

§ 13. Inspeccionar todo o serviço do Collegio, verificando se os encarregados de cada ramo especial d'elle desempenhão os seus deveres.

§ 14. Visitar diariamente a enfermaria, e a miúdo o refeitório, na occasião da comida, para verificar que nada falte, e se faça alli todo o serviço com a devida ordem e regularidade.

§ 15. Providenciar para que se contractem a jornal, na falta de concorrentes, as pessoas necessarias para a costura, engomado, asseio e conservação das roupas.

§ 16. Fazer arrecadar no cofre, de que terá humma das chaves, todos os dinheiros, apolices, titulos de divida, e quaesquer outros valores pertencentes ao Collegio, á medida que o Thesoureiro os for recebendo.

§ 17. Autorisar todas as despesas que tenham de fazer-se no Collegio, recebendo semanalmente do Thesoureiro o apontamento das que tiverem de fazer-se na semana seguinte, e a conta das que effectivamente se tiverem feito na semana finda, na fórma dos Arts. 206 e 207 dos Estatutos.

§ 18. Approvar os ajustes feitos pelo Thesoureiro com o Advogado e Procurador das causas do Collegio, com a compra de apolices, seguro de predios contra o fogo, e quaesquer outros sobre despesas, que nunca se farão sem previa approvação sua, de conformidade com as ordens e instrucções do Governo.

§ 19. Representar ao Governo sobre a urgencia de se applicar a sobra de algum artigo de despesa a outro, bem como sobre a conveniencia de se applicar a despesas extraordinarias para engrandecimento do Collegio o saldo que passar de hum anno para outro, tudo nos termos dos Arts. 183, 187, 188 e 189 dos Estatutos.

§ 20. Rejeitar as peças de enxoval dos alumnos, que não forem conformes com as regras dadas sobre o mesmo enxoval.

§ 21. Representar ao Governo sobre qualquer caso omisso nos Estatutos e nas presentes Instrucções, que reclame providencias ou medidas administrativas, e propor todas as que forem conducentes á prosperidade do Collegio.

§ 22. Corrigir os empregados negligentes reprehendendo-os publicamente, quando depois de advertidos pelo Vice-Reitor se não corrijaõ, e suspendendo-os até oito dias; dando parte ao Governo quando a falta reclame pena mais severa.

Art. 9.º Todas as ordens do Reitor concernentes a despesas serão dadas por escripto, e registradas em livro proprio.

CAPITULO III.

Do Vice-Reitor.

Art. 10. Ao Vice-Reitor compete:

§ 1.º Substituir ao Reitor em todos os seus impedimentos e faltas.

§ 2.º Ter o maior cuidado na conservação da Bibliotheca, e de todas as collecções de objectos relativos ás sciencias.

§ 3.º Inspeccionar a vestiaaria e vigiar os serventes, especialmente no que respeita á roupa dos alumnos, limpeza da casa e serviço do refeitório, cozinha, enfermarias e despesa, advirtindo-os quando forem negligentes, e dando parte ao Reitor, quando depois de advertidos se não corrija, para que este proceda como for conveniente.

§ 4.º Velar sobre a conducta dos empregados, admoestando-os quando não forem pontuaes no cumprimento dos seus deveres, e dando parte ao Reitor quando reincidão.

CAPITULO IV.

Do Thesoureiro.

Art. 11. Ao Thesoureiro compete:

§ 1.º Receber e ter debaixo de sua guarda todos os dinheiros, apolices, titulos de divida, e quaesquer outros valores pertencentes ao Collegio, arrecadando tudo em cofre forte de duas chaves, huma das quaes estará em sua mão, e outra na do Reitor.

§ 2.º Assignar, como prova do recebimento, as cargas de receita em livros respectivos, e os conhecimentos do livro de talão.

§ 3.º Fazer todas as despesas e pagamentos autorisados por ordem escripta do Reitor, assignando os recebedores as competentes cargas no livro respectivo.

§ 4.º Activar a arrecadação e cobrança de todas as rendas do Collegio, ficando responsavel por qualquer demora devida a omissão sua.

§ 5.º Receber as consignações dos Cofres Publicos, e quaesquer legados e doações feitas ao Collegio, á vista de ordem escripta do Reitor para effectuar o recebimento.

§ 6.º Administrar os proprios do Collegio, velando em sua conservação.

§ 7.º Lançar mão dos meios contenciosos, precedendo authorisação do Reitor, para arrecadar tudo o que pertencer ao Collegio, fazendo para esse fim os necessarios ajustes com Advogado e Procurador.

§ 8.º Celebrar, com authorisação escripta do Reitor, em referencia á proposta dos concorrentes que for approvada, os contractos necessarios sobre arrendamentos de predios e fornecimento de generos.

§ 9.º Proceder na falta de concorrentes á compra dos objectos precisos, á vista das amostras que apresentar com os preços, precedendo ordem expressa do Reitor.

§ 10. Contractar a jornal, previamente autorizado pelo

Reitor, as pessoas necessarias para a costura , engomnado , asseio e conservação das roupas.

§ 11. Conferir no fim do expediente diario com o Escrivão pelos livros respectivos a exactidão das quantias que receber e pagar, segundo as notas do seu caderno particular de lançamentos.

§ 12. Apresentar todos os sabbados ao Reitor hum apontamento da despeza provavel na semana seguinte, e hum resumo da que se tiver effectuado na semana finda, com especificação do saldo ou deficit que tiver havido.

§ 13.º Apresentar ao Reitor no principio de cada mez a conta corrente por elle assignada da receita e despeza effectuada no mez findo.

§ 14. Apresentar igualmente ao Reitor todos os trimestres o balancete da receita e despeza do trimestre findo com o calculo da provavel no trimestre seguinte, organizado de conformidade com o orçamento em vigor; e annualmente o balanço do anno findo com o orçamento da receita e despeza do futuro.

§ 15. Avisar ao Reitor com a devida antecedencia das epochas em que tenham de findar quaesquer contractos, a fim de serem a tempo renovados, ou de se darem as precisas providencias.

§ 16. Fiscalisar a escripturação da Thesouraria a seu cargo, a fim de que o Escrivão a conserve sempre em dia.

Art. 12. O Thesoureiro não pôde entrar em exercicio, nem continuar nelle, sem que preste e renove todos os annos a fiança exigida pelo Art. 158 dos Estatutos.

TITULO II.

Da escripturação, contabilidade e fiscalisação.

CAPITULO V.

Do Escrivão.

Art. 13. Haverá no Collegio hum Escrivão encarregado da escripturação, contabilidade e fiscalisação da receita e despeza com o vencimento annual de 600,000.

Art. 14. Ao Escrivão compete:

§ 1.º Assistir ás Sessões do Conselho Administrativo, e lavrar a acta do que nellas occorrer.

§ 2.º Registrar todas as ordens do Reitor concernentes á receita e despeza.

§ 3.º Escripturar os livros da Thesouraria com toda a regularidade e asseio, trazendo-os sempre em dia.

§ 4.º Processar as folhas mensaes dos vencimentos dos em-

pregados, professores, e mais pessoas occupadas no serviço do Collegio.

§ 5.º Organisar todas as contas e balanços da receita e despesa.

§ 6.º Fazer os inventarios e lavrar os termos de consumo, arrendamentos, contractos e fianças que não dependerem de escriptura publica.

§ 7.º Passar os conhecimentos do que receber o Thesoureiro, assignando-os conjunctamente com elle.

§ 8.º Archivar e ter sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e documentos da escripturação a seu cargo.

§ 9.º Verificar e fazer os calculos, tanto da receita como da despesa, e authenticar a legalidade dos documentos que servirem de base para os pagamentos, refutando, sob sua responsabilidade, os que não estiverem conformes.

§ 10. Extrahir as contas dos devedores do Collegio, que serão por elle assignadas.

Art. 15. O Escrivão he o fiscal de todas as despesas que se fizerem; e por isso nenhuma conta poderá ser paga sem que elle a examine, e verifique a exactidão dos calculos, e a legalidade dos documentos.

CAPITULO VI.

Da Escripturação e livros necesarios.

Art. 16. A escripturação será feita em doze livros, os quaes serão abertos, numerados, rubricados, e encerrados pelo Reitor, ou Vice-Reitor, a saber:

1 das actas do Conselho Administrativo.

1 da receita e despesa onde se lançarão todas as cargas da receita e despesa de cada anno, conforme o modelo n.º 1.

1 de contas correntes para nelle se abrirem contas aos credores e devedores do Collegio, as quaes se devem fechar no fim de cada anno, segundo o modelo n.º 2.

1 da receita e despesa de diversos valores, para nelle se lançarem as apolices, e outros valores pertencentes ao Collegio, modelo n.º 3.

1 de talão para se darem ás partes conhecimento daquillo que entregarem, modelo n.º 4.

1 de inventario e termos de fiança, arrendamentos, contractos e consumos, modelo n.º 5.

1 de ementa ou lembrança dos generos e effeitos a cargo de cada hum dos individuos por elles responsaveis, modelo n.º 6.

1 de entrada e sahida do vestuario e calçado para os alumnos e escravos ao serviço do Collegio, modelo n.º 7.

1 de lembrança de todos os objectos que sahirem, e ti-

verem de voltar, como moveis a concertar, roupa a lavar, e outros semelhantes, modelo n.º 8.

1 de assentamento dos empregados e mais pessoas occupadas no serviço do Collegio, modelo n.º 9.

1 da folha annual dos vencimentos dos empregados, e mais pessoas occupadas no serviço do Collegio, modelo n.º 10.

1 de assentamento dos proprios do Collegio, modelo n.º 11.

Art. 17. Além dos livros indicados no Artigo antecedente, crear-se-hão os auxiliares que a experiencia torne necesarios, á requisição do encarregado da escripturação.

CAPITULO VII.

Das contas, orçamentos e balanços.

Art. 18. No ultimo dia de cada semana organisará o Thesoureiro hum apontamento ou calculo approximado das compras e mais despezas miudas, que tiverem de fazer-se a dinheiro na semana que se seguir, e o apresentará ao Reitor com a conta da despeza effectiva da semana finda, para que elle approve esta, e o autorise a fazer aquellas.

Art. 19. No fim de cada mez, ou no 1.º dia util do seguinte, extrahirá o Escrivão huma conta corrente da receita e despeza effectiva do mez findo, e a entregará ao Thesoureiro, para que a transmitta ao Reitor, a fim de que este a examine, e depois de approvada a rubrique, e entregue ao Escrivão para archiva-la.

Art. 20. De tres em tres mezes organisará o mesmo Escrivão hum balanço resumido da receita e despeza effectiva do trimestre findo, na conformidade do modelo n.º 12, devendo o mesmo balanço depois de examinado pelo Reitor ser enviado ao Governo com as observações que parecerem necessarias.

Art. 21. O balancete trimensal será sempre acompanhado do calculo da despeza provavel no trimestre seguinte, organizado de inteira conformidade com o modo por que estiver organizado o orçamento annual vigente.

Art. 22. Organizará tambem o Escrivão o orçamento annual da receita e despeza do anno collegial futuro, a tempo de ser impreterivelmente remettido á Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio até o ultimo de Dezembro do anno corrente, na conformidade do modelo n.º 13.

Art. 23. Do mesmo modo será remettido á dita Secretaria d'Estado até o ultimo de Julho de cada anno o balanço da receita e despeza do anno collegial anterior, organizado na conformidade do modelo n.º 14, e acompanhado dos livros da receita e despeza, e dos respectivos documentos, para alli

serem examinados, e se proceder á tomada de contas do Thesoureiro.

Art. 24. Outrosim será sempre o balanço acompanhado de huma demonstração nominal da divida activa e passiva do Collegio, com expressa declaração da sua procedencia.

Art. 25. Todas as contas do anno collegial findo serão fechadas no ultimo de Junho do anno corrente, passando os saldos para os livros que estiverem servindo.

Art. 26. Em quanto se não passarem os saldos, ou fecharem as contas, todo o lançamento de receita e despeza dos annos anteriores será feita nos livros do anno findo; e se para occorrer a despezas do anno corrente for preciso lançar mão de parte do saldo existente, se fará passagem por emprestimo de hum para o outro livro da quantia necessaria, devendo reverter de novo o mesmo emprestimo para o livro findo, se isto for indispensavel para occorrer ás despezas que tenham de fazer-se.

Art. 27. Depois de fechadas as contas no ultimo de Junho nenhuma quantia será paga de annos anteriores sem expressa authorisação do Governo; e o mesmo se praticará sempre que a despeza exceder a receita.

Art. 28. O anno financeiro collegial contar-se-ha do 1.º de Fevereiro de cada anno civil ao ultimo de Janeiro do seguinte.

Art. 29. Depois de tomadas as contas de cada anno, e dar-se quitação ao Thesoureiro, a Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio devolverá ao Collegio para serem nelle archivados todos os livros e documentos, que na fórma do Art. 23 devem acompanhar o balanço.

CAPITULO VIII.

Das divisões do serviço interno.

Art. 30. O serviço interno do Collegio será dividido nas seguintes classes, que se denominarão—Divisões do serviço interno do Collegio.—

- 1.^a Culto Religioso.
- 2.^a Instrução, que comprehenderá a Bibliotheca, e todos os gabinetes que contiverem collecções de objectos scientificos.
- 3.^a Secretaria.
- 4.^a Thesouraria.
- 5.^a Vestiaria.
- 6.^a Despensa, comprehendendo a copa e cozinha.
- 7.^a Enfermaria.
- 8.^a Mobilia, que comprehenderá todos os trastes e objectos de commodo, ornato e decoração da casa, não comprehendidos nas demais classes.

Art. 31. Terão a seu cargo, e serão por tanto responsáveis pelos objectos da 1.^a divisão o Capellão; pelos da 2.^a o Vice-Reitor; pelos da 3.^a o Secretario; pelos da 4.^a o Thezoureiro; pelos da 5.^a e 7.^a os individuos a quem for committido este serviço; pelos da 6.^a o Despenseiro, e pelos da 8.^a o Porteiro.

Art. 32. Hum dos primeiros cuidados do Reitor será o de mandar proceder ao inventario de todos os objectos existentes no Collegio, lavrando-se em sua presença termo dos que pertencerem a cada divisão do serviço interno. Este termo será lavrado pelo Escrivão, e por elle assignado, pelo Reitor, e pelo empregado a cujo cargo e responsabilidade estiverem os objectos da respectiva divisão.

Art. 33. Quando alguns objectos se inutilisarem, o encarregado da respectiva divisão o participará por escripto ao Reitor, para que este mande proceder a auto de consumo, lavrando-se disso o competente termo no livro de inventario, e lhe sejam descarregados no livro de ementa.

Art. 34. Far-se-ha identica participação ao Reitor quando alguns objectos precisarem de concerto, a fim de que este por seu despacho o ordene, notando-se a sahida no livro de lembrança dos objectos a concertar.

Art. 35. No caso de haver entre os objectos arruinados alguns que tenham valor intrinseco, ou que possam ter ainda alguma applicação, ordenará o Reitor que se lhe dê o novo destino a que for applicavel, ou se proceda á sua venda pelo peso, cujo producto entrará como renda extraordinaria, fazendo-se quer de hum, quer de outra circumstancia expressa menção no respectivo auto, e dando de tudo conta ao Governo.

Art. 36. Logo que seja exonerado do serviço o encarregado de qualquer divisão, se procederá a novo inventario dos objectos a seu cargo, para se lhe descarregarem os que entregar, e responsabilisar-se pelos que faltarem, fechar-se a sua conta no livro de ementa, e abrir-se nova ao que o substituir.

Art. 37. No caso de alcance o Escrivão extrahirá hum conta corrente em que declare os objectos que faltão, e o seu valor primitivo, tirado das contas pagas, sobre o qual se fará a arbitrio do Reitor hum abatimento, nunca menor de 5, nem maior de 50 por %, segundo o uso que houverem tido os objectos, para se proceder á sua cobrança amigavel ou executivamente.

Art. 38. No caso de haverem em alguma Divisão objectos novos ou em bom uso superabundantes ao serviço, o participará o Reitor ao Governo para que este ordene o seu destino; e no caso de falta fará o encarregado da respectiva divisão ao Reitor pedido por escripto dos que forem estritamente necessarios.

CAPITULO IX.

Da fiscalisação das despesas.

Art. 39. Nenhuma despesa será ligalisada sem que seja previamente autorisada, e ainda depois de autorisada jámais se effectuará o pagamento sem que o Reitor o ordene por despacho ou Portaria sua.

Art. 40. O Reitor jámais autorisará a despesa para qualquer serviço, ou compra de quaesquer objectos sem que o encarregado da divisão a cujo cargo estiver o serviço lhe presente, ou faça o pedido de taes objectos por escripto, expondo a sua necessidade, e o fim a que se destinão, na fôrma do modelo n.º 15.

Art. 41. Apresentado o pedido, e verificada pelo Reitor a sua necessidade, autorisará a despesa com o despacho—Comprem-se—na fôrma do dito modelo, e este despacho se apresentará ao Thesoureiro para lhe dar cumprimento, passando o competente—vale—ao fornecedor, ou no caso de o não haver, mandando proceder á compra, á vista das amostras que serão presentes ao Reitor com os preços.

Art. 42. Feita a compra, e effectivamente entregues os objectos no Collegio, apresentará o fornecedor ou vendedor a sua conta na conformidade dos modelos n.º 16 e 17, a qual depois de authenticada pelo encarregado da divisão que fez o pedido, e conferida pelo Escrivão na fôrma dos mesmos modelos, se mandará abonar pelo despacho de—Pague-se—rubricado pelo Reitor.

Art. 43. Do disposto nos Artigos antecedentes exceptuão-se as despesas com a lavagem de roupas e concertos, bem como as ordinarias do sustento diario, incluidas as miudas, semanalmente autorisadas ao Thesoureiro, as quaes se farão pela maneira indicada nos Artigos seguintes.

Art. 44. Todos os dias se passarão vales rubricados pelo Thesoureiro, dos generos necessarios para alimentos ás pessoas com quem estiver contractado o seu fornecimento, as quaes no fim de cada mez apresentarão os mesmos vales com a conta em resumo da sua importancia, e preenchidas as formalidades do modelo n.º 18, ordenará o Reitor o seu pagamento.

Art. 45. Para a compra dos generos alimentares, que só se fazem a dinheiro á vista, em vez de vales fornecerá o Thesoureiro diariamente, a pedido escripto do despenseiro, ou do individuo encarregado pelo Reitor desse serviço, a quantia necessaria para a despesa do dia seguinte, e no ajuste de contas de cada semana servirão esses pedidos de documento para ser-lhe descarregada a sua importancia na conta semanal.

Art. 46. Pelo que respeita á despesa da lavagem de roupa,

bastará para ordenar-se o pagamento a apresentação da conta conferida pelo Escrivão, com o rol que se houver lançado no livro de lembrança, na conformidade do modelo n.º 7, e quanto aos moveis e mais objectos que careçam de concerto, autorizado este na forma do modelo n.º 19, e feito o lançamento no livro de lembrança, ordenar-se-ha o pagamento, conferida previamente a conta com o dito lançamento.

CAPITULO X.

Do fornecimento de generos, e termos de contracto e arrendamento.

Art. 47. Contratar-se-ha com quem melhores condições offercer a lavagem da roupa, e o fornecimento dos seguintes generos para gasto do Collegio, a saber :

Pão.

Carne verde.

Todos os mais generos de alimento diario divididos em tantas classes como for conveniente.

Vestuario.

Calçado.

Remedios.

Objectos para o expediente da Secretaria, aulas, e escripturação.

Art. 48. Para execução do Artigo antecedente convidará o Reitor, por annuncios nos jornaes do dia 1.º ao dia 8 de Janeiro de cada anno, as pessoas que quizerem fornecer cada classe dos indicados generos, a apresentarem suas propostas em carta fechada a elle dirigida até o dia 15 do referido mez.

Art. 49. No dia 15 reunido o Conselho Administrativo, para isso expressamente convocado, serão em sua presença abertas e examinadas as propostas, levando o Reitor ao conhecimento e approvação do Governo as que ao mesmo Conselho parecerem mais vantajosas.

Art. 50. Nas propostas para fornecimento de comestiveis declararão expressamente os concorrentes com que abatimento em relação ao preço do dia farão o fornecimento.

Art. 51. Approvadas as propostas, autorisará o Reitor ao Thesouheiro para contractar o fornecimento com a expressa condição que será inserida no termo do contracto, de que os generos alimentares serão sempre de primeira qualidade, sendo rejeitados os que o não forem, e comprados outros á custa do fornecer onde os houver melhores; e os que não forem alimentares, em tudo iguaes aos das amostras, que serão patenteadas ao lavar-se o termo do contracto, sendo igualmente rejeitados os que o não forem.

Art. 52. Ao encarregado da respectiva divisão do serviço

interno cumpre participar toda e qualquer infracção da indicada condição do contracto ao Reitor; e a este fiscalisar se o empregado cumpre religiosamente esse dever, punindo-o quando for negligente.

Art. 53. Para que se cumpra o disposto no Artigo antecedente inspecionará o Reitor por si mesmo, tanto quanto for possível, a qualidade dos alimentos e mais generos fornecidos ao Collegio, e dará as providencias necessarias para que nada falte.

Art. 54. Todos os contractos a que se referem os Artigos antecedentes celebrar-se-hão por termo lavrado pelo Escrivão no livro respectivo, e serão semestres, a contar do 1.º de Fevereiro em que começa o anno collegial; devendo por isso repetir-se os annuncios, e renovar-se o contracto todos os semestres.

Art. 55. Não havendo concorrentes autorisará o Reitor a compra dos generos á medida que o encarregado da respectiva divisão fizer os pedidos; sendo fornecida pelo Thesoureiro a somma necessaria para as compras á pessoa encarregada pelo Reitor de faze-las.

Art. 56. Tambem por concurrencia, precedendo annuncios e propostas, na forma dos Arts. 48 e 49 serão arrendados todos os predios do Collegio, exigindo-se sempre do arrendatario hum trimestre adiantado, e fiador idoneo que se responsabilise como principal pagador pelo preço do arrendamento.

Art. 57. O arrendamento se fará sempre pelo prazo de hum anno, findo o qual se renovará o contracto, que será celebrado pelo Thesoureiro, precedendo autorisação do Reitor, lavrando o Escrivão o respectivo termo, que será assignado pelo Thesoureiro, pelo arrendatario, e pelo seu fiador.

Art. 58. Do mesmo modo, precedendo annuncios e propostas, se farão por empreitada todas as obras e reparos do edificio do Collegio, e dos predios que lhe pertencerem, tendo sido previamente orçadas as despesas necessarias, e só na inteira falta de concorrentes se farão por administração, precedendo em todo o caso expressa autorisação do Governo.

CAPITULO XL.

Disposições Geraes.

Art. 59. Nenhuma entrega de dinheiro se fará na Thesouraria sem que seja acompanhada de guia, em que se declare a sua procedencia, assignada pela parte que fizer a entrega na forma dos modelos de n.º 20 a n.º 22.

Art. 60. No mesmo dia em que forem recebidos pelo Thesoureiro quaesquer consignações, e outros dinheiros ou valores pertencentes ao Collegio, ou quando muito no primeiro dia

útil que se seguir ao do recebimento, fará de tudo entrada no cofre do Collegio sob pena de suspensão do emprego.

Art. 61. Dos valores que entrão para o cofre do Collegio exceptuão-se os compendios, mappas e outros objectos carregados ao Thesoureiro, para os vender por conta do mesmo Collegio, ou serem distribuidos aos alumnos, dos quaes no primeiro dia útil de cada mez apresentará a conta de venda ao Reitor, para lhe ser descarregada a sua importancia, que entrará para o cofre.

Art. 62. Até o dia 15 dos mezes de Feveirciro, Maio, Julho e Outubro de cada anno apresentará o Escrivão ao Thesoureiro, para que este transmitta ao Reitor, humma relação das pessoas que não tiverem pago a retribuição dos alumnos a seu cargo, a fim de que se cumpra o disposto no Art. 164 dos Estatutos do Collegio.

Art. 63. Identica relação se apresentará nos mesmos dias dos arrendatarios de predios, cujo pagamento estiver em mora, para que se proceda executivamente contra seus fiadores.

Art. 64. Nenhum documento de despeza será lançado sem que o Escrivão verifique a exactidão do calculo arithmetico, pelo qual he responsavel, e sem que tenha a competente autorisação por escripto do Reitor.

Art. 65. Nenhum recibo passado pelo Thesoureiro terá validade sem que seja passado por conhecimento em forma extrahido do livro de talão.

Art. 66. Nenhum empregado, professor, ou outra pessoa do serviço do Collegio será pago de seus vencimentos sem ter assentamento em folha na Thesouraria pela respectiva nomeação ou diploma.

Art. 67. Não se procederá á matricula, nem será admitido ao exame do anno respectivo alumno algum sem que seja presente ao Secretario conhecimento em forma, extrahido do livro de talão, de se haver pago na Thesouraria a importancia do quartel adiantado da sua retribuição.

Art. 68. Do disposto no Artigo antecedente só são exceptuados os alumnos gratuitos tanto internos como externos, que serão matriculados á vista da simples ordem do Reitor para a sua admissão.

Art. 69. Os alimentos e dietas dos alumnos e mais pessoas sustentadas á custa do Collegio regular-se-hão pelas Tabellas, que o Reitor deverá quanto antes organizar, submettendo-as á approvação do Governo, com as quaes deverão sempre conformar-se os — vales — e pedidos para o fornecimento, que jámais excederá a taxa das mesmas Tabellas.

Art. 70. Só serão conservados no Collegio os serventes indispensaveis, despedindo o Reitor quanto antes os que julgar desnecessarios, e os que forem negligentes, ou pouco aptos para o serviço a seu cargo.

Art. 71. Reduzir-se-ha tambem ao indispensavel o numero dos Inspectores de alumnos, tendo o Reitor o maior cuidado no modo por que elles se comportão e desempenhão seus deveres, despedindo os que mal servirem, e nomeando interinamente quem os substitua, dando de tudo conta ao Governo.

Art. 72. A pena de suspensão imposta a qualquer empregado por alguna falta importará sempre a perda dos vencimentos por todo o tempo que ella durar.

Art. 73. As presentes Instrucções serão postas desde já em plena e effectiva execução, mesmos naquellas de suas disposições que marcão dia para certos actos, como a confecção e remessa de contas, orçamentos e balanços, o arrendamento de predios, e os contractos de fornecimento de generos, aos quaes pela primeira vez se procederá desde já, regulando dahi em diante os dias para esse fim prescriptos.

Art. 74. Ficão revogadas as disposições dos Estatutos, e quaesquer outras contrarias ás presentes Instrucções.

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Março de 1852.

Visconde de Mont'alegre.

MODELO DO INVENTARIO.

•

*Termo de Inventario dos objectos do serviço interno do Collegio
de Pedro 2.^o existentes em cada huma das oito
Divisões do mesmo serviço.*

Aos quinze dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, nesta Cidade do Rio de Janeiro, e no edificio do Collegio de Pedro 2.^o, achando-se presentes o Reitor F...., Vice-Reitor F...., Capellão F...., Porteiro F...., Despenseiro F...., (e assim se irão descrevendo todos os mais Empregados a cujo cargo existirem objectos pertencentes ao Collegio) perante mim Escrivão do mesmo Collegio, se passou a proceder ao Inventario de todos os objectos nelle existentes, na fórma do Art.... das Instrucções de.... pelas suas diversas Divisões, a saber:

1.^a DIVISÃO.

Objectos do culto religioso a cargo do Capellão F...

Sanguinhos, quatro.....	4
Calices, dous.....	2
Patena, huma.....	1
Gallhetas.....	2
Imagem grande do Senhor Crucificado, huma.....	1
" " de Nossa Senhora do Rozario, huma....	1
Caldeirinha de prata e hysope com o peso de libras	1

E por continuarem a ficar a cargo do mesmo Capellão F. os objectos acima descriptos, assigna este comigo F... Escrivão que o escrevi.

(Rubrica do Reitor)

(Assignatura do Capellão). (Assignatura do Escrivão).

•

2.^a DIVISÃO.

Mobilia, trastes, e outros objectos a cargo do Porteiro F...

Mesas, duas.....	2
Cadeiras com assento de palhinha, vinte quatro.....	24
Armarios de pinho, dous.....	2
Ditos de mogno, quatro.....	4

E por continuarem a ficar a cargo do mesmo Porteiro F.. os objectos acima descriptos, assigna este comigo F... Escrivão que o escrevi.

(Rubrica do Reitor).

(Assignatura do Porteiro). (Assignatura do Escrivão).

Continuação do inventario.

Aos... dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e dous, no edificio do Collegio de Pedro 2.º, presente o Reitor F.... e mais Empregados ao principio declarados se continua o presente Inventario:

3.ª DIVISÃO.

Objectos a cargo do Dispenseiro F...

Caixas para guardar mantimentos, duas.....	2
Balança de folha com os seus pesos de $\frac{1}{4}$ a 8 libras, huma.	1
Caixas de folha, oito.....	8
Barris vassios, dous.....	2

E por continuarem a ficar a cargo do mesmo Dispenseiro F. os ditos objectos, assigna este comigo Escrivão F....

(Rubrica do Reitor).

(Assignatura do Dispenseiro).

(Assignatura do Escrivão).

E assim se fará ácerca das demais divisões, e se concluirá por esta fôrma.

E não havendo mais objecto algum a inventariar o Reitor deo por concluido o Inventario, que por esta fôrma fica encerrado, e assigna comigo Escrivão que o escrevi.

(Assignatura do Reitor).

(Assignatura do Escrivão).

F.

F.

N. B. Por este Inventario, que deve ficar archivado, se escripturará o livro de ementa, debitando-se os diversos responsaveis.

MODELO N.º 1.

Livro de Receita e Despesa.

RECEITA.

1851 *Fevereiro 1.*

			<p>Recbeo F., Thesourei- ro do Collegio de Pedro 2.º, de si mesmo a impor- tancia do saldo de sua conta verificada no ulti- mo de Janeiro deste anno de seu Livro de Receita findo a fl., dez contos de réis</p>	...	10.000\$000
			(O Escr.) (O Thes.)		
			<i>Fevereiro 6.</i>		
L.º M.º $\frac{5}{c}$ fl.	1		Idem de Braz Tinoco , pai do alumno Serafim da Costa , importancia da re- tribuição do seu filho , do trimestre de Feverei- ro a Abril deste anno , cem mil réis , como da Guia n.º	1	100\$000
»	fl.	»	Idem de Adão Lopes, pai do alumno Pedro Lopes , por mão do seu corres- pondente José Viriato , importancia da retribui- ção do seu filho , de Fe- vereiro a Julho deste an- no , duzentos mil réis , como da Guia n.º	2	200\$000
			(O Escr.) (O Thes.)		
			<i>Fevereiro 18.</i>		
»	fl.	3	Idem de Manoel de Sousa, arrematante da casa n.º 8 da rua do Sabão , impor- tancia do arrendamento de Fevereiro a Abril deste anno , cento e cinquenta mil réis , como da Guia n.º	3	150\$000
			(O Escr.) (O Thes.)		10.450\$000

1/2 L.º M.º fl.	2	Pagos a Fernando da Costa, importancia da carne verde que forneceo para o Collegio no mez proximo passado, conforme sua conta, cento e oitenta mil réis, documento n.º	1	180\$000
		(O Escr.). (Quem recebe).		
		<i>Dia 8.</i>		
» fl.	»	Pagos a Braz Ferreira, importancia do calçado que forneceo para os alumnos, conforme a sua conta, quarenta e oito mil réis, documento n.º.	2	48\$000
		(O Escr.). (Quem recebe).		
		<i>Dia 9.</i>		
» fl.	3	Pagos a Lucindo da Silva, importancia de varios objectos que forneceo para a copa, como de sua conta, vinte e dois mil réis, documento n.º.....	3	22\$000
		(O Escr.). (Quem recebe).		
		<i>Dia 20.</i>		
» fl.	4	Pagos a José Daniel, importancia de varios objectos de cozinha que forneceo para substituição de outros que se inutilisárão, como de sua conta, quatro mil e oitocentos réis, documento n.º..	4	4\$800
		(O Escr.). (Quem recebe).		254\$800

RECEITA.

1851. *Fevereiro* 28.

		Transporte. . . .	10.450\$000
L.º M.º $\frac{5}{c}$ fl.	5	<p>Recebeo F. Thesoureiro do Collegio de Pedro 2.º de si mesmo a importancia de 25 mappas das conjugações dos verbos gregos, e de 30 alphabets da lingua allemã, que vendeo a diversos neste mez, doze mil réis, como da Guia n.º.....</p> <p>(O Escr.) (O Thes.)</p>	4 12\$000

1851 *Fevereiro* 20.

DESPEZA.

		Transporte.	254\$800
./ ^c L. ^o M. ^o fl.	4	Pagos a Jacques Fernan- des, importancia do con- certo que fez, como de sua conta, oitocentos réis, documento n. ^o	5
		(O Escr.) (Quem recebe).	\$800

MODELO N.º 2.

Livro de contas correntes.

DEVE. *Braz Tinoco, pae do alum*

1851 Fevereiro.	1	Importancia da retribuição de seu filho do 1.º trimestre de 1851.....	100\$000
-----------------	---	---	-------	----------

DEVE. *Adão Lopes, pae do alum*

1851 Fevereiro.	1	Importancia da retribuição do seu filho do 1.º trimestre de 1851.	100\$000
Maio.....	1	Idem do 2.º.....	100\$000

DEVE. *Fernando da Costa.*

1851 Fevereiro.	6	O que consta da caixa fl.	1	180\$000
-----------------	---	---------------------------	---	----------

DEVE. *Braz Ferreira.*

--	--	--	--	--

HAVEN.

1851 Fevereiro.	6	Importancia da carne que forneceo ao Col- legio em Janeiro deste anno.....	180\$000
-----------------	---	---	----------

HAVEN.

1851 Fevereiro.	8	Importancia do calçado que forneceo.....	48\$000
-----------------	---	---	---------

DEVE. *Luciano da Silva.*

1851 Fevereiro.	9	O que consta da caixa.	22\$000
-----------------	---	--------------------------------	---------

DEVE. *Manoel de Sousa.*

1851 Fevereiro.	18	Importancia do arrendamento da casa n.º 8 da rua do Sabão, que effectuou por 1 anno pago a quarteis adiantados, como se vê do Livro de Termos de fianças e arrendamentos a...fl.	1	600\$000
-----------------	----	--	---	----------

HAVER.

1851 Fevereiro	9	Importancia do que forneceo para a copa.		22\$060
----------------	---	---	--	---------

HAVER.

1851 Fevereiro.	18	O que consta do Livro Caixa.....fl.	1	150\$000
-----------------	----	-------------------------------------	---	----------

DEVE. *José Daniel.*

1851 Fevereiro.	20	O que consta do L.º Cai- xa.fl.	1	4\$800
-----------------	----	---	---	--------

DEVE. *Jacques Fernandes.*

1851 Fevereiro.	20	O que consta do L.º Cai- xa.fl.	1	\$800
-----------------	----	---	---	-------

HAVER.

1851 Fevereiro.	20	Importancia do que forneceo para substituição de objectos para a cozinha.	4\$800
-----------------	----	--	--------

HAVER.

1851 Fevereiro.	20	Importancia de concertos que fez.....	20	\$800
-----------------	----	---------------------------------------	----	-------

DEVE. *F. Thesoureiro do Collegio.*

1851 Fevereiro.	28	1.200 mappas de conjugação de verbos gregos..... 12\$000 500 alphabetos da lingua allemã... 5\$000 Como se vê da Caixa de diversos valores fl.	1	17\$000
-----------------	----	--	---	---------

--	--	--	--	--

HAVER.

1851 Fevereiro.		O que consta do L. ^o Caixa.....fl.	1	12\$000
-----------------	--	--	---	---------

--	--	--	--	--

MODELO N.º 3.

Livro caixa de diversos valores.

	<p>Recbeo F. Thesoureiro do Collegio de Pedro 2.º dez apolices de hum conto de réis cada huma, de n.º n.º n.º importancia do saldo de sua conta fechada em.....</p> <p>(O Escrivão). (O Thesoureiro).</p>	10
--	--	----

DESPEZA.

--	--	--	--

MODELO N.º 4.

Livro de talão.

N.º

A fl. do L.º de Receita
e Despeza do Collegio de
Pedro 2.º fica debitado o
Thesoureiro
.....
no valor de.....
.....
entregue por.....
.....

N.º

A fl. do L.º de Receita
e Despeza do Collegio de
Pedro 2.º fica debitado o
Thesoureiro F.....
.....
no valor de.....
.....
entregue por.....

Rio de Janeiro....de...
de 185.....

E para constar se deo este,
assignado pelo Thesoureiro
e Escrivão. Rio de Janci-
ro....de....de 185.....

(O Thes.) (O Escrivão).



MODELO N.º 5.

*Do Livro de Termos de Inventario ,
Arrendamentos , Contractos ,
e consumos.*

*Termo de arrendamento da casa N.º 6 da rua de S. Joaquim ,
pertencente ao Collegio de Pedro 2.º*

Aos vinte dias do mez de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, nesta Cidade do Rio de Janeiro, e no edificio do Collegio de Pedro 2.º, onde se achava presente o Thesoureiro do mesmo Collegio, comigo Escrivão, ali compareceo F. . como arrendatario da casa N.º 6 da rua de S. Joaquim, pertencente ao dito Collegio, com seu fiador e principal pagador F. ., e pelo arrendatario foi dito que se obrigava a arrendar a dita casa pelo preço de seiscentos mil réis, pagos a quartéis adiantados, pelo tempo que decorrer do 1.º de Fevereiro deste anno até 31 de Janeiro do anno futuro, obrigando-se outrosim a pagar pontualmente aquelle preço nos prazos ajustados, e a fazer á sua custa a pintura, e as composturas e reparos que a mesma casa precisar no referido tempo, salvas as composturas que forem de grande valor, as quaes serão feitas á custa do Collegio.; e sendo acceitas pelo Thesoureiro, para esse fim autorizado pela Portaria do Reitor de 18 do dito mez, em virtude do Aviso do Ministerio do Imperio de 16 do mesmo mez, as sobreditas condições, fez entrega da chave da casa ao mencionado arrendatario F., o que se effectuou depois do fiador declarar que por sua pessoa e bens se obrigava como principal pagador a pagar pelo arrendatario o preço do arrendamento logo que este o não faça promptamente, no momento em que para isso receber aviso. E para validade e cumprimento de todo o referido, assignarão o presente Termo, comigo F. Escrivão que o escrevi.

F. Arrendatario.

F. Fiador.

F. Thesoureiro

Termo de Fiança que presta o Thesoureiro do Collegio de Pedro 2.º, em virtude do disposto no Art. 158 dos Estatutos.

Aos vinte cinco dias do mez de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dous, nesta Cidade do Rio de Janeiro, e no Collegio de Pedro 2.º, onde se achava o Reitor do mesmo Collegio F., comigo Escrivão, ali compareceo o Thesoureiro do dito Collegio F., e por elle foi dito que apresentava por seu fiador por todo o alcance em que fosse achado no cofre e gestão da Thesouraria a seu cargo, até a quantia de doze contos de réis, em que na forma do Artigo 158 dos Estatutos foi arbitrada a sua fiança durante o anno collegial do 1.º de Fevereiro proximo futuro a 31 de Janeiro de 1853, a F. com bens de raiz nesta Cidade, livres e desembarcados, de valor excedente á mesma fiança; e presente o dito fiador, por elle foi dito que por sua pessoa e bens se obrigava como fiador e principal pagador a pagar todo e qualquer alcance em que fosse achado o dito Thesoureiro até a quantia acima mencionada de doze contos de réis, logo que para isso recebesse aviso. E para validade e cumprimento de todo o referido assignarão o presente Termo comigo F., Escrivão que o escrevi.

F. Fiador.

F. Thesoureiro.

F. Reitor.

Termo de contracto e ajuste que faz o Thesoureiro do Collegio de Pedro 2.º para o fornecimento de pão ao mesmo Collegio.

Aos vinte oito dias do mez de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e dois, nesta Cidade do Rio de Janeiro, e no edificio do Collegio de Pedro 2.º, onde se achava o Thesoureiro do mesmo Collegio, comigo Escrivão, ahí compareceo F. estabelecido com padaria na rua de...., e por elle foi dito que se obriga por sua pessoa e bens a fornecer ao mesmo Collegio todo o pão de que elle precisar para o seu consumo diario, durante o trimestre do 1.º de FEVEREIRO ao ultimo de ABRIL do corrente anno, á razão de tanto cada libra em pães de tantas e tantas onças cada hum, sendo o dito pão bem preparado, e de farinha da primeira qualidade, com a clausula expressa de lhe ser rejeitado todo o que não for bom, mandando-o o Collegio comprar onde o houver melhor á custa delle contractante; e sendo acceitas pelo Thesoureiro, para esse fim autorizado pela Portaria do Reitor de.... em virtude do Aviso do Ministerio do Imperio de.... as referidas condições, se houve por celebrado este contracto, para cuja validade e cumprimento se lavrou o presente Termo, que assignarão comigo F, Escrivão que o escrevi.

F. (Contractante).

F. (Thesoureiro).

N. B. Na mesma conformidade se farão os do fornecimento dos demais generos, e o da lavagem de roupa.

Auto de consumo a que manda proceder o Reitor do Collegio de Pedro 2.º dos objectos abaixo declarados.

Aos doze dias do mez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dois, no edificio do Collegio de Pedro 2.º, onde se achava o Reitor do mesmo Collegio F., comigo Escrivão, ali comparecco o Despenseiro F. encarregado da 4.ª Divisão do serviço interno do dito Collegio, e por elle foi dito que vinha apresentar para serem dados a consumo os seguintes objectos inutilizados :

Barris sem concerto, dois	2
Pratos de louça quebrados, quatorze.....	14
Panellas de ferro tambem quebradas, duas.....	2
Tachos de cobre sem concerto, dous.....	2

E pelo Reitor foi ordenado que se houvessem por consumidos os referidos objectos, fazendo-se delles a competente descarga ao dito encarregado no Livro respectivo: e outrossim ordenou que fossem entregues ao Thesoureiro, que tambem presente se achava os tachos de cobre com o peso de 28 libras para proceder á venda delles pelo peso, sendo-lhe debitada a sua importancia. E para a todo tempo constar se lavrou o presente Termo que assignarão comigo Escrivão F., que o escrevi.

F. Reitor.

F. Despenseiro.

F. Thesoureiro.

MODELO N.º 6.

Do Livro de ementa ou lembrança dos generos e mais objectos do serviço interno do Collegio de Pedro II á cargo de cada hum dos diversos individuos por elles responsaveis.

Este Livro será dividido em tantas Classes quantas forem as Divisões do serviço interno.

SÃO.

de Pedro II á cargo do Capellão F.

DATA.		SAHIDA.	Sanguinhos.	Calices.	Patenas.	Galhetas.	Toalhas.	Casulas.	Amitos.	Alvas.	Estolas.	Colher de calix.	Capa d'asperges.
1832. Janeiro.	10	Pelos generos que se inutilisarão, como do auto de consumo lavrado a fl. 10 do Livro respectivo	4	2	2	3					

Objectos dos culto religioso do Collegio

DATA.		ENTRADA.	Sanguinhos.	Calices.	Patenas.	Galhetas.	Toalhas.	Casulas.	Amitos.	Alvas.	Estolas.	Colher de calix.	Capa d'asperges.
1851.													
Janeiro.	31	Pelos objectos que ficaram a cargo deste responsavel, segundo o inventario a que se procedeo nesta data..	4	2	1	3	3	2	1	7			
Março.	6	Idem que se comprárão hoje, como da partida de despeza do Livro Caixa n.º 6..	6	1	2	2	3				

de Pedro II á cargo do Capellão F.

de Pedro II á cargo do Capellão F.

1.^a DIVI

Objectos do Culto religioso do Collegio

DATA.		ENTRADA.	IMAGENS.											
			Do Senhor Crucificado.	De N. S. do Rosario.	De N. S. da Conceição.	De S. Joaquim.	De S. José.	Calderinha.	Hyssope.	&c.	&c.	&c.	&c.	
1831. Janeiro.	31	Pelos objectos que ficarão á cargo deste responsavel, segundo o inventario a que se procedeo nesta data.	2	1	1	1	1	1	1	1				

SÃO.

gio de Pedro II á cargo do Porteiro F.

DATA.		SANIDA.	Mesas.	Cadeiras.	Armarios.	Sofás.	Entradas.	Marquezas.	Colchões.	&c.	&c.	&c.	&c.
1832. Março.	2	Pelos objectos que se inutilisarão, como do auto de consumo lançado a fl. 2 do respectivo Livro.....	1	10		1	1	1				

Mobilia, trastes e outros objectos do Colle

DATA.		ENTRADA.	Mesas.	Cadeiras.	Armarios.	Sofás.	Estrados.	Marquezas.	Colchões.	&c.	&c.	&c.	&c.
1831.													
Janeiro.	31	Pelos objectos que ficarão a cargo deste responsavel, segundo o inventario a que se procedeo nesta data .	6	36	6	4	2	8	8				
Março.	5	Idem que se comprãrão nesta data, como da partida de despeza do Livro Caixa n.º 9.	2	24	2	1	...	2	2				

MODELO N.º 7.

***Do livro de entradas e sahidas do
vestuario e calçado fornecido
aos alumnos e escravos.***

Entrada de chapcos.

1851 Fevereiro.	1	<p>Recebeo o encarregado da guarda e distribuição do vestuario F. de si mesmo, por saldo dos que existião em deposito, como se vê do Inventario a que se procedeo, documento n.º.....</p> <p>Idem de José Fernandes, conforme a conta de venda que existe junta ao documento de despeza do Thesoureiro, n.º.....</p>	1	<p>6</p> <p>4</p>
-----------------	---	--	---	-------------------

Sahida de chapcos.

1851 Fevereiro.	10	Distribuidos pelos alumnos n.º 4, 6 e 8 conforme a ordem do Reitor, e documento n.º.....	1	3
-----------------	----	--	---	---

Entrada de calças.

				Pretas.	Branças.
1851 Fevereiro.	1	Recebeo o encarregado da guarda e distribuição do vestuario F. de si mesmo por saldo das que existião em deposito, como se vê do inventario a que se procedeo, documento n.º.	1	3	12

Sahida de calças.

				<i>Pretas.</i>	<i>Branças.</i>
1851 Fevereiro.	10	Distribuidas aos alumnos n.º 9, 11 e 14, conforme a ordem do Reitor, documento n.º.....	2	3	6

Entrada . de botins.

				<i>Pares.</i>
1851 Fevereço.	8	Recebeo o encarregado da guarda e distribuição do cal- çado F. de Braz Ferreira , conforme a conta de venda que existe junta ao documen- to de despesa do Thesoureiro n.º	2	12

Sahida de botons.

				<i>Pares.</i>
1851 Fevereiro.	10	Distribuidos pelos alumnos n.º 9, 11 e 14, conforme a ordem do Reitor, documen- to n.º.....	1	3

MODELO N.º 8.

***Do Livro de lembranças de todos os
objectos que sahirem a concertar,
e da roupa a lavar.***

1851 Fevereiro.

Rol da roupa suja que se deo para lavar a Maria Fernandes, pertencente aos alumnos a saber:

- 20 Camisas.
- 20 Ceroulas de linho.
- 20 Calças.
- 20 Coletes.
- 20 Lençoes.
- 20 Fronhas, &c.

Roupa dos escravos.

- 2 Camisas de algodão.
- 2 Calças.
- 3 Jaquetas.

Assignado por F.

Foi conferida a roupa lavada em 18 de Fevereiro de 1851,
pela qual se pagou \$ réis, como do Livro....

(O appellido do Escrivão).

1851 Fevereiro 8.

*Relação dos objectos remettidos ao Marceneiro F., morador na
rua F. para concertar, a saber :*

6 Cadeiras.

2 Mesas.

1 Armario.

4 Mochos.

(Rubrica do Escrivão).

Em 16 de Fevereiro de 1851 voltárão os objectos; por
cujo concerto se pagou \$ réis, como a fl do L.º

MODELO N.º 9.

Livro de assentamentos.

<i>Empregos e nomes.</i>	<i>Vencimentos.</i>	<i>Observações.</i>
Reitor.		
Dr. F. nomeado por Decreto de...	Vence por anno 1.000, 7000 por Decreto de.....	Por Aviso de..... do Ministerio do Imperio obteve 15 dias de licença que se finda em 8 de Fevereiro de 1851.
Foi aposentado por Decreto de.... e nomeado em seu lugar	Por Decreto ou Aviso de....tem comedorias fornecidas pelo Collegio.	Apresentou-se da licença em 8 de Fevereiro de 1851.
Dr. F.....		

N. B. Servirá cada humna folha do Livro para o assentamento de cada hum Empregado, ou lugar (inclusive os criados); e quando seja dispensado, demittido ou falleça qualquer serventuário, se fará na mesma pagina o assento de quem o substituir, deixando-se apenas hum pequeno intervallo.

Na Columna dos vencimentos se averbarão todas as alternativas concernentes ao augmento ou diminuição do vencimento, citando-se a Lei ou Ordem que o motivar, com especificação se he ordenado ou gratificação: tambem se declarará na mesma columna se o Empregado tem comedorias fornecidas pelo Collegio, ou outra qualquer vantagem, ainda que não seja pecuniaria.

Na columna das—observações—se notarão todas as occurrencias relativas ao individuo que servir: exemplo—Foi aposentado por Aviso de tantos, teve tantos mezes de licença com vencimento, ou sem elle, &c.

MODELO N.º 10.

***Da folha para pagamento dos or-
denados dos Empregados
do Collegio.***

*Dr. F., Reitor do Collegio de Pedro 2.^o, vence por anno o or-
denado de hum conto e duzentos mil réis,
por Decreto de..... 1.200\$000*

1851 Março. .	2	Recebeo o mez de Feye- reiro.....	100\$000
		(Assig. quem (Rubrica o recebe). Escrivão).	
Abril....	1	Recebeo o mez de Março.....	100\$000
		(Assig. quem (Rubrica o recebe). Escrivão.)	
Maio....	Recebeo, &c.	

MODELO N.º 44.

***De huma folha do Livro de assenta-
mento dos proprios do Collegio
de Pedro 2.º***

Collegio de Pedro 2.º

N.º 1.º

Objecto.....	Huma casa de pedra e cal com....braças de frente e... de fundo, sita em..., composta de...andares, e construida em o anno de.....	
Confrontações..	Divide pelo N. com F..., ao S. com F..., a L. com F..., a O. com F....ou &c.....	
Valor.	Foi avaliada em vinte contos de réis perante o Juiz. no dia...de... de 185.....	20.000\$000
Titulo....	Comprada a F. pela quantia de Rs....., como se vê da Escriptura celebrada na nota do Tabellião F....Livro... em....de....de....	
Observações....	As que occorrerem.	

MODELO N.º 12.

*Balancete resumido do Collegio de Pedro 2.º desde o 1.º de
Fevereiro até o ultimo de Abril de 1852.*

Receita.....		\$
Sua procedencia artigo por artigo.		
Despeza.....		\$
Sua procedencia artigo por artigo.		
Saldo.....	Rs.	\$

Rio de Janeiro 30 de Abril de 1852.

(Assigna o Thesoureiro). (Assigna o Escrivão).

MODELLO N.º 14.

***Balanço da Receita e Despesa do
anno collegial.***

MODELO N.º 13.

*Orçamento da Receita e Despesa do Collegio de Pedro II
para o anno collegial de 1852—1853.*

RECEITA.		
<i>Ordinaria.</i>		
Juro de Apolices.....	Tabella n.º 1..	\$
Retribuição de alumnos.....	» 2..	\$
Rendimento de predios.....	» 3..	\$
Contribuição de Loterias extra- hidas	» 4..	\$
Cobrança de divida activa	» 5..	\$
Venda de compendios.....	» 6..	\$
		\$
<i>Extraordinaria.</i>		
Legados ou doações feitas ao Col- legio.....	» 7..	\$
		\$
DESPEZA.		
<i>Ordinaria.</i>		
Ordenados e gratificações.....	Tabella n.º 1..	\$
Expediente.....	» 2..	\$
Instrução	» 3..	\$
Culto religioso.....	» 4..	\$
Bibliotheca	» 5..	\$
Asseio dos alumnos.....	» 6..	\$
Vestuario.....	» 7..	\$
Lavagem de roupa.....	» 8..	\$
Alimentos	» 9..	\$
Enfermaria	» 10..	\$
Moveis e utensilios.....	» 11..	\$
Iluminação.....	» 12..	\$
Festividade do Collegio.....	» 13..	\$
<i>Eventual.</i>		
Concerto de predios, e qualquer outra não prevista.....	» 14..	\$
		\$

N. B. As Tabellas devem desenvolver com toda a individuação os titulos da Receita e Despesa.

MODELO N.º 15.

Comprem-se.
(Rubrica do Reitor).

Precisa-se para augmento da copa do Collegio, por terem entrado mais seis alumnos, o seguinte:

- 20 Colheres.
- 20 Garfos e facas.
- 2 Bules.
- 2 Assucareiros.
- 2 Mantegueiras.

Collegio de Pedro 2.º.....de.....de 1852.

O Despenseiro F.

de Pedro II no anno collegial de 1851 — 1852.

ORÇADA.	ARRECADADA.	TOTAL.	FICOU POR AR- RECADAR.	DIFFERENÇA PARA MAIS DO ORÇADO.	DIFFERENÇA PARA MENOS DO ORÇADO.
1.200\$	1.200\$	1.200\$	\$	\$	\$
24.000\$ 6.000\$	20.000\$ 6.000\$ 26.000\$	4.000\$	\$	4.000\$
5.000\$	4.500\$	4.500\$	500\$	\$	500\$

por artigo o orçamento.
 pagando tambem hum por hum os artigos parallelos do or-

Balanço explicado da Receita e Despesa do Collegio

RECEITA.

Juro de Apolices.

Importancia do Juro de 20 Apolices cobrado no 1.º e 2.º semestre de 1850.....

Retribuições.

Idem cobrada de 60 alumnos internos.....

Idem dito de 20 ditos externos.....

Rendimento de predios.

Idem dito de 10 arrendatarios de predios

Assim se irá desenvolvendo a Receita, seguindo artigo
A Despesa seguirá a mesma formula da Receita, acompanhamento do anno em que tiver sido feita.

MODELO N.º 16.

Pague-se.
(Rubrica do Reitor).

O Collegio de Pedro 2.º

a Braz Ferreira.....Deve.

Rs. 48,7000.

Importancia de 12 pares de botins a 4,7000 cada par,
com que supprio ao mesmo Collegio, e constão dos vales
juntos.

Rio de Janeiro 8 de Fevereiro de 1852.

Braz Ferreira.

Recchi os botins a que se refere a conta acima.
Collegio de Pedro 2.º 9 de Fevereiro de 1852.

O Encarregado da Vestearia
F.

Confere com o pedido autorizado do Encarregado da ves-
tearia, e está por tanto nos termos de ordenar-se o pagamento
Collegio de Pedro 2.º 9 de Fevereiro de 1852.

O Escrivão.
F.

MODELO N.º 17.

Pague-se.
(Rubrica do Reitor).

O Collegio de Pedro 2.º

a Lucindo da Silva.....Deve.
Rs. 22~~7~~000.

Importancia dos generos com que supprio para a copa
do Collegio—a saber:

20 Colheres.....	6 7 000
20 Garfos e facas.....	5 8 000
2 Bules.	5 8 000
2 Assucareiros.....	3 7 000
2 Mantegueiras.....	3 7 000

Rs. 22~~7~~000

Rio 9 de Fevereiro de 1852.

Lucindo da Silva.

Entrarão para a copa os objectos constantes desta conta
por mim rubricada.

Collegio de Pedro 2.º 10 de Fevereiro de 1852.

O Despenseiro.
F.

Confere com o pedido autorizado do Despenseiro, e está
por tanto nos termos de ordenar-se o pagamento.

Collegio de Pedro 2.º 10 de Fevereiro de 1852.

O Escrivão.
F.

MODELO N.º 18.

Pague-se.
(Rubrica do Reitor).

O Collegio de Pedro 2.º

a Pedro da Costa.....Deve.
Rs. 180~~7~~000

Importancia dos 31 vales juntos da carne que forneceo
no mez proximo passado para consumo do mesmo Collegio
pesando o seguinte.....

Rio 1.º de Abril de 1852.

Pedro da Costa.

Entrou com effeito para o Collegio a carne constante dos
vales juntos na importancia de Rs. (peso) 180~~7~~000.

Collegio de Pedro 2.º 1.º de Abril de 1852.

O Despenseiro.
F.

Confere, e está nos termos de se ordenar o pagamento
na importancia de Rs. 180~~7~~000.

Collegio de Pedro 2.º 1.º de Abril de 1852.

O Escrivão.
F.

MODELO N.º 19.

Concertem-se.
(Rubrica do Reitor).

Precisão ser concertados os seguintes objectos a meu cargo:

Seis sacos.

Huma lata de folha.

Collegio de Pedro 2.º 23 de Março de 1852.

O Despenseiro F.

MODELO N.º 20.

O abaixo assignado entrega na Thesouraria do Collegio de Pedro 2.º a quantia de cento e cinquenta mil réis, importancia do arrendamento que fez da casa N.º 8 da rua do Sabão, do trimestre adiantado de Fevereiro a Abril deste anno. Rio 18 de Fevereiro de 1852.

Rs. 150\$000

Manoel de Sousa.

1852 Fevereiro 18.

Receita..... Rs. 150\$000

Lançada a fl. 1 do L.º Caixa..... N.º 3.

MODELO N.º 21.

Adão Lopes, por mão de seu correspondente abaixo assignado, entrega na Thesouraria do Collegio de Pedro 2.º a quantia de duzentos mil réis, importancia da retribuição de seu filho Pedro Lopes, alumno interno do mesmo Collegio, do 1.º trimestre de Fevereiro a Abril deste anno. Rio 6 de Fevereiro de 1852.

Rs. 200\$000

José Veriato.

N. B. Se for o proprio pae quem fizer a entrega dirá—
O abaixo assignado entrega, &c.— tudo o mais como acima.

MODELO N.º 22.

O Thesoureiro do Collegio de Pedro 2.º entrega a si mesmo a quantia de quatro contos de réis, importancia da consignação que hoje recebeu no Thesouro Publico, mandada abonar ao mesmo Collegio por Aviso do Ministerio do Imperio de 5 do corrente, e Portaria do Reitor de 7 do mesmo mez. Rio 12 de Fevereiro de 1852.

O Thesoureiro F.

Rs. 4.000\$000

1852 Fevereiro 6.

Receita..... Rs. 200\$000

Lançada a fl. 1 do L.º Caixa..... N.º 2.

1852 Fevereiro 12.

Receita..... Rs. 4.000\$000

Laçada a fl. 1 do L.º Caixa..... N.º 4.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 25.ª

DECRETO N.º 924 — de 5 de Março de 1852.

Crea hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios de Itapemerim, Benevente e Guarapary, e dá-lhe organisação.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Espirito Santo, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, nos Municipios de Itapemerim, Benevente e Guarapary, da Comarca da Victoria na mesma Provincia, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria em Itapemerim, e dois Batalhões, sendo hum em Itapemerim de quatro Companhias com a designação de primeiro, e outro em Benevente e Guarapary de seis Companhias com a designação de segundo, todos do serviço activo.

Art. 2.º Haverá em Itapemerim huma Companhia de Guardas Nacionaes do serviço da reserva, e os que estiverem qualificados taes em Benevente e Guarapary, serão addidos ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º O Presidente da Provincia designará na forma da Lei os lugares das paradas.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 925 — de 5 de Março de 1852.

Crea Promotores Publicos nas Comarcas de Maranhão Parnahiba e Carolina na Provincia de Goyaz, e marca ordenados tanto a estes como aos das outras Comarcas.

Hei por bem, em execução da Lei de tres de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum, e tendo em attenção a propsta do Presidente da Provincia de Goyaz, Decretar o seguinte :

Art. 1.º Haverá hum Promotor Publico nas Comarcas de Maranhão, Parnahiba e Carolina na Provincia de Goyaz, vencendo o ordenado annual de quinhentos mil réis cada hum, menos o da Comarca de Carolina que vencerá annualmente o ordenado de trezentos mil réis.

Art. 2.º Os Promotores Publicos das Comarcas da Capital, Santa Cruz, Porto Imperial e Cavalcanti, na mesma Provincia, vencerão o ordenado annual de quinhentos mil réis.

Art. 3.º Fica revogada, nesta parte somente, o Decreto numero trezentos e nove de treze de Junho de mil oitocentos quarenta e tres.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 926 — de 5 de Março de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despendir no corrente exercicio a quantia de 13.703\$740 réis com a repressão do trafico de Africanos.

Não se havendo consignado na vigente Lei de Orçamento quantia alguma para a repressão do trafico de Africanos, e tendo terminado o exercicio para o qual se havia creado o credito de cem contos de réis, que não foi todo despendido: Hei por bem, de conformidade com o paragrapho terceiro do Artigo quarto da Lei numero quinhentos e oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, e Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despendir, no corrente exercicio, a quantia de treze contos setecentos e tres mil setecentos e quarenta réis, igual ao Saldo do credito creado em Fevereiro de mil oitocentos e cincoenta e hum, do que dará conta ao Corpo Legislativo na sua proxima reunião. Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Março de mil oitocentos e cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.



DECRETO N.º 927 — de 5 de Março de 1852.

Altera o Art. 60 dos Estatutos do Banco Commercial.

Attendendo ao que Me representou a Direcção do Banco Commercial sobre a necessidade de se alterar o Art. 60 dos Estatutos porque se rege :

Hei por bem Decretar que o minimo das notas ou

letras de emissão do mesmo Banco seja de duzentos mil réis, ficando o referido Artigo revogado na parte em que prescreve que o valor de taes notas ou letras não seja menor de quinhentos mil réis.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do The-souro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N.º 928 — de 5 de Março de 1852.

Reduz o imposto d'ancoragem.

Visto a disposição do Artigo 28 da Lei N.º 369 de 18 de Setembro de 1845, Hei por bem Decretar :

Art. 1.º Do 1.º de Julho de 1852 em diante, o imposto d'ancoragem, sobre as embarcações que navegarem entre portos estrangeiros e os do Imperio, será reduzido a trezentos réis por tonelada; e abolido o imposto da mesma denominação, que actualmente pagão as embarcações de cabotagem.

Art. 2.º Continuação em vigor, na parte que não são alteradas por este Decreto, as disposições dos de 26 de Abril, 20 de de Julho e 15 de Novembro de 1844.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do The-souro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 26.^a

DECRETO N.º 928 A. — de 8 de Março de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional da Comarca da Capital da Província do Maranhão.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Província do Maranhão; Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Ficão creados no Commando Superior da Guarda Nacional da Província do Maranhão dois Batalhões de Infantaria, de seis Companhias cada hum, com a numeração de primeiro e segundo, e hum Batalhão de Caçadores, de quatro Companhias, com a numeração de terceiro, todos do serviço activo. Fica igualmente creado hum Batalhão da reserva, de quatro Companhias, e huma Companhia na Villa do Paço.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Província na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 27.ª

DECRETO N.º 929 — de 9 de Março de 1852.

Separa o Termo de Vassouras do de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro, crea nelle hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, e marca o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. O Termo de Vassouras fica desanexado do de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro, e sob a jurisdicção de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, e que terá o ordenado annual de quatrocentos mil réis; e nessa parte revogado o Artigo segundo do Decreto numero duzentos setenta e sete de vinte e nove de Março de mil oitocentos quarenta e tres.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 28.^a

DECRETO N.º 930 — de 10 de Março de 1852.

*Incumbe ás Juntas do Commercio da rubrica dos livros ,
e do registro dos documentos no mesmo
Decreto declarados.*

Hei por bem , sobre Consulta do Tribunal do Commercio da Capital do Imperio , Decretar o seguinte :

Art. 1.º Compete ás Juntas do Commercio , além das attribuições que lhe são conferidas pelo Artigo dezoito do Regulamento numero oitocentos trinta e oito de vinte e cinco de Novembro de mil oitocentos e cincoenta , rubricar os livros dos Commerçiantes matriculados , e dos Agentes auxiliares do Commercio de suas Provincias .

Art. 2.º Compete-lhes outrosim o registro dos documentos que os Commerçiantes matriculados são obrigados a inscrever no registro Publico do Commercio , e do das embarcações Brasileiras , destinadas á navegação do alto mar .

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario .

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , o tenha assim entendido , e faça executar . Palacio do Rio de Janeiro em dez de Março de mil oitocentos cincoenta e dois , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio .

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador .

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 29.^a

DECRETO N.º 931 — de 14 de Março de 1852.

Funda o Recolhimento de Santa Theresa para asylo de meninas indigentes, que não possam ter entrada no actual Recolhimento das Orphãs.

Querendo manifestar a Minha Imperial solicitude em favor da innocencia desvalida: Hei por bem Fundar nesta Capital huma Casa pia para asylo de meninas indigentes, cuja admissão se não possa verificar no actual Recolhimento das Orphãs por lhes faltar alguma das condições exigidas nos Estatutos do mesmo Recolhimento, a qual será denominada — Recolhimento de Santa Theresa — ficará debaixo da Minha Imperial Protecção, e terá por fim formar perfeitas mães de familias; sendo administrada por huma Mesa composta dos principaes funcionarios das Irmandades e Corporações, que contribuirem para a sua dotação, na conformidade dos Estatutos que Eu For Servido Dar-lhe: Applicando desde já para principio do seu patrimonio não só as apolices da divida publica fundada, com que para esse fim Nos Aprouve a Mim e a Minha Muito Amada e Presada Esposa concorrer, como tambem os fundos que para o mesmo fim puzerão á Minha Imperial disposição a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia pelas Repartições do Hospital e Recolhimento das Orphãs, e a do Divino Espirito Santo da Lapa. O Visconde de Mont'alegre, do Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

DECRETO N.º 932 — de 14 de Março de 1852.

Concede o uso de hum Medalha ao Exercito sob o Commando do Tenente General Conde de Carias.

Attendendo aos relevantes serviços prestados pelo Exercito sob o Commando do Tenente General Conde de Carias, Hei por bem Conceder ao mesmo Exercito o uso de hum Medalha, segundo os Desenhos e Instrucções, que com este baixão, assignados por Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Instrucções a que se refere o Decreto desta data.

Art. 1.º Todas as praças de Linha e Guarda Nacional que compuzerão o Exercito em operações na Republica do Uruguay usarão da Medalha do Desenho N.º 1: os que porêm, pertencendo á este Exercito, fizerão parte da primeira Divisão, e, passando o Paraná, assistirão á batalha do dia tres de Fevereiro do corrente anno, usarão da Medalha conforme o Desenho N.º 2, tendo esta a fita de côr azul igual á da Ordem Imperial do Cruzeiro, e a outra verde como a da Ordem de S. Bento d'Aviz.

Art. 2.º Os Officiaes Generaes trarão a Medalha de ouro de duplo diametro pendente ao pescoço, e os Officiaes Superiores, Capitães e Subalternos, e Praças de pret ao lado esquerdo do peito, sendo as dos primeiros d'aquelle metal, as dos segundos de prata, e as dos ultimos de hum liga de zinco e antimónio.

Art. 3.º Os individuos, á quem he concedido o uso d'estas Medalhas, não poderão trocar as de hum pelas de outro grão, mas sempre, e em todo o tempo, usarão d'quella que for correspondente ao posto ou praça, que

occupavão na epocha, em que se verificárão os successos, pelos quaes lhes he feita a concessão.

Art. 4.º He inteiramente vedado usar sem as Medalhas as fitas, de que ellas pendem.

Art. 5.º As Medalhas serão fornecidas pelo Governo. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Março de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 30.^a

DECRETO N.º 933 — de 15 de Março de 1852.

Autorisa o credito supplementar da quantia de réis 1.641.705\$000 para occorrer ao deficit presumível no corrente exercicio, em diversas Rubricas, na fôrma da Tabella que com este baixa.

Tendo ouvido o Conselho de Ministros, Hei por bem em conformidade do paragrapho segundo do Artigo quarto da Lei numero quinhentos oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, Autorisar pela Repartição dos Negocios da Guerra o credito supplementar da quantia de mil seiscientos quarenta e hum contos setecentos e cinco mil réis, para occorrer ao deficit presumível no presente exercicio nas quantias votadas para as Rubricas Arsenaes, Hospitaes, Exercito, e Gratificações diversas na Lei do Orçamento em vigor, fazendo-se a distribuição na fôrma da Tabella que com este baixa, devendo esta medida em tempo competente ser levada ao conhecimento do Corpo Legislativo. Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Tabella distributiva do credito supplementar autorisado por Decreto desta data, para o exercicio de 1851 a 1852 Art. 6.º da Lei n.º 555 de 15 de Junho de 1850.

§ 6.º	Arsenaes.....	300.000\$000
7.º	Hospitaes.....	50.000\$000
10.º	Exercito.....	1.191.705\$000
12.º	Gratificação diversas.....	100.000\$000
		<hr/>
		Rs. 1 641.705\$000
		<hr/>

Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Março de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

DECRETO N.º 934 — de 15 de Março de 1852.

Reune o Termo do Desemboque ao do Araxá, e o da Villa de Passos ao de Jacuhy, na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º O Termo do Desemboque fica reunido ao do Araxá na Provincia de Minas Geraes.

Art. 2.º O Termo da Villa de Passos fica reunido ao de Jacuhy, na mesma Provincia.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 935 — de 15 de Março de 1852.

Abre ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros hum novo credito de quatrocentos contos de réis para continuar o pagamento de letras sacadas, em conformidade de ajustes e convenções, pelo Conselheiro d'Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão em Missão especial no Rio da Prata.

Achando-se exaurido o credito extraordinario aberto pelo Decreto numero oitocentos cincoenta e cinco de dez de Dezembro proximo passado, para o pagamento de letras sacadas, em conformidade de ajustes e convenções, pelo Conselheiro d'Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão, em Missão especial no Rio da Prata, e convindo providenciar para que se continue no pagamento de letras vencidas e que se vencerem no corrente anno financeiro, Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, Autorisar o Meu Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, a despendar no dito anno com aquelle objecto, além da quantia já despendida, mais a de quatrocentos contos de réis. Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e expeça as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Março de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa,

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 31.ª

DECRETO N.º 936 — de 19 de Março de 1852.

Separa o Termo de São Miguel dos de Alagoas e Santa Luzia do Norte; e o de Imperatriz dos de Atalaia e Assemblêa, na Província das Alagoas; crea nelles Juizes Municipaes que accumularão as funcções de Juizes de Orphãos; e marca os respectivos ordenados.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º O Termo de São Miguel fica separado dos de Alagoas e Santa Luzia do Norte, e sob a jurisdição de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos; e revogado o Decreto numero quatrocentos sessenta e tres de oito de Agosto de mil oitocentos quarenta e seis.

Art. 2.º Fica igualmente separado o Termo de Imperatriz dos de Atalaia, e Assemblêa e sob a jurisdição de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, e nessa parte revogado o Artigo primeiro do Decreto numero cento setenta e quatro de quinze de Maio de mil oitocentos quarenta e dois

Art. 3.º Cada hum dos ditos Juizes Municipaes terá o ordenado annual de quatrocentos mil réis.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 937 — de 19 de Março de 1852.

Crea na Provincia do Espirito Santo hum lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, dos Termos reunidos de Linhares, Santa Cruz, Nova Almeida, e Serra; e marca o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. Fica creado na Provincia do Espirito Santo hum lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, dos Termos reunidos de Linhares, Santa Cruz, Nova Almeida, e Serra, com o ordenado annual de oitocentos mil réis, e assim alterado o Decreto numero cento e sessenta e seis de onze de Maio de mil oitocentos e quarenta e dois.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 32.^a

DECRETO N.º 938 — de 20 de Março de 1852.

Crea na Provincia de S. Paulo hum lugar de Juiz Municipal, que acumulará as funcções de Juiz de Orphãos, dos Termos reunidos de Porto Feliz, Capivary, e Pirapóra; e marca o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Uunico. Os Termos de Porto Feliz, Capivary, e Pirapóra, ficão reunidos sob a jurisdicção de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, vencendo o Ordenado annual de quatrocentos mil réis.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Março de mil oito centos e cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 939 — de 20 de Março de 1852.

Ordena que, no Districto do Tribunal do Commercio de Pernambuco, se observe o Regimento dos Agentes de leilões, estabelecido para o do Rio de Janeiro.

Hei por bem, sobre consulta do Tribunal do Commercio de Pernambuco, Ordenar que, no seu Districto, se observe o Regimento dos Agentes de leilões mandado exe-

cutar pelo Decreto numero oitocentos cincoenta e oito de dez de Novembro de mil oitocentos cincoenta e hum para os da Praça do Rio de Janeiro. Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 940 — de 20 de Março de 1852.

Dando Regulamento ao Corpo Diplomatico Brasileiro.

Hei por bem, em virtude do Art. 102 § 12 da Constituição, e para a boa execução da Lei N.º 614 de 22 de Agosto de 1851, que se observe o seguinte Regulamento.

CAPITULO I.

Das habilitações para os Cargos Diplomaticos.

Art. 1.º Ninguém poderá entrar no Corpo Diplomatico, para gozar das garantias concedidas pelos Arts. 4.º, 7.º e 8.º da Lei N.º 614 de 22 de Agosto de 1851, senão como Addido de 1.ª Classe.

Art. 2.º Serão considerados habilitados, e serão preferidos para os lugares de Addidos de 1.ª Classe, mostrando-se versados em linguas estrangeiras:

1.º Os Bachareis formados nos Cursos Juridicos do Imperio.

2.º Os graduados em Cursos analogos de Academias ou Universidades estrangeiras.

Art. 3.º Os individuos que não tiverem as graduações do Art. 2.º somente poderão ser nomeados precedendo exame, segundo as Instrucções annexas a este Regulamento.

Art. 4.º Os Secretarios de Legação serão tirados d'en-

tre os Addidos de 1.^a Classe que tiverem servido por espaço de dous annos; os Encarregados de Negocios d'entre os Secretarios; os Ministros Residentes d'entre os Encarregados de Negocios; e os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios d'entre os Encarregados de Negocios e Ministros Residentes.

O serviço nas Missões da America será, além de outros que possa haver, hum motivo de preferencia nas promoções, bem como o exercicio do lugar de Secretario ou Addido na Legação de Londres.

Art. 5.^o A antiguidade somente dará direito á promoção no caso de igualdade de merecimento e serviços.

Art. 6.^o As disposições dos Arts. 1.^o, 2.^o, 3.^o e 4.^o não comprehendem as Missões especiaes, nem as de que trata o Art. 11 da Lei N.^o 614 de 22 de Agosto de 1851, para as quaes poderá o Governo nomear Chefes e mais Empregados, segundo exigir o serviço publico. Porém as pessoas que não pertencerem ao Corpo Diplomatico na epocha de taes nomeações, não adquirirão por ellas direito ás garantias concedidas pelos Arts. 4.^o, 7.^o e 8.^o da Lei acima citada.

Art. 7.^o O Official Maior e Officiaes da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros poderão ser nomeados para Cargos Diplomaticos, sem dependencia do tirocinio e mais habilitações exigidas neste Regulamento. Os Amanaenses que não tiverem as habilitações marcadas no Art. 2.^o poderão ser nomeados Addidos de Legação, se tiverem servido effectivamente por espaço de 3 annos, observada a disposição do Art. 4.^o do Decreto N.^o 135 de 26 de Fevereiro de 1842.

Art. 8.^o Qualquer dos Empregados da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, que, na conformidade do Artigo antecedente, for nomeado para hum Cargo Diplomatico, salvo o caso de Missão Especial, deixará vago o respectivo lugar naquella Secretaria.

Art. 9.^o Além dos de primeira Classe, poderá haver nas Legações, sem que percebam vencimento algum, os Addidos de segunda que o Governo julgar conveniente nomear, e só poderão estes passar para a primeira mostrando-se habilitados na fórma dos Arts. 2.^o e 3.^o

Art. 10. No principio de cada anno proceder-se-ha na Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, á vista das provas e informações que forem colhidas, segundo

Instrucções especiaes, a huma revisão da lista dos Addidos de primeira e segunda Classe, a fim de serem eliminados aquelles que houverem dado provas de pouca capacidade, ou tiverem procedimento menos regular.

CAPITULO II.

Dos Empregados do Corpo Diplomatico.

Art. 11. O pessoal do Corpo Dipomatico será dividido em tres Classes :

- 1.^a Dos Empregados em effectividade.
- 2.^a Dos Empregados em disponibilidade.
- 3.^a Dos Empregados aposentados.

Art. 12. A 1.^a Classe comprehenderá não só os Empregados do Corpo Diplomatico em Missão ordinaria, como tambem os que se acharem em Missões especiaes, e nas de que trata o Art. 11 da Lei.

Art. 13. A segunda Classe comprehenderá os Empregados cuja Missão o Governo der por acabada, mandando-os retirar para a Côrte, sem com tudo demitti-los do serviço.

Esta disponibilidade será considerada activa, ou inactiva conforme o Empregado for ou não admittido ao serviço da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, ou de qualquer outra Repartição, ou exercer algum cargo administrativo.

Art. 14. Os Empregados em disponibilidade que forem incumbidos de algum cargo administrativo perceberão o ordenado competente, se for igual ou maior do que aquelle a que lhe dá direito a disponibilidade; aliás perceberão mais, a titulo desta somente, quanto perfaça o vencimento ao qual já tinham direito.

Art. 15. Os que passarem cinco annos continuos sem terem sido empregados em serviço algum, ou exercido qualquer cargo administrativo, serão declarados por Decreto fóra do Corpo Diplomatico, e sem direito ao vencimento de disponibilidade, se não estiverem no caso de serem aposentados, por terem completado quinze annos de serviço Diplomatico, descontado o tempo que tiverem estado em disponibilidade inactiva.

Art. 16. Poderão ser aposentados por Decreto Im-

perial, huma vez que contem 15 annos de serviço no Corpo Diplomatico :

1.º Os que assim o solicitarem, provando impossibilidade physica ou moral de continuar no serviço.

2.º Aquelles a quem o Governo julgar, e motivadamente declarar assim impossibilitados.

Art. 17. Os Empregados que se acharem em disponibilidade, e os que forem aposentados, conservarão o tratamento, e poderão usar do uniforme correspondente ao ultimo cargo que servirão no Corpo Diplomatico.

Art. 18. O Governo pôde demittir livremente sem lhes dar outro destino, e sem os pôr em disponibilidade, qualquer que seja o tempo de serviço que tiverem, e sem dependencia de Consulta do Conselho d'Estado :

1.º Os Empregados nas Missões de que trata o Art. 11 da Lei de 22 de Agosto de 1851.

2.º Os Empregados em Missões especiaes, com tanto que estes e aquelles não tenham sido tirados das Missões ordinarias.

3.º Os Addidos.

4.º Os Empregados em Missões ordinarias que ainda não tiverem servido por dez annos os lugares de Chefe e Secretario de Legação.

Art. 19. Os Empregados ordinarios que tiverem servido dez annos os lugares de Chefe ou Secretario de Legação, e que sendo nomeados ou removidos para huma Missão de igual ou superior categoria recusarem ir, não serão postos em disponibilidade, e poderão ser demittidos sobre Consulta do Conselho d'Estado. Somente serão aposentados, se tendo quinze ou mais annos de serviço, provarem impossibilidade physica ou moral de continuarem nelle.

CAPITULO III.

Dos vencimentos.

Art. 20. Os vencimentos dos Chefes de Missão em exercicio (exceptuados os de que trata o Art. 11 da Lei de 22 de Agosto de 1851), constarão do ordenado fixo marcado no Art. 5.º da mesma Lei, e de huma quantia annual, arbitrada por Decreto, attenta a categoria das Missões e as circumstancias do Paiz onde tiverem sido es-

tabelecidas. Esta quantia he concedida a titulo de despesas de representação, e será paga, bem como o ordenado, em quartéis adiantados.

Art. 21. Os vencimentos dos Secretarios e Addidos em exercicio constarão do ordenado fixo, de que trata a dita Lei, e de huma quantia annual concedida a titulo de gratificação, para supprir a insufficiencia daquelle ordenado, paga igualmente a quartéis adiantados, e arbitrada e determinada por Decreto do Governo, attenta a carestia dos Paizes em que tiverem de residir.

Art. 22. Abonar-se-ha além disso aos ditos Chefes de Missão, Secretarios e Addidos, huma ajuda de custo para despesas de viagem e primeiro estabelecimento, nos termos do Art. 6.º da Lei de 22 de Agosto de 1851.

Art. 23. Abonar-se-ha mais em quartéis adiantados aos Chefes de Missão effectivos ou interinos para despesas de expediente a quantia annual que for fixada pelo Governo em attenção ás necessidades do serviço.

Art. 24. Quando o Chefe de Legação deixar o lugar, tendo recebido o quartel adiantado para essas despesas, entregará a quem o substituir a quota correspondente ao tempo que ainda faltar para completar o mesmo quartel, dando disso conta á Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros.

Art. 25. O Secretario que reger interinamente huma Legação perceberá durante este exercicio, e conjunctamente com seus vencimentos, huma gratificação annual de interinidade, em moeda do Imperio, regulada do seguinte modo :

Se substituir hum Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario :

Minimo...	Rs. 2.000	2.000
Maximo	» 3.000	3.000

Se substituir hum Ministro Residente :

Minimo.....	Rs. 1.500	1.500
Maximo	» 2.500	2.500

Se for mandado substituir hum Encarregado de Negocios :

Minimo.....	Rs. 1.000	1.000
Maximo.....	» 2.000	2.000

Será marcado o minimo ou maximo da gratificação.

e mesmo hum termo medio , conforme a maior ou menor carestia do lugar.

Art. 26. Regendo hum Addido huma Legação , perceberá durante esse exercicio , e conjunctamente com seus vencimentos , huma gratificação annual de interinidade que consistirá de dous terços da que deveria caber ao Secretario se a regesse , segundo o Artigo antecedente , e observadas as differenças nelle estabelecidas. Se for porê m o Consul Geral o que reja a Legação , perceberá além do seu ordenado huma gratificação de interinidade na importancia de metade da que perceberia o Secretario nos termos acima indicados.

Art. 27. Ao Addido que servir de Secretario augmentar-se-ha a gratificação que lhe tiver sido arbitrada como Addido , segundo parecer conveniente , não podendo porê m , em caso algum , exceder a que tiver sido , ou seria arbitrada ao Secretario.

Art. 28. Serão marcadas nos Decretos de nomeação as quantias para gastos de representação e as gratificações de que trata a segunda parte do Art. 5.º da Lei N.º 614 de 22 de Agosto de 1851.

Art. 29. Os ordenados dos Empregados em disponibilidade , bem como os dos aposentados , serão pagos mensalmente e depois de vencidos , em moeda corrente do Imperio , e pelas respectivas folhas.

Art. 30. O pagamento das ajudas de custo para viagem e primeiro estabelecimento será autorisado pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros logo que o Empregado mostre que está prompto a seguir para o seu destino , salvo o caso em que se ache em Paiz estrangeiro , ou distante da Côrte , porque então será expedida a ordem competente logo que assim convenha.

Art. 31. O pagamento do ordenado fixo , e da quantia para despezas de representação , bem como o ordenado e as gratificações dos Secretarios effectivos e Addidos começarão a correr do dia em que começar a viagem para seus destinos.

Art. 32. O pagamento das ajudas de custo será autorisado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros , logo que forem expedidos os Decretos de demissão , retirada ou remoção.

Art. 33. Terá tambem direito á correspondente ajuda de custo a familia do Empregado , que estando em effe-

ctividade, e mesmo licenciado, fallecer em Paiz estrangeiro, huma vez que não tenha meios para regressar ao Imperio.

Art. 34. Aos Empregados nomeados em Missão especial para diversos Paizes serão abonadas tantas ajudas de custo quantas forem as viagens que forem obrigados a fazer de huns para outros Paizes, deixando aquelles onde houverem terminado a sua Missão.

Art. 35. Se porêm huma Legação comprehender dous ou mais Paizes, e tiverem por isso os respectivos Empregados de passar-se em certas epochas de huns para outros, para ali exercerem suas funcções, não lhes será por isso abonada separadamente quantia alguma, nem lhes serão recebidas contas de despesas, havendo-se porêm attenção ás que provavelmente poderão fazer, na fixação da quantia que lhes he concedida a titulo de despesa de representação.

Art. 36. O ordenado fixo dos Empregados em effectividade, bem como a quantia que lhes he concedida a titulo de despesas de representação ou de gratificação, deixarão de ser percebidos da data em que receberem communicação Official da sua demissão ou retirada, salvo se o Governo marcar a epocha de sua partida, porque então somente deixarão de perceber aquelles vencimentos dessa epocha em diante.

Art. 37. As licenças aos Empregados em effectividade serão concedidas com o ordenado fixo, cessando o pagamento da quantia concedida a titulo de despesas de representação e de gratificação. Poderá com tudo o Governo, quando haja para isso motivo justificado, conceder taes licenças com metade, e nunca mais, daquella quantia.

Art. 38. Para a execução do disposto nos precedentes Artigos deverão os Chefes de Missão em effectividade dar conhecimento pela 4.^a Secção da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros das datas em que sahirem para seus destinos, daquella em que receberem communicação de demissão ou retirada, e daquella em que começou ou terminou o gozo das licenças que lhes forem concedidas. O mesmo praticarão a respeito de seus subordinados, e estes quanto á data de suas partidas.

Art. 39. O ordenado dos Empregados em disponibilidade começará a correr do dia em que cessarem os vencimentos que percebão em effectividade.

Art. 40. O ordenado dos Empregados que forem aposentados, estando em effectividade, começará a correr do dia em que tiverem cessado os vencimentos que antes percebião. E o dos que forem aposentados achando-se em disponibilidade, da data do Decreto da aposentadoria.

CAPITULO IV.

Do modo de contar o tempo de serviço.

Art. 41. Os dez annos de serviço como Chefe ou Secretario de Legação, de que trata o Art. 4.º da Lei de 22 de Agosto de 1851, serão contados da data do seu primeiro Decreto de nomeação, comprehendendo tanto o serviço em effectividade, como o tempo de disponibilidade activa, excluido somente aquelle pelo qual tiverem estado em disponibilidade inactiva.

Art. 42. O tempo pelo qual algum Addido servir interinamente de Secretario ou Chefe de Legação, lhe será contado quando passe a Secretario ou Chefe de Legação effectivo, como fazendo parte dos 10 annos para o fim do Art. 4.º da Lei de 22 de Agosto de 1851.

Art. 43. Os annos de serviço exigidos pela dita Lei para a aposentadoria serão contados da data do primeiro Decreto de nomeação para qualquer lugar Diplomático, e comprehenderão tanto o tempo de effectividade, como o de disponibilidade activa.

Art. 44. As interrupções de serviço em effectividade e disponibilidade activa serão descontadas nos 10 annos de que trata o Art. 4.º da Lei e para a aposentadoria.

Art. 45. Não serão porém descontadas as pequenas interrupções que tem lugar entre hum e outro despacho, para preparar-se o Empregado, receber instrucções, e dispor-se para seguir para seu destino.

Art. 46. Será descontado, na forma do Art. 44, o tempo das licenças, salvo quando, em attenção aos motivos pelos quaes forem concedidas, o Governo, no acto da concessão dellas, ordenar o contrario.

Art. 47. Aos Empregados da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, que fazem actualmente, ou em conformidade do Art. 5.º, passarem a fazer parte do Corpo Diplomático, será contado o tempo de serviço que

tiverem naquella Repartição para a aposentadoria como Membros do mesmo Corpo.

Art. 48. Haverá na Secretaria d'Estado, a cargo immediato do respectivo Official Maior, hum livro de matricula dos Empregados do Corpo Diplomatico e Consular, no qual serão apontados os Decretos de suas nomeações, remoções, retiradas e demissões, o tempo pelo qual tiverem servido os lugares, e estiverem em disponibilidade, as licenças que tiverem tido, com todas as indicações e esclarecimentos necessarios, para que se possa logo, e facilmente, conhecer o seu tempo de serviço e o direito que em virtude do mesmo tiverem.

No principio de cada anno será remettida a cada hum dos ditos Empregados huma copia da sua matricula, ou do que nella houver accrescido no anno anteccedente, a fim de que possam fazer as reclamações competentes, e sejam logo liquidadas e decididas, sendo a decisão lançada no livro respectivo e assignada pelo Ministro.

CAPITULO V.

Disposições geraes.

Art. 49. Havendo mais de hum Addido em hum Legação, e faltando Secretario, servirá como tal aquelle que tiver mais habilitações e merecer mais confiança do seu Chefe, não se attendendo á antiguidade senão no caso de igualdade de circumstancias.

Art. 50. Os Arts. 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 24, 29, 32, 33, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 são applicaveis aos Consules do Imperio que perceberem o ordenado na conformidade do Art. 10 da Lei de 22 de Agosto de 1851.

Art. 51. As disposições deste Regulamento, relativas a aposentadorias, são applicaveis áquellas pessoas, que, tendo servido no Corpo Diplomatico, não fazião parte delle na epocha em que foi publicada a Lei N.º 614 de 22 de Agosto de 1851, hum vez que tenham o tempo de serviço que ella requer, e houvessem deixado esse serviço por haverem sido chamadas pelo Governo, ou pela Lei, a outro tambem publico.

Art. 52. As pessoas que tem feito parte do Corpo Diplomatico poderão tornar a ser empregadas, se assim

convier, na mesma ou em superior categoria á em que servirão, e nesse caso ser-lhes-ha contado somente para aposentadoria o tempo de serviço effectivo que já tiverem.

Art. 53. Os Empregados da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros que na epocha da publicação deste Regulamento exercerem hum cargo Diplomatico, deverão, dentro de hum anno, optar entre este e o lugar que tiverem na dita Secretaria, salvo o caso de Missão especial. Se não fizerem a opção, considerar-se-ha vago o lugar que têm na Secretaria d'Estado.

Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

*Instrucções para o exame dos candidatos ao lugar de
Addido de Legação, ás quizes se refere o Regulamento N.º 940 de 20 de Março de 1852.*

Art. 1.º O Governo nomeará no principio de cada anno huma Comissão composta de tres Membros para proceder ao exame dos candidatos ao lugar de Addidos de Legação, a qual será presidida pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros.

Art. 2.º O exame deverá versar sobre as seguintes materias:

§ 1.º Conhecimento das linguas modernas, especialmente da ingleza e franceza, devendo o candidato traduzir, escrever e fallar esta ultima.

§ 2.º Historia geral e geographia politica, historia nacional, e noticia dos Tratados feitos entre o Brasil e as Potencias estrangeiras.

§ 3.º Principios geraes do Direito das gentes, e do Direito publico nacional, e das principaes Nações estrangeiras.

§ 4.º Principios geraes de economia politica, e do sys-

tema commercial dos principaes Estados , e da producção , industria , importações e exportações do Brasil.

§ 5.º A parte do Direito civil relativa ás pessoas e principios fundamentaes em materias de successão.

§ 6.º Estylo diplomatico , redacção de despachos , notas , relatorios , &c.

Art. 3.º O candidato deverá além disso apresentar á Comissão de exame quaesquer diplomas , ou certificados de estudos que haja obtido.

Art. 4.º O exame terá lugar publicamente em huma das salas da Secretaria dos Negocios Estrangeiros , e durará duas horas , sendo 20 minutos para cada huma das materias do Art. 2.º

Art. 5.º A Comissão deliberará , depois do exame ácerca do merito do candidato , declarando-o habilitado ou não. No primeiro caso se lhe dará huma copia autentica do termo do exame , no segundo não poderá apresentar-se a novo exame sem que haja decorrido pelo menos hum anno. O Ministro que preside o acto não vota.

Art. 6.º As duvidas que occorrerem ácerca das de mais formalidades necessarias para o exame serão resolvidas pela Comissão , e sujeitas á approvação do Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Março de 1852.

Paulino José Soares de Sousa.

DECRETO N.º 941 — de 20 de Março de 1852.

Determinando o numero e categorias das Missões diplomaticas que convém manter nos Paizes estrangeiros.

Hei por bem , em execução do Art. 2.º do Lei n.º 614 de 22 de Agosto de 1851 , determinando o numero e categorias das Missões que convém manter actualmente nos Paizes estrangeiros , decretar o seguinte :

Art. 1.º As Legações do Imperio na America e na Europa serão as seguintes :

<i>Paizes em que o Imperio mantem Legações.</i>	<i>Suas categorias.</i>	<i>Empregados que podem ter.</i>
AMERICA.		
Est. Unidos d'America.	1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario..	{ 1 Secretario.
Confederação Argent.	1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario..	{ 1 Addido.
Republica Oriental do Uruguay.....	1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario..	{ 1 Secretario.
Perú.....	1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario..	{ 1 Addido.
Bolivia.....	1 Ministro Residente.....	{ 1 Addido, servindo de Secret.º
Paraguay.....	1 Encarregado de Negocios..	{ 1 Addido, servindo de Secret.º
Chile.	1 Encarregado de Negocios..	{ 1 Addido, servindo de Secret.º
Venezuela, Nova Granada e Equador....	1 Encarregado de Negocios..	{ 1 Addido, servindo de Secret.º
EUROPA.		
Gram-Bretanha.....	1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario..	{ 1 Secretario até 3 Addidos.
França.....	1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario..	{ 1 Secretario até 2 Addidos.
Portugal.....	1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario..	{ 1 Secretario e 1 Addido.
Prussia, Cidades Anseaticas, Hanover, Mecklenburgo-Schwerin e Strelitz, e Oldemburgo.....	1 Ministro residente.....	{ 1 Secretario.
Duas Sicilias.....	1 Encarregado de Negocios..	{ 1 Addido.
Austria.....	1 Encarregado de Negocios..	
Russia.....	1 Encarregado de Negocios..	
Roma e Toscana.....	1 Encarregado de Negocios..	
Sardenha.....	1 Encarregado de Negocios..	
Espanha.....	1 Encarregado de Negocios..	
Hollanda.....	1 Encarregado de Negocios..	
Belgica.....	1 Encarregado de Negocios..	
Suecia e Dinamarca...	1 Encarregado de Negocios..	

Art. 2.º As Legações das Duas Sicilias, Austria, Russia, Roma e Toscana poderão ter cada huma hum Addido. O Governo poderá transferir esses Addidos temporariamente para outras que os tenham ou não, ou tenham completo o numero, segundo convier ao serviço.

Art. 3.º Somente por meio de Decreto poderá o Go-

verno crear ou supprimir Legações, alterar as suas categorias, e augmentar ou diminuir o numero de seus Empregados.

Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 33.^a

DECRETO N.º 942 — de 24 de Março de 1852.

Concede a José Gori privilegio exclusivo por cinco annos para o fabrico das figuras, vasos, e ornamentos para jardins, da qualidade do barro e vidrado, de sua invenção ou descoberta.

Attendendo ao que Me representou José Gori, pedindo privilegio exclusivo a fim de fabricar figuras, vasos, e ornamentos para jardins, de hum barro cosido segundo sua invenção ou descoberta, e vidrados de branco ou de côr por hum methodo novo, que tambem achara, de cuja applicação he resultado huma peça, que apresentou na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio: Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de vinte do corrente mez, proferida em Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de tres de Fevereiro ultimo, Conceder ao mesmo José Gori privilegio exclusivo por espaço de cinco annos para o fabrico das referidas figuras, vasos, e ornamentos para jardins, da qualidade do barro e do vidrado, de sua invenção ou descoberta; ficando porém livre a qualquer o fabricar figuras, vasos e ornamentos, e vidra-los, huma vez que o não faça segundo o methodo da invenção e descoberta do Supplicante. E deste privilegio se lhe passará a competente Carta, nos termos e com as clausulas da Carta de Lei de vinte e oito de Agosto de mil oitocentos e trinta. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 34.^a

DECRETO N.º 943 — de 26 de Março de 1852.

Abre ao Ministerio da Fazenda hum credito supplementar de 860.000\$ para occorrer ao deficit presumivel no exercicio de 1851 — 1852.

Sendo insufficiente a quantia votada no Art. 7.º da Lei N.º 555 de 15 de Junho de 1850 para as despesas do Ministerio da Fazenda no exercicio corrente: Hei por bem, em conformidade do § 2.º do Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 de Setembro de 1850, e Tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros, autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a despende no mesmo exercicio a quantia de oitocentos e sessenta contos de réis com as rubricas constantes da Tabella, que com este baixa; devendo este credito supplementar ser levado em tempo competente ao conhecimento do Corpo Legislativo.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e seis de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

*Tabella á que se refere o Decreto d'esta data , autori-
sando o credito supplementar para o exercicio
de 1851—1852.*

Art. 7.º da Lei N.º 555 de 15 Junho de 1850.		
§ 7.º Thesouro Nacional.....	200.000	7000
§ 8.º Thesourarias.....	96.200	7000
§ 10.º Alfandegas.....	140.000	7000
§ 11.º Consulados.....	31.000	7000
§ 13.º Mesas de Rendas e Collectorias...	20.000	7000
§ 14.º Casa da Moeda.....	83.400	7000
§ 18.º Administração de terrenos dia- mantinos.....	1.000	7000
§ 20.º Ajudas de custo a Empregados de Fazenda.....	8.000	7000
§ 26.º Pagamento de bens de defuntos e ausentes.....	70.000	7000
§ 27.º Reposições e restituições de direitos e outros.....	100.000	7000
§ 29.º Obras.....	100.000	7000
» Expediente do papel sellado	10.400	7000
Rs.		860.000 7000

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Março de 1852.—
Joaquim José Rodrigues Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 35.ª

DECRETO N.º 944 — de 27 de Março de 1852.

Marca os vencimentos dos Officiaes do Exercito empregados na Guarda Nacional como Chefes do Estado Maior, Majores ou Ajudantes dos Corpos.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Aos Officiaes das quatro classes do Exercito, empregados na Guarda Nacional, como Chefes do Estado Maior, Majores, ou Ajudantes de Corpos, se abonará, além do soldo que perceberem pela Repartição da Guerra, a gratificação de exercicio marcada na Tabella de vinte e oito de Março de mil oitocentos vinte e cinco, e mais huma ração de forragens. Em tempo de guerra porêm terão mais as gratificações da terça parte do soldo, rações de etape, bestas de bagagem, estabelecidas para o Exercito nas Tabellas annexas ás Instrucções de 10 de Janeiro de mil oitocentos quarenta e tres.

Art. 2.º As gratificações e mais vencimentos serão abonadas aos Officiaes de 1.ª Linha, empregados na Guarda Nacional, em relação ás Patentes que tiverem no Exercito.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 945 — de 27 de Março de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despendar no corrente exercicio a quantia de 116.000~~7~~000 com Justiças de 1.^a Instancia

Não sendo sufficiente a quantia votada no paragrapho quarto do Artigo terceiro da Lei do Orçamento em vigor para as despesas com Justiça de primeira Instancia, Hei por bem, de conformidade com o paragrapho segundo do Artigo quarto da Lei numero quinhentos e oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, e Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despendar além da quantia votada, mais a de cento e dezeseis contos de réis, do que dará conta ao Corpo Legislativo na sua proxima reunião. Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro vinte sete de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 36.^a

DECRETO N.º 946 — de 29 de Março de 1852.

Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de 22.000\$000 para occorrer ao pagamento de despesas de conta do exercicio de 1850—1851 com providencias sanitarias, tendentes a atallar o progresso da febre amarella, a prevenir o seu reaparecimento, e a soccorrer os enfermos necessitados.

Attendendo á insufficiencia dos creditos abertos pelos Decretos N.ºs 533 de 25 de Abril de 1850, e 752 de 8 de Janeiro de 1851, para as despesas que demandão as providencias sanitarias tendentes a atallar o progresso da febre amarella, a prevenir o seu reaparecimento, e a soccorrer os enfermos necessitados no exercicio de 1850—1851; e sendo urgentissima a necessidade de occorrer a taes despesas, e satisfazer ás já feitas: Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do § 3.º do Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 de Setembro de 1850, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a despendar com aquelle objecto a quantia de vinte e dous contos de réis, além das sommas para o mesmo fim consignadas nos citados Decretos; devendo este credito extraordinario ser opportunamente incluído na Proposta que houver de ser presente ao Corpo Legislativo, para ser definitivamente approvado. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Março de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 37.^a

DECRETO N.º 947 — do 1.º de Abril de 1852.

Faz extensivo ao Commandante em Chefe, Officiaes, e mais Praças da Esquadra em operações no Rio da Prata o uso da Medalha, que, pelo Decreto n.º 932 de 14 de Março ultimo, fora concedida ao Exercito sob o commando do Tenente General Conde de Caxias.

Tendo em consideração os relevantes serviços prestados pela Esquadra em operações no Rio da Prata, sob o commando em Chefe do Vice-Almirante João Pascoe Grenfell, Hei por bem Fazer extensivo ao mesmo Vice-Almirante, Officiaes, e mais Praças da referida Esquadra o uso da Medalha, que, pelo Decreto numero novecentos e trinta e dous de quatorze do mez proximo preterito, fora concedida ao Exercito do commando do Tenente General Conde de Caxias, com as alterações constantes das Instrucções que com este baixão, assignadas por Manoel Veira Tosta, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Abril de mil oitocentos e cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Veira Tosta.

*Instrucções sobre o uso da Medalha, concedida ao Com-
mandante em Chefe, Officiaes, e mais Praças da Esqua-
dra em operações no Rio da Prata, a que se refere
o Decreto desta data.*

Art. 1.º Todas as Praças da Esquadra em operações no Rio da Prata trarão a Medalha, conforme o desenho n.º 1, e as que, pertencendo á referida Esquadra, fizeram parte das tripolações dos Navios, que assistirão ao combate do Tonelero no dia 17 de Dezembro do anno proximo preterito, a do de n.º 2, tendo esta a fita de côr igual á da Ordem Imperial do Cruzeiro, e a outra verde como a da Ordem de São Bento de Aviz.

Art. 2.º Trarão de ouro esta Medalha o Commandante em Chefe, e os Officiaes Superiores; de prata os outros Officiaes, inclusive os Guardas Marinhas, e os das Classes annexas ao Corpo da Armada; e de hum ligam. de zinco e antimónio as demais Praças; devendo todos usar della do lado esquerdo do peito; e de duplo diametro, pendente ao pescoço, o Commandante em Chefe nos dias de Gala.

Art. 3.º Os individuos, a quem se concede o uso d'estas Medalhas não poderão trocar as de hum pelas de outro gráo, mas sempre, e em todo o tempo usarão d'aquella, que for correspondente ao posto, ou praça, que occupavão na epoca, em que se verificárão os successos, pelos quaes se lhes faz esta concessão.

Art. 4.º He inteiramente vedado trazer, sem as Medalhas, as fitas, de que ellas pendem.

Palacio do Rio de Janeiro em o 1.º de Abril de 1852.—
Manoel Vieira Tosta.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 38.ª

DECRETO N.º 948 — de 2 de Abril de 1852.

*Permitte que se apresentem tão somente apurados os
metaes, de que trata o Art. 8.º do Decreto
N.º 890 de 27 de Dezembro de 1851.*

Attendendo ao que Me representarão Ireneo Evangelista de Sousa, João Maria Collaço de Magalhães, e Frederico Augusto de Vasconcellos Almeida Pereira Cabral, aos quaes por Decreto N.º 890 de 27 de Dezembro de 1851 se concedeo privilegio exclusivo para a mineração de prata e cobre nas Províncias de São Pedro e Santa Catharina; e conformando-Me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, emitto em Consulta de 13 de Fevereiro ultimo: Hei por bem Permitir que não se apresentem na respectiva Thesouraria Geral já fundidos, mas tão somente apurados, os metaes de que trata o Art. 8.º daquelle Decreto, para verificação do competente peso, e pagamento do quinto, que, como alli se prescreve, será effectuado com o mesmo metal ou em dinheiro, pelo preço que tiver no mercado da Provincia; ficando depois livre á Sôciedade o dispor d'elle como lhe convier. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dois de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

DECRETO N.º 949 — de 2 de Abril de 1852.

Crea hum Batalhão de Guardas Nacionais no Municipio de Jaicoz da Provincia do Piauhy subordinado ao Commando Superior da Capital da mesma Provincia

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Piauhy, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio de Jaicoz da Provincia do Piauhy hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, com a designação de quarto, o qual fica subordinado ao Commando Superior da Capital da mesma Provincia.

Art. 2.º O Batalhão acima referido terá a sua parada no lugar que lhe for marcado pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.



DECRETO N.º 950 — de 2 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade de Santo Amaro da Provincia da Bahia.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio da Cidade de Santo Amaro da Provincia da Bahia hum Commando Superior de Guardas Nacionais, o qual comprehenderá hum Corpo de Cavallaria de dois Esquadrões, e quatro Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro, segundo, terceiro e quarto; todos do serviço activo.

Haverá mais neste Commando Superior hum Batalhão da reserva de seis Companhias.

Art. 2.º Os Corpos terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Província na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dois de Abril de mil oitocentos cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 951 — de 2 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Macahé e Capivary da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado hum Commando Superior de Guardas Nacionaes nos Municipios de Macahé e Capivary na mesma Provincia, o qual comprehenderá hum Corpo de Cavallaria de quatro Companhias em Macahé, e dois Batalhões de Infantaria, sendo hum em Macahé, de seis Companhias, com a designação de primeiro, e outro em Capivary de seis Companhias, com a designação de segundo, todos do serviço activo.

Art. 2.º Haverá em Macahé hum Batalhão do serviço da reserva de quatro Companhias, sendo a quarta Companhia dividida em duas Secções, e em Capivary huma Secção de Batalhão de duas Companhias.

Art. 3.º O Presidente da Provincia marcará na fôrma da Lei os lugares das paradas.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Abril de mil oi-

oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 952 — de 2 de Abril de 1852.

Manda observar na Praça do Commercio da Provincia do Maranhão o Regimento para os Corretores da do Rio de Janeiro, com algumas alterações.

Hei por bem Ordenar que, na Praça do Commercio da Provincia do Maranhão, se observe o Regimento expedido para os Corretores da do Rio de Janeiro, com as seguintes alterações :

1.^a Os Corretores para a Praça do Commercio do Maranhão serão geraes para todos os objectos, que pertencem as tres classes de Corretores estabelecidas na do Rio de Janeiro; e haverá até tres.

2.^a Estes Corretores prestarão fiança de cinco contos de réis.

3.^a Cobrarão os mesmos Corretores, de commissão o seguinte :

OBJECTOS.	DO COM-PRADOR.	DO VEN-DEDOR.	OBSERVAÇÕES.
Apolices da divida publica.....	$\frac{1}{8}$ por %	$\frac{1}{8}$ por %	Segundo o valor effectivo.
Accções de Compã-nhias.....	1\$000	1\$000	Cada huma.
Metaes.....	$\frac{1}{8}$ por %	$\frac{1}{8}$ por %	Segundo a importancia em moeda corrente.
Letras de cambio....	$\frac{1}{8}$ »	Idem.

OBJECTOS.	DO COM- PRADOR.	DO VEN- DEDOR.	OBSERVAÇÕES.
Letras de desconto , a 4 mezes.....		$\frac{1}{8}$ »	
Ditas até 8 mezes.....		$\frac{2}{8}$ »	
Ditas até 12 mezes.....			Convencionalmen- te.
Generos nacionaes de exportação....	$\frac{1}{2}$ por %.	$\frac{1}{2}$ por %.	Sobre sua impor- tancia.
Ditos estrangeiros de importação e reexportação.....		1 »	Idem.
Venda de navios.....		2 »	
Fretamento de na- vios.....		1 »	Pago pelo navio sobre o valor do frete.
Agencias de seguros.....		$\frac{1}{8}$ »	Pago pelo segura- do.
Traducção de ma- nifestos.....		5 ⁰⁰⁰ ₇	Pagos pelo proprie- tario ou consi- gnatario , por ca- da huma das tres primeiras pagi- nas, e 2 ⁰⁰⁰ ₇ por cada huma das se- guintes, nunca ex- cedendo a impor- tancia total a mais de 40 ⁰⁰⁰ ₇ .
Certidões até hum mez.....		2 ⁰⁰⁰ ₇	Cada huma.
Ditas excedendo a mez.....		4 ⁰⁰⁰ ₇	Idem.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do

Meu Conselho Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dois de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 39.ª

DECRETO N.º 953 — de 5 de Abril de 1852.

Approva o Regulamento para o curso de Infantaria e Cavallaria creado na Provincia do Rio Grande do Sul.

Tendo Ouvido a Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, Hei por bem approvar o Regulamento, que, para a execução do Artigo primeiro do Decreto N.º seiscentos trinta e quatro de vinte de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, baixa com este, assignado por Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Regulamento para a execução do Artigo primeiro do Decreto N.º 634 de 20 de Setembro de 1851.

Art. 1.º O curso d'estudos, mandados estabelecer na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pará as armas de Infantaria e Cavallaria, constará de dous annos, nos quaes, e em tres cadeiras, se ensinarão as materias seguintes:

1.º anno.

1.ª Cadeira :— Arithmetica, alegebra, geometria e trigonometria plana.

2.ª Cadeira :— Desenho geometrico.

1.ª Cadeira:— Topographia, tatica, fortificações passageiras, estrategia, historia militar e principios de direito natural e das gentes, applicaveis aos usos da guerra e capitulações

2.ª Cadeira:— Desenho militar.

Art. 2.º Para a regencia d'estas cadeiras haverá tres Professores effectivos e hum substituto geral, os quaes serão Officiaes de qualquer das armas e classes do Exercito; com tanto porém que tenham, pelo menos, o curso de artilharia da Escola Militar com approvações plenas em todas as suas doutrinas; e servirão por commissão, vencendo a gratificação annual de oitocentos mil réis.

§ Unico. Estes professores não terão direito á jubilação, seja qual for o numero dos annos de sua commissão.

Art. 3.º He privativa do Governo a nomeação de todos estes Professores, assim como sua exoneração quando julgar conveniente.

Art. 4.º O Professor de maior graduacão, ou antiguidade de posto terá a seu cargo o Governo administrativo e militar d'este curso; porém a direcção scientifica pertencerá á reunião dos Professores em congregação, a qual será presidida pelo Professor mais graduado, ou antigo, servindo de Secretario com voto o Substituto, que tambem o será do curso.

Art. 5.º Pertence á Congregação dos Professores: 1.º propor ao Governo, por intermedio do Presidente da Provincia, tudo quanto julgar conveniente ao aperfeiçoamento do ensino, e aproveitamento dos alumnos: 2.º qualificar os alumnos habilitados para fazerem exame, e o merecimento dos que annualmente forem approvados no 1.º anno.

Art. 6.º Para o expediente e serviço das aulas haverá os seguintes Empregados:

§ 1.º Hum Porteiro encarregado da guarda e asseio do edificio, dos moveis e mais objectos pertencentes ao curso, os quaes lhe serão entregues por inventario, e por elles será responsavel. Servirá igualmente de Amanuense do Professor que fizer as funcções de Secretario.

§ 2.º Hum Guarda, que substituirá o Porteiro nos casos de falta, ou impedimento, e que servirá igualmente para coadjuva-lo, não só na escripturação que for orde-

nada pelo Secretario, como em tudo o mais que for necessario. Além disto tomará o ponto aos alumnos até hum quarto de hora depois da entrada, e hum quarto de hora antes da sahida das aulas.

Art. 7.º Estes dous Empregados serão com preferencia tirados da classe dos Officiaes Inferiores reformados, e, na falta destes, dos que tiverem obtido escusa do serviço militar, com tanto, que huns e outros tenham as necessarias habilitações e reconhecido bom prestimo. O Governo marcará as gratificações que deverão competir-lhes, á vista da natureza do trabalho de que forem encarregados.

Art. 8.º O anno lectivo deste curso começará no primeiro dia util do mez de Março, e findará no ultimo de Outubro de cada anno. São feriados os Domingos, dias santos de guarda, os de Festa nacional, as quintas feiras das semanas, em que não houver outro feriado: além destes serão feriados os dias que decorrem desde quarta-feira de Trévas até á segunda oitava de Pascoa. O mez de Novembro he destinado aos exames.

Art. 9.º As lições de cada aula durarão hora e meia, e as de desenho serão simultaneas para os alumnos de ambos os annos, e começarão meia hora depois de terminadas as das primeiras cadeiras do 1.º e 2.º annos.

Art. 10.º As lições do 1.º e 2.º annos começarão ás oito horas da manhã, e as de desenho ás dez.

Art. 11.º Para a matricula do primeiro anno requere-se: 1.º ser cidadão brasileiro: 2.º a idade de quatorze annos completos: 3.º approvação pelo Professor respectivo em exame previo de pratica das quatro primeiras operações de arithmetica; além disto deverão os militares exhibir licença do Presidente. Os estrangeiros só poderão matricular-se com permissão do Governo.

Art. 12.º Somente serão matriculados no 2.º anno os que tiverem sido approvados em todas as materias do 1.º anno deste curso ou do da Escola Militar.

Art. 13.º Todos os alumnos, quer sejam militares, quer paizanos, e ainda mesmo estrangeiros, ficarão em tudo sujeitos ao regimen deste curso, e ás Leis da disciplina militar.

Art. 14.º Os paizanos que se propuzerem a seguir a profissão das armas, deverão, se quizerem contar como tempo de serviço militar o em que estudarem, assentar praça em hum dos Corpos da arma, á que se destinarem.

Art. 15.º Os alumnos militares, que forem Praças de pret, terão os vencimentos de segundos Sargentos no 1.º anno, e de primeiros Sargentos no 2.º e seguintes, em quanto não passarem a Alferes; mas, se já tiverem maiores vencimentos quando se matricularem no 1.º anno, neste caso os conservarão.

Art. 16.º Perderá o anno o alumno que faltar vinte dias uteis a ambas, ou a huma das aulas do anno respectivo sem causa justificada, e quarenta dias uteis, contadas as faltas pela mesma fôrma, ainda que seja por causa justificada. A justificação das faltas será feita perante a Congregação dos Professores, á vista das razões e documentos irrecusaveis.

Art. 17.º As faltas serão verificadas diariamente pelo respectivo Professor, sendo lançadas em cadernos especiaes, e transferidas no fim de cada mez para o competente livro dos pontos. Reputa-se falta não só o não comparecimento á aula, como a entrada para ella hum quarto de hora depois de ter principiado a lição, ou a sahida della hum quarto ao mais antes de se ter concluido.

Art. 18.º Os alumnos do 1.º anno, que, findas as lições de arithmetica, não se mostrarem em exame especial perante os tres Professores habilitados para continuarem as outras doutrinas do anno, sendo militares, serão recolhidos aos seus Corpos; o mesmo terá lugar a respeito de quaesquer alumnos de ambos os annos, que, em razão de faltas commettidas durante o anno, não puderem ser habilitados para fazerem exames. Em ambos estes casos o Professor Director participará ao Commandante das Armas, quaes os alumnos que se acharem nestas circumstancias, mandando-os logo apresentar ao Corpo, ou Secção de Corpo que mais proximo esteja da Escola, para serem empregados ali em serviço, em quanto não tiverem outro destino.

Art. 19.º Os alumnos que perderem dous annos consecutivos, por faltas, ou porque sejam reprovados, não poderão mais ser admittidos á matricula.

Art. 20.º Os exames do 1.º anno deste curso serão feitos na Provincia, presidindo o respectivo Professor, e arguindo os outros dois. Os exames porêm do 2.º anno serão feitos, ou na Escola Militar, ou na mesma Provincia; mas neste ultimo caso os Examinadores serão dois Lentes da dita Escola. O Governo determinará em tempo

proprio, qual dos meios se deverá adoptar, e providenciara a respeito do transporte dos alumnos ou dos Lentes da Escola Militar, marcando a estes ultimos as gratificações que lhes competirem por esta commissão extraordinaria. Nos exames do 2.º anno os Lentes procurarão verificar o conhecimento que os alumnos tiverão nas materias do 1.º anno, tendo tambem em consideração o aproveitamento nellas.

Art. 21.º Os alumnos que, além de plenas approvações nas materias dos dois annos deste curso, se houverem distinguido nos exercicios praticos com applicação e aproveitamento, serão promovidos ao posto de Alferes Alumno; e todos os que terminarem o curso terão as mesmas vantagens que competem aos que tem o curso de Infantaria ou Cavallaria da Escola Militar.

Art. 22.º O alumno que for reprovado, ou approvado simplesmente, não poderá ser admittido a novo exame das mesmas materias, sem que se tenha novamente matriculado, e frequentado o anno; não sendo porém permittida terceira matricula em hum mesmo anno do curso.

Art. 23.º Os alumnos, que, sendo habilitados não comparecerem no tempo determinado para tirar ponto, não poderão ser admittidos a exame sem prova de legitimo impedimento perante a Congregação; e só poderão fazer exame depois de findos todos os exames do respectivo anno, ou antes da abertura das aulas no anno seguinte.

Art. 24.º O alumno, que, tendo tirado ponto não comparecer a fazer exame, será reputado reprovado, excepto porém se provar perante a Congregação que teve legitimo impedimento; e, n'este unico caso, será admittido a tirar novo ponto no anno seguinte antes da abertura das aulas.

Art. 25.º As approvações do 1.º anno serão por escrutinio secreto, tres AAA approvão plenamente, dois AA e hum R simplesmente, e dois RR bastão para reprovav o examinando. Quanto porém aos exames do 2.º anno, serão feitos na conformidade do Art. 18.º do Regulamento interno da Escola Militar de 15 de Abril de 1848.

Art. 26.º Para os necessarios assentamentos haverá os seguintes livros: 1.º de matriculas, que será analogo ao livro mestre dos Corpos do Exercito: 2.º de termos de exames: 3.º das actas de Congregação: 4.º de regis-

tro dos officios e mais correspondencia do Director: 5.º do inventario de tudo o que pertencer ao curso: 6.º do registro das faltas dos alumnos. Além d'esses livros poderá o Director, de accordo com o Secretario, estabelecer quaesquer outros que a experiencia lhes mostrar serem necessarios para a conservação dos esclarecimentos e tradições indispensaveis aos Estabelecimentos d'esta natureza.

Art. 27.º O Governo regulará o tempo e natureza dos exercicios praticos á que ficão sujeitos os alumnos d'este curso, e de que trata a primeira parte do Art. 21.º d'este Regulamento.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 40.ª

DECRETO N.º 954 — de 6 de Abril de 1852.

Fixa os vencimentos dos Empregados Diplomaticos, de que trata o quadro organizado pelo Decreto N.º 941 de 20 de Março do corrente anno, e as consignações que devem perceber as Legações para despesas do expediente.

Hei por bem que se observe, quanto aos vencimentos dos Empregados Diplomaticos, de que trata o quadro organizado pelo Decreto N.º 941 de 20 de Março do corrente anno, e as consignações que devem perceber as Legações para despesas de expediente, a seguinte Tabella:

AMERICA.

Estados-Unidos.

		<i>Ao cambio de 27 dinheiros sterlingos por 18.</i>	
Ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	Ordenado.....	3.200\$	
	Representação.	14.300\$	
			17.500\$
Ao Secretario	Ordenado.....	1.200\$	
	Gratificação...	2.800\$	
			4.000\$
Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente			500\$

Confederação Argentina.

Ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	Ordenado.....	3.200\$	
	Representação.	11.800\$	
			15.000\$
Ao Secretario	Ordenado.....	1.200\$	
	Gratificação...	2.300\$	
			3.500\$

*Ao cambio de 27 di-
nheiros sterlingos
por 18.*

Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente			500\$

Republica Oriental do Uruguay.

Ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	Ordenado.....	3.200\$	
	Representação.	11.800\$	
			15.000\$
Ao Secretario	Ordenado.....	1.200\$	
	Gratificação...	2.300\$	
			3.500\$
Ao Addido	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente			500\$

Perú.

Ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	Ordenado.....	3.200\$	
	Representação.	11.800\$	
			15.000\$
Ao Addido servindo de Se- cretario	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente			500\$

Bolivia.

Ao Ministro Residente.....	Ordenado.....	2.400\$	
	Representação.	10.100\$	
			12.500\$
Ao Addido servindo de Se- cretario.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente			500\$

Paraguay.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
			10.000\$

*Ao cambio de 27 di-
nheiros sterlingos
por 18.*

Ao Addido servindo de Se- cretario	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	3.000\$
Expediente			500\$

Chile.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	
Ao Addido servindo de Se- cretario	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	30.000\$
Expediente.....			500\$

Venezuela, Nova Granada, e Equador.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Ao Addido servindo de Se- cretario	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	3.000\$
Expediente.....			500\$

*EUROPA.**Grã-Bretanha.*

Ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	Ordenado.....	3.200\$	
	Representação.	21.800\$	
		<hr/>	25.000\$
Ao Secretario.....	Ordenado.....	1.200\$	
	Gratificação...	3.800\$	
		<hr/>	5.000\$
Ao Addido... ..	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	3.000\$
Expediente.....			2.500\$

*Ao cambio de 27 di-
nheiros sterlingos
por 18.*

França.

Ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	Ordenado.....	3.200\$	
	Representação.	16.800\$	
			20.000\$
Ao Secretario.....	Ordenado.....	1.200\$	
	Gratificação...	2.800\$	
			4.000\$
Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente.....			1.000\$

Portugal.

Ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.	Ordenado.....	3.200\$	
	Representação.	14.300\$	
			17.500\$
Ao Secretario.....	Ordenado.....	1.200\$	
	Gratificação...	2.800\$	
			4.000\$
Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente.....			1.000\$

*Prussia, Cidades Anseaticas, Hanover, Mecklemburgo
Schwerin, e Strelitz e Oldemburgo.*

Ao Ministro Residente....	Ordenado.....	2.400\$	
	Representação.	12.600\$	
			15.000\$
Ao Secretario.....	Ordenado.....	1.200\$	
	Gratificação...	2.800\$	
			4.000\$
Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
			3.000\$
Expediente.....			500\$

Duas Sicilias.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
			10.000\$

*Ao cambio de 27 di
nheiros sterlingos
por 18.*

Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	3.000\$
Expediente.....			500\$

Austria.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	3.000\$
Expediente.....			500\$

Russia.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	3.000\$
Expediente.....			500\$

Roma e Toscana.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Ao Addido.....	Ordenado.....	800\$	
	Gratificação...	2.200\$	
		<hr/>	3.000\$
Expediente.....			500\$

Sardenha.

Ao Encarregado de Nego- cios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Expediente.....			500\$

*Ao cambio de 27 dñ
nheiros sterlingos
por 18.*

Hespanha.

Ao Encarregado de Negocios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Expediente			500\$

Hollanda.

Ao Encarregado de Negocios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Expediente			500\$

Belgica.

Ao Encarregado de Negocios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	8.000\$	
		<hr/>	10.000\$
Expediente			500\$

Suecia e Dinamarca.

Ao Encarregado de Negocios.....	Ordenado.....	2.000\$	
	Representação.	5.500\$	
		<hr/>	7.500\$
Expediente			500\$

Paulino Joé Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretaro d'Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PATRE 2.ª

SECÇÃO 41.ª

DECRETO N.º 955 — de 10 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Jerumenha da Provincia do Piauhý.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Piauhý, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio de Jerumenha da Provincia do Piauhý hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Corpo de Cavallaria de dois Esquadrões, e hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas ás Companhias do serviço activo dos districtos a que pertencerem.

Art. 3.º O Corpo de Cavallaria, e o Batalhão de Infantaria terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 956 — de 10 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Capital, Diamantino, Poconé, e Mato Grosso da Provincia do mesmo nome.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Mato Grosso, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios da Capital, Diamantino, Poconé, e Mato Grosso da Provincia do mesmo nome hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá nas Freguezias da Sé e Pedro Segundo hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias com a designação de primeiro; da Guia, Brotas, e Chapada hum Batalhão de seis Companhias com a designação de segundo; de Santo Antonio e Livramento hum de seis Companhias com a designação de terceiro; de Santa Anna da Paranaíba huma Companhia de Infantaria; de Miranda huma Companhia e huma Secção de Companhia; de Albuquerque huma Companhia; do Diamantino e Rosario hum Batalhão de quatro Companhias com a designação de quarto; de Poconé e Villa Maria, hum Batalhão de seis Companhias com a designação de quinto; e na de Mato Grosso huma Secção de Batalhão de duas Companhias.

Art. 2.º Haverá mais nas Freguezias da Sé e Pedro Segundo huma Companhia da reserva.

Art. 3.º Os Batalhões e Companhias avulsas terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dez de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 42.^a

DECRETO N.º 957 — de 18 de Abril de 1852.

Marca o uniforme para os Corpos da Guarda Nacional do Imperio.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. Fica marcado, em virtude do Art. 72 da Lei N.º 602 de 19 de Setembro de 1850 para os Corpos da Guarda Nacional do Imperio, o uniforme constante dos Figurinos juntos.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 958 — de 18 de Abril de 1852.

Crea hum Commando Superior de Guardas Nacionais nos Municipios de Queluz e Bom Fim da Provincia de Minas Geraes, e desannexa do Commando Superior da Capital da mesma Provincia o 4.º e 5.º Batalhão do serviço activo, e o 2.º da reserva.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Queluz e Bom Fim da Provincia de Minas Geraes hum Commando

Superior de Guardas Nacionaes comprehendendo em Queluz dois Batalhões de Infantaria de 6 Companhias cada hum com a designação de 1.º e 2.º do serviço activo, e hum Batalhão de 4 Companhias do serviço da reserva; e em Bom Fim 2 Batalhões de Infantaria de 6 Companhias cada hum com a designação de 3.º e 4.º do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva no Municipio de Bom Fim ficão addidas ás Companhias do serviço activo dos Districtos a que pertencerem.

Art. 3.º O 4.º e 5.º Batalhão do serviço activo, e o 2.º do da reserva ficão desannexados do Commando Superior da Capital da Provincia de Minas Geraes, e reunidos a este Commando Superior com a designação de 1.º e 2.º

Art. 4.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Abril de mil oitocentos enicoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.



DECRETO N.º 959 — de 18 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios do Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios do Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes hum Commando Superior de Guardas Nacionaes o qual comprehenderá huma Companhia de Cavallaria, e hum Batalhão de Infantaria de 6 Companhias com a designação de 1.º no Municipio

do Araxá, e hum Batalhão de 6 Companhias com a designação de 2.º no do Desemboque.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva formarão hum Batalhão de 4 Companhias, sendo 3 no Municipio do Araxá, e huma no do Desemboque.

Art. 3.º Os Batalhões e Companhias terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 960 — de 18 de Abril de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
de Extremoz e Touros da Provincia do
Rio Grande do Norte.*

Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficão creados nos Municipios de Extremoz e Touros da Provincia do Rio Grande do Norte, e reunidos ao Commando Superior da Capital da mesma Provincia, hum Esquadrão de Cavallaria, dois Batalhões de Infantaria, de seis Companhias cada hum, com a designação de terceiro e quarto, e huma Secção de Batalhão, de tres Companhias da mesma arma.

Art. 2.º Os Guardas qualificados na reserva ficão addidos aos Batalhões do serviço activo.

Art. 3.º O Esquadrão de Cavallaria, e Batalhões de Infantaria terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu

Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezoito de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 43.^a

DECRETO N.º 961 — de 20 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município da Cidade Diamantina da Província de Minas Geraes.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Município da Cidade Diamantina na Província de Minas Geraes hum Commando Superior de Guardas Nacionaes , o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria , e tres Batalhões de Infantaria de 8 Companhia cada hum , com a designação de 1.º, 2.º e 3.º do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior hum Batalhão do serviço da reserva , de 4 Companhias.

Art. 2.º O Esquadrão de Cavallaria , e os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia , na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 962 — de 20 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Sabará da Provincia de Minas Geraes.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio do Sabará da Provincia de Minas Geraes hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria, e tres Batalhões de Infantaria de 6 Companhias cada hum, com a designação de 1.º, 2.º e 3.º, todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior hum Batalhão de Infantaria de 6 Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão de Cavallaria e os Batalhões de Infantaria terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 963 — de 20 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Goianinha, Villa Flor, Papari, S. José, e S. Bento da Provincia do Rio Grande do Norte.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Goianinha, Villa Flor, Papari, S. José, e S. Bento da Provincia do Rio Grande do Norte hum Commando Superior de Guardas

Nacionaes o qual comprehenderá em Goianinha hum Batalhão de Infantaria de 8 Companhias, com a designação de 1.º, em Villa Flor hum Batalhão de Infantaria de 4 Companhias, com a designação de 2.º; em Papari hum Batalhão de Infantaria de 4 Companhias, com designação de 3.º; em São José hum Batalhão de Infantaria de 4 Companhias, com a designação de 4.º; e em S. Bento dous Batalhões de Infantaria com a designação de 5.º e 6.º, este de 6 e aquelle de 8 Companhias, todos do serviço activo. Haverá mais neste ultimo Municipio hum Batalhão de 4 Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos Municipios de Goianinha, Villa Flor, Papari, e S. José ficarão addidas ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 964 — de 20 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios do Príncipe, e Acari da Provincia do Rio Grande do Norte.

Atteddendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios do Príncipe, e Acari da Provincia do Rio Grande do Norte hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em o do Príncipe hum Batalhão de Infantaria de 8 Companhias com a designação de 1.º, em Acari outro

Batalhão de 8 Companhias com a designação de 2.º, ambos do serviço activo.

Art. 2.º As praças, qualificadas na reserva nos referidos Municipios, ficarão addidas ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 44.^a

DECRETO N.º 965 — de 21 de Abril de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
do Assu, Mossoró, e Sant'Anna da Provincia do
Rio Grande do Norte.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios do Assu, Mossoró, e Sant'Anna da Provincia do Rio Grande do Norte hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, comprehendendo no Assu hum Batalhão de Infantaria de 8 Companhias com a designação de 1.º, em Mossoró hum Batalhão de Infantaria de 4 Companhias, com a designação de 2.º, e em Sant'Anna hum Batalhão de Infantaria de 4 Companhias com a designação de 3.º, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos Municipios acima referidos ficarão addidas ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justica, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Abril de mil oitocentos cincenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica da Sua Magestade e Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 966 — de 21 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Capital, e S. Gonçalo da Provincia do Rio Grande do Norte.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios da Capital, e S. Gonçalo da Provincia do Rio Grande do Norte hum Com-mando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá na Capital hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de primeiro, e em S. Gonçalo outro Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, com a designação de segundo, ambos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos dois Municipios acima referidos ficarão addidas ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 967 — de 21 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Angicos, e Macão da Provincia do Rio Grande do Norte.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Angicos, e Macão da Provincia do Rio Grande do Norte hum Com-mando Superior de Guardas Nacionaes, o qual compre-henderá, em Angicos, hum Batalhão de Infantaria de qua-tro Companhias, com a designação de primeiro; e em Macão outro Batalhão de quatro Companhias, com a de-signação de segundo, ambos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos referi-dos Municipios ficarão addidas ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lu-gares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provin-cia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Pa-lacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 45.^a

DECRETO N.º 968 — de 22 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Imperatriz, Apodi, e Porto Alegre da Provincia do Rio Grande do Norte.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios da Imperatriz, Apodi e Porto Alegre da Provincia do Rio Grande do Norte hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá, em o da Imperatriz, hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de primeiro; em Apodi, hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de segundo; e em Porto Alegre hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a designação de terceiro, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos Municipios acima referidos, ficarão addidas ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dois de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 969 — de 22 de Abril de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município de S. Raymundo Nonato da Provincia do Piauhy.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Piauhy, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creada no Município de S. Raymundo Nonato da Provincia do Piauhy, huma Secção de Batalhão de Infantaria, de duas Companhias, subordinada ao Commando Superior da Capital da mesma Provincia.

Art. 2.º As praças da reserva ficarão addidas ás Companhias do serviço activo.

Art. 3.º O Presidente da Provincia marcará a parada da Secção de Batalhão, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 46.^a

DECRETO N.º 970 — de 24 de Abril de 1852.

Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de 40.000\$ para occorrer no actual exercicio ao subsidio do Theatro Publico desta Capital.

Não sendo sufficiente o producto liquido das Loterias concedidas ao Theatro de S. Pedro d'Alcantara para occorrer ás despezas extraordinarias occasionadas em parte pelo incendio daquelle Theatro, e em parte pelos gastos indispensaveis com os reparos do de São Januario, com a promptificação dos objectos necessarios no que provisoriamente acaba de fundar-se, e com o engajamento e transporte das Companhias de canto e baile; e sendo urgente occorrer a taes despezas: Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do § 3.º do Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 de Setembro de 1850, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a despender com este objecto no corrente exercicio a quantia de quarenta contos de réis; devendo este credito extraordinario ser incluído na Proposta que houver de ser presente ao Corpo Legislativo, para ser definitivamente approved. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

DECRETO N.º 971 — de 24 de Abril de 1852.

Concede a Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por 15 annos para a construcção de diques fluctuantes de suspensão, segundo o systema que inventou.

Tomando em consideração o que Me representou Thomaz Butler Dodgson, pedindo privilegio exclusivo por vinte annos para a construcção de diques fluctuantes de suspensão, segundo o systema que inventara, cujo desenho offereceo: Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de dezeseite do corrente, preferida em Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, de trinta e hum do mez antecedente, Conceder ao mesmo Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por espaço de quinze annos, a fim de que só elle possa construir os referidos diques de sua invenção; do qual privilegio se lhe passará a competente Carta, nos termos e com as clausulas da Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

DECRETO N.º 972 — de 24 de Abril de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despendar no corrente exercicio a quantia de 20.000\$ com a Policia e segurança publica.

Não sendo sufficiente a quantia votada no paragrapho quinto do Artigo terceiro da Lei de Orçamento em vigor para as despesas com a Policia e segurança publica, Hei por bem, de conformidade com o paragrapho segundo do

Artigo quarto da Lei numero quinhentos oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta , e Tendo Ouvido o Conselho de Ministros , Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despende , além da quantia votada , mais a de vinte contos de réis , do que dará conta ao Corpo Legislativo na sua proxima reunião. Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro vinte e quatro de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.



DECRETO N.º 973 — de 24 de Abril de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a despende no corrente anno financeiro a quantia de doze contos trezentos sessenta mil quinhentos e vinte réis da nossa moeda , além da que foi votada no § 3.º do Art. 4.º da respectiva Lei de Orçamento , por não ser sufficiente o Credito aberto por Decreto N.º 880 de 5 de Dezembro do anno proximo passado.

Attendendo á insufficiencia da quantia votada no § 3.º do Art. 4.º da Lei do Orçamento em vigor para despezas extraordinarias no exterior , insufficiencia demonstrada pelo Credito aberto pelo Decreto N.º 880 de 5 de Dezembro do anno proximo passado , Hei por bem , Tendo Ouvido o Conselho de Ministros , na conformidade do § 2.º do Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 de Setembro de 1850 , Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a despende sob aquella rubrica , no corrente anno financeiro , mais a quantia de doze contos trezentos sessenta mil quinhentos e vinte réis da nossa moeda , importancia de despezas secretas feitas pelo Conselheiro de Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão na Missão especial

de que está encarregado; devendo este Credito supplementar ser tambem incluído na Proposta que houver de ser presente ao Corpo Legislativo para ser definitivamente approved. Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Abril de mil oitocentos cinquenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 47.^a

DECRETO N.º 974 — de 26 de Abril de 1852.

Abre ao Ministerio do Imperio hum Credito extraordinario de 30.000.000 para occorrer ds despesas com a organisação do Censo Geral do Imperio.

Attendendo á urgente necessidade de consignar-se a somma indispensavel para occorrer ás despesas com a organisação do Censo Geral do Imperio, de que trata o § 3.º do Art. 17 da Lei N.º 586 de 6 de Setembro de 1850: Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do § 3.º do Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 do referido mez e anno, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a despendar com aquelle objecto no actual exercicio de 1851—1852 a quantia de trinta contos de réis; devendo este Credito extraordinario ser opportunamente incluido na Proposta, que houver de ser presente ao Corpo Legislativo, para ser definitivamente approvado. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 48.ª

DECRETO N.º 975 — de 26 de Abril de 1852.

Abre ao Ministerio do Imperio hum Credito extraordinario de 35.000.000 para occorrer ás despesas com o estabelecimento dos Registros regulares dos nascimentos e obitos annuaes.

Attendendo á urgente necessidade de consignar-se a somma indispensavel para occorrer ás despesas com o estabelecimento dos Registros regulares dos nascimentos e obitos annuaes, de que trata o § 3.º do Art. 17 da Lei N.º 586 de 6 de Setembro de 1850: Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do § 3.º do Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 do mesmo mez e anno, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a despende com aquelle objecto no corrente exercicio de 1851—1852 a quantia de trinta e cinco contos de réis, devendo este Credito extraordinario ser opportunamente incluido na Proposta, que houver de ser presente ao Corpo Legislativo para ser definitivamente approvado. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Abril de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

DECRETO N.º 976 — de 26 de Abril de 1852.

*Autorisa o Ministerio dos Negocios Estrangeiros a des-
pender no corrente exercicio de 1851—52, na verba
—Legações e Consulados—, mais 19.368.7515 ao cam-
bio de 27, além do que foi votado para a mesma verba
na respectiva Lei do Orçamento.*

Attendendo á insufficiencia do Credito votado pelo pa-
ragrapho segundo do Artigo quarto da Lei do Orçamento
vigente para as despesas das Legações e Consulados, e a
urgente necessidade de satisfaze-las, Hei por bem, Tendo
Ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do pa-
ragrapho segundo do Artigo quarto da Lei numero qui-
nhentos oitenta e nove, de nove de Setembro de mil oi-
tocentos e cincoenta, Autorisar o Ministro e Secretario de
Estado dos Negocios Estrangeiros a despende, sob aquella
rubrica, no corrente exercicio, a quantia de dezenove con-
tos trezentos sessenta e oito mil quinhentos e quinze réis
ao cambio de vinte e sete dinheiros esterlinos por mil réis
além da que foi votada na sobredita Lei de Orçamento,
devendo este Credito suplementar ser opportunamente in-
cluido na Proposta que houver de ser presente ao Corpo
Legislativo para ser definitivamente approvado. Paulino
José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Se-
cretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim
entendido, e faça executar, expedindo os despachos neces-
sarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Abril
de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro
da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 49.^a

DECRETO N.º 977 — de 28 de Abril de 1852.

Autorisa a incorporação da Companhia Reformadora, e approva os respectivos Estatutos.

Tomando em consideração o que Me representou a Comissão Directora da Companhia Reformadora, organizada para o melhoramento, construção e conservação das calçadas desta Cidade: Hei por bem Autorisar a incorporação da referida Companhia, e Approvar os respectivos Estatutos, que com este baixão, assignados pelo Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio; ficando porém dependente da Minha Imperial Approvação a reforma, ou modificação dos presentes Estatutos, de que trata o Art. 33. O mesmo Ministro e Secretario d'Estado assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Abril de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

Estatutos da Companhia Reformadora, aos quaes se refere o Decreto N.º 977 desta data.

CAPITULO I.

Da Companhia.

Art. 1.º He organizada huma Companhia com o fim de contractar com a autoridade competente o melhoramento, construção e conservação das calçadas da Cidade

e Còrte do Rio de Janeiro pelo modo, que mais conveniente for. Esta Companhia tem o nome de Reformadora.

Art. 2.º A duração da empresa será regulada no contracto respectivo. Não obstante se convier a sua continuação além do prazo marcado, a Commissão Directora, depois de vencida semelhante deliberação em Assembléa Geral dos Accionistas, renovará seus contractos pelo tempo que convier, e se ajustar.

Art. 3.º Os fundos da Companhia são de 300.000⁰⁰⁰, representados em seiscentas acções de quinhentos mil réis cada huma, os quaes poderão ser elevados por deliberação da Assembléa Geral, segundo as conveniencias da Sociedade, e o melhor serviço publico.

Art. 4.º A importancia de cada huma entrada, e o modo de a realizar, serão regulados por deliberação da Commissão Directora.

Art. 5.º O Accionista, que no prazo prefixo, deixar de entrar com a sua prestação, perderá em beneficio da Companhia as entradas inteiras que houver feito, sendo riscado da lista dos Accionistas.

Art. 6.º Dado o caso do Artigo antecedente a Commissão Directora fará annunciar pelos jornaes, e no Escriptório respectivo, o numero, e a venda das acções prescriptas, sem nunca declarar o nome do Socio a quem pertencêrão.

Se dentro de trinta dias não apparecer reclamação do interessado, serão impreterivelmente vendidas. Caso appareça reclamação do Socio proprietario, será ella decidida pela Commissão Directora como achar conveniente; tendo o Socio prejudicado, caso se não conforme com a dita decisão, direito de appellar em oito dias para a Assembléa Geral, a qual decidirá definitivamente. A decisão final será publicada pela imprensa, e durante o seu processo não se poderá dispor das apolices em questão.

CAPITULO II.

Dos Accionistas.

Art. 7.º Póde ser Accionista toda e qualquer pessoa, ou Corporação nacional ou estrangeira. Cada hum póde dispor das suas acções com a liberdade que entender, mas o acto da alienação, que deverá mencionar-se nos

registros da Companhia, será authenticado pela assignatura das partes, ou de seus legitimos procuradores.

CAPITULO III.

Da Assembléa Geral.

Art. 8.º A Assembléa Geral he a reunião dos Accionistas. Ella se haverá por constituida, sempre que se acharem presentes tantos Accionistas quantos representarem dous terços do capital da Companhia. O numero de cinco acções dá direito a hum voto. Ninguém terá voto sem que possua o numero de cinco acções, nem terá mais de cinco votos qualquer que seja o numero que possua. Os ausentes poderão votar por procuradores, mas estes só poderão ser escolhidos dentre os Accionistas, os quaes em caso nenhum poderão representar mais de cinco votos além dos seus.

Art. 9.º A Assembléa Geral se reunirá annualmente duas vezes em Janeiro, e duas em Julho, nos dias que se apazarem, sendo a primeira de cada mez para ouvir o relatorio e balanço do estado da Companhia, e a segunda para conhecer do resultado dos trabalhos da Commissão de exame. Além dessas reuniões haverá reunião extraordinaria, sempre que a Commissão Directora o reconhecer necessario. A convocação será sempre annunciada com a devida antecedencia e publicidade, já nos Jornaes de mais importancia, e já no Escriptorio da Companhia.

Art. 10. Se por falta de numero deixar de se constituir a Assembléa Geral, ficará adiada para o dia, que novamente se designar, e que não deverá exceder do oitavo, repetindo-se a convocação com as mesmas formalidades. Neste caso o numero que então se reunir constituirá a Assembléa Geral.

Art. 11. Nas reuniões extraordinarias só se tratará de objectos alheios ao fim da convocação se a Assembléa Geral expressamente o resolver, podendo em caso de urgencia prorogar as suas Sessões pelo tempo que convier.

Art. 12. A Assembléa Geral he presidida pelo Presidente da Commissão Directora, servindo-lhe de Secretarios e Escriptadores os membros d'ella.

Art. 13. O relatorio e balanço do estado da Com-

panhia serão entregues a huma Comissão de exame, composta de tres membros, nomeada por escrutinio secreto, a qual emitirá sobre tudo o seu parecer, que será devidamente discutido. A' mesma Comissão serão franquçados todos os esclarecimentos de que necessitar.

CAPITULO IV.

Da Administração.

Art. 14. A Companhia será administrada por huma Comissão Directora, composta de hum Presidente, hum Sécretario, hum Thesoureiro, e dous Adjunctos. Os Adjunctos substituirão o Presidente, e o Secretario em suas faltas, entendendo-se que substituirá o primeiro aquelle dos Adjunctos, que tiver tido na eleição maior numero de votos, e em caso de empate o que for mais velho.

O Thesoureiro será nas suas faltas e impedimentos repentinos substituido por hum Fiel de sua confiança, e sob sua responsabilidade. A' este arbitrará a Comissão Directora a gratificação que julgar conveniente.

Art. 15. Ninguém, quer nacional quer estrangeiro, poderá ser eleito membro da Comissão, sem que possua pelo menos dez acções. As funções de seus membros serão gratuitas, e durarão dous annos, podendo ser reeleitos se houverem bem servido.

O primeiro biennio para a 1.^a Comissão que for organisa da, contar-se-ha do dia em que effectivamente commecçarem os trabalhos da empreza.

Art. 16. Compete á Comissão Directora :

§ 1.º Solicitar do Governo a approvação dos seus Estatutos.

§ 2.º Celebrar todos os contractos da Companhia.

§ 3.º Ordenar a construcção das calçadas, seu melhoramento, e conservação, conforme as prescripções ajustadas com a Autoridade competente.

§ 4.º Comprar machinas e instrumentos, e fazer todas as mais acquisições, que se considerar necessarias aos interesses da Companhia.

§ 5.º Determinar e regular a escripturação, e marcar o numero e qualidade dos livros.

§ 6.º Autorisar o Thesoureiro para receber os dinheiros dos Cofres Publicos.

§ 7.º Regular o serviço da construcção, conservação e inspecção pelo methodo que mais consentaneo for, dividindo a Cidade em Districtos, ou Secções, e provendo sobre tudo o mais, segundo melhor convier ao serviço do publico, e aos interesses da Companhia, ouvido o Engenheiro respectivo.

§ 8.º Organisar e apresentar nas devidas epochas á Assembléa Geral o relatorio do estado da Sociedade, e o competente balanço, sendo tudo feito com individualisação e clareza.

§ 9.º Decretar os dividendos de seis em seis mezes.

§ 10. Representar a Companhia em todos os seus direitos e interesses.

§ 11. Resolver a convocação extraordinaria da Assembléa Geral.

§ 12. Fazer os Regulamentos necessarios para todos os Empregados da Companhia, creando os empregos que forem necessarios, e marcando-lhes os salarios que entender.

Art. 17. Compete ao Presidente :

§ 1.º Presidir á Assembléa Geral, e aos trabalhos da Comissão Directora, regulando as discussões, e mantendo a ordem nos debates.

§ 2.º Convocar a Assembléa para as suas reuniões ordinarias, bem como nos casos extraordinarios ou em conformidade com o Art. 16 § 11, ou quando o requere-rem os Accionistas representantes da 4.ª parte do Capital da Sociedade.

§ 3.º Numerar e rubricar, abrir e encerrar todos os livros da Companhia.

§ 4.º Autorisar a compra de materiaes e ferramentas necessarias.

§ 5.º Dar expediente a todos os negocios, e autorisar os pagamentos das folhas e contas.

Art. 18. A quem substituir o Presidente em suas faltas competem todas as attribuições do Artigo antecedente.

Art. 19. Ao Secretario compete :

§ 1.º Escrever e ler as actas das Sessões, fazer todo o expediente da Comissão, ou da Presidencia, e as mais escripturações, que por aquella ou por esta lhe forem ordenadas.

§ 2.º Fazer dirigir e authenticar toda a correspondencia da Companhia.

§ 3.º Poderá ser auxiliado pelo Guarda-livros, ou por qualquer outro Empregado, que para a Secretaria for conveniente crear em todos os actos mencionados, porêm este em nenhum caso o poderá substituir, ou representar com sua assignatura.

Art. 20. He da competencia do Thesoureiro :

§ 1.º Receber dos Cofres Publicos as devidas prestações e auxilios.

§ 2.º Fazer os pagamentos e despezas, cujos documentos ou folhas lhe forem apresentadas com ordem expressa do Presidente, em a qual sempre se mencionará a quantia que se mandar despende.

CAPITULO V.

Dos Empregados.

Art. 21. O Escriptorio da Companhia será collocado em lugar central em relação aos movimentos do commercio. Terá por Empregados aquelles, cujo numero, e attribuições forem considerados indispensaveis.

Art. 22. Hum Regulamento especial proposto pelo Secretario, e approvedo pela Commissão, marcará o tempo do serviço, e as obrigações dos respectivos Empregados.

Art. 23. Haverá hum Engenheiro que será profissional, devendo ser preferido para semelhante lugar o que tiver viajado, e reunir os conhecimentos praticos das materias concernentes á sua occupação.

Art. 24. O Engenheiro será da livre nomeação e confiança da Commissão Directora. Suas attribuições serão por ella especialmente determinadas.

CAPITULO VI.

Dos dividendos e fundos de reserva.

Art. 25. O pagamento dos dividendos será feito pelo Thesoureiro no Escriptorio da Companhia.

Art. 26. Só haverá dividendo quando houver nos Cofres numerario sufficiente para as despezas ordinarias de tres mezes.

Art. 27. No caso do Artigo antecedente suspender-se-hão as entradas dos Accionistas, excepto se houver ne-

cessidade de verificar-se alguma importante despesa, como, por exemplo, com a compra de machinas, ou de quaesquer outros objectos necessarios aos fins da empresa.

Art. 28. Todas as contas da Companhia ficarão saldadas no fim dos mezes de Junho e Dezembro, a fim de que possam constituir parte do balanço, que tem de ser presente á Assembléa Geral.

Art. 29. Approvadas as contas em Assembléa Geral, e marcadas as quantias necessarias para as despesas do trimestre, deduzir-se-ha para fundo de reserva quantia nunca menor de dez por cento.

Art. 30. Feitas as deducções do Artigo antecedente, será o liquido dividido pelas acções, fazendo-se por annuncios publicar a sua importancia.

CAPITULO VII.

Disposições Geraes.

Art. 31. Todo o dinheiro disponivel da Companhia será conservado no Banco.

Art. 32. O processo das folhas dos pagamentos, a verificação destes, o tempo, e o modo com que serão feitos, dependerão de Regulamento feito pela Commissão Directora.

Art. 33. A Assembléa Geral poderá reformar, ou modificar os presentes Estatutos, quando julgue necessario. Neste caso a proposta de reforma partirá da Commissão Directora, ou do parecer affirmativo da mesma Commissão, proferido sobre indicação de qualquer dos Accionistas. Em todo o caso são necessarios para a reforma tantos votos quantos representem dous terços do capital da Companhia.

Art. 34. Se no entanto houver urgente necessidade de tomar huma providencia não prevenida nos presentes Estatutos, a Commissão Directora a poderá tomar sob sua responsabilidade, levando tudo ao conhecimento da Assembléa Geral em sua primeira reunião, ou fazendo-a convocar extraordinariamente, se entender isso indispensavel.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1852.

Visconde de Mont'alegre.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 50.^a

DECRETO N.º 978 — do 1.º de Maio de 1852.

Concede a Luiz Berthaud & Companhia privilegio exclusivo por dez annos para só elles fabricarem barris inodoros, carroças e barcas, destinadas ao rapido e seguro transporte de materias feccas, por hum novo systema que os Supplicants inventarão.

Attendendo ao que Me representarão Luiz Berthaud & Companhia, pedindo privilegio exclusivo para só elles fabricarem barris inodoros, carroças e barcas, destinadas ao rapido e seguro transporte de materias feccas, por hum novo systema que os Supplicants inventarão segundo o desenho e descripção a este annexos; e Conformando-Me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de vinte e seis de Abril proximo passado: Hei por bem Conceder aos referidos Luiz Berthaud & Companhia, tão somente, porém, por espaço de dez annos, o privilegio que requerem, do qual se lhes passará a competente Carta, nos termos e com as clausulas da Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Maio de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubricá de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

DECRETO N.º 979 — do 1.º de Maio de 1852.

Concede a Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por dez annos para o calçamento das ruas conforme o systema que inventara.

Solicitando Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por espaço de vinte annos, para que só elle possa empregar no calçamento das ruas o systema que inventara, já posto em pratica na rua do Sabão d'esta Cidade, o qual, á vista da exposição apresentada pelo Supplicante, consiste em huma combinação de ferro, pedra quebrada, e asphalto, assentado tudo sobre alicerces de pedra: Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução do primeiro do corrente, tomada sobre Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, de vinte e tres de Abril ultimo, Conceder ao mesmo Thomaz Butler Dodgson o privilegio exclusivo, que requer, por espaço de dez annos somente, do qual se lhe passará a competente Carta, nos termos e com as clausulas da Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830. O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Maio de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Mont'alegre.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 51.ª

DECRETO N.º 980 — de 6 de Maio de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
de Paraty e Angra dos Reis da Provincia do
Rio de Janeiro.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Paraty e Angra dos Reis da Provincia do Rio de Janeiro hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá, em Paraty, hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias do serviço activo, com a designação de primeiro, e hum Secção de Batalhão de tres Companhias do serviço da reserva; e em Angra dos Reis huma Companhia de Cavallaria, outra de Artilharia, dois Batalhões de Infantaria do serviço activo, com a designação de segundo e terceiro, este de seis Companhias, e aquelle de oito, e hum Batalhão de quatro Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões e Companhias terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Maio de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 52.^a

DECRETO N.º 951 — de 8 de Maio de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Cametá, Baião, Melgaço, Portel e Oeiras da Provincia do Pará.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Pará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Cametá, Baião, Melgaço, Portel e Oeiras da Provincia do Pará, hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá, em Cametá, quatro Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro, segundo, terceiro e quarto; em Melgaço hum Batalhão de seis Companhias, com a designação de sexto; em Portel hum Batalhão de quatro Companhias com a designação de setimo; e em Oeiras hum Batalhão de quatro Companhias, com a designação de oitavo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos Municipios de Cametá formarão hum Batalhão de quatro Companhias: as qualificadas nos outros Municipios ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo dos mesmos Municipios.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Maio de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara

DECRETO N.º 982 — de 8 de Maio de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Bragança e Turiassú da Provincia do Pará.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Pará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Bragança e Turiassú da Provincia do Pará hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Bragança hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a designação de primeiro, e em Turiassú hum Batalhão de quatro Companhias, com a designação de segundo, ambos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos dous Municipios ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo dos mesmos Municipios.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Maio de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.



DECRETO N.º 983 — de 8 de Maio de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Pitangui da Provincia de Minas Geraes.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio de Pitangui da

Provincia de Minas Geraes hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá quatro Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro, segundo, terceiro e quarto, do serviço activo, e hum Batalhão de quatro Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Maio de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

DECRETO N.º 984 — de 8 de Maio de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade da Cachoeira da Provincia da Bahia.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado no Municipio da Cidade da Cachoeira da Provincia da Bahia hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, comprehendendo hum Corpo de Cavallaria, de dois Esquadrões, e sete Batalhões de Infantaria com a designação de primeiro a setimo, tendo o segundo oito Companhias, e os outros seis, todos do serviço activo.

Art. 2.º Haverá mais neste Commando Superior hum Batalhão, de oito Companhias, do serviço da reserva.

Art. 3.º Os Corpos terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Mi-

nistro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Maio de mil oitocentos cinquenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 53.ª

DECRETO N.º 986 (*) — de 7 de Junho de 1852.

Ordena que se comecem a contar da data deste em diante os 10 annos, durante os quaes se concedeo a Roberto João Ripper de Castro privilegio exclusivo para o fabrico e venda da machina, que inventou para descascar, abanar e brunir café.

Tomando em Consideração o que Me representou Roberto João Ripper de Castro, solicitando que se contem desde agora os dez annos do privilegio exclusivo, que pelo Decreto N.º 746 de 21 de Dezembro de 1850 lhe foi concedido para o fabrico e venda da machina de sua invenção para descascar, abanar e brunir café; visto que, segundo o Supplicante provou, ha pouco recebeu o resto das peças necessarias para a construcção d'aquella machina: Hei por bem que os dez annos, durante os quaes deve vigorar o mesmo privilegio, se comecem a contar desta data em diante. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

(*) Não existe acto algum de N.º 985.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 54.^a

DECRETO N.º 987 de 12 de Junho de 1852.

Concede a Ireneo Evangelista de Sousa privilegio exclusivo por 10 annos para a navegação por vapor entre esta Cidade e o ponto da praia do mar do Municipio da Estrella, em que começar o caminho de ferro, que elle se propõe construir no mesmo Municipio até a raiz da Serra.

Attendendo ao que Me representou Ireneo Evangelista de Sousa pedindo privilegio exclusivo para a navegação por vapor entre esta Cidade e o ponto da praia do mar do Municipio da Estrella na Provincia do Rio de Janeiro, em que começar hum caminho de ferro, que elle se propõe construir no mesmo Municipio, a partir do indicado ponto até a raiz da Serra: Hei por bem, de conformidade com a Minha immediata Resolução de 13 de Dezembro do anno passado, proferida em Consulta da Secção do Imperio do Conselho d'Estado de 17 de Novembro do mesmo anno, Conceder-lhe o privilegio que requer pelo tempo de 10 annos, debaixo das condições a este annexas, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e com a expressa clausula de ficar de nenhum effeito o mesmo privilegio, huma vez que não se realise a construcção do projectado caminho de ferro. O mesmo Ministro e Secretario d'Estado assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto d'esta data, concedendo privilegio exclusivo por 10 annos a Ireneo Evangelista de Sousa para a navegação por vapor entre esta Cidade, e o ponto da praia do mar do Município da Estrella, em que começar o caminho de ferro, que elle se propõe construir.

Art. 1.º O Empresario se obriga a construir, no prazo de dous annos, contados da data de hoje, hum caminho de ferro a partir do ponto da praia do mar do Município da Estrella, na Provincia do Rio de Janeiro, que for para isso escolhido, até a raiz da Serra, sob pena de ficar de nenhum effeito o privilegio da navegação por vapor que nesta mesma data lhe he concedido entre esta Cidade e o indicado ponto da praia do mar, se dentro dos ditos dous annos não estiver concluido o mesmo caminho.

Art. 2.º Poderá o Empresario construir no ponto da praia do mar, em que tiver de começar o caminho de ferro, armazens para deposito dos generos ou mercadorias que houverem de ser transportados, bem como estabelecer caes proprios para o commodo embarque e desembarque de passageiros e cargas.

Art. 3.º O Empresario se obriga a manter a navegação por vapor entre os pontos indicados no Art. 1.º por maneira tal que pelo menos se faça huma viagem redonda de vinte em vinte quatro horas.

Art. 4.º O Empresario ou Companhia por elle organizada perceberá durante o tempo do privilegio, e sem que possa alterar para mais, os seguintes preços pelo transporte de passageiros e cargas:

Por pessoa calçada maior de doze annos,	
mil e quinhentos réis.....	1\$500
Idem, idem menor, oitocentos réis.....	\$800
Idem descalça maior de doze annos, seis-	
centos e quarenta réis.....	\$640
Idem, idem menor, trezentos e vinte réis.	\$320
Por cada arroba de peso, oitenta réis....	\$080
Por cada pipa, ou volume correspondente,	
mil duzentos e oitenta réis.....	1\$280

Art. 5.º O mesmo Empresario se obriga a começar a navegação por vapor logo que o caminho de ferro possa ser transitado, sob pena de hum conto de réis de multa por cada semestre de demora d'ahi em diante.

Art. 6.º O Empresario no caso de organizar Companhia não poderá transferir as apolices que lhe possão tocar pela cessão do seu privilegio, sem que o caminho de ferro se construa, e esteja effectivamente estabelecida a navegação por vapor.

Art. 7.º O Empresario se obriga a fazer transportar gratuitamente em seus vapores a correspondencia Official, e as malas do Correio; bem como hum passageiro do Governo em cada viagem, e quaesquer generos ou effectos da Nação, huma vez que não pesem mais de dez arrobas.

Art. 8.º O Empresario não gozará do privilegio sem que preste fiança idonea no Thesouro Publico á realisação da obra do caminho de ferro, e ao pagamento das multas em que possa incorrer; ficando sujeitos aos Regulamentos Policiaes e da Alfandega os Barcos de Vapor empregados na navegação a que he concedido o privilegio.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 55.^a

DECRETO N.º 988 de 14 de Junho de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
de Alagoas, S. Miguel e Atalaia da Provincia
das Alagoas.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Alagoas, S. Miguel e Atalaia da Provincia das Alagoas, hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá, em Alagoas, dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, em S. Miguel hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, com a designação de terceiro, e em Atalaia hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de quarto, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos referidos Municipios ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo dos respectivos Municipios.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 989 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Penedo da Provincia das Alagoas.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio do Penedo da Provincia das Alagoas hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria de oito Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo das Freguezias respectivas.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 990 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Maceió e Santa Luzia do Norte da Provincia das Alagoas.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Maceió e Santa Luzia do Norte, da Provincia das Alagoas, hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em

Maceyó huma Companhia d'Artilharia, e dois Batalhões de Infantaria de oito Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo; e em Santa Luzia do Norte, hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de terceiro, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo dos respectivos Municipios.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 991 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Porto Calvo, e Porto de Pedras da Provincia das Alagoas.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Porto Calvo, e Porto de Pedras da Provincia das Alagoas hum Commando} Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Porto Calvo dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, e em Porto de Pedras dois Batalhões de Infantaria} de seis Companhias cada hum, com a designação de terceiro e quarto, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos dois Municipios acima referidos ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo dos respectivos Municipios.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lu-

gares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 992 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Imperatriz e Assembléa da Provincia das Alagoas.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios da Imperatriz e Assembléa da Provincia das Alagoas hum Cominando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Imperatriz dois Batalhões de Infantaria de oito Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo; e em Assembléa dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de terceiro e quarto; todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos dois referidos Municipios ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo dos respectivos Municipios.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 993 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Porto da Folha da Provincia das Alagoas.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio de Porto da Folha da Provincia das Alagoas hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dous Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo das respectivas Freguezias.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.



DECRETO N.º 994 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Anadia e Poxim da Provincia das Alagoas.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte.

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Anadia e Poxim da Provincia das Alagoas hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Anadia dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, e

em Poxim hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de terceiro, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos referidos Municipios ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo dos respectivos Municipios.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hdefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 995 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Puty da Provincia do Piauhy.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Piauhy, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio do Puty da Provincia do Piauhy hum Commando Superior de Guardas Nacionais, comprehendendo dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, ambos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva no referido Municipio ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de

Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 996 — de 14 de Junho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Macapá, Mazagão, Chaves, Porto de Moz e Gurupá da Provincia do Pará.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Pará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Macapá Mazagão, Chaves, Porto de Moz, e Gurupá da Provincia do Pará hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, comprehendendo em Macapá, e Mazagão hum Batalhão de Artilharia de seis Companhias, em Chaves hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, com a designação de primeiro, em Porto de Moz hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de segundo, e em Gurupá hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, com a designação de terceiro, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva nos referidos Municipios ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justica, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 997 — de 14 de Junho de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de
São Gonçalo da Provincia do Piauhy.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Piauhy, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio de São Gonçalo da Provincia do Piauhy hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, ambos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva no referido Municipio ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos. -

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 56.ª

DECRETO N.º 998 — de 12 de Junho de 1852.

Approva o Regulamento para os Inspectores dos Corpos de Infantaria, Cavallaria, e Artilharia do Exercito.

Hei por bem Approvar o Regulamento para os Inspectores dos Corpos de Infantaria, Cavallaria, e Artilharia do Exercito, que com este baixa, assignado por Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Regulamento para os Inspectores dos Corpos de Infantaria, Cavallaria, e Artilharia do Exercito.

Art. 1.º O Inspector, antes de dar principio á Inspecção dos Corpos aquartelados em qualquer Provincia, deverá officialmente dirigir-se ao Presidente e ao Commandante das Armas, participando-lhes a sua nomeação e a dos Officiaes sob as suas ordens, solicitando ao mesmo tempo que hajão de expedir as convenientes communicações a fim de que os Corpos cumprão exactamente suas exigencias em tudo quanto for relativo a esse objecto, bem como os Directores dos Arsenaes ou Armazens de artigos bellicos, e para que os Inspectores das Thesourarias se prestem ás requisições que lhes houver de fazer ácerca dos abonos verificados e dos objectos entregues aos referidos Corpos por essas Repartições; devendo na mesma occasião enviar ao Presidente e

ao Commandante das Armas copias authenticas dos Decretos, Avisos, e Officios que tiver recebido sobre a sua commissão.

Art. 2.º Depois que o Inspector receber do Presidente e do Commandante das Armas resposta de seus Officios, começará a sua correspondencia com cada hum dos Chefes de Corpos.

Art. 3.º O Inspector deve informar por escripto circumstanciadamente ao Governo no fim de cada Inspecção sobre o estado em que se achão os Corpos, tanto a respeito de sua organização e administração militar, como sobre a disciplina e economia respectiva, procurando instruir-se pessoalmente, e por correspondencia de quanto lhe for possível para aquelle fim; cumprindo-lhe proceder na expedição de suas ordens e desempenho de sua commissão pela fórma seguinte.

Art. 4.º Para a primeira Inspecção officiará com a necessaria antecedencia ao Chefe do Corpo que tiver de inspecção, determinando que no lugar, dia, e hora, que designará, se ache o Corpo formado com o primeiro uniforme em linha com fileiras abertas, e em ordem de revista, a fim de examinar o estado e regularidade do fardamento, armamento e correamento, apresentando nesse acto o Chefe do Corpo hum mappa conforme o modelo—A—, e os figurinos relativos ao dito fardamento, assim como cada Companhia huma relação nominal segundo o modelo—B—; sendo conveniente que no acto da Inspecção mande fazer a chamada a todas ou á algumas Companhias, e depois confronta-las com aquelle mappa, a fim de poder bem conhecer e avaliar qual a Força presente, assim como quaes os individuos existentes em diversos destinos, desde quando, e por ordem de quem.

Art. 5.º Deverá ordenar que para a segunda Inspecção se ache o Corpo formado em columna aberta por Companhias, e em ordem de marcha com o segundo uniforme; e nesse acto apresentará o Chefe os figurinos pertencentes ao segundo uniforme, e o mappa da Força conforme o modelo—A—.

Nesta segunda Inspecção examinará as diversas cadencias de marchas estabelecidas, sendo executadas separadas, e depois simultaneamente pelos Tambores, Cornetas, Clarins e Musicos; fazendo notar ao Chefe as differenças que por ventura encontrar.

Art. 6.º Determinará que se achem as Companhias for-

madras para a terceira Inspeção em huma fileira, dentro dos seus respectivos quartéis, desarmadas, com jaquetas de policia e bonés, tendo cada Praça em sua frente a competente mochila aberta com toda a roupa da ordem e seus pertences, devendo o Inspector examinar no mesmo dia as arrecadações geraes, e as das Companhias, o rancho, prisões, e quartéis, apresentando o Chefe do Corpo o mappa da Força, segundo o modelo—A—. Nos Corpos de Cavallaria serão também examinados nesta Inspeção os depositos de capim, milho, farello, e os cavallos nas suas cavallerias presos a cabrestos e sem arreios, devendo também apresentar o Chefe do Corpo o mappa dos cavallos conforme o modelo—C—, e huma relação de cada Companhia segundo o modelo—D—, declarando-se nella o preço por que cada hum foi comprado, suas resenhas, e numero segundo o Livro Mestre.

Art. 7.º Passará ao exame de todos os livros estabelecidos para os Corpos do Exercito pela Provisão de 21 de Novembro de 1849, fazendo objecto da quarta Inspeção o exame do Livro Mestre geral das Praças effectivas, das addidas, e das Praças effectivas e das addidas das Companhias, confrontando as notas que nelles estiverem lançadas com os documentos archivados, e com a escripturação do livro Indice desses documentos, bem como com as Relações de mostra das Companhias existentes no Archivo.

A esta Inspeção comparecerão infallivelmente os Officiaes Superiores do Corpo, os Commandantes das Companhias, e Secretario, além de quaesquer outros Officiaes, que o Inspector julgar conveniente, não só para prestarem os esclarecimentos que lhe forem de mister, como mesmo para instrucção delles neste ramo do serviço militar. E como deve proceder em semelhante exame com a maior circumspecção, nelle se demorará pelos dias que para esse effeito forem indispensaveis: o mesmo praticará no exame dos mais livros, que serão fiscalizados em cada huma das Inspeções mencionadas nos subseqüentes Artigos.

Art. 8.º Na quinta Inspeção serão examinados os livros das Ordens do dia dos Quartéis Generaes, e os das Ordens do dia do Chefe do Corpo, sendo conferidas as que estiverem lançadas nos livros pertencentes ao Chefe com as registradas nos livros das Companhias, devendo-se quanto aos Officiaes, que tenham de comparecer, praticar o mesmo que fica estabelecido no antecedente Artigo.

Art. 9.º Serão examinados na sexta Inspeção, comparando os Officiaes designados no Art. 7.º, os livros seguintes: do juramento dos Officiaes, e os dos premios e castigos dos Officiaes, Inferiores e mais Praças do Corpo, quer esses livros pertençam ao Chefe, como aos Commandantes das Companhias; e bem assim os livros estabelecidos na 2.ª parte do Art. 14.º do Regulamento approved pelo Decreto N.º 772 de 31 de Março de 1851.

Art. 10.º Proceder-se-ha na setima Inspeção ao exame do livro de Officios dirigidos pelo Chefe, e o da carga e descarga do armamento, equipamento e utensis do Corpo; assim tambem serão vistos os das escalas dos differentes serviços dos Officiaes e Inferiores, o do detalhe do serviço exigido do Corpo, onde deve igualmente constar o detalhe exigido pelo Corpo ás Companhias; e finalmente os livros dos mappas diarios, que pertencem ao Major e ás Companhias. Terão lugar nesta Inspeção, a respeito dos Officiaes que devem a ella comparecer, as mesmas disposições contidas no Art. 7.º

Art. 11.º A oitava Inspeção terá por objecto o exame dos livros seguintes pertencentes ao Quartel-mestre: dos prets e mais vencimentos recebidos em dinheiro para o Corpo, e o de entradas e sahidas nos respectivos armazens de todos os generos a seu cargo, tanto manufacturados como por manufacturar, artigos bellicos, e rações: e assim o dos livros pertencentes ás Companhias, das relações de mostra, os da carga e descarga do armamento, equipamento, e utensis, e os das escalas dos differentes serviços, assistindo a esta Inspeção, além dos Officiaes mencionados no Art. 7.º, o Quartel-mestre.

Art. 12.º Na nona Inspeção tomará conhecimento do estado da caixa do Conselho de administração, fazendo esse exame em dias consecutivos á vista dos livros e documentos de receita e despeza da administração do fardamento, do rancho, da musica e dos termos das tres administrações referidas. A' esta Inspeção se acharão presentes todos os Membros do Conselho, o Fiscal, o Secretario, o Quartel-mestre com os seus livros, que são os designados no Art. 11, e o Agente com os livros das sommas recebidas da caixa do Conselho de administração, e despendidas na compra de generos manufacturados e por manufacturar, dos generos recebidos do Quartel-mestre para manufacturar, e das peças manufacturadas e entregues ao mesmo Quartel-mestre. Igualmente

se apresentarão os Commandantes das Companhias com os livros dos generos recebidos do Conselho de administração e distribuidos ás suas Praças. O Inspector verificará com a maior cautela todas as contas para reconhecer a existencia em cofre do devido saldo.

Nos Corpos de Cavallaria serão inspecionados os livros da receita e despeza das forragens e ferragens, compra e venda de cavallos, e o dos termos.

Art. 13.º Concluida a Inspecção dos livros e mais objectos de que tratão os Artigos antecedentes, ordenará o Inspector que para a decima Inspecção se ache o Corpo formado com o segundo uniforme, no dia, hora, e lugar que indicar, em linha com fileiras abertas, e, depois de receber a continencia que lhe pertencer quando se apresentar, mandará fazer o manejo d'armas, e exercicios de fogo, depois marchar em continencia a passo ordinario e dobrado, e ultimamente executar pelo Corpo commandado por seu Chefe diversas evoluções, a fim de poder bem avaliar o seu estado de instrucção na sua arma.

Terminará esta Inspecção pela marcha em linha com fileiras abertas, fazendo alto, e a continencia devida ao Inspector. O Chefe entregará neste dia o mappa, segundo o modelo—A—.

Art. 14.º Constará a undecima Inspecção de exercicios por Companhias, sendo ellas commandadas tanto pelos Capitães, como por seus subalternos, e tambem pelo Ajudante e outros Officiaes subalternos da classe dos combatentes do Estado Maior.

O Inspector fará depois reunir o Corpo, a fim de que igualmente os Officiaes superiores mandem separadamente executar as evoluções que indicar. O Corpo deverá receber o Inspector em columna aberta de Companhias, tendo cada hum a toda a força que lhe pertencer, apresentando-lhe o Chefe o mappa do modelo—A—, e os Commandantes das Companhias os mappas conforme o modelo—E—.

Art. 15.º O Inspector exigirá que o Chefe do Corpo lhe envie os seguintes mappas e relações, a fim de proceder aos necessarios exames: mappa da carga e descarga do armamento, equipamento, e utensis durante o anno antecedente desde Janeiro até Dezembro, segundo o modelo—F—; orçamento da materia prima empregada na manufactura do fardamento, modelo—G—; relação nominal por Companhias de todas as praças do Corpo, que forem cre-

doras ao mesmo Corpo, com declaração dos generos que a cada huma se estiver devendo e sua importancia, modelo—H—; relação nominal das praças tambem por Companhias que forem devedoras ao Corpo, com declaração dos generos que receberão a vencer e suas importancias, modelo—I—; relação nominal dos credores do Corpo com especificação das quantias a que tiverem direito; copia autentica das contas correntes das diversas administrações do Corpo pertencentes ao mez de Dezembro do anno antecedente, segundo os modelos—L, M, N, O e P.

Art. 16.º O Inspector exigirá que o Chefe do Corpo informe se tem remettido regularmente as relações semestres de conducta dos Officiaes, Cadetes, e Inferiores; e que lhe seja enviada a copia que deve existir archivada pertencente ao ultimo semestre, a fim de examina-la, restituindo-a depois; cumprindo ao Inspector, á vista da dita informação semestre, e segundo o conhecimento que for adquirindo daquelles individuos, informar ao Governo na mesma occasião, em que lhe apresentar seu Relatorio do resultado da Inspeção, qual o prestimo e o comportamento de cada hum dos Officiaes. Tambem deverá conhecer se pela caixa do Corpo são feitos alguns abonos por emprestimo á individuos do Corpo ou á elle estranhos, e no caso affirmativo ordenará ao Chefe que lhe remetta a relação nominal desses individuos, com declaração das quantias emprestadas, e desde quando, se existem Praças de pret com graduações de Officiaes Inferiores, e por quem concedidas; e finalmente se existem tambem alguns individuos de menor idade com praça, para de tudo poder dar exacta conta no seu Relatorio.

Art. 17.º Para o Inspector poder bem fiscalisar as sommas recebidas pelos Corpos, assim como quaesquer generos de armamento, fardamento, ou de qualquer outra natureza, officiará aos Chefes das Thesourarias e Directores dos Arsenaes para lhe serem fornecidos os necessarios esclarecimentos sobre tudo o que á cada hum d'elles se houver entregue desde o mez de Janeiro até Dezembro do anno antecedente.

Art. 18.º O Inspector exigirá do Commandante do Corpo huma relação nominal dos presos sentenciados, e para sentenciar, em a qual se achem declarados o dia da prisão; o crime por que se achão presos; a pena á que estiverem condemnados; e o lugar em que se acharem cumprindo as sentenças, modelo—Q—.

Art. 19.º Tambem fará hum dos objectos da Inspe-

ção o conhecimento do estado dos recrutas do Corpo, exigindo-se para isso que lhe sejam apresentados para os fazer examinar sobre quanto for necessario, entregando na mesma occasião o Chefe a relação nominal d'essas Praças, segundo o modelo—R—.

Art. 20.º Examinará o methodo seguido nas Escolas Regimentaes dos Corpos de Artilharia, e bem assim inspecionar quaesquer outras Aulas primarias que existão nos outros Corpos, exigindo copia dos respectivos Regulamentos, e relação nominal dos Alumnos, com declaração de seu aproveitamento.

Art. 21.º O Commandante do Corpo fornecerá a relação nominal das Praças que já tenham completado o tempo pelo qual contractarão servir, e ás quaes se não tenha com tudo concedido baixa, modelo—S—.

Art. 22.º A ultima Inspeção terá por objecto ouvir verbal e secretamente á cada hum dos individuos do Corpo sobre tudo quanto elles quizerem representar a bem de seus direitos; e para satisfazer a este objecto determinará que o Corpo se forme dentro dos quarteis das Companhias desarmado em dia e hora previamente indicado; procederá a este acto em huma casa destinada pelo Chefe, acompanhando-o somente os Officiaes que se acharem ás suas ordens; e ouvirá por escripto e reservadamente ao Chefe do Corpo ácerca do que lhe for representado, a fim de melhor informar o Governo, quando der conta de sua commissão.

Art. 23.º Concluida a Inspeção officiará ao Presidente da Provincia, Commandante das Armas, e Chefe do Corpo, fazendo-lhes saber que tem finalizado a Inspeção, e depois levará á presença do Governo hum circumstanciado Relatorio, em que tratará dos diversos objectos da Inspeção pela ordem em que a houver passado, e fica determinado, juntando a esse Relatorio hum exemplar de todos os mappas, relações e mais papeis que exigir do Chefe do Corpo, que será sempre apresentado em duplicata.

Art. 24.º O Inspector terá hum Ajudante d'ordens, e hum Secretario, além das Ordenanças de Cavallaria que lhe pertencerem, e hum Inferior do Corpo que se achar em Inspeção, destinado aos trabalhos de escripturação; e se lhe farão as contingencias designadas no § 30 da Provisão de 6 de Março de 1843.

Art. 25.º O Inspector não poderá dar aos Corpos outras

ordens, que não sejam as pertencentes á fôrma e regularidade das Inspeções, e somente durante o tempo em que ellas se acharem em Inspeção.

Art. 26.º Os Inspectores nas Provincias examinarão attentamente o estado de todos os artigos bellicos arrecadados nos armazens ou depositos, dando tambem conta ao Governo com a apresentação dos respectivos mappas.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

A. — *Happa da Força do primeiro Regimento de Cavallaria Ligeira.*

QUARTEL EM DE DE 1855	Coronel.	Tenente Coronel.	Major.	Ajudante.	Quartel-mestre.	Secretario.	Capellão.	Primeiro Chirurgião.	Segundos ditos.	Veterinario.	Picador.	Sargento Ajudante.	Sargento Quartel-mestre.	Selleiro.	Espingardeiro.	Coronheiro.	Clarim-mór.	ESTADO MAIOR E MENOR.										OFFICIAES DE COMPANHIAS.					INFERIORES.					Cabos.	Anspççadas.	Soldados.	Clarins.	Perradores.	TOTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					</

F.
Coronel Commandante.

<i>Postos e Praças</i>	<i>Numeros.</i>	NOMES.	<i>Presentes á Inspeção.</i>	Em diferentes destinos, desde quando, e por ordem de quem.

F. Coronel Commandante.	F. Major.
Quartel em de	de 185 F. Capitão.

C.—*Mappa dos cavallos do Regimento de Cavallaria Ligeira.*

QUARTEL EM DE DE 183	CAVALLOS.			MUARES.		Bois.
	<i>Effectivos.</i>	<i>Addidos.</i>	<i>De Pessoa.</i>	<i>Effectivos.</i>	<i>Addidos.</i>	
Presentes na Inspeção.....						
Em differentes destinos.....						
De serviço.....						
Estado effectivo.....						
Faltão para o completo.....						
Estado completo.....						

F.

Coronel Commandante.

D.—1.º REGIMENTO DE CAVALLARIA LIGEIRA.

1.ª COMPANHIA.

Relação dos Cavallos, com declaração dos signaes, n.º do Livro Mestre, custo, e destino em que se achão.

NUMEROS.	SIGNAES.	<i>Por quanto comprados.</i>	<i>Presentes na Inspeção.</i>	OBSERVAÇÕES.
F. Coronel Commandante.		F. Major.		

Quartel em de de 185

F.
Capitão.

E. — *Mapa da Força da Companhia do 1.º Regimento de Cavallaria Ligeira.*

QUARTEL EM DE DE 185	OFFICIAES DE COMPANHIAS.			INTERIORES.								
	Capitão.	Tenente.	Alferes.	1.º Sargento.	2.º Ditos.	Forriel.	Cabos.	Aspeçadas.	Soldados.	Clarins.	Ferradores.	TOTAL.
Presentes á Inspecção.												
Em diferentes destinos.												
Estado effectivo.....												
Faltão.....												
Estado completo.....												
Aggregados.....												
Addidos.....												

F.

Capitão.

G.—1.º REGIMENTO DE CAVALLARIA LIGEIRA.

Orçamento da matéria prima empregada na manufactura do fardamento.

POSTOS.	PEÇAS DE FARDAMENTO.	QUANTIDADES, QUALIDADES, E PREÇO DE CADA UNIDADE.				Importancia das differentes peças de fardamento.	RECAPITULAÇÃO.			
							Peças de fardamento que recebe huma Peça em quatro annos.	Valor das peças de fardamento que recebe huma Peça em quatro annos.	Differença para mais.	Differença para menos.
CLASSE.										
SOLDADO.										
INTERIOR.										
POSTOS.										

Quartel em de de 185

F.

Coronel Commandante.

II. — 1.º REGIMENTO DE CAVALLARIA.

4.ª COMPANHIA.

Relação das peças que são credoras ás peças de fardamento abaixo mencionadas.

		GRADUAÇÕES.
		NUMEROS.
		NOMES.
	Dia.	Assentamento de peça ou pos- sagem.
	Mez.	
	Anno.	
	Barretinas.	Designação das peças de fardamento.
	Bonetes.	
	Pares de botins.	
	Calça azul.	
	Dita branca.	
	Camisas.	
	Correias de esporas.	
	Esteiras.	
	Fardas.	
	Gravatas.	
	Jaquetas de brim.	
	Pares de luvas.	
	Fardetas.	
	Mantas.	
	Pares de meias.	
	Meias solas.	
	Remontes.	
	Fares de sapatos.	
		IMPORTANCIA.

Somma..... Rs.

8

	GRADUAÇÕES.
	NUMEROS.
	NOMES.
Transporte.	Assentimento de prença ou pas- sagem.
	Dia.
	Mez.
	Anno.
	Barretinas.
	Bonetes.
	Pares de botins.
	Calça azul.
	Dita branca.
	Camisas.
	Correias de esporas.
	Esteiras.
	Fardas.
	Fardetas.
	Gravatas.
	Jaquetas de brim.
	Pares de luvas.
	Mantas.
	Pares de meias.
	Meias solas.
	Remontes.
	Pares de sapatos.
	IMPORTANCIA.

Somma..... Rs.

8

Quartel em de de 1855

Capítulo

		GRADUAÇÕES.	
		NUMEROS.	
		NOMES.	
Transporte			
		Assinatura de por ou pas- sagem.	
		Dia.	
		Mez.	
		Anno.	
		Barretinas.	
		Bonetes.	
		Pares de botins.	
		Calça azul.	
		Dita branca.	
		Camisa.	
		Farda.	
		Gravata.	
		Jaqueta de policia.	
		Dita de brim.	
		Mantas.	
		Ponxes.	
		Pares de sapatos.	
		Esteiras.	
		Pares de luvas.	
		IMPORTANCIA.	
		§	

Somma..... Rs. 8

Quartel em de de 185

F.
Capitão.

L. — Conta das peças de fardamento distribuídas ás Companhias no anno de 1851.

	Existência em arrecadação em Dezembro de 1850.	Manufacturou-se no anno de 1851.	Comparto-se feitos no dito anno.	Foram distribuídas ás Companhias.	Summa.	Distribuição-se ás Companhias.	Existência em arrecadação.
Companhias.					1. ^a		
Barretina de pello.					2. ^a		
Dita para clarins.					3. ^a		
Dita de oleado.					4. ^a		
Bonetes para soldados.					5. ^a		
Ditos para clarins.					6. ^a		
Pares de botins.					7. ^a		
Calças de panno com listra.					8. ^a		
Ditas sem ella.							
Ditas brancas.							
Camisas.							
Capotes.							
Cobertores.							
Fardas para soldados.							
Ditas para clarins.							
Correás de esporas.							
Pares de luvas.							
Bandas.							
Esteiras.							
Platinas.							
Plumas para soldados.							
Ditas para clarins.							
Presilhas de metal.							
Pares de sapatos.							
Calças de quartel.							
Jaquetas de dito.							
Divisas.							
Presilhas.							
Escovas.							
Barbicachos.							
Gravatas.							
Jaquetas de policia.							
Ditas de brim.							
Ditas para clarins.							
Pares de meias.							
Calças para clarins.							

⌘

mento de Cavallaria Ligeira, desde o 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851.

QUALIDADE DOS GENEROS COMPRADOS.	<i>Unidades.</i>	<i>Numero de unidades.</i>	<i>Preço de cada unidade.</i>	IMPORTANCIA.
Dinheiro que fica existindo em caixa por saldo da Reccita e Despeza do anno de 1851.....				₤
			Somma Rs.	₤

Quartel em

em o 1.º de Janeiro de 1852.

F.
Coronel.

Conta das peças de fardamento que produzirão os generos abaixo declarados, da quantidade que elles contêm, e do excedente dos mesmos generos.

QUALIDADE DOS GENEROS.	
	Unidades.
	Que existião em arrecadação no mez de Dezembro de 1850.
	Que se compração no anno de 1851.
	Somma.
	<div> <div>Pecas de fardamento.</div> <div> <div>Jaquetas de policia.</div> <div>Bonetes.</div> <div>Calça azul.</div> <div>Dita branca.</div> <div>Camisas.</div> <div>Fardas.</div> <div>Ditas para clarins.</div> <div>Jaquetas de brim.</div> <div>Ditas para clarins.</div> </div> </div>
	Gastario-se.
	Restão.

M. — *Conta*
Comp

MESES	1
Janeiro
Fevereiro
Março
Abril
Maior
Junho
Julho
Agosto
Setembro
Outubro
Novembro
Dezembro

Conta do estado da [REDACTED]aneira
*on50p

Dinheiro que existia em anno de 1850.....	} ANNO DE 1851.
Importancia dos 200 reis cas de prel, vencidos	
Idem idem no de FEVERE	
Idem idem no de MARÇO.	
Idem idem no de ABRIL..	
Idem idem no de MAIO ..	
Idem idem no de JUNHO.	
Idem idem no de JULHO	
Idem idem no de AGOSTO	
Idem idem no de SETEMB	
Idem idem no de OUTUB	}
Idem idem no de NOVEN	
Idem idem no de DEZEMB	

*Conta do estado da Caixa d'Administração do Rancho do
de Dezembro*

Dinheiro que existia em Caixa por saldo da Receita e Despesa do anno de 1850.....	2
Importancia dos 200 reis diarios para o fundo do Bancheo das Praças de pret, vencidos no mez de Janeiro de 1851.....	2
Idem idem no de Fevereiro.....	2
Idem idem no de Março.....	2
Idem idem no de Abril.....	2
Idem idem no de Maio.....	2
Idem idem no de Junho.....	2
Idem idem no de Julho.....	2
Idem idem no de Agosto.....	2
Idem idem no de Setembro.....	2
Idem idem no de Outubro.....	2
Idem idem no de Novembro.....	2
Idem idem no de Dezembro.....	2
12..	

Regimento de Cavallaria Ligeira, desde o 1.º de Janeiro até 31 de 1851.

QUALIDADE DOS GENEROS COMPRADOS.	Cidades.	Numero de uni- dades	Preço de cada unidade.	Importancia.	R. \$.		
					2.	2.	2.
Dinheiro que fica existindo em caixa por saldo da Receita e Despesa do anno de 1831.....							

Quartel em de de 1852.

1000

Conta das rações de almoço, jantar e ceia que produzirão os generos abaixo declarados, da quantidade que elles contêm, e do excedente dos mesmos generos.

[illegible]

N. — Conta do estado da Caixa de forragens e ferragens dos cavallos do Regimento de Cavallaria Ligeira, do 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851.

RECEITA.		DESPEZA.					
Dinheiro que existia em caixa no mez de Dezembro de 1850	R\$. \$	QUALIDADE DOS GENEROS COMPRADOS NO ANNO SUPRA		Unidades.	N.º de unidades.	Preço de cada unidade.	IMPORTANCIA.
Importancia dos 480 rs. diarios para forragens dos cavallos, vencidos do 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851							
Idem dos 38 réis diarios para ferragens dos cavallos, vencidos do 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851..							
Idem dos 60 réis diarios para forragens dos cavallos no pasto, desde do 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851							
Idem de réis mensaes para remedios para curativos dos cavallos doentes, vencidos no 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851.....							
Rs.				Somma.....			\$
		Dinheiro que fica existindo em caixa no mez de Dezembro de 1851					
							\$

Quartel em 1.º de Janeiro de 1852.
F.
Coronel.

O.—*Conta do estado da caixa dos Cavallos, e compra dos mesmos do Regimento de Cavallaria Ligeira, desde o 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851.*

[illegible]

Quartel em o 1.º de Janeiro de 1852.
F.
Coronel.

P.—*Conta do estado da Caixa dos cavallos do Regimento de Cavallaria Ligeira, vendidos em hasta publica por incapazes do serviço, do 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1851.*

MEZES EM QUE SE EFFECTUÁRÃO AS VENDAS.	Numero de cavallos.	Companhias	NOMES DOS COMPRADORES.	IMPORTAN- CIA.
Janeiro.....				
Fevereiro.....				
Março.....				
Abril.....				
Maio.....				
Junho.....				
Julho.....				
Agosto.....				
Setembro.....				
Outubro.....				
Novembro.....				
Dezembro.....				
			Somma.....	Rs.
			Dinheiro que existia em caixa no mez de Dezembro de 1850	Rs.
				Rs.

Quartel em o 1.º de Janeiro de 1852.

F.
Coronel.

Q. — *Relação nominal das praças do Batalhão N.º que se achão presas e sentenciadas, ou por sentenciar.*

[illegible]

Quartel em

em o 1.º de Janeiro de 1852.

17.

Colonel Commandante,

R.—Relação dos Recrutas.

Companhias.	NOMES.	Idade.	ASSENTAMENTO DA PRAÇA.			OBSERVAÇÕES.
			Dia.	Mez.	Anno.	

Quartel em de

de

F.

Coronel.

DECRETO N.º 999 — de 12 de Junho de 1852.

Determina que cessem os effeitos do Decreto N.º 831 de 1 de Outubro de 1851, e que seja dissolvida a Junta de Justiça Militar creada provisoriamente na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Tendo cessado os motivos pelos quaes se mandou observar pelo Decreto numero oitocentos trinta e hum de hum de Outubro de mil oitocentos cincoenta e hum na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul a Lei numero seiscentos trinta e hum de dezoito de Setembro do mesmo anno, Hei por bem Determinar que cessem igualmente os effeitos do dito Decreto, e que seja dissolvida a Junta de Justiça Militar creada provisoriamente na dita Provincia. Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 57.^a

DECRETO N.º 1.000 — de 26 de Junho de 1852.

Manda observar, na Praça do Commercio da Provincia do Maranhão, o Decreto N.º 863 de 17 de Novembro de 1851, que estabelece Regulamento para os Interpretes do Commercio da Praça do Rio de Janeiro, com algumas alterações.

Hei por bem Ordenar que, na Praça do Commercio da Provincia do Maranhão, se observe o Decreto N.º 863 de 17 de Novembro de 1851, que estabelece Regulamento para os Interpretes do Commercio da Praça do Rio de Janeiro, com as alterações que seguem :

1.^a O Art. 3.º do referido Regulamento, fica substituido pelo seguinte :

A Junta do Commercio poderá nomear até tres Interpretes para as diversas linguas, dentro da Capital, e hum para as Praças de fóra.

2.^a A quantia de mil e duzentos réis de emolumentos, marcada pelo § 1.º e 3.º do Art. 26, fica elevada a dois mil réis.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hdefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.001 — de 26 de Junho de 1852.

Manda observar, na Praça do Commercio da Provincia do Maranhão, o Decreto N.º 858 de 10 de Novembro de 1851, que estabelece Regulamento para os Agentes de leilões da do Rio de Janeiro, com huma alteração.

Hei por bem Ordenar que, na Praça do Commercio da Provincia do Maranhão, se observe o Decreto N.º 858 de 10 de Novembro de 1851, que estabelece Regimento para os Agentes de leilões da do Rio de Janeiro, ficando substituido o Art. 7.º do mesmo Decreto pelo seguinte :

Os Agentes de leilões, dentro da Praça, prestarão a fiança de dois contos de réis, e os de fóra d'ella, quando os houver, a de hum conto de réis; vencendo huns e outros, em lugar da commissão marcada pelo referido Decreto, no Art. 24.º, a de hum e meio por cento pago pelo vendedor e meio por cento pelo comprador.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.002 — de 26 de Junho de 1852.

Manda observar na Praça do Commercio da Provincia de Pernambuco o Decreto, que estabelece Regulamento para os Interpretes do Commercio da Praça do Rio de Janeiro.

Hei por bem Ordenar que, na Praça do Commercio da Provincia de Pernambuco, se observe o Decreto N.º 863 de 17 de Novembro de 1851, que estabelece Regulamento para os Intrepretes do Commercio da Praça do Rio de Janeiro.

**José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho;
Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça,
o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio
de Janeiro em vinte e seis de Junho de mil oitocentos
cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e
do Imperio.**

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PART 2.ª

SECÇÃO 58.ª

DECRETO N.º 1.003 — de 5 de Julho de 1852.

*Marca o ordenado do Promotor Publico da Comarca de
Abrantes da Provincia da Bahia.*

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. O Promotor Publico da Comarca de Abrantes da Provincia da Bahia terá o ordenado annual de setecentos mil réis.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

VOLUME 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 59.ª

DECRETO N.º 1.004 — de 6 de Julho de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da
Feira de Sant'Anna da Provincia da Bahia.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio da Feira de Santa'Anna da Provincia da Bahia hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria, e tres Batalhões de Infantaria, com a designação de primeiro, segundo e terceiro, sendo o primeiro e terceiro de oito Companhias, e o segundo de seis, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos tres Batalhões acima referidos.

Art. 3.º Os Batalhões e Esquadrão terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hedefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hedefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.005 — de 6 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município da Purificação dos Campos do Ipirá da Provincia da Bahia.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Município da Purificação dos Campos do Ipirá da Provincia da Bahia hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria, e quatro Batalhões de Infantaria de seis Companhia cada hum, com denominação de primeiro, segundo, terceiro e quarto, todos do serviço activo, e hum Batalhão de seis Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão, e os Batalhões terão as paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hdefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.006 — de 6 de Julho de 1852

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município de S. Francisco da Provincia da Bahia.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Município de S. Francisco da Provincia da Bahia hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Esquadrão de

Cavallaria, e quatro Batalhões de Infantaria, com a designação de primeiro, segundo, terceiro e quarto, este de oito Companhias, e aquelles de seis, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos Batalhões acima referidos.

Art. 3.º O Esquadrão de Cavallaria, e os Batalhões de Infantaria terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.007— de 6 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade de Maragogipe da Provincia da Bahia.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado no Municipio da Cidade de Maragogipe da Provincia da Bahia hum Commando Superior de Guardas Nacionais, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria, e seis Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro a sexto, todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos Batalhões acima referidos.

Art. 3.º O Esquadrão de Cavallaria, e os Batalhões de Infantaria terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 60.^a

DECRETO N.º 1.008 — de 7 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Valença e Parahyba do Sul da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Valença e Parahyba do Sul da Provincia do Rio de Janeiro hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Valença hum Corpo de Cavallaria de dois Esquadrões, com a designação de primeiro, hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de primeiro, e em Parahyba do Sul hum Corpo de Cavallaria de dois Esquadrões, com a designação de segundo, e hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de segundo, todos do serviço activo. Haverá mais no Municipio de Valença huma Secção de Batalhão de duas Companhias, do serviço da reserva, e no da Parahyba do Sul outra Secção de Batalhão de tres Companhias.

Art. 2.º Os Corpos terão as paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hdefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.009 — de 7 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Itaborahy e Mangaratiba da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Itaguahy e Mangaratiba da Provincia do Rio de Janeiro hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Itaguahy hum Corpo de Cavallaria de dois Esquadrões, hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, com a designação de primeiro, e em Mangaratiba hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de segundo, todos do serviço activo. Haverá mais em cada hum dos referidos Municipios huma Secção de Batalhão, de duas Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PART 2.^a

SECÇÃO 61.^a

DECRETO N.º 1.010 — de 8 de Julho de 1852.

*Declara a maneira por que deve ser executado o § 9.º
do Art. 15 do Regulamento de 15 de Março
de 1842.*

Hei por bem, para obstar ás duvidas que occorrem sobre a verdadeira intelligencia do § 9.º do Art. 15 do Regulamento de 15 de Março de 1842, Declarar que, tanto dos despachos do recebimento da appellação, ou de denegação do recebimento d'ella, como d'aquelles pelos quaes se recebe a appellação em hum só effeito, ou em ambos, cabe agravo de petição, ou de instrumento.

José Hedefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado do Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hedefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 62.^a

DECRETO N.º 1.011 — de 12 de Julho de 1852.

Concede por espaço de nove annos novo privilegio á Companhia de navegação por vapor entre esta Côrte e Nicterohy, com escala por S. Domingos.

Hei por bem conceder novo privilegio por espaço de nove annos, contados da data deste, á Companhia de Nicterohy para a navegação por vapor entre esta Côrte e aquella Cidade, com escala por S. Domingos, ficando assim alteradas as disposições dos Decretos de 4 de Outubro de 1844 e de 30 de Janeiro de 1848, sujeitando-se a mesma Companhia ás condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data concedendo por nove annos novo privilegio á Companhia de Nicterohy para a navegação por vapor entre esta Côrte e aquella Cidade, com escala por S. Domingos.

1.^a A duração do novo contracto será por nove annos, mas no fim de cada triennio poderá o Governo, ouvida a Companhia, fazer-lhe modificações, depois de proceder a exame sobre o modo como tem sido desempenhadas as condições contractadas, e addicionar-lhe novas, se houver a experiencia demonstrado a conveniencia publica desses additamentos.

2.^a Cinco serão as barcas da Companhia promptas para o serviço, e quando alguma se desconcerte ou inutilise, mandará a Companhia reparar ou construir outra, dando á novamente construida pelo menos a força de trinta cavallos.

3.^a O serviço regular e diario das barcas começará ás seis horas da manhã, e terminará nos mezes de Abril a Setembro ás 7 horas da tarde, e nos outros mezes ás oito horas da noite.

4.^a Por passagem de pessoa calçada cobrará a Companhia até 100 réis nos dias uteis, e 160 réis nos dias de guarda ou Festa nacional; e até 80 réis pela passagem de pessoa descalça em qualquer dia. Por criança de collo nada cobrará a Companhia. Esta restricção do maximo dos preços não he applicavel ás passagens quando as barcas navegarem além das 7 horas da noite.

5.^a Dentro do prazo de seis mezes, a contar da data destas condições, deverá a Companhia fazer o serviço da carreira, nos dias uteis, de meia em meia hora até ás 10 horas da manhã, e das tres da tarde até ao sol posto, do modo designado na Tabella annexa. No interuallo poderá continuar o serviço de hora em hora. Nos dias de grande resaca ou temporal, em attenção ao perigo a que ficão expostas as barcas, he concedido á Companhia reduzir o seu numero e as viagens; procurando sempre, porém, conciliar o interesse do publico para que a falta se não faça demasiadamente sensivel, e cabendo a fiscalisação ao Governo para evitar excesso ou abuso. Nos dias de guarda o serviço de meia em meia hora deverá começar ás 10 horas e finalizar ao sol posto.

6.^a A Companhia pagará a multa de hum conto de réis por cada mez que exceder ao prazo fixado na condição anterior, para ter lugar o serviço da carreira de meia em meia hora, e tambem a de duzentos mil réis por cada dia em que se interromper a navegação depois de assim começada. Se durar a interrupção 30 dias, além da multa antecedente, perderá a Companhia o privilegio, ficando ainda da parte do Governo o direito, quando semelhante interrupção seja demasiadamente gravosa ao publico, de preferir o expediente de alugar, á custa da Companhia, barcas que fação o serviço regular.

7.^a As multas serão cobradas administrativamente, sem que ao seu pagamento se possa oppor duvida em Juizo ou fóra d'elle.

8.^a As pontes já feitas á custa da Companhia , ou que para o futuro forem construidas , são de sua propriedade , e obrigada a mesma Companhia a conserva-las no melhor estado para que offereção commodo e seguro transito , procurando melhorar o embarque e desembarque , de modo que dê o maior commodo possível , qualquer que seja o estado da maré , tendo as pranchas guardas de ambos os lados , e sendo collocadas com tanta cautela e segurança que em nenhum caso haja risco de cahir alguém ao mar.

9.^a Findo o prazo do privilegio (e caso não seja elle prorogado) se ao publico não convier a occupação do cães com as pontes de que trata o Artigo antecedente , intimada a Companhia seis mezes antes , será obrigada á sua demolição , podendo no caso contrario ser-lhe permitida a continuação do gozo de taes pontes , pagando annualmente á Camara Municipal o aluguel do terreno de marinha pelo espaço occupado , e que nessa occasião lhe será demarcado e estipulado.

10.^a He gratuita a conducção nas barcas dos Correios , Continuos das Repartições Publicas da Provincia e Côrte do Rio de Janeiro , Officiaes de Justiça , e Pedestres ; das Praças de pret do Exercito e Armada , e as dos Corpos de Policia , huma vez que não excedão ao numero de dez por viagem , e se movão em Serviço publico ; e bem assim dos generos e effeitos da Nação até o peso de doze arrobas.

11.^a As barcas ficão sujeitas aos Regulamentos dos direitos estabelecidos , ou que para o futuro se estabelecerem. O Caixa da Companhia , dentro de hum mez , assignará no Thesouro Publico termo de fiança ás multas neste contracto impostas.

12.^a O Chefe de Policia da Côrte , e o da Provincia do Rio de Janeiro fiscalisarão o cumprimento das presentes condições , dando parte ao Governo e ao Presidente da Provincia das faltas que occorrerem.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

TABELLA A QUE SE REFERE A CONDIÇÃO QUINTA.

*Horas da partida das barcas, e numero de viagens,
segundo o novo contracto.*

DIAS ÚTEIS.

	<i>Abril a Setembro.</i>		<i>Outubro a Março.</i>	
1. ^a	6	6
2. ^a	7	7
3. ^a	7½	7½
4. ^a	8	8
5. ^a	8½	8½
6. ^a	9	9
7. ^a	9½	9½
8. ^a	10	10
9. ^a	11	11
10. ^a	12	12
11. ^a	1½	1½
12. ^a	2 »	2 »
13. ^a	3 »	3 »
	4	4
14. ^a	4½	4½
15. ^a	5	5
16. ^a	Sol posto.....	5½	5½
17. ^a	6 »	6
18. ^a	7 »	Sol posto.....	6½
19. ^a	7 »
20. ^a	8

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.012 — de 12 de Julho de 1852.

Renova por nove annos o privilegio concedido á Companhia do Rio Inhomerim para a navegação por vapor entre esta Côrte e a Praia de Botafogo.

Hei por bem Prorogar por nove annos, a contar da data deste, o privilegio concedido por Decreto de 19 de Maio de 1847 á Companhia do Rio Inhomerim para a navegação por vapor entre esta Côrte e a Praia do Botafogo, com as condições que acompanhárão o referido Decreto, e as additionaes e modificativas que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições addicionaes e modificativas das que acompanhárão o Decreto de 19 de Maio de 1847, a que se refere o desta data, prorogando por nove annos o privilegio concedido á Companhia do Rio Inhomerim para a navegação por vapor entre esta Côrte e a Praia de Botafogo.

1.ª A prorrogação he por nove annos, mas no fim de cada triennio o Governo poderá, ouvida a Companhia, modificar o contracto, depois de proceder a exame sobre o modo como tem sido desempenhadas as condições contractadas, e addicionar-lhe novas, se houver a experiencia demonstrado a conveniencia publica desses additamentos.

2.ª Além das duas pontes extremas, que serão conservadas no mais perfeito estado, he obrigada a Companhia a mandar construir mais duas intermedias nos pontos que escolher, e que maior vantagem offerecerem á commo-didade publica, devendo estar prompta a primeira dentro do prazo de hum anno, e a segunda de dous.

3.ª A Companhia não poderá cobrar mais de du-

zentos réis dos pontos extremos, e cento e sessenta dos intermedios, quando não fiquem elles comprehendidos na enseada de Botafogo, pela passagem de pessoa calçada, e oitenta réis indistinctamente pelas descalças. As crianças de collo nada pagarão.

Palacio do Rio de Janeiro em 12. de Julho de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 63.^a

DECRETO N.º 1.013 — de 13 de Julho de 1852.

Extingue o Commando Superior da Guarda Nacional dos Municipios de Bragança e Turiassú da Provincia do Pará, e annexa a sua força ao da Capital da mesma Provincia.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Pará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica extinto o Commando Superior da Guarda Nacional dos Municipios de Bragança e Turiassú da Provincia do Pará, creado por Decreto numero novecentos oitenta e dous de oito de Março de mil oitocentos cincoenta e dois.

Art. 2.º Os dois Batalhões do extinto Commando Superior ficão reunidos ao da Capital, com a designação de decimo segundo e decimo terceiro de Infantaria.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.014 — de 13 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Tapéra da Provincia da Bahia.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio da Tapéra da Provincia da Bahia hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva no mesmo Municipio ficarão addidas ao Batalhão do serviço activo, o qual terá a sua parada no lugar que lhe for marcado pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hldefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Julho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hldefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 64.ª

DECRETO N.º 1.045 — de 17 de Julho de 1852.

Autorisa a incorporação da Companhia Fluminense de transportes, e approva os respectivos Estatutos ou bases.

Tomando em consideração o que Me representou Thomaz José de Castro, á quem por Decreto N.º 790 de 28 de Maio de 1851 foi concedido privilegio para que somente a Companhia, que organizar, possa usar por doze annos dos carros de quatro rodas no transporte do café e outros generos; e verificando-se ter já sido aquelle privilegio approved em consequencia de Resolução da Assembléa Geral Legislativa, Sanccionada e mandada executar pelo Decreto N.º 624 de 12 de Setembro do referido anno: Hei por bem Autorisar a incorporação da mencionada Companhia, com a denominação de —Companhia Fluminense de transportes—, e Approvar os respectivos Estatutos, ou bases á este annexas, que em data de 12 de Junho ultimo foram assignadas nesta Cidade pelos competentes Empresarios. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezesete de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Os Empresarios abaixo assignados, querendo dar maior desenvolvimento ao estabelecimento, que tem montado em virtude do Decreto de 28 de Maio de 1851, resolvem incorporar huma Companhia sob as seguintes bases.

CAPITULO I.

Da Companhia.

Art. 1.º O Titulo da Companhia será — Companhia Fluminense de transportes.

Art. 2.º O objecto e fim da Companhia he o transporte do café e quaesquer outros generos e volumes em carros de quatro rodas, montados sobre molas, e puxados por animaes.

Art. 3.º A Companhia montará, logo que lhe seja possível, não só o numero de carros necessarios ao serviço das linhas, de que trata o Decreto de 28 de Maio de 1851, mas tambem estabelecerá, se assim o exigirem as necessidades do Commercio, novas linhas, solicitando do Governo a fixação das respectivas taxas.

Art. 4.º Se porêr a conveniencia publica reclamar tão grande augmento nos meios materiaes da Companhia, que torne muito difficil a sua administração, poderá ella contractar com qualquer individuo, ou empresa o serviço de algumas linhas.

Art. 5.º O Decreto de 28 de Maio de 1851 faz parte integrante deste Capitulo.

CAPITULO II.

Do Fundo da Companhia.

Art. 6.º O fundo da Companhia será de duzentos contos de réis, divididos em quinhentas acções de quatrocentos mil réis cada huma.

Art. 7.º Este fundo poderá ser augmentado por meio de nova emissão de acções deste mesmo valor, se o progresso da empresa o exigir, e a Assembléa Geral dos Accionistas o julgar vantajoso e opportuno.

Art. 8.º As acções serão transferiveis por intermedio da Directoria, que em Livro proprio fará o necessario lançamento, assignado pelo transferente, sem o que não será o novo possuidor inscripto no registro dos Accionistas.

Art. 9.º As entradas serão realisadas dentro dos prazos, que marcar a Directoria; os remissos perderão a beneficio da Companhia as quantias com que anterior-

mente tiverem entrado, e a Directoria disporá das suas acções. Exceptuão-se os casos de morte, fallimento, ou embargo invencível, que serão justificados perante a Directoria.

CAPITULO III.

Da Administração da Companhia.

Art. 10. A Companhia será em todas as suas transacções, interesses, e reclamações, representada por hum Directoria composta de tres membros eleitos em Assembléa Geral por maioria relativa de votos.

Art. 11. Esta Directoria se considerará munida de plenos poderes na gestão dos negocios da Companhia, salvos os casos especificados nestes Estatutos, como de competencia da Assembléa Geral.

Art. 12. Os tres Directores nomearão dentre si o Presidente, hum Administrador, e hum Gerente Caixa.

Art. 13. A' Directoria compete :

1.º Determinar o numero dos empregados subalternos, e marcar-lhes vencimentos.

2.º Fazer contractos, autorisar despezas extraordinarias dentro dos limites do fundo social, comprar ou vender bens de raiz.

3.º Deliberar sobre a conveniencia e quantitativo dos dividendos, e sobre o melhor e mais seguro emprego do fundo de reserva.

4.º Tomar conhecimento de todos os negocios, em que o Presidente exija hum decisão collectiva.

5.º Assignar as acções da Companhia.

Art. 14. As deliberações serão tomadas por maioria de votos ; quando porém o Presidente se achar isolado poderá, se lhe parecer conveniente, e o negocio for de grande importancia, appellar para a Assembléa Geral.

Art. 15.º Ao Presidente compete :

1.º Presidir aos trabalhos da Directoria e da Assembléa Geral.

2.º Apresentar á Assembléa Geral nas Sessões annuaes hum Relatorio circumstanciado dos trabalhos da Directoria, e do estado da Companhia, e o Balanço geral do anno economico.

3.º Assignar todos os contractos e correspondencia, e representar a Companhia perante o Governo.

4.º Dirigir a escripturação da Companhia e nomear ou demittir o Guarda-livros e mais empregados de penna.

5.º Convocar ordinaria e extraordinariamente a Assembléa Geral.

6.º Determinar que sejam recolhidas aos Bancos, ou empregadas no desconto de Bilhetes d'Alfandega ou Letras do Thesouro, quaesquer sommas disponiveis não necessarias ao expediente da Companhia.

7.º Zelar, e fiscalisar os grandes interesses da Companhia, promovendo quanto for á seu beneficio, e procurando remover todas as difficuldades e embarços, que possam empecer sua marcha ou trazer-lhe damnos e prejuizos.

Art. 16. Ao Gerente Caixa compete :

1.º Receber e guardar com segurança todos os dinheiros da Companhia, e fazer a sua despeza, apresentando mensalmente ao Presidente hum Balancete do estado do Cofre e o Balanço annual, com a necessaria anticipação, para que possa ser devidamente cumprido o Art. 24.

2.º Inspeccionar immediatamente todos os trabalhos da Companhia, fiscalisar suas rendas, zelar seus interesses, e propor ao Presidente ou á Directoria as reformas e melhoramentos, que julgue proficuos á empresa.

3.º Nomear e demittir o Caixeiro de cobrança e todos os Agentes da Caixa.

4.º Coadjuvar activamente o Presidente em tudo o que por elle lhe for incumbido, e substitui-lo temporariamente, dado o caso de impedimento simultaneo d'elle e do Vice-Presidente

Art. 17. Ao Administrador compete :

1.º Reger immediatamente o Estabelecimento, dirigindo a parte material d'elle.

2.º Nomear e demittir o seu Caixeiro ou Agente no Estabelecimento.

3.º Admittir e despedir todos os empregados subalternos e assalariados da Companhia.

4.º Inspeccionar incessantemente todos os trabalhos, e fiscalisar zelosamente todas as despezas, que por seu intermedio forem feitas.

5.º Propor ao Presidente ou á Directoria todos os melhoramentos e providencias, que julgar a bem da Companhia.

CAPITULO IV.

Da Assembléa Geral.

Art. 18. A Assembléa Geral será composta dos Accionistas, que se acharem, como taes, inscriptos pelo menos trinta dias antes de qualquer reunião.

Art. 19. Será presidida pelo Presidente da Directoria, servindo de Secretario o Gerente Caixa, e no seu impedimento qualquer outro Accionista convidado pelo Presidente.

Art. 20. A Assembléa Geral não se considerará constituida, sem que seja representada, pelos Accionistas presentes, huma quarta parte, pelo menos, das acções da Companhia. Com esse numero deliberará legalmente sobre qualquer assumpto, não sendo augmento de capital por nova emissão de acções, dissolução da Companhia, ou destituição da Directoria, casos, em que será indispensavel, para validade das decisões, que se achem representadas duas terças partes das acções emitidas. A convocação será feita pelos jornaes de maior circulação, com anticipação de oito dias, e declaração do seu objecto e fim.

Art. 21. Os Accionistas terão hum voto por cada tres acções; nenhum porém terá mais de dez votos, qualquer que seja o numero de acções, que possua ou represente como procurador.

Art. 22. Só terá validade a procuração dada a quem for Accionista.

Art. 23. He da privativa attribuição da Assembléa Geral :

- 1.º Alterar e reformar os presentes Estatutos.
- 2.º Eleger a Directoria.
- 3.º Augmentar o capital da Companhia, ou resolver a sua extinção, ou a sua continuação, além do prazo do privilegio.
- 4.º Destituir antes do termo marcado as Directorias, que tiver elegido, se julgar que ellas não cumprem regularmente seus deveres.

Art. 24. Haverá huma Sessão annual no anniversario da installação da Companhia para leitura do Relatorio, apresentação do Balanço, contas, &c., além das extraordinarias, que terão lugar todas as vezes, que o Pre-

sidente julgar necessarias, ou forem requeridas por Accionistas, que representem pelo menos a sexta parte das acções emitidas. O Relatorio e Balanço serão submettidos ao exame de huma Commissão de tres Accionistas nomeados pela Assembléa Geral.

Art. 25. Nas Sessões ordinarias poderá deliberar-se sobre quaesquer objectos, que forem submettidos á consideração da Assembléa Geral, e nas extraordinarias somente sobre aquelle que tiver occasionado a convocação.

Art. 26. As votações serão tomadas pela maioria absoluta dos votos presentes.

Disposições geracs.

Art. 27. As Directorias servirão por quatro annos, e a sua eleição será por escrutinio secreto, declarando os votantes em suas cédulas quantos votos representão, e poderão ser reeleitas no todo ou em parte; mas nunca deixará de fazer parte da nova hum membro, pelo menos, da anterior, para designação do qual correrá primeiramente o escrutinio, procedendo-se depois á votação dos outros dois membros para completa-la, e de hum Vice-Presidente. Os Empresarios constituirão a primeira Directoria, e designarão d'entre os maiores Accionistas da Companhia o Vice-Presidente para os primeiros quatro annos.

Art. 28. Para ser membro da Directoria he preciso possuir, pelo menos, dez acções da Companhia.

Art. 29. Cada membro da Directoria perceberá o ordenado fixo de 2.000\$000, e logo que os dividendos excedão de 10 por %, terão mais para dividir entre si, como gratificação, 20 por % sobre o excesso.

Art. 30. Se se der impedimento simultaneo e permanente, ou de longa duração do Presidente e Vice-Presidente, o Gerente Caixa, que os deve logo substituir, convocará a Assembléa Geral para proceder á eleição de outro, que terá de ceder o lugar a qualquer dos primeiros, se dentro do prazo da duração cessar o seu impedimento, e elle reclamar de novo o exercicio.

Art. 31. Todos os casos e circumstancias não previstas por estes Estatutos serão resolvidos conforme os precedentes e decisões de Associações semelhantes, e como aconselhar a razão e o bom senso.

Disposição transitória.

Art. 32. Os Empresarios sob estas bases, e mediante a indemnisação de 40 accões da Companhia, que lhes ficarão pertencendo independente de qualquer entrada, e por sua morte a seus herdeiros e successores, cedem á Companhia todos os direitos inherentes ao privilegio, que pelo Decreto de 28 de Maio de 1851 lhes foi concedido.

Rio de Janeiro 12 de Junho de 1852. — Cyrino Antonio de Lemos. — João Duarte Lisboa Serra. — Thomaz José de Castro.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 65.^a

DECRETO N.º 1.016 — de 21 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município de Resende da Província do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Município de Resende da Província do Rio de Janeiro hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Corpo de Cavallaria de dois Esquadrões, e hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, ambos do serviço activo; e huma Secção de Batalhão de duas Companhias do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Corpos terão as paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Província, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PATRE 2.^a

SECÇÃO 66.^a

DECRETO N.º 1.017 — de 21 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios da Barra Mansa e Rio Claro da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Barra Mansa, e Rio Claro da Provincia do Rio de Janeiro hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Corpo de Cavallaria de seis Companhias, hum Esquadrão da mesma Arma de duas Companhias, hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias, todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior huma Secção de Batalhão de duas Companhias, e huma Secção de Companhia do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Corpos terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.018 — de 21 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Pirahy e S. João do Principe da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Pirahy e S. João do Principe da Provincia do Rio de Janeiro hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Corpos de Cavallaria de quatro Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo; hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, e huma Companhia avulsa da mesma Arma, todos do serviço activo. Haverá mais em cada hum dos referidos Municipios huma Companhia avulsa de Infantaria do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Corpos terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 67.ª

DECRETO N.º 1.019 — de 26 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Serro da Província de Minas Geraes.

Attendendo á Proposta do Presidente da Província de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio do Serro da Província de Minas Geraes hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria e dois Batalhões de Infantaria de oito Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, do serviço activo; e huma Secção de Batalhão de tres Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão de Cavallaria e Batalhões de Infantaria terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Província, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.020 — de 26 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Marianna da Provincia de Minas Geraes.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado no Municipio de Marianna da Provincia de Minas Geraes hum Commando Superior de Guardas Naciones, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria, e quatro Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro, segundo, terceiro e quarto, todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior hum Batalhão de seis Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão de Cavallaria, e os Batalhões de Infantaria terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hldefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hldefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.021 — de 26 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio de Campo Maior da Provincia de Piauhy.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Piauhy, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado no Municipio de Campo Maior da Provincia do Piauhy hum Commando Superior de Guardas Naciones, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria, e dois Batalhões de Infantaria de seis Campa-

nhas cada hum, com a designação de primeiro e segundo do serviço activo, e huma Companhia do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão e Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 68.^a

DECRETO N.º 1.022 — de 28 de Julho de 1852.

Manda observar a alteração feita na Tabella das rações dos sentenciados da Casa de Correccão da Côrte.

Hei por bem, sobre informação da Commissão Inspector da Casa de Correccão, Ordenar que na Tabella das rações dos sentenciados da referida Casa, que acompanhou o Regulamento de seis de Julho de mil oitocentos e cincoenta, se observe a alteração que com este baixa, assignada por José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

Alteração feita na Tabella das rações dos sentenciados da Casa de Correccão desta Côrte, e que se manda observar por Decreto desta data.

Aos sentenciados da Casa de Correccão da Côrte se dará ao jantar, dois dias na semana, vegetaes em lugar de arroz, distribuindo-se-lhes aos Domingos algumas fructas acidas.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1852.
José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 69.^a

DECRETO N.º 1.023 — de 31 de Julho de 1852.

Organisa a Guarda Nacional do Municipio da Capital da Provincia do Amazonas.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Amazonas, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio da Capital da Provincia do Amazonas hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a numeração de primeiro do serviço activo; e huma Companhia avulsa, e huma Secção de Companhia do serviço da reserva.

Art. 2.º O Batalhão, e a Companhia avulsa terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.024 — de 31 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Olinda e Igarassú da Provincia de Pernambuco.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Pernambuco. Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Olinda e Iguarassú da Provincia de Pernambuco hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Olinda huma Companhia avulsa de Cavallaria, hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a numeração de primeiro do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de tres Companhias, do serviço da reserva; e em Iguarassú huma Companhia avulsa de Cavallaria, dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a numeração de segundo e terceiro do serviço activo, e huma Companhia avulsa da mesma arma do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.025 — de 31 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios do Rosario e Icatú da Provincia do Maranhão.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Maranhão, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios do Rosario e Icatú da Provincia do Maranhão hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria, com a designação de primeiro e segundo, este de oito, e aquelle de seis Companhias do serviço activo. Haverá mais huma Companhia avulsa do serviço da reserva em cada hum dos referidos Municipios.

Art. 2.º Os Batalhões e Companhias avulsas terão

as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.026 — de 31 de Julho de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio do Recife da Provincia de Pernambuco.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia de Pernambuco, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio do Recife da Provincia de Pernambuco hum Commando Superior de Guardas Nacionais, o qual comprehenderá hum Esquadrão de Cavallaria, hum Batalhão de Artilharia de seis Companhias, e sete Batalhões de Infantaria de oito Companhias cada hum, com a numeração de primeiro a setimo, todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior tres Batalhões de seis Companhias cada hum com a numeração de primeiro, segundo e terceiro do serviço da reserva.

Art. 2.º O Esquadrão e Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 70.^a

DECRETO N.º 1.027 — de 2 de Agosto de 1852.

Concede a Thomaz Butler Dodgson privilegio exclusivo por dez annos para a construcção de pontes de ferro nesta Côrte e na Provincia do Rio de Janeiro, segundo o systema que inventou.

Attendendo ao que representou Thomaz Butler Dodgson, pedindo privilegio exclusivo por dez annos para a construcção de pontes de ferro por hum systema de sua invenção, segundo o qual já se lançou huma ponte no rio Alcantara, em a Provincia do Rio de Janeiro, e Conformando-Me com o Parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, emittido em Consulta de quatro de Junho ultimo: Hei por bem Conceder ao referido Thomaz Butler Dodgson o privilegio exclusivo pelo tempo de dez annos, que requer, para a construcção das mesmas pontes de ferro tão somente porêm nesta Côrte e na mencionada Provincia do Rio de Janeiro, e sem prejuizo de direitos de terceiro. E deste privilegio se lhe passará a competente Carta, nos termos e com as clausulas da Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dois de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.028 — de 2 de Agosto de 1852.

Approva o contracto celebrado com a Companhia de Mucury para a condução das malas do Correio e passageiros, em barcos de vapor, entre esta Côrte e a Cidade da Victoria na Provincia do Espirito Santo.

Hei por bem Approvar o contracto que, na conformidade do § 4.º do Art. 11 da Lei N.º 555 de 15 de Junho de 1850, foi nesta data celebrado por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, com o Director da Companhia do Mucury para a condução das malas do Correio e passageiros, em barcos de vapor, entre esta Côrte e a Cidade da Victoria, na Provincia do Espirito Santo, sob as condições que com este baixão, assignadas pelo mesmo Ministro e Secretario d'Estado, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes contracta a Companhia do Mucury a condução das malas do Correio e passageiros entre esta Côrte e a Cidade da Victoria da Provincia do Espirito Santo, de conformidade com o § 4.º do Art. 11 da Lei N.º 555 de 15 de Junho de 1850.

1.ª A Companhia se obriga a fazer transportar por espaço de dous annos, em hum barco de vapor da força de setenta cavallos pelo menos, as malas e officios do Governo deste porto para o da Victoria na Provincia do Espirito Santo e vice-versa, com as seguintes condições.

2.ª Fará a Companhia huma viagem mensal de ida e volta, devendo a sahida deste porto para o da Victoria ter lugar em hum dos quatro dias que precederem a primeira lua de cada mez, quer seja nova ou cheia, com tanto que se fixe o dia certo para annuncios com anti-

cipação de cinco; e o regresso em prazo razoavel que não excederá da lua seguinte nova ou cheia.

3.^a Haverá a Companhia por cada viagem redonda a prestação de hum conto de réis, cujo pagamento será verificado á vista do attestado do Governo Provincial do Espirito Santo de entrada no porto da Victoria na ida e na volta, e dos respectivos conhecimentos de entrega e recebimento das malas.

4.^a Nenhum embarço se opporá á Companhia no prompto despacho do vapor no porto da Victoria, não podendo a Presidencia demora-lo além de doze horas de dia.

5.^a No caso de falta por parte da Companhia ao que se sujeita por este contracto poderá soffrer huma multa até quatrocentos mil réis, segundo a natureza e gravidade da falta: assim como o Governo lhe pagará por cada hum dia de demora neste ou no porto da Victoria a quantia de cem mil réis.

6.^a A navegação a vapor da Cidade da Victoria para este e outros portos fica livre como presentemente.

7.^a A Companhia será obrigada a receber passageiros e cargas do Governo, não podendo exigir preço maior do que o de dous quintos do estabelecido nas Tabellas actuaes dos Paquetes de Vapor da Companhia Brasileira deste porto para o da Bahia; sendo esta disposição tambem applicavel aos passageiros e cargas particulares.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Agosto de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 71.^a

DECRETO N.º 1.029 — de 7 de Agosto de 1852.

Approva o Plano dos uniformes do Exército.

Hei por bem Approvar o Plano dos uniformes do Exército, que com este baixa. Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

PLANO DOS UNIFORMES DO EXERCITO APPROVADO POR
DECRETO DESTA DATA.

I.

*Grande e pequeno Uniforme do Estado Maior
General.*

GRANDE UNIFORME.

1.^a GALLA.

Chapeo.

De plumas, agaloado.— Galão lavrado de 2 pollegadas de largura, além da dobra da costura.

Tope Nacional, feito de contas (vulgarmente missanga) dispostas circularmente, e não em florões, ou ziguezagues, com a estrella bordada a fio de ouro, sem lentejoulas, ou outro qualquer enfeite, todo de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de diametro.

Presilha, formada de 3 canotões n.º 5, lustroso, com hum botão na volta igual aos da abotoadura da farda.

Borlas, da fórma das actuaes, bordadas de canotilho sobre preto, com a franja do mesmo canotão da presilha, dobrado. — O chapeo não terá pontos de canotilho, transe-lins, ou outros adornos.

Farda.

De panno azul. — Toda direita da golla á cintura, e abotoada por 8 botões convexos, dourados, do padrão dos actuaes. — Fig. N.º 1.

A do Marechal do Exercito, não será apresilhada nas abas; e terá na golla, canhões, quartos dianteiros, e ao longo das abas as bordaduras n.ºs 2, 3 e 4. — Esta guarnecerá tambem as algibeiras, que devem ser horisontaes.

Os Tenentes Generaes, terão na golla a bordadura n.º 5, e n.º 6 nos canhões.

Os Marechaes de Campo, na golla a n.º 7, e a n.º 8 nos canhões.

Os Brigadeiros, na golla a n.º 9, e a n.º 10 nos canhões.

Terão todos a farda forrada e avivada de branco, com 8 casas bordadas, e separadas, de cada lado do peito. — Fig. N.º 11.

As algibeiras serão figuradas com 3 botões verticalmente postos pelo meio da aba de diante, unindo-se, em cada hum delles, duas casas Fig. N.º 11 formando entre si hum angulo proximamente recto com o vertice para baixo.

Este bordado deverá ficar no seu contorno, pelo menos, $\frac{1}{4}$ de pollegada distante da virada dianteira, e da união das abas as quaes terão nos apanhados huma bordadura n.º 12, feita em panno azul.

Dragona.

Com a pala de galão de fieira, como actualmente, guarnecida em cada lado de hum bordado de canotilho fus-co, de $\frac{1}{2}$ pollegada de largura; largura total da pala $2\frac{1}{2}$ pollegadas. — A guarnição, da chamada palmatoria, de 6 li-

nhas de grossura, e bordada da mesma fôrma que a guarnição da pala.

Franja de canotão lustroso n.º 5, sem argolas, voltas, ou outro enfeite nas pontas, e invariavelmente de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento.— Sobre a pala os distinctivos de patentes já estabelecidas pelo Decreto de 7 de Outubro de 1823, — Fig. N.º 1.

Pantalona.

De panno azul, guarnecida nas costuras exteriores de huma bordadura com as dimensões da Fig. N.º 2, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, medidas de ponta a ponta de folha.

Banda.

De malha de retroz com borla, e franja como está em uso.— A borla chata, da fôrma e dimensões da Fig. N.º 3, feita de enredadô de canotilho fusco, e remates de canotilho n.º $\frac{1}{4}$. — Franja de canotão lustroso n.º 5, tambem sem argolas, voltas, ou outro enfeite nas pontas, de 5 pollegadas de comprimento. — Est. — B. —

Fiador.

De cordão de fio de ouro, com a borla da fôrma da da banda, mas com 2 linhas de menos em todas as suas dimensões.— Franja do mesmo canotão, e de 2 pollegadas de comprimento.

Talim.

De galão de ouro lavrado, como o do chapeo, forrado de velludo carmesim. — O da cintura de $1\frac{1}{2}$ pollegada, e o das guias de 6 linhas de largura.— Apertado na frente por hum só chapa.

Todo o chapeamento com a fôrma e dimensões das Fig. N.ºs 1, 2, 3, 4 e 5, Est. — C. —

Luva.

Branca, de anta, ou camurça.

Sabre.

De punho de marfim, sem guarnições, com a bainha dourada e lavrada.— Fig. N.º 4, Est. —B.—

Botim.

Com espora fixa ao tacão.— Espora das dimensões e lavores da Fig. N.º 5, Est. — B.—

PEQUENO UNIFORME.

PEQUENA GALLA, SERVIÇO, & C.

Farda.

Do mesmo feitio, e somente bordada na golla, canhões, e apanhados das abas.

Chapeo, e dragona, o mesmo que no grande uniforme.

Sobrecasaca.

Sem vivos, com os mesmos botões, e somente bordada na golla.

Chapeo.

De plumas, sem galão.

Pantalona.

De panno azul, sem bordado, ou branca!

Talim.

Com o mesmo chapeamento e dimensões do do grande uniforme; porém feito de marroquim encarnado, e guarnecido de galão.— Fig. N.º 6, Est. — C.—

Sabre.

Da mesma fôrma do do grande uniforme; porém com a bainha preta, e bocal, ponteira, e argolas, douradas, e lavradas.

Banda, luva, botim, e esporas, o mesmo que no grande uniforme.

As bordaduras das fardas aqui mencionadas são as estabelecidas pelo referido Decreto de 7 de Outubro de 1823, feitas a fio de ouro; guardadas rigorosa, e inalteravelmente, em cada huma, as mesmas fórmãs, e dimensões dos desenhos da Estampa, annexa ao mesmo Decreto. — Cópia, Estampa. — A. — Fig. de N.º 1 a 12.

Todos os bordados das borlas do chapeo, guarnições das dragonas, e calças; assim como os lavores de galões, sabres, e esporas, serão em fórmula de folha de carvalho, como as bordaduras das fardas.

Para marchas, acampamentos, e traje diario, poderão os Officiaes Generaes usar de sobrecasaca com os botões de uniforme, sem vivos, nem bordaduras, com o chapeo armado, de pello, sem plumas, nem galão, ou coberto de oleado, e mesmo redondo.

II.

Grande e pequeno Uniforme para o Corpo de Eugeubeiros.

GRANDE UNIFORME.

Chapeo.

Armado, de pello, com ambas as abas apanhadas, todo liso, e sem adornos de qualquer especie.

Tope Nacional, de contas (vulgarmente missanga) miudas dispostas circularmente, e não em florões, ou ziguezague, com a estrella bordada a fio de ouro, sem lentejoulas ou outro qualquer enfeite, todo de 2½ pollegadas de diametro. — Fig. N.º 1, Est. N.º 1.

Presilha formada de 3 canotões n.º 4, com hum botão na volta igual aos da abotoadura da farda. — Fig. N.º 1, Est. N.º 2.

Borlas da mesma fórmula das actuaes, mas cobertas de galão de esteira de 1½ pollegada de diametro, com huma franja de canotão dobrado n.º 4 para os Officiaes Superiores e canotilho n.º ¼ tambem dobrado para os demais. — Será

presa a humma tira de galão do estabelecido para o posto de Capitão, cosida no chapeo da borla á copa. — Fig. N.º 2, Est. N.º 2.

Pennacho.

De chorão feito de pennas de gallo, verdes, como actualmente, sem enfeites de qualquer especie.

Farda.

De panno azul ferrete, avivada e forrada de branco. Toda direita da golla á cintura, abotoada por humma ordem de 8 botões dispostos em distancias iguaes.

Golla. — De velludo preto de altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45º e presa por hum colchete.

O corpo do farda descera até á cintura, seguindo por igual a horisontal do quadril, sem curvas ou voltas, até o enfranque. Desta linha não passarão as extremidades das costuras dos trazeiros, e sobre ellas serão presos os botões do enfranque, para que a banda e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

Canhão. — Tambem de velludo preto, horisontal de 2½ pollegadas de altura, inclusive o vivo, aberto, e abotoado por 2 botões pequenos, mas por humma pestana interior, de forma que não appareção.

As abas serão curtas, e menores em altura que o corpo, na razão de ⅓ de differença; tendo, por exemplo, 45 pontos do enfranque á sua extremidade, a aba da farda que tiver 50 da costura da golla ao mesmo enfranque. — Seguindo esta proporção, terá cada aba de largura na parte superior 22 pontos, contados da costura do meio do trazeiro, e descendo em leve curva, terá na inferior, inclusive as vistas do forro 9 pontos. As algebeiras serão figuradas por 3 botões verticalmente postos na aba, unindo-se em cada hum delles duas cascas de cordão de retroz preto, de 1 linha de grossura, formando entre si hum angulo recto, com o vertice para baixo.

A farda terá na golla, canhoes e nos apanhados das abas (e não em cada parte do forro dellas) as bordaduras estabelecidas pelo Decreto de 7 de Outubro de 1823, feitas a fio de ouro, sem lentejoulas, canotilhos, ou quaesquer

Platina.

Para os Corpos e Companhias de Infantaria e Artilharia. — De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e com ella avivada, de 2 pollegadas de largura; toda direita, só oitavada na parte superior. — A chamada palmatoria, inteiramente circular, e a meia lua ou relevo que a guarnece, de metal dourado, de 6 linhas de grossura, igual em todas as suas partes, e sem lavor qualquer. A platina cobrirá o hombro, sem exceder as suas verticaes em qualquer sentido. — Será presa por huma passadeira de panno de $\frac{1}{2}$ pollegada de largura.

A da Cavallaria será de metal amarello dourado, composta de 4 escamas além da parte superior. — Esta parte semicircular terá $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura, e no centro figurados, e em relevo hum botão e casa. — As escamas terão 2 pollegadas de largura, e $\frac{1}{2}$ pollegada de altura nas saliencia do recortes. — A chamada palmatoria inteiramente circular. — A meia lua, ou relevo que a guarnece, de 6 linhas de grossura. — A platina toda lisa, sem enfeite de qualquer especie. — A sua largura será a das escamas, e o seu comprimento igual á largura do hombro, sem exceder as suas verticaes em qualquer sentido; será presa ao hombro da mesma fórma que a dos demais Corpos e Companhias.

Banda.

De malha, com a borla e franja, como actualmente. — A borla em fórma de pera, com hum botão na parte superior onde prende a malha. — O botão de 5 linhas de diametro, e 2 de altura, a pera de $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura, e 1 pollegada de maior de diametro, ambas as peças cobertas de fio de ouro tecido em esteira. — A parte inferior da borla, ou remate da franja, formado de serrilha de ouro, e requife fusco n.º $\frac{1}{4}$, terá 1 pollegada de altura, e 1 pollegada folgada de diametro. — Franja do mesmo retroz da malha torcido, com 2 linhas de grossura cada cordão, e 7 pollegadas de comprimento. — A banda terá a malha com comprimento necessario para dar duas voltas e ser atada de nó sobre o quadril direito na Infantaria e Artilharia, e esquerdo na Cavallaria, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca.

Divisa.

No canhão como actualmente , e do galão do padrão em uso , mas tendo , invariavelmente , o de Capitão 7 , e o de Subalterno 5 linhas de largura.

Luva.

Branca , de Anta ou Camurça.

Calça.

Branca , e de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca , sem bolsos , pregas , nem presilhas , principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril , cahindo até o peito do pé , tocando-o levemente para não encobrir o tacão. — A fim de regular-se a sua largura , se seguirá no córte a proporção de não exceder a calça em largura á parte inferior do peito do pé.

Polaina.

Para os Corpos e Companhias de Artilharia e Infantaria. — Preta , com as dimensões ignaes á do Soldado , com a differença de ser abotoada por botões mais pequenos , e cobertos da mesma fazenda.

Sapato.

De tacão , apparecendo por fóra da polaina.

As Praças montadas usarão , bem como a Cavallaria , de botim , presilha na calça , e espora de metal amarello , inteiramente lisa , sem qualquer lavor , fixa ao tacão pelas extremidades dos braços , e pela pua de parafuso e espigão. — Terá 3 linhas do grossura , e a pua , depois de fixa , 1 1/2 pollegada além da roseta.

Fóra do serviço e formaturas poderão os Officiaes usar da sobrecasaca desabotoada , sem banda , e de collete da mesma cor ou branco (porém nunca de chapeo redondo) e calça de presilha , sendo sempre das cores aqui estabelecidas.

CORREAME.

Canana.

De couro envernizado preto, toda lisa, e sem ponteados ou infeite de qualquer especie, de 2 pollegadas de altura, e 4 de comprimento, presa á corrêa por 2 argolas de 6 linhas de diametro.

Corrêa.

De 1 pollegada de 5 linhas de largura.

Ferragens.

Carranca, prendendo a corrente do apito, de 1 pollegada de diametro, guarnecida em roda de hum friso de 1 linha de grossura. — Caixa do apito de fórma cylindrica, toda lisa de 2 pollegadas de altura e 3 linhas de diametro. — Corrente do apito de 14 pollegadas de comprimento, ou 7 depois de dobrada.

Talim.

A corrêa de cintura de $1\frac{1}{2}$ pollegada, e as guias, assim como as corrêas da pasta, de 6 linhas de largura. — A chapa de apertar tambem de carranca com 1 pollegada e 3 linhas de diametro. O circulo onde prende a carranca de 2 linhas de largura. — A pasta das Praças montadas, bem como a dos Officiaes de Cavallaria, será de couro envernizado preto, liso, sem virola, ponteados, ou qualquer infeite, de $8\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, medidas do centro da parte superior ao centro do recorte da pala. — Largura, na parte superior, $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$. — As argolas da canana, a fivella, o passador, e ponteira triangular da corrêa, bem como a fivela do talim, as das suas guias, e as das corrêas da pasta terão invariavelmente 1 linha de grossura de metal. — Toda a chamada ferragem da canana, sua corrêa, talim e pasta será dourada para as tres armas. — O corrêame dos Officiaes de Cavallaria será de couro branco e o dos demais preto, hum e outro envernizado.

A Artilharia usará de

Talabarte

De couro branco envernizado de 2 pollegadas de largura. — Chapa da mesma largura, e 2 pollegadas e 6 linhas de altura, tendo no centro duas peças em aspa. — Peças de 1 pollegada e 6 linhas de comprimento cada huma, 3 linhas de diametro na culatra, e 2 na garganta. — As Praças montadas não usarão de talabarte; mas de talim do mesmo couro daquelle, e pastã como actualmente, tudo com as dimensões estabelecidas para os demais Corpos. — A chapa de apertar, de metal dourado, será toda lisa, de 2 pollegadas e 5 linhas de largura, 2 pollegadas de altura, e terá no centro duas peças em aspa como no talabarte, com 1 linha de menos em todas as suas dimensões.

Espadas.

Das que usão actualmente, de guarnição e baniuha de aço ou ferro.

Fiador.

Para os Corpos e Companhias de Caçadores de couro envernizado preto trançado, de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado), 2 linhas de grossura, borla do mesmo, fechada, de 2 pollegadas de altura e 1 de diametro. — Passador, em fôrma de botão, de 3 linhas de altura. — Para os Corpos e Companhias de Cavallaria e Artilharia de couro branco envernizado, chato, e de 4 linhas de largura. — Em comprimento, fôrma e dimensões da borla, igual ao de Caçadores, com hum botão e dous passadores de metal. Passadores de 2 linhas de largura.

ARREIOS.

Sellim.

De garupas, feito de pelle de porco, sem borrainas, ponteados ou laveres.

Cabeçada redeas, peitoral e rabicho, tudo de couro envernizado preto, porém tudo invariavelmente das mesmas fôrmas e dimensões do estabelecido para as Companhias de Cavallaria.

Manta.

De panno azul como actualmente , sendo guarneçada de hum listra de panno da cor da golla ou canhão da sobrecasaca , e avivada como ella. — A listra terá 1½ pollegada de largura , e os vivos de 1 linha de grossura.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonete.

Em fôrma e dimensões igual ao do Official , mas sem pala nem botão na copa. — O bonete , para segurar-se , terá hum corréa , da mesma fôrma da dos Officiaes , com duas passadeiras de correr do mesmo couro. Essa corréa passará ordinariamente por cima da copa.

Sobrecasaca.

Em dimensões , côr , feitio , &c. , em tudo exactamente igual ao do Official.

Platina

Para a Cavallaria. — De corrente de metal amarello como actualmente. — Para os demais Corpos e Companhias , de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca ; toda direita , só oitavada na parte superior , debruada de oleado ; será de 2 pollegadas de largura , e de comprimento até a costura da manga , e com ella cosida. — Na parte superior terá hum botão como os das pestanas das mangas.

Lua.

Para a Cavallaria. — Branca , de algodão ou linho.

Calça.

De panno e branca , ambas das mesmas fôrmas e dimensões da do Official.

Polaina.

Para os Corpos e Companhias de Artilharia e Infantaria. — Preta , pelo joanete , com pouca curva , abotoada

por 5 botões de marca de osso , da cor da fazenda, tendo largura tal , que a alça, para não apparecer, não exceda a largura da sola do sapato.

Botim.

Para a Cavallaria em todo o serviço montado.

Sapatos.

Para os demais Corpos e Companhias , de tacão, apparecendo por fóra da polaina. — A Cavallaria também o usará em todo o serviço a pé. — Os Inferiores, Cabos, e Anspeçadas, usarão de divisas de panno da cor das gollas, canhões, ou vivos, assentados sobre panno da mesma cor do da sobrecasaca, postas diagonalmente no braço esquerdo, de costura á costura da manga. — As listras terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura e 1 linha de intervallo. — Não he permittido o uso de divisa acolchoada. — Os Inferiores usarão de banda de lã como actualmente, em fôrma e dimensões de pera e maneira de ser posta, em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes.

Nos casos determinados pela Autoridade competente poderão, como actualmente, usar as Praças de pret de jaquetas brancas de linho ou algodão.

Por canhão, no pequeno uniforme, se entenderá a pestana da manga.

XII.

Uniforme das Compañhias de Pedestres.

UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno azul, guarnecido de galão de ouro, do padrão em uso, e com pala. Copa circular, coberta de couro envernizado. A altura do bonete será a largura do galão, $1\frac{1}{2}$ pollegada além do debrum. — A copa excederá a roda da cabeça $1\frac{1}{2}$ pollegada; e a pala terá de altura $1\frac{1}{2}$ pollegada, e não passará em largura as verticaes das fontes. O bonete, para segurar-se, terá huma corrêa de couro envernizado preto, de 6 linhas de largura, com huma passadeira de correr de metal dourado em fôrma de fivela. — Esta corrêa será presa por dous pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar apparecer os collarinhos.

Fardeta.

De panno azul, sem vivos, direita da golla á cintura, e abotoada por huma ordem de 8 botões convexos de metal dourado, com o numero ordinal da Campanhia. — Os botões maiores terão 7, e os menores 5 linhas de diametro.

Golla de altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. Aberta na frente formando hum angulo, pouco mais ou menos de 45° , e presa por hum colehete.

O corpo da fardeta descera até a cintura, tocando o osso do quadril, e correndo horisontalmente sem curvas ou voltas.

Canhão, aberto, como actualmente, por huma pestana com os recortes que estão em uso. — A pestana abotoada por 3 pequenos botões de uniforme, terá $3\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 li-

nhas nas suas curvas. — A costura do canhão corresponderá exactamente o centro da pestana.

A manga descerá até a articulação do punho.

As fardetas terão nas gollas e canhões as vistas distinctivas das cores designadas no mappa.

Platina.

Formada de seis cordões de tecido de ouro, trançado a dous fios. Será presa na parte superior em hum pequeno botão de uniforme, tocando levemente a costura da golla; e na inferior chegará até a costura da manga, e com ella cosida.

Divisa.

No canhão como actualmente, e do galão do padrão em uso, mas tendo, invariavelmente, o de Capitão 7, e o de Subalterno 5 linhas de largura.

Lava.

Branca.

Calça

De panno, da cor e qualidade do da fardeta, ou branca, toda direita, sem bolsos, pregas, nem presilhas; principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até o peito do pé, e tocando-o levemente para não encobrir o tacão. A fim de regular-se a sua largura, se seguirá no corte a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé.

Banda.

De malha de retroz, com borla e franja, como actualmente. A borla, em fórma de pera, com hum botão na parte superior, onde prende a malha. O botão de 5 linhas de diametro, e 2 de altura; a pera de $1\frac{1}{4}$ pollegada de altura, e 1 pollegada no maior diametro; ambas as peças cobertas de fio de ouro tecido em esteira. — A parte inferior da borla, ou remate da franja, formado de serrilha de ouro, e requife fusco n.º $\frac{1}{4}$, terá 1 pollegada de altura, e 1 pollegada folgada de diametro. Franja do mesmo retroz da malha torcido, com 2 linhas de grossura cada cor-

dão , e 7 pollegadas de comprimento. A banda terá a malha com o comprimento necessario para dar duas voltas , e ser atada de nó , com as pontas iguaes sobre o quadril direito , correspondendo á costura da calça.

Botim.

Apparecendo o tacão por fóra da calça.

CORREAME.

Talim.

De couro preto envernizado. A corrêa da cintura de 1½ pollegada , e as guias de 6 linhas de largura. — A chapa de apertar, de carranca , de 1 pollegada e 3 linhas de diametro. — O circulo, onde prende a carranca , de 2 linhas de largura. — As argolas, que prendem as guias , de 1½ pollegada de diametro : as fivelas de 1 pollegada de altura , todas douradas , e de huma linha de grossura.

Espada.

De guarnições como actualmente, e de bainha de aço, ou ferro.

Fiador.

De couro envernizado preto, trançado , de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado), 2 linhas de grossura, borla do mesmo , fechada , de 2 pollegadas de altura, e 1 de diametro na parte mais grossa. Passador em fôrma de botão , de 3 linhas de altura.

UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonete.

Da mesma fôrma e dimensões do do Official, mas sem pala , e guarnecido de huma listra de couro preto. O bonete , para segurar-se, terá huma corrêa da mesma fôrma da do Official, com duas passadeiras de correr do mesmo couro. Esta corrêa passará ordinariamente por cima da copa

Fardeta

Em cor , dimensões , feitiço , &c , exactamente igual á do Official.

Platina.

De panno da cor e qualidade do da fardeta , toda direita , só oitavada na parte superior , e debruada de oleado. Será de 2 pollegadas de largura , e de comprimento até a costura da manga e com ella cosida. Na parte superior terá hum botão pequeno de uniforme.

Calça.

De panno da cor e qualidade do da fardeta , e branca ; ambas das mesmas fôrmas e dimensões da do Official.

Polaina.

Preta , pelo joanete , com pouca curva , abotoada por 5 botões de marca de osso da cor da fazenda , tendo largura tal , que a alça , para não apparecer , não excederá a largura da sola do sapato.

Sapato.

De tacão , apparecendo por fóra da polaina.

Os Inferiores , Cabos , e Anspeçadas , usarão de divisas de panno da cor da golla , ou canhões , assentadas sobre panno da cor do da fardeta Postas diagonalmente no braço esquerdo de costura á costura da manga. As listras terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura , e 1 linha de intervallo.

Não he permittido o uso de divisas acolchoadas.

Os Inferiores usarão de banda de lã , como actualmente , em fôrma e dimensões da pera , a maneira de ser posta , em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes.

As vistas dos canhões serão as pestanas , e as das gollas em fôrma de losango. Figurinos N.^{os}

Nos casos determinados pela Autoridade competente , poderão as Praças de pret , usar de jaquetas brancas de linho , ou algodão.

Mapa demonstrativo das vistas distinctivas dos Corpos e Companhias fixas.

CORPOS E COMPANHIAS.		CORES DISTINCTIVAS.						
		SOBRECASACA.				BONETE.		
		Vivos.	Golla.	Canhão.	Divisas das Inferiores.	Vivos.	Listra.	Botão da copa.
N.º	Corpo da Provincia de Mato Grosso	Artilharia..... Cavallaria..... Caçadores.....	Encarnados. Encarnados. Encarnados.	Preta..... Encarnada.. Verde.....	Preto..... Encarnado.. Verde.....	Encarnada.. Encarnada.. Verde.....	Encarnados. Encarnada.. Verde.....	Encarnado. Verde com vivo encarnado.
N.º	Guarnição fixa da Provincia da Bahia	Cavallaria..... Caçadores.....	Verdes Verdes	Encarnada .. Encarnada ..	Verde..... Verde.....	Verdes Verdes	Encarnada.. Encarnada ..	Encarnado avivado de verde. Idem.
N.º	Meio Batalhão do Piahy		Verdes		Amarello ...	Verde.....	Verdes	Amarella...
N.º	Meio Batalhão do Ceará		Verdes		Amarella ...	Verde.....	Verdes	Amarella ...
N.º	Guarnição fixa da Provincia de S. Paulo.	Cavallaria..... Caçadores.....	Encarnados. Encarnados.	Azul claro.. Azul claro..	Azul claro.. Azul claro..	Encarnada.. Encarnada..	Encarnados. Encarnados.	Azul claro.. Azul claro..
N.º	Guarnição fixa da Provincia de Minas Geraes.....	Cavallaria..... Caçadores.....	Encarnados. Encarnados.	Azul claro.. Azul claro..		Encarnada.. Encarnada..	Encarnados. Encarnados.	Azul claro.. Azul claro..
N.º	Guarnição fixa da Provincia de Goyaz	Cavallaria..... Caçadores.....	Encarnados. Encarnados.	Encarnada .. Encarnada ..		Encarnada.. Encarnada..	Encarnados. Encarnados.	Encarnada.. Encarnada ..
N.º	Companhia fixa da Provincia do Rio Grande do Norte				Verde.....	Verde.....		Verde.....
N.º	Companhia fixa da Provincia do Espirito Santo....		Verdes	Verde.....	Verde.....	Verde.....		Verde.....
N.º	Companhia fixa da Provincia da Parahiba do Norte.		Verdes	Verde.....	Verde.....	Verde.....		Verde.....
N.º	Companhia fixa da Provincia de Sergipe.....		Verdes	Verde.....	Verde.....	Verde.....		Verde.....
N.º	Companhia fixa da Provincia de Pernambuco.....			Encarnada ..	Encarnado..	Encarnada..	Verdes	Encarnada ..

adornos e accrescimos; guardadas, rigorosa e inalteravelmente nos bordados de cada parte da farda, as mesmas fôrmas e dimensões dos desenhos da Estampa, annexa ao mesmo Decreto — copia. — Est. n.º 2, Fig. n.º 12, para a golla; n.º 13 para os canhões; e n.º 14 para o apanhado de cada aba.

Botões. — convexos como actualmente, fundo de dourado fusco, a coroa, castello, e orla de dourado brunido. A coroa de $1\frac{1}{2}$ linha de diametro; castello de $2\frac{1}{2}$ linhas de altura e 3 de largura, orla de 1 linha escassa de largura: todo o botão 7 linhas de diametro. — Os botões menores terão 5, regulando por tanto a coroa e o castello 3 linhas de altura, e a orla $\frac{1}{2}$ linha de largura. — Est. N.º 2, Fig. N.º 15.

Dragona.

Em dimensões e fôrma, como a estabelecida para o Estado Maior do Exercito. — Será presa ao hombro por huma passadeira de galão de ouro, do padrão estabelecido para o posto de Alferes, e tocará levemente a costura da golla. A dragona poderá tambem ser usada com a sobrecasaca. — Est. N.º 1, Fig. N.º 8.

Calça.

De panno azul, como a do pequeno uniforme, porém guarnecida nas costuras exteriores de galão do padrão actual de 10 linhas de largura. — Est. N.º 2, Fig. N.º 10.

Gravata, luva, talim, e esporas, tudo exactamente como no pequeno uniforme, sendo porém a borla da banda por dentro de retroz, e por fóra de huma ordem de canotão n.º 4, ou canotilho n.º $\frac{1}{4}$, conforme a patente, de 5 pollegadas de comprimento.

Espada.

De guarnições e bainha douradas, da fôrma do Fig. 18, Est. 11, existente no Archivo Militar.

Fiador.

Tecido de fio de ouro e encarnado, de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado) e 2 linhas de grossura. — Borla feita de fio de ouro e canotilho, da fôrma e dimensões

do Fig. 19, citada estampa; guardado o preceito de ser a franja de canotão n.º 4 para os Officiaes Superiores, e de canotilho n.º 1/4 para os de demais. — Est. N.º 2, Fig. N.º 11.

ARREIOS.

Em geral da mesma fôrma e dimensões dos do pequeno uniforme, com as seguintes alterações.

Cabeçada.

Terá cruzeta na frente, com cinco estrellas de metal dourado.

Peitoral.

Do mesmo couro da cabeçada de 1 1/2 pollegada de largura; preso ao arção do sellim, com huma igual estrella sobre a sua junctura inferior. — No rabicho tres estrellas: huma onde começa a separação das corrêas da forquilha, e duas nas extremidades das mesmas corrêas on principio da boneca. — As estrellas, do centro da cruzeta, do peitoral, e a primeira do rabicho, terão 1 pollegada e 6 linhas de diametro, Fig. N.º 21; as fivelas, passadores e ponteiros, as dimensões e fôrma do Fig. N.º 20, Est. N.º 12, existente no Archivo Militar.

Manta.

Do mesmo panno, fôrma e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida de galão do padrão estabelecido, e correspondente á graduação do Official, excedendo a do posto de Coronel, em consequencia da maior largura da guarnição, somente 1 pollegada escassa os arções do sellim. — As chapas dos angulos trazeiros as mesmas que no pequeno uniforme.

Coldres.

De 9 pollegadas de altura de caixa de pistola, inclusive a extremidade da ponteira. — Ponteiros, Fig. 23 da referida estampa.

Capelladas do mesmo panno da manta, com 23 pollegadas de comprimento, e 7 1/2 de largura na parte mais larga das abas, e as extremidades arredondadas, seguindo-

se na guarnição de galão as mesmas regras estabelecidas para a manta.

A silha dos coldres será sempre branca.

PEQUENO UNIFORME.

Chapeo.

Armado, da mesma fôrma do do grande uniforme, com o mesmo tope, e coberto de oleado ou couro envernizado. Presilha, de hum canotão de ouro n.º 5, torcido a dous fios. — Borlas das mesmas fôrma e distincções de gradações estabelecidas no grande uniforme. — Est. N.º 1, Fig. N.º 1. Est. N.º 2, Fig. N.º 2.

Para marchas, acampamentos, e uso diario de guarnição fôra do serviço, bonete de panno azul, de copa circular, pala de couro envernizado, e guarneccido de galão de ouro do padrão em uso, avivado de branco. — A altura do bonete será a largura do galão com os vivos $1\frac{1}{2}$ pollegada além do debrum. A copa excederá a roda da cabeça $1\frac{1}{2}$ pollegada, e terá no centro hum botão feito de canotilho n.º $\frac{1}{4}$ de huma pollegada de diametro. — A pala guarneccida de huma virola de metal dourado, de 2 linhas de largura, terá de altura, além da virola, $1\frac{1}{2}$ pollegada. — O bonete para segurar-se, terá huma corrêa de couro envernizado preto, de 6 linhas de largura, com huma passadeira de correr de metal dourado, em fôrma de fivela. — A corrêa será presa por 2 pequenos botões, de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada.

Gravata.

De seda sem lustro, chamada batida, debruada de couro envernizado, sem deixar apparecer os collarinhos.

Sobrecasaca.

De panno azul, com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos, e canhões avivados de branco, e abotoada por huma ordem de 8 botões convexos dourados, com as dimensões e fôrma dos estabelecidos para o grande uniforme, e dispostos em distancias iguaes.

Golla de velludo preto. — De altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45°, presa por hum colchete. — A' meia altura da golla, e $\frac{1}{2}$ pollegada de distancia do vivo da abertura, o castello de metal dourado de 5 linhas de altura, e $\frac{1}{2}$ pollegada de largura na parte inferior.

O corpo da sobrecasaca descera até a cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda onde fórma o que se chama enfranque. — Os pés dos primeiros botões serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, á extremidade da palma da mão, ou linha das primeiras phalanges dos dedos. — Terão panno e roda sufficientes para formarem traspasso na frente e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda com hum recorte no centro, e tres botões iguaes aos de abotoadura. — As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão horisontal, abotoado na abertura por 3 botões da fórma dos da abotoadura, mas de 5 linhas de diametro. — A manga descera até a articulação do punho.

Divisa.

No canhão como actualmente, e do galão do padrão em uso, mas tendo invariavelmente o de Capitão 7, e o de Subalterno 5 linhas de largura. — Fig. N.º 16 e 17, Est. N.º 2.

Luva.

Branca, de anta, ou camurça.

Calça.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e branca, ambas com presilhas, lisas, sem bolsos, nem pregas. — O comprimento da calça principiará 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até a altura de não ficar arregaçada pela espora. A fim de regular-se a sua largura se seguirá no corte a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé.

Banda.

• Em qualidade , dimensões , e fórma das borlas , em tudo exactamente igual ao estabelecido para o Estado Maior do Exercito. — Terá o comprimento necessario para dar duas voltas , e ser atada de nó com as pontas iguaes sobre o quadril esquerdo , correspondendo á costura da calça , e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca. — Fig. N.º 9, Est. N.º 1.

Botim.

Com espora fixa ao tacão. — A espora de metal amarello , inteiramente lisa , e fixa pelas extremidades dos braços , e pela pua de parafuso e espigão ; terá 3 linhas de grossura , e a pua , depois de fixa , 1½ pollegada de comprimento além da roseta.

CORREAME.

Talim.

De couro envernizado preto , de 1 pollegada e 6 linhas de largura na corrêa da cintura , e 6 linhas nas das guias , com o mesmo chapeamento actualmente em uso , guardadas as dimensões da Est. 10 , existente no Archivo Militar , copia , Est. N.º 3 , Fig. de 1 a 6.

Espada.

Como actualmente , de guarnições , e bainha de aço , ou ferro.

Fiador.

De retroz preto , de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado) e 2 linhas de grossura. — Borla de pera tambem de retroz preto , de ½ pollegada de altura , e 1 de diametro na parte mais grossa , com hum remate de 3 canotões de ouro N.º 4 para os Officiaes Superiores , e 6 canotilhos n.º ¼ para os demais : estes remates serão dobrados ao meio.

Fóra do serviço e formaturas poderão os Officiaes usar da sobrecasaca desabotoada , sem banda , e de collete da mesma cor , ou branco (mas uunca de chapeo redondo) sendo sempre a calça das cores aqui estabelecidas.

ARREIOS

Cabeçada , redeas , gamarra , e rabicho de couro envernizado preto , e das seguintes dimensões.

Cabeçada.

Com huma fivela em cada lado , para se graduar , serão as corrêas das faces , a fucinheira , a corrêa que a aperta , e as mais estreitas que prendem o freio , cosidas em cada lado de huma peça quadrada de metal , em vez de argola , e assim separada. A' excepção das presilhas do freio , terá cada huma das peças mencionadas , bem como a testeira , 1 pollegada de largura. — A corrêa que aperta a fucinheira dividida por outro igual quadrado de metal , no qual prenderá a passadeira da sugigolla , de 3 pollegadas de comprimento. Tanto esta passadeira , como o sugigolla , as corrêas que prendem o freio , as redeas , gamarras , e suas tesouras , terão 6 linhas de largura.

As tesouras da gamarra , inclusive as suas argolas e fivelas 12 pollegadas de comprimento. — Rabicho de 1½ pollegada de largura até a corrêa da fivela , e esta da largura de 1 pollegada. Todos estes metaes serão dourados , e os passadores do mesmo couro da cabeçada.

Sellim.

De couro de porco , sem borraínas , ponteados ou lavores de qualquer especie.

Estribos.

De metal amarello , aros iguaes , sem recortes , e todos lisos. Considerando altura do anel por onde passa o lóro , ao assento do estribo , 5 pollegadas e 2 linhas. Diametro 4 pollegadas e 6 linhas. — Diametro do aro ½ pollegada. — Assento 3 pollegadas e 3 linhas de comprimento , e 1 e 6 linhas de largura. — Fig 24 , Est. 12 , existente no Archivo Militar.

Manta.

De panno azul ferrete , das seguinte fôrmas e dimensões. — Toda direita , e sem recortes ; tendo apenas a meia

altura da frente huma pequena curva, excedendo 1 pollegada escassa a sua vertical. Mais estreita na parte superior, que na inferior, guardando-se a proporção de $\frac{4}{5}$ naquellas e 5 nesta, tendo, por exemplo, 20 pollegadas de comprimento em cima, a manta que tiver 25 em baixo. Será guarnecida de huma listra de couro envernizado de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura.—A manta, sejam quaes forem as dimensões do sellim, (menos as do grande uniforme, que varião na razão da largura das listras de galão correspondente á patente do Official) excederá os arções exactamente, 3 pollegadas, e na parte inferior ficará rente sem exceder de 1 linha a aba do sellim. Nos angulos trazeiros terá a manta castellos de metal dourado, da fôrma e dimensões da Fig. 27 da Est. 12, existente no Archivo Militar.

III.

Grande e pequeno Uniforme do Estado Maior do Exercito.

GRANDE UNIFORME.

Chapeo.

Armado, de pello, com ambas as abas apanhadas, todo liso e sem adornos de qualquer especie.

Tope Nacional de contas (vulgarmente missanga) miudadas, dispostas circularmente, e não em florões ou ziguezagues com a estrella bordada a fio de ouro, sem lentejoulas ou outro qualquer enfeite, todo de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de diametro.—Est. N.º 1, Fig. N.º 1 O.

Presilha formada de 3 canotões n.º 4, com hum botão na volta, igual aos da abotoadura da farda.—Est. N.º 2, Fig. N.º 1.

Borlas da mesma fôrma das actuaes, mas cobertas de galão de esteira de $1\frac{1}{2}$ pollegada de diametro, com huma franja de canotão dobrado n.º 4, para os Officiaes Superiores, e de canotillo n.º $\frac{1}{4}$ tambem dobrado, para os demais.—Será presa a huma tira de galão do estabelecido para o posto de Capitão, cosido no chapeo, da borla á copa.—Est. N.º 2, Fig. N.º 2.

Pennacho.

De chorão, feito de pennas de gallo, verdes, como etualmente, sem enfeite de qualquer especie.

Farda.

De panno azul ferrete, avivada e forrada de branco. — Toda direita da golla á cintura, abotoada por huma ordem de 8 botões dispostos em distancias iguaes.

Golla. — De altura a deixar apparecer os lados e a frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° e presa por hum colchete.

O corpo da farda descera até a cintura, seguindo por igual a horisontal do quadril, sem curvas ou voltas até o enfranque. — Desta linha não passarão as extremidades das costas dos trazeiros, e sobre ellas serão presos os botões do enfranque, para que a banda e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

Canhão horisontal, de 3 pollegadas e 6 linhas de altura, inclusive o vivo. — Aberto e abotoado por dous botões pequenos, mas por huma pestana interior de fôrma que não appareção.

As abas serão curtas, e menores em altura que o corpo, na razão de $\frac{1}{10}$ de differença, tendo, por exemplo, 45 pontos do enfranque á sua extremidade a aba da farda que tiver 50 da costura da golla do mesmo enfranque. — Seguindo esta proporção terá cada aba de largura na parte superior 22 pontos, contados da costura do meio do trazeiro, e descendo em leve curva terá na inferior, inclusive as vistas do forro, 9 pontos. — As algibeiras serão figuradas por tres botões verticalmente postos na aba, unindo-se em cada hum delles duas casas de cordão de retroz preto, de 1 linha de largura, formando entre si hum angulo recto com o vertice para baixo.

A farda terá na golla, canhões, e nos apanhados das abas (e não em cada parte do forro dellas) as bordadúras estabelecidas pelo Decreto de 7 de Outubro de 1823; feitas a fio de ouro, sem canotilhos, lentejoulas, ou quaesquer adornos, e accrescimos; guardadas rigorosa, e inalteravelmente, nos bordados de cada parte da farda, as mesmas fôrmas e dimensões dos desenhos da Estampa annexa ao

mesmo Decreto. — Cópia, Est. n.º 2, Fig. n.º 3 para a golla, n.º 4 para os canhões, e n.º 5 para o apanhado de cada huma das abas.

O Estado Maior de primeira classe, terá no centro da bordadura da golla huma esphera de metal dourado, convexo de 6 linhas de diametro.

O de segunda classe, huma estrella, tambem de metal dourado, toda lisa, e de 5 linhas de diametro.

Botões convexos, como actualmente, com a coroa e orla, fundo de dourado fusco; a coroa terá 5 linhas de altura, inclusive a cruz, e $\frac{1}{2}$ pollegada de maior diametro; orla, 1 linha escassa de largura, todo o botão 7 linhas de diametro. — Os botões menores terão 5, regulando, por tanto, a coroa 3 linhas de altura, e $2\frac{1}{2}$ de diametro, e a orla $\frac{1}{2}$ linha de largura. — Est. N.º 2, Fig. N.ºs 6 e 7.

Dragona.

Toda de metal dourado, sem adornos de bordados, canotilhos, ou lentejoulas, e forrada de panno da cor da farda.

A pala, composta de quatro ordens de escamas e tres recortes, e inteiramente lisa, oitavada na parte superior e guarnecida de dous frisos em relevo lavrados em fôrma de canotilho, será toda direita, sem a menor curva, até a chamada palmatoria. — As escamas terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura, e cada friso 1 linha; largura total da pala 2 pollegadas. — O semicirculo em relevo, que guarnece a palmatoria, de fôrma igual em todas as suas partes, de 6 linhas de grossura, além da serrilha sobre o remate da franja circular; e tomando a fôrma eliptica, somente o preciso para cahir a franja perpendicularmente. — Franja invariavelmente de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento, e duas ordens de canotão ou canotilho de ouro, sem argolas, voltas ou outro enfeite nas pontas; para os Officiaes Superiores de canotão n.º 4, e para os demais de canotilho n.º $\frac{1}{4}$. — O comprimento da dragona igual á largura do hombro. — Será presa por huma passadeira de galão de ouro do padrão estabelecido para o posto de Alferes, e tocará levemente a costura da golla. — A dragona tambem poderá ser usada com a sobrecasaca. — Est. N.º 1, Fig. N.º 8.

Calça.

De panno azul, como a do pequeno uniforme, porém guarnecida nas costuras exteriores de galão do padrão actual, de 10 linhas de largura. — Est. N.º 2, Fig. N.º 10.

Gravata, luva, banda, talim, pasta, e esporas, tudo exactamente como no pequeno uniforme; sendo porém a borla da banda, por dentro de retroz, e por fóra de huma ordem de canotão n.º 4, ou canotilho n.º $\frac{1}{4}$, conforme a patente, de 5 pollegadas de comprimento.

Espada.

Como a do pequeno uniforme, de bainha de aço ou ferro, mas com as guarnições, passadeiras, e argolas douradas. — Tudo liso.

Fiador.

Tecido de fio de ouro, de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado) e 2 linhas de grossura; rematando em huma borla tecida em esteira de 1 pollegada de altura, $\frac{1}{2}$ pollegada de maior diametro, e $\frac{1}{2}$ pollegada de altura no remate. — A franja de 2 pollegadas de comprimento, de canotão n.º 4 para os Officiaes Superiores, e para os demais de canotilho n.º $\frac{1}{4}$ — Est. N.º 2, Fig. 11.

ARREIOS.

Em geral das mesmas fórmas e dimensões dos do pequeno uniforme, com as seguintes alterações.

Cabeçada.

Terá cruzeta na frente, e a testeira com mais hum passador na parte superior para correr a sugigolla separada della. A sugigolla será mais comprida, tendo, medida de toda a altura de hum lado, 18 pollegadas, terminando em huma borla de couro de 2 pollegadas de altura, da qual sahirá hum pendente de criua encarnada de 19 pollegadas de comprimento e 6 pollegadas folgadas de diametro. A sugigolla será graduada por hum passador de metal. — Est. N.º 4, Fig. N.º 1.

Peitoral.

Em substituição de gamarra simples. — Será preso á cilha, e terá $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, com tesouras roliças de 3 linhas de diametro, que prenderão em huma fivela de 1 pollegada de largura, cosida á junctura inferior do peitoral. — O peitoral prenderá no arção do sellim por huma corrêa de 6 linhas de largura, e fivelas e passadores correspondentes, cosidas na sua junctura superior.

A cabeçada, o peitoral, e rabicho, terão carrancas douradas, dispostas da fôrma seguinte. — A cabeçada, sete; 2 nas extremidades da testeira e 5 na cruzeta. O peitoral humo na junctura inferior sobre o peito do cavallo — o rabicho tres: 1 onde começa a separação das corrêas da forquilha, e 2 nas extremidades das mesmas corrêas ou principio da boneca. — As carrancas do centro da cruzeta, e do peitoral terão 2 pollegadas de diametro, o de todas as outras será igual á largura da peça em que forem assentadas. — Est. N.º 5, Fig. N.º 3.

As ponteiras das redeas e demais corrêas serão de metal, oitavadas, da largura das mesmas corrêas, de 2 linhas de altura; os passadores tambem de metal com iguaes dimensões; as fivelas e argolas da gamarra de 1 linha de grossura de metal, e tudo dourado.

Coldres.

De 9 pollegadas de altura de caixa de pistolas, inclusive a extremidade da ponteira. — Ponteiras de metal dourado lisas. — Capelladas do mesmo panno da manta, com 23 pollegadas de comprimento, $7\frac{1}{2}$ de largura na parte mais larga das abas, e as extremidades arredondadas; igualmente agaloadas, seguindo-se na guarnição de galão as mesmas regras estabelecidas para a manta. — A cilha dos coldres será sempre branca. — Est. N.º 4, Fig. N.º 10.

Manta.

Do mesmo panno, fôrma e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida de galão do padrão estabelecido, e correspondente á gradação do Official, excedendo ao do posto de Coronel, em consequencia da maior largura da guarnição, somente 1 pollegada es-

cassa os arções do sellim. — As chapas dos angulos traziros as mesmas que no pequeno uniforme. — Est. N.º 5, Fig. N.º 4.

PEQUENO UNIFORME.

Chapeo.

Armado, da mesma fôrma do do grande uniforme, com o mesmo tope, e coberto de oleado, ou couro envernizado.

Presilha de hum canotão de ouro n.º 5, torcido a dous fios.

Borlas das mesmas fôrmas e distincções de gradações estabelecidas no grande uniforme. — Est. N.º 1, Fig. N.º 1, Est. N.º 2, Fig. N.º 2.

Para marchas, acampamentos, e uso diario de guar-nição fôra do serviço, bonete de panno azul, de copa circular; pala de couro envernizado, e guarnecido de galão de ouro do padrão em uso, avivado de branco. — A altura do bonete será a largura do galão com os vivos, 1½ pollegada, além do debrum. — A copa excederá a roda da cabeça 1½ pollegada, e terá no centro hum botão feito de canotilho n.º ¼, de 1 pollegada de diametro. — A pala guarnecida de hum virola de metal dourado, de 2 linhas de largura, terá de altura, além da virola, 1½ pollegada. — O bonete, para segurar-se, terá hum corréa de couro envernizado preto, de 6 linhas de largura, com hum passadeira de metal dourado, em fôrma de fivela. — A corréa será presa por dous pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de ½ pollegada.

Gravata.

De seda sem lustro, chamada batida, debruada de couro envernizado, sem deixar apparecer os collarinhos.

Sobrecasaca.

De panno azul, com a golla, frente, abertura da re-taguarda, bolsos e canhões avivados de branco, e abotoada por hum ordem de 8 botões convexos dourados, com as

dimensões e fôrma dos estabelecidos para o grande nuiforme, e dispostos em distancias iguaes.

Golla — de altura a deixar apparecer os lados e a frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45°, e presa por hum colchete. A esphera e a estrella que distinguem as classes, ficarão a meia altura da golla, e $\frac{1}{2}$ pollegada de distancia do vivo da abertura.

O corpo da sobrecasaca descerá até á cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda onde fôrma o que se chama enfranke. — Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda, e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, a extremidade da palma da mão, ou linha das primeiras phalanges dos dedos — Terão panno e roda sufficientes para formarem traspasse na frente, e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda com hum recorte no centro e 3 botões iguaes aos da abotoadura. — As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão. — Horisontal, abotoado na abertura por 3 botões da fôrma dos da abotoadura, mas de 5 linhas de diametro. — A manga descerá até a articulação do punho.

Divisa.

No canhão, como actualmente, e do galão do padrão em uso; mas tendo invariavelmente o de Capitão 7, e o de Subalterno 5 linhas de largura. — Est. N.º 2, Fig. N.º 16 e 17.

Lua.

Branca, de anta, ou camurça.

Calça.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e branca, ambas com presilhas, lisas, sem bolsos, nem pregas. — O comprimento da calça principiará 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até a altura de não ficar arre-

gaçada pela espora. — A fim de regular-se a sua largura, se seguirá no corte a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé.

Banda.

De malha de retroz, com borla e franja, como actualmente. — A borla em forma de pera, com hum botão na parte superior onde prende a malha. — O botão de 5 linhas de diametro, e 2 de altura; a pera de $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura e 1 pollegada no maior diametro, ambas as peças cobertas de fio de ouro tecido em esteira. — A parte inferior da borla, ou remate da franja, formado de serrilha de ouro, e requife fusco n.º $\frac{1}{4}$, terá huma pollegada de altura, e 1 pollegada folgada de diametro — Franja do mesmo retroz da malha, torcido, com 2 linhas de grossura cada cordão, e 7 pollegadas de comprimento.

A banda terá a malha com o comprimento necessario para dar 2 voltas, e ser atada de nó com as pontas iguaes sobre o quadril esquerdo, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca. — Est. N.º 1, Fig. N.º 9.

Botim.

Com espora fixa ao tacão. — A a espora de metal amarello, inteiramente lisa, e fixa pelas extremidades dos braços, e pela pua de parafuso e espigão, terá 3 linhas de grossura, e a pua, depois de fixa, $1\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento, além da roseta. — Est. D, Fig. 8.

CORREAME.

Talim.

Chapeamento, e corrêas, exactamente iguaes em forma e dimensões do estabelecido, e actualmente em uso no Corpo de Engenheiros, menos nas fivelas das guias, e corrêas da pasta, que, tendo a mesma forma, serão todas lisas. — Est. N.º 3, Fig. de N.º 1 a 6.

Pasta.

A pala de couro envernizado preto, sem virola, ponteadado, ou outro qualquer enfeito. — De $8\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, medidas do centro da parte superior ao centro do recorte da pala. — Largura na parte superior, $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$. — A 2 pollegadas acima do recorte terá collocado o escudo das Armas Imperiaes, com $2\frac{1}{2}$ pollegadas de altura inclusive a coroa, e 2 pollegadas de largura contadas das extremidades das folhas exteriores das palmas.

Espada.

Como actualmente, de guarnições e de bainha de aço, ou ferro.

Fiador.

De retroz preto, de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado) e 2 linhas de grossura. — Borla de pera tambem de retroz preto, de $1\frac{1}{4}$ pollegada de altura, e 1 de diametro na parte mais grossa, com hum remate de 3 canotões de ouro n.º 4 para os Officiaes Superiores, e 6 canotilhos n.º $\frac{1}{4}$ para os demais: estes remates serão dobrados ao meio.

ARREIOS.

Cabeçada, redeas, gamarra, e rabicho de couro envernizado preto, e das seguintes dimensões.

Cabeçada.

Com huma fivela em cada lado, para se graduar; serão as corrêas das faces, a focinheira, a corrêa que a aperta, e as mais estreitas que prendem o freio, cosidas em cada lado de huma peça quadrada de metal, em vez de argolas, e assim separadas. — A' excepção das presilhas do freio, terá cada huma das peças mencionadas, bem como a testeira, 1 pollegada de largura. — A corrêa que aperta a focinheira dividida por outro igual quadrado de metal, no qual prenderá a passadeira da sugigolla, de 3 pollegadas de comprimento. — Tanto esta passadeira, como a sugigolla, as redeas, as corrêas que prendem o freio, gamarras, e suas tesouras, terão 6 linhas de largura. — As te-

souras da gamarra, inclusive as suas argolas e fivelas, 12 pollegadas de comprimento. — Rabicho de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura até a corréa da fivela, e esta da largura de 1 pollegada. — Todos estes metaes serão dourados; e as passadeiras do mesmo couro da cabeçada.

Sellim.

De couro de porco, sem borraínas, ponteados, ou lavores de qualquer especie.

Estribos.

De metal amarello, aros iguaes, sem recortes, e todos lisos. — Considerando altura do anel por onde passa o lóro, ao assento do estribo 5 pollegadas e 2 linhas. Diametro 4 pollegadas e 6 linhas. — Diametro do aro $\frac{1}{2}$ pollegada. — Assento 3 pollegadas e 3 linhas de comprimento, e 1 e 6 linhas de largura.

Manta.

De panno azul ferrete, e das seguintes fórmulas e dimensões. — Toda direita, e sem recortes; tendo apenas a meia altura da frente humma pequena curva, excedendo 1 pollegada escassa a sua vertical. — Mais estreita na parte superior, que na inferior, guardando-se a proporção de $\frac{4}{5}$ naquella, e 5 nesta; tendo, por exemplo, 20 pollegadas de comprimento em cima, a manta que tiver 25 em baixo. — Será guarnecida de humma listra de couro envernizado de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura. — A manta, sejão quaes forem as dimensões do sellim (menos as do grande uniforme que varião na razão da largura das listras de galão correspondentes á patente do Official), excederá os arções exactamente 3 pollegadas, e na parte inferior, ficará rente, sem exceder de 1 linha a aba do sellim.

Nos angulos trazeiros terá a manta chapas iguaes, em dimensões e fórmula á da pasta.

Fóra do serviço e formaturas, poderão os Officiaes usar da sobrecaçaca desabotoada, sem banda, e de collete da mesma cor ou branco (mas nunca de chapeo redondo), e a calça de presilha, sendo sempre das cores aqui estabelecidas.

IV.

Grande e pequeno Uniforme para o Regimento de Artilharia à cavallo.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Com escamas e chapa, e da qualidade e fôrma das actualmente em uso, com as seguintes dimensões. — Altura, medida dos lados, $5\frac{1}{2}$ pollegadas. — Copa de 8 pollegadas de $\frac{1}{4}$ de diametro, e coberta de couro envernizado. Na parte superior terá a barretina hum virola de metal dourado, de 1 pollegada de largura, dobrando sobre a copa hum friso de 3 linhas, e na inferior hum guarnição de galão tecido de ouro e carmesim, de 3 listras iguaes, sendo carmesim a do centro, e tendo todo o galão $\frac{1}{2}$ pollegada de largura; presa na parte posterior por hum fivela de metal lisa, com 1 linba de largura de aro. — Pala de couro envernizado, guarnecido de hum virola de metal dourado, de 2 linhas de largura; não passará em largura as verticaes das fontes e terá de altura, além da virola, $1\frac{1}{2}$ pollegada.

Assucena, de metal dourado, da fôrma das actuaes, mas toda lisa, sem lavor de qualquer especie, e de 2 pollegadas de altura.

Tope Nacional. — Para todos os Corpos invariavelmente de metal com o fundo envernizado ou esmaltado, de 1 pollegada de diametro; e a estrella sobreposta com $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento em cada raio, e dourada, sendo prohibidos laves, raios, orlas, ou qualquer enfeite. — Chapa da barretina, e escamas, as mesmas que estão em uso, e postas da mesma maneira.

Pennacho

De chorão, feito de pennas de gallo, pretas, com hum circulo encarnado na parte superior, de 2 pollegadas de diametro.

Calça.

Branca, e de panno da cor e qualidade do da sobre-casaca, sem bolsos, nem pregas, mas com presilha; principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até altura de não ficar arregaçada pela espora. — A fim de regular-se a sua largura, se seguirá no corte a proporção de não exceder a calça, em largura, a parte inferior do peito do pé.

Botim.

Com espora fixa ao tacão. — A espora de metal amarello, inteiramente lisa, e fixa pelas extremidades dos braços, e pela pua do parafuso e espigão, terá 3 linhas de grossura, e a pua, depois de fixa, $1\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento, além da roseta. — Est. D, Fig. N.º 8.

CORREAME.

Canana.

De couro preto envernizado, toda lisa, sem pontcado ou enfeite de qualquer especie, de 2 pollegadas de altura, e 4 de comprimento, presa á corrêa por 2 argolas de 6 linhas de diametro. — Sobre a pala huma coroa, e huma peça de metal. — A coroa de huma pollegada de altura inclusive a cruz, e 1 de diametro na parte mais larga. — Peça, $1\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento, e de diametro de 3 linhas na culatra, e 2 na garganta.

Corrêa.

Do mesmo couro, de 1 pollegada e 5 linhas de largura.

Ferragem.

Carranca, caixa da agulheta de pistola, e sua corrente, fivela, passador, ponteira triangular, e argolas.

A carranca de 1 pollegada e 2 linhas de diametro. A caixa de agulheta de fôrma cylindrica, toda lisa, de 2 pollegadas de altura, e 3 linhas de diametro, assentará sobre huma chapa lisa de 6 linhas de largura, e $2\frac{1}{2}$ pollegadas de altura. — Corrente de $1\frac{1}{4}$ pollegadas de com-

primento ou 7 depois de dobrada. — A fivela, o passador, e a ponteira, de 2 linhas de largura cada peça. — Argolas, 1 linha de grossura.

Talim.

Do mesmo couro. — A corrêa de cintura terá $1\frac{1}{2}$ pollegada, e as guias, bem como as tres corrêas da pasta, de 6 linhas de largura. — A chapa de apertar, tambem de carranca, e de 1 pollegada e 3 linhas de diametro. — O circulo, onde prende a carranca, de 2 linhas de largura.

Pasta.

A pala de couro envernizado preto, lisa, sem virola, ponteadado ou qualquer enfeite, de $8\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, medidas do centro da parte superior, ao centro do recorte. — Largura, na parte superior, $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$. — A' duas pollegadas acima do recorte terá collocada huma chapa igual á da canana. — As argolas que prendem as guias, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de diametro. — As fivelas destas, bem como as das corrêas de pasta, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura, e 1 linha de grossura de metal. Toda a ferragem da canana e talim dourada.

Espada

Como actualmente, de guarnições, e bainha de aço ou ferro.

Dragona.

De franja, com a pala da mesma fôrma e dimensões da platina do pequeno uniforme, com a differença de dever tomar, a chamada palmatoria, a fôrma eliptica só quanto for rigorosamente necessario para cahir a franja perpendicularmente. — Franja invariavelmente de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento, e duas ordens de canotão ou canotilho de ouro; para os Officiaes Superiores de canotão n.º 4, e para os demais de canotilho n.º $\frac{1}{4}$.

Farda.

De panno azul ferrete, forrada e aivada de carmesim. — Toda direita da golla á cintura, abotoada por huma ordem de 8 botões dos estabelecidos, dispostos em distancias iguaes.

Golla. — De altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45 grãos, e presa por hum colchete.

O corpo da farda descerá até á cintura, seguindo por igual a horizontal do quadril, sem curvas ou voltas até o enfranque. — Desta linha não passarão as extremidades das costuras dos trazeiros, e sobre ellas serão presos os botões do enfranque, para que a banda, e o talim, fiquem tambem horizontalmente postos.

Canhão, horizontal, de 2 pollegadas de altura, aberto na parte posterior, e abotoado por dous botões pequenos.

As abas, curtas, e menores em altura que o corpo, na razão proximamente da metade; tendo, por exemplo, 24 pontos do enfranque á sua extremidade, a aba da farda que tiver 50 da costura da golla ao mesmo enfranque. — Seguindo esta proporção, terá cada aba na parte superior 22 pontos, e, de-cendo em leve curva, 11 na inferior. — As algibeiras serão figuradas por 3 botões verticalmente postos na aba, unindo-se em cada hum delles duas casas de cordão de retroz preto de 1 linha de largura, formando entre si, hum angulo recto. — As abas, terão nos apanhados as mesma granadas actualmente em uso, bordadas a fio de ouro sobre panno azul.

Na farda serão totaes as cores das gollas e canhões.

Calça.

Do mesmo panno, fôrma, e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida nas costuras exteriores de huma listra de panno da cor da golla, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura.

Gravata, luva, banda, talim, pasta, canana, botim, espora, e espada, tudo exactamente como no pequeno uniforme.

Fiaador.

Trançado, de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado), 2 linhas de grossura, rematando em huma borla, com 1 pollegada de altura na pera, $\frac{1}{2}$ pollegada de diametro, e $\frac{1}{4}$ de altura no remate. — Franja de 2 pollegadas de comprimento, de canotão n.º 4 para os Officiaes Superiores, e de canotinho n.º $\frac{1}{2}$ para os demais. — Tudo tecido de ouro e carmesim. — Est. N.º 14, Fig. N.º 1.

GRANDE UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Barretina.

Exactamente das mesmas dimensões e fôrma da do Official, sendo a guarnição da parte inferior feita de lã.

Pennacho.

Das mesmas cores, mas não de chorão, feito de lã, com 5 pollegadas de altura, e 2 de diametro.

Dragonas.

Platina de metal, das mesmas fôrmas e dimensões da do pequeno uniforme do Official.

Em tudo o mais, salva a qualidade da fazenda, exactamente igual ao do Official; sendo bordadas de lã as grannadas dos apanhados das abas da farda.

Os Inferiores usarão no grande uniforme de divisas de galão assentadas sobre panno da cor dos vivos, cingindo-se rigorosamente na sua collocação, numero, e distancias das listras, ao estabelecido para o pequeno uniforme. — O galão será o designado para o posto de Alferes, sem a menor alteração no padrão e dimensões. — Os Cadetes e Paticulares, tanto no grande como no pequeno uniforme, terão as estrellas 3½ pollegadas abaixo da costura da manga, feitas de metal dourado, de 1 pollegada de diametro, ou ½ de cada raio. — Est. N.º 14, Fig. N.º 2.

Arreios.

Os mesmos actualmente em uso, guardando-se o preceito de ser a listra do schabraque igual em cor á da calça; mas de 1 pollegada de largura, e sem outro qualquer vivo.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e avivada de panno carmesim. — De fôrma conica, e pala horisontal de couro envernizado, guarnecido de huma vi-

rola de metal dourado, de duas linhas de largura — Copa circular, regulando approximadamente o seu diametro $\frac{1}{3}$ menos do da roda da cabeça. — Altura 4 pollegadas. — Pala 2 pollegadas de largura no centro. — O bonete será guarnecido, na parte inferior, de hum listra de panno carmesim, de 1 pollegada de largura; bem como, para segurar-se, terá huma corrêa de couro envernizado preto, da largura de 6 linhas, com huma passadeira de correr de metal dourado, em fôrma de fivela, presa por dous pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada. — A granada com o numero do Corpo, como as actuaes, será collocada na frente sobre a listra, sem a exceder.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar ver os collarinhos.

Sobrecasaca.

De panno azul, com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos, canhões, e suas pestanas, avivadas de carmesim. — Abotoada por hum ordem de 8 botões convexos, de metal amarello, com a granada e o numero ordinal do Corpo, como os actuaes, e dispostos em distancias iguaes. Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro.

Golla. — De altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente; formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° , e preso por hum colchete. — Por effeito da sua abertura angular terão as suas vistas distinctivas a fôrma de trapezio, com a largura de 3 pollegadas na parte inferior, medidas do colchete, e 2 na parte superior.

O corpo da sobrecasaca descera até á cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda onde fôrma o que se chama enfranque. — Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda e o talim fiquem tambem horisontalmente postos. — As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, a articulação do punho. — Terão panno e roda sufficientes para

formar transpasse na frente, e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda com hum recorte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotoadura. — A pestana do bolso terá 6 pollegadas de altura.

Canhão. — Aberto, como actualmente nas fardetas, por humã pestana com os recortes que estão em uso. — A pestana abotoada por 3 botões pequenos como os actuaes, terá $3\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, 1 de largura nas saliências dos recortes, e 5 linhas nos centros das curvas.

O vivo do canhão (menos no posto de Coronel) corresponderá exactamente ao centro da pestana. — A manga descerá até a articulação do punho.

Platina.

De metal amarello dourado, como a que está actualmente em uso, mas guardadas as seguintes dimensões. — Composta de 4 escamas além da parte superior. — Esta parte, semicircular, terá $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura, e no centro, figurados e em relevo, hum botão e casa. — As escamas terão 2 pollegadas de largura, e meia pollegada de altura nas saliências dos recortes. — A chamada palmatoria, inteiramente circular. — A meia lua, ou relevo que a garante, será de 6 linhas de grossura, e igual em todas as suas partes. — A platina, toda lisa, sem enfeite, guarnições, ou lavor de qualquer especie. — A sua largura será a das escamas, e o seu comprimento igual á largura do hombro sem excederem as suas verticaes, nem o comprimento de toda a platina, nem o diametro da palmatoria. Será segura ao hombro, tocando levemente a costura da golla, por humã passadeira de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de meia pollegada de largura. — Estamp. N.º 8, Fig. N.º 7.

Banda.

Em qualidade, dimensões, e forma da borla, em tudo exactamente igual ao estabelecido para o pequeno uniforme do Estado Maior do Exercito.

Terá comprimento necessario para dar 2 voltas, e ser atada de nó, com as pontas iguaes sobre o quadril esquerdo, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca. — Est. N.º 1, Fig. N.º 9.

Divisa.

No canhão como actualmente, e do galão do padrão em uso ; mas tendo invariavelmente, o de Capitão 7, e de Subalterno 5 linhas de largura. — Est. D, Fig. N.º 6 e 7.

Luca.

Branca, de Anta, ou camurça.

Fiador.

De couro preto envernizado, 12 pollegadas de comprimento, $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, borla do mesmo, fechada de 2 pollegadas de altura, e 1 de diametro, com hum botão e 2 passadores de metal dourado, de 2 linha de largura.

Fóra do serviço e formatura poderão os Officiaes usar de sobrecasaca desabotoada, sem banda, e de collete da mesma cor ou branco (mas nunca de chapeo redondo), e calça de presilha, sendo porêem sempre das cores aqui estabelecidas. Est. N.º 12, Fig. N.º 1.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.*Bonete.*

De panno da cor e qualidade da sobrecasaca, da fôrma dos de Caçadores, mas com pala, e huma listra de panno da cor da golla e canhão. — A altura do bonete será a da listra $1\frac{1}{2}$ pollegada, comprehendido o debrum de oleado. — A copa excederá a roda da cabeça $1\frac{1}{2}$ pollegada, e terá no centro hum botão de panno da cor e qualidade do da listra, de 1 pollegada de diametro. — A pala guarnecida de huma virola de metal amarello, de 2 linhas de largura, não passará em largura as verticaes das fontes, e terá de altura, além da virola, $1\frac{1}{2}$ pollegada. — O bonete, para segurar-se, terá huma corréa de couro preto, de 6 linhas de largura com 2 passadeiras de correr do mesmo couro. Esta corréa será presa por 2 pequenos botões de uniforme, cobrirá a costura da palla, e não excederá as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada. — A granada com o numero do Corpo, que será de altura a ficar dentro da largura da listra, collocada na frente do bonete.

Sobrecasaca.

Em dimensões, vivos, cores, feitiço, &c., exactamente igual ao do Official.

Platina.

De corrente de metal amarello, como as actuaes.

Luva.

Branca.

Calça.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e dita branca, ambas das mesmas fórmãs e dimensões da do Official.

Botim.

Para todo o serviço montado.

Espora.

De metal amarello, lisa, com a mesma fórmula e dimensões das actuaes, será presa por corréas, mas posta de maneira que não faça arregaçar a calça.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da calça para todo o serviço a pé.

Os Inferiores, Cabos e Anspeçadas, usarão de divisa de panno preto, assentada sobre panno da cor dos vivos. — Postas diagonalmente no braço esquerdo, de costura á costura da manga. — As listras terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura, e 1 linha de intervallo. — Não he permittido o uso de divisa acolchoada. — Os Inferiores usarão de banda de lã, como actualmente, em fórmula e dimensões da pera, e maneira de ser posta, em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes.

Regim. d'Artilheria a cavallo	CORES DISTINCTIVAS.				
	SOBRECASACA.			BONETE.	
	Vivos.	Golla.	Canhão.	Vivos.	Listra.
	Carmesim.	Carmesim.	Carmesim.	Carmesim.	Carmesim.

Por canhão, no pequeno uniforme, se entenderá a pestana da manga.

Nos casos determinados pela Autoridade competente, poderão, como actualmente, usar as Praças de pret de jaquetas brancas de linho ou algodão.

V.

Grande e pequeno Uniforme para todos os Batalhões de Artilharia a pé.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Da fôrma e qualidade das actuaes (de panno carmesim para o 1.º Batalhão, e de castor para os demais) com as seguintes dimensões. — Altura, medidas dos lados, 6 pollegadas além do debrum — Copa de 5 pollegadas de diametro, coberta de couro envernizado. — Na parte superior terá unida á costura da coberta da copa huma guarnição do mesmo couro de 1 pollegada de largura, e na parte inferior outra de galão de esteira com 7 linhas de largura; de prata para o 1.º, e de ouro para os demais Batalhões, presa na parte posterior por huma fivela de metal lisa de 1 linha de largura de aro.

Pala com as mesmas dimensões da do bonete, mas sem virola. — A assucena de metal dourado e da fôrma e dimensões das actuaes.

Tope Nacional. — Para todos os Corpos invariavelmente de metal, com o fundo envernizado ou esmaltado, de huma pollegada de diametro, e a estrella sobreposta, com meia pollegada de comprimento em cada raio, e dourada; sendo prohibidos labores, raios, orlas, ou quaesquer enfeites.

Chapa da barretina. — Composta de coroa, e 2 peças em aspa. A coroa de 1 pollegada e 3 linhas de altura inclusive a cruz, e 1 pollegada e 2 linhas de diametro na parte mais larga. Peças de 1 pollegada e 6 linhas de comprimento, 3 linhas de diametro na culatra, e 2 na garganta.

Abaixo da coroa o numero do Corpo de $\frac{1}{2}$ pollegada de altura, e 1 linha de largura, tudo dourado.

Cordões

Feitos de fios de retroz preto, para o 1.º, e de ouro para os outros Batalhões, de 2 linhas de grossura, presos à barretina do lado esquerdo, como actualmente, por hum botão de tranquiha de 1 pollegada e 2 linhas de comprimento, e 3 linhas de diametro no centro, coberto de esteira de fio, sem enfeite de qualquer natureza. Os cordões, pregados na tranquiha, darão 3 voltas em roda da barretina, terminando no laço feito de 2 voltas de cordão singelo, que ficará na parte posterior, tocando a fivela. O cordão pendente, de $4\frac{1}{2}$ palmos de comprimento, com 3 passadores de botão, dous de correr para ser preso à tranquiha, e 1 firme para segurar as palmatorias, que serão feitas de huma trança, de 5 voltas, de 3 cordões, de 1 linha de grossura, ficando com a fôrma eliptica, de 3 pollegadas do eixo maior e 2 de menor. Em cada palmatoria huma borla com a pera de esteira de fio, remate de canotilho e franja.

Pera de $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura, 6 linhas no maior diametro, e meia pollegada no remate: franja de 2 pollegadas de comprimento, feita de canotão n.º 4 para os Officiaes Superiores, e canotilho n.º $\frac{1}{4}$ para os demais. No remate das palmatorias terá o pendente huma pequena pre-silha de cordão fino, para segura-lo, em hum botão pregado no lado direito do peito da farda, no alinhamento do segundo da abotoadura.

Pennacho.

De chorão, feito de pennas de gallo, pretas, pendente do lado direito, sem exceder em comprimento a parte inferior da barretina.

Dragona.

Em dimensões e fôrma como a estabelecida para o Estado Maior do Exercito. — Será presa ao hombro por huma passadeira de galão do padrão estabelecido para o posto de Alferes, e tocará levemente a costura da golla.

Farda.

De panno azul ferrete, forrada e avivada do carmesim. Toda direita da golla à cintura; abotoada por huma ordem

de 8 botões dos estabelecidos, dispostos em distancias iguaes.

Golla — De altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. Aberta na frente formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° e presa por hum colchete. O corpo da farda descerá até á cintura, seguindo por igual a horizontal do quadril, sem curvas ou voltas até o enfranque. Desta linha não passarão as extremidades das costuras dos trazeiros, e sobre ellas serão presos os botões do enfranque, para que a banda e o talim, ou a correa da cintura do talabarte, fiquem tambem horizontalmente postos. — Canhão horizontal de 2 pollegadas de altura, aberto na parte posterior, e abotoado por 2 botões pequenos.

As abas curtas, e menores em altura que o corpo, na razão de 8 pontos de differença; tendo, por exemplo, 42 do enfranque á sua extremidade, a aba da farda que tiver 50 da costura da golla ao mesmo enfranque. — Seguindo esta proporção, terá cada aba na parte superior 22 pontos de largura, e, descendo, em leve curva, 11 na inferior.

As algibeiras serão figuradas por 3 botões verticalmente postos na aba, unindo-se em cada hum delles duas casas de cordão de retroz preto de 1 linha de largura, formando entre si hum angulo recto. As abas terão nos apanhados as mesmas granadas actualmente em uso, bordadas a fio de ouro sobre panno azul. Nas fardas serão totaes as cores das gollas, e canhões, e estes sem pestanas.

Gravata, luva, banda, canana, talim e pasta, calça, polaina sapato, botim, e espora, tudo exactamente como no pequeno uniforme, com a differença de ser branca a polaina para o grande uniforme, quer com a calça branca, quer com a calça de panno.

Espada.

Como actualmente, de bainha de couro, com a guarnição, bocal, chapas, e argolas douradas.

Fiador.

Trançado de 12 pollegadas de comprimento, (medido dobrado) e 2 linhas de grossura, rematando em huma borla

de canotão ou canotilho, segundo a patente, das mesmas dimensões e forma da dos cordões. — Passador, em forma de botão, de 3 linhas de altura. Tudo tecido de prata e carmesim. — Est. N.º 13, Fig. N.ºs 1 e 2.

ARREIOS.

Tudo do mesmo couro, e das mesmas formas e dimensões do pequeno uniforme, com as seguintes alterações.

Cabeçada.

Terá a cruzeta na frente, e a testeira com mais hum passador na parte posterior para correr a sugigolla separada della. — A sugigolla será mais comprida, tendo, medida de toda a altura de hum lado, 18 pollegadas; terminando em huma boria de couro preto de 2 pollegadas de altura, da qual sahirá hum pendente de crina preta e encarnada, sendo a preta por fóra e só até o meio, e todo elle de 19 pollegadas de comprimento, e 6 pollegadas folgadas de diametro. — A sugigolla será graduada por hum passador de metal. — Est. N.º 4, Fig. N.º 6.

Peitoral.

Em substituição da gamarra simples, será preso á silha, e terá 1 pollegada de largura, com tesouras roliças, de 3 linhas de diametro, que prenderão em huma fivela de 1 pollegada de largura, cosida á juntura inferior do peitoral.

As tesouras terão nas argolas hum remate de couro encarnado de 2 pollegadas de comprimento. — O peitoral prenderá no arção do sellim por huma corréa de 3 linhas de largura, e fivela e passadores correspondentes, cosidos na sua juntura superior. O peitoral, a cabeçada, e o rabicho, assentarão sobre couro encarnado, ficando assim com 2 frisos desta cor; os do peitoral de 2 linhas, e os da cabeçada e rabicho de 1 linha de largura. Todas estas peças terão florões, formados de rosetas de couro encarnadas e pretas, recortadas em roda, e de metal dourado com o mesmo feitio. Os das extremidades da testeira e cruzeta constarão de duas rosetas de couro e huma de metal. — O do centro da cruzeta, será maior em dimensões, e numero

de rosetas, constando de 5, inclusive a de metal, tendo a maior 2 pollegadas de diametro. Os do peitoral, constando igualmente de 5 rosetas, serão collocados na seguinte disposição. Hum em cada lado, e 4 pollegadas abaixo da corréa que prende o peitoral ao arção do sellim. — Outro na costura de juntura inferior, sobre os peitos do cavallo, de onde partem as tesouras e a corréa da silha, e outros dous tambem hum de cada lado, e a 4 pollegadas acima deste. Sendo ao todo cinco. No rabicho se porão 3: hum onde começa a separação das corréas da forquilha, e 2 nas extremidades das mesmas corréas, ou principio da boneca. — A' excepção dos florões do centro da cruzeta da cabeçada, e o da costura da juntura inferior do peitoral, que terá duas e meia pollegadas, todos os outros terão diametro igual á largura total da peça em que forem assentados. — Na disposição das rosetas para formar os florões se seguirá a ordem de ser a 1.^a debaixo encarnada, alternando em cores até a dourada, que ficará sempre sobre huma preta; e graduando os diametros de maior a menor, debaixo para cima, de sorte que appareça huma orla de recorte. — As ponteiras das redeas, e demais corréas, serão de metal, oitavadas, da largura das mesmas corréas, e 2 linhas de altura; os passadores tambem de metal, com iguaes dimensões; as fivelas, e argolas da gamarra de 1 linha de grossura de metal, e tudo dourado. — Est. N.º 5, Fig. N.º 9.

Manta.

Do mesmo panno fôrma, e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida de galão do padrão estabelecido, e correspondente á graduação do Official, excedendo a do posto de Coronel, em consequencia da maior largura da guarnição, sómente 1 pollegada escassa os arções do sellim.

O galão será avivado como a sobrecasaca, e a separação dos galões indicando a patente, será da mesma cor dos vivos, e de 1 linha de largura. — Est. N.º 5, Fig. N.º 7.

Coldres.

De 9 pollegadas de altura de caixa de pistola inclusive a extremidade da ponteira. Ponteiras de metal dourado lisas. — Capelladas do mesmo panno da manta, com 23

pollegadas de comprimento, $7\frac{1}{2}$ de largura na parte mais larga das abas, e as extremidades arredondadas, e igualmente agaloadas, e avivadas, seguindo-se na guarnição de galão as mesmas regras estabelecidas para a manta. No centro de cada aba terão huma chapa com o numero do Corpo, igual em fôrma ás dos angulos trazeiros das mantas, mas de 5 linhas de diametro, além da coroa, que será de 3 de altura inclusive a cruz, e 3 de diametro na parte mais larga. Esta chapa assentada como as outras, sobre panno carmesim. — A cilha dos coldres será sempre branca. — Est. 4, Fig. 10.

GRANDE UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Barretina.

Exactamente das mesmas dimensões e fôrma da do Official.

Pennacho.

Tambem de chorão, mas feito de erina preta, sobre huma esphera de lã da mesma cor, de 2 pollegadas de diametro.

Cordões.

De iguaes dimensões e fôrmas, e postos da mesma mancia que os do Official, porém de lã preta, para o 1.º, e amarellos para os outros Batalhões.

Dragona.

A pala, para todos os Batalhões de Artilharia, de panno carmesim, e guarnecida de hum cordão de lã preta de 1 linha de largura, terá, bem como a meia lua de metal que guarnece a palmatoria, as mesmas fôrmas e dimensões que a platina do Official. — A franja, do mesmo comprimento da do Official, será de lã preta e carmesim.

Em tudo o mais, salvo a qualidade da fazenda, exactamente igual ao do Official. Sendo bordadas de lã amarella as granadas dos apanhados das abas da farda.

Os Inferiores usarão, no grande uniforme, de divisas de galão, assentadas sobre panno da cor dos vivos, cin-

gindo-se rigorosamente na sua collocação, numero e distancias das listras, ao estabelecido para o pequeno uniforme.

O galão das divisas será o designado para o posto de Alferes, sem a menor alteração no padrão e dimensões.— Os Cadetes e Particulares, tanto no grande como no pequeno niforme, terão as estrellas $3\frac{1}{2}$ pollegadas abaixo da costura da manga, feitas de metal dourado de 1 pollegada de diametro, ou meia de cada raio.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e avivado de panno carmesim. De fôrma conica, e pala horizontal de couro envernizado, guarnecida de hum a virola de metal dourado de 2 linhas de largura. — Copa circular, regulando approximadamente o seu diametro $\frac{1}{3}$ menos do da roda da cabeça.—Altura 4 pollegadas.—Pala 2 pollegadas de largura no centro. — O bonete será guarnecido na parte inferior de hum a listra de panno da cor conforme declara o mappa, de 1 pollegada de largura; bem como para segurar-se terá hum a corréa de couro envernizado branco, da largura de 6 linhas, com hum a passadeira de correr de metal dourado, em fôrma de livela, presa por dous pequenos botões de uniforme cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada. — A granada com o numero do Corpo, como as actuaes, será collocada na frente sobre a listra, sem a exceder.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar ver os collarinhos.

Sobrecasaca.

Para todos os Batalhões de Artilharia, de panno azul com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos, canhões, e suas pestanas avivadas de carmesim, e abotoada por hum a ordem de 8 botões convexos de metal amarello, com a granada e o numero ordinal do Corpo, como as actuaes, e dispostos em distancias iguaes. — Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro.

Golla. De altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45°, e presa por hum colchete. Por effeito da sua abertura angular, terão as suas vistas distinctivas, a fôrma de trapezio, com a largura de 3 pollegadas na parte inferior, medidas do colchete, e 2 na parte superior. O corpo da sobrecasaca descerá até a cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda, onde fôrma o que se chama enfranque.

Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda e o tababarte fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, a extremidade da palma da mão, ou linha das primeiras phalanges dos dedos. — Terão panno e roda sufficientes para formar tras-passe na frente, e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda com hum recorte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotoadura. — As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão. Aberto, como actualmente nas fardetas, por huma pestana com os recortes que estão em uso — A pestana, abotoada por 3 botões pequenos, terá 3 1/2 pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 linhas nos centros das curvas. — O vivo do canhão (menos para o posto de Coronel) corresponderá exactamente ao centro da pestana. — A manga descerá até a articulação do punho.

Platina.

Pala de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de 2 pollegadas de largura, toda direita, só oitavada na parte superior, e avivada como a sobrecasaca. — A chamada palmatoria, inteiramente circular, e a meia lua, ou relevo que a guarnece, de metal dourado, de 6 linhas de grossura, igual em todas as suas partes, e sem lavor de qualquer especie. — A platina cobrirá o hombro, sem exceder as suas verticaes em qualquer sentido. — Será presa por huma passeadeira de panno de cor e qualidade do da sobrecasaca, de 1/2 pollegada de largura.

Banda.

Em qualidade, dimensões, e fôrma da borla, em tudo exactamente igual ao estabelecido para o pequeno uniforme de Estado Maior do Exercito. Terá comprimento necessario para dar 2 voltas, e ser atada de nó, com as pontas iguaes sobre o quadril direito, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca.—Est. N.º 1, Fig. N.º 9.

Divisa.

No canhão, como actualmente, e de galão do padrão em uso, mas tendo invariavelmente o de Capitão 7 e o de Subalterno 5 linhas de largura.—Est. — D — Fig. N.ºs 6 e 7.

Luva.

Branca de anta, ou camurça.

Calça.

Branca, e de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, sem bolsos, pregas, nem presilhas, principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até o peito do pé, e tocando-o levemente para não encobrir o tacão. A fim de regular-se a largura, se seguirá no corte a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé. A de panno terá embebido nas costuras exteriores hum vivo igual ao da sobrecasaca.

Polaina.

Preta, tudo com as dimensões iguaes á do Soldado, com a differença de ser abotoada por botões mais pequenos, e cobertos da mesma fazenda.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da polaina.

As Praças montadas usarão de botim, e presilha na calça, e espora de metal amarello, inteiramente lisa, e sem laver de qualquer especie, fixa ao tacão pelas extremida-

des dos braços, e pela pua de parafuso e espigão. Terá 3 linhas de grossura, e a pua depois de fixa $1\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento além da roseta.

Fôra do serviço e formaturas poderão os Officiaes usar de sobrecasaca desabotoada, sem banda, e de collete da mesma cor, ou branco; (mas nunca de chapeo redondo) e calça de presilha, sendo porém sempre das cores aqui estabelecidas. Para a espora. — Est. — D. — Fig. n.º 8.

CORREAME.

Talabarte.

De couro branco envernizado, de 2 pollegadas de largura. Chapa da mesma largura, e 2 pollegadas e 6 linhas de altura, no centro huma coroa, e duas peças em aspa.— Coroa de 7 linhas de altura inclusive a cruz, e 6 de diametro na parte mais larga. Peça de huma pollegada e 6 linhas de comprimento, 3 linhas de diametro na culatra, e 2 na garganta. O talabarte será seguro na cintura, por fôra da banda, por huma corrêa do mesmo couro, cosida nas argolas das guias, e de huma pollegada e 2 linhas de largura. A corrêa prenderá na frente, sobre a vertical da abotoadura, por huma chapa de metal dourado, fundo liso, guarnecida apenas de hum cordão em relevo, tambem liso, de huma linha de grossura. A chapa será quadrada, de huma pollegada e 3 linhas de face.

As Praças montadas não usarão de talabarte, mas de talim do mesmo couro daquelle, e pasta, como actualmente, tudo com as seguintes dimensões. A chapa toda lisa de 2 pollegadas e 5 linhas de largura, e 2 pollegadas de altura. No centro tambem huma coroa e peças em aspa como no talabarte, mas com 1 linha de menos em todas as suas dimensões. Corrêa de cintura $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura. Argolas das guias $1\frac{1}{2}$ pollegada de diametro. Guias e corrêas da pasta 6 linhas de largura. Todas as fivelas, argolas, e passadeiras douradas, mas lisas, e de huma linha de largura.

Pasta.

A pala, de couro envernizado preto, lisa, sem virola, ponteados de qualquer enfeites, de $8\frac{1}{2}$ pollegadas

de altura medidas do centro da parte superior, ao recorte da pala. Largura na parte superior $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$. A' 2 pollegadas acima do recorte será collocada huma chapa de coroa e peça da fôrma e dimensões das estabelecidas para a Artilharia a cavallo, mas separadas para conterem no intervallo o numero do Corpo, de meia pollegada de altura.

Espada.

Como actualmente de guarnições, e de bainha de aço, ou ferro.

Fiador.

Preto e carmesim, porêm da fôrma e dimensões do do grande uniforme. — Est. N.º 11, Fig. N.ºs 1 e 2.

ARREIOS.

Cabeçada, redeas, gamarras, e rabicho, tudo de couro envernizado preto, e das seguintes dimensões.

Cabeçada, com huma fivela em cada lado para se graduar: serão as corréas das faces, a focinheira, a corréa que a aperta, e as mais estreitas que prenderem o freio, cosidas em cada lado de hum quadrado de metal, em vez de argola, e assim separadas. A' excepção das presilhas do freio, terá cada huma das peças mencionadas, bem como a testeira, 1 pollegada de largura. A corréa que aperta a focinheira será dividida por outro igual quadrado de metal, no qual prenderá a passadeira da sugigolla de 3 pollegadas de comprimento. Tanto esta passadeira como a sugigolla, as corréas que prenderem o freio, as redeas, gamarras, e suas tesouras, terão 6 linhas de largura. As tesouras da gamarra, inclusive as suas argolas e fivelas, terão 12 pollegadas de comprimento. Rabicho $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura até a corréa da fivela, e estas da largura de 1 pollegada. Todas as fivelas, peças quadradas, e argolas, serão de metal amarello, e as passadeiras do mesmo couro da cabeçada.

Sellim.

De couro de porco, sem borraínas, nem ponteados ou lavores.

Estribos.

De metal amarello, aros iguaes, sem recortes, e todos lisos. Considerando a altura do anel, onde passa o lóro ao assento do estribo, 5 pollegadas e 2 linhas. Diametro 4 pollegadas e 6 linhas. Diametro de aro $\frac{1}{2}$ pollegada. — Assento 3 pollegadas e 3 linhas de comprimento, e 1 a 6 linhas de largura. — Est. — D — Fig. N.º 9.

Manta.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, das seguintes dimensões. — Toda direita, e sem recortes, tendo apenas a meia altura da frente huma pequena curva, excedendo 1 pollegada escassa a sua vertical. Mais estreita na parte superior que na inferior; guardando-se a proporção de $\frac{4}{5}$ n'aquella e 5 nesta; tendo, por exemplo, 20 pollegadas de comprimento em cima, a manta que tiver 25 em baixo. Será guarnecida, no pequeno uniforme, de huma listra de couro envernizado de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, avivada de panno da cor da golla.

Nos angulos trazeiros terá o numero do Corpo por baixo de huma coroa, e entre duas palmas. A coroa de 7 linhas de altura inclusive a cruz, e 6 de diametro. — O numero de 1 pollegada de altura, e 1 linha de largura; as palmas em fôrma circular, com huma pollegada de vão, tocando com as extremidades a linha inferior da coroa. Tudo em huma só peça de metal dourado, e assentado sobre panno carmesim. — A manta, scjão quaes forem as dimensões do do sellim (menos as do grande uniforme que varião na razão da largura das listras do galão correspondente á patente de Official), excederá os arções, exactamente, 3 pollegadas, e na parte inferior ficará rente sem exceder de 1 linha a aba do sellim. — Est. N.º 5, Fig. N.º 8.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, debruado na parte inferior de oleado. — Altura $7\frac{1}{2}$ pollegadas. — Talhado de fôrma que, posto na cabeça, e visto de lado, se apresente proximamente quadrado, para o que se segui-

rá no côrte, a proporção em cada lado de 10 pollegadas na parte inferior, e 8 na superior. Saco triangular pendente do lado direito, tendo do centro para o vertice 3 pollegadas. — Borla de lã, com $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento, inclusive o botão, e este de 5 linhas de diametro. — A listra, sem recortes, a $\frac{3}{4}$ da altura do bonete, será de panno da cor conforme declara o mappa, de 1 pollegada de largura. Os vivos do bonete de cordão de lã de 1 linha de grossura. A granada, com o numero do Corpo, que será da mesma fôrma, e dimensões das actuaes, será collocada na frente do mesmo bonete $\frac{1}{2}$ pollegada acima do debrum do oleado.

Sobrecasaca.

Em dimensões, vivos, cores, feittio, &c., exactamente igual á do Official.

Platina

Toda direita, só oitavada na parte superior, de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e debruada de oleado. — Será de 2 pollegadas de largura, e de comprimento, inclusive a parte de lã, igual a toda a largura do hombro, sem exceder a sua vertical. Na parte superior terá hum botão pequeno, como os das pestanas das mangas. A vulgarmente chamada palmatoria será de lã preta, de fôrma eliptica, e de 3 pollegadas de eixo maior, 2 de menor, e $1\frac{1}{2}$ de altura ou espessura da lã.

Calça.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e dita branca. Ambas das mesmas fôrmas e dimensões, e vivos da do Official.

Polaina.

Preta, pelo joanete, com pouca curva, abotoada por 5 botões de marca de osso, da cor da fazenda, tendo largura tal, que a alça para não apparecer, não exceda a largura da sola do sapato.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da polaina. — Est. N.º 11 e Fig. N.º 3.

Os Inferiores, Cabos, e Anspeçadas, usarão de divisas de panno preto, assentadas sobre panno da cor dos vivos, postas diagonalmente no braço esquerdo, de costura á costura da manga

As listras terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura, e 1 linha de intervallo. — Não he permittido o uso de divisas acolchoadas.

Os Inferiores usarão de banda de lã, como actualmente, em fórma, e dimensões da pera, e maneira de ser posta, em tudo conforme o estabelecido para os Officiaes.

O botão da escovinha, igual aos da pestana da manga e platinas, ficará na linha do segundo botão da sobrecasaca, separado deste na razão da largura do peito do homem, para ficar a respectiva corrêa do lado exterior unida ao tabarte.

Por canhão, no pequeno uniforme, se entenderá a pestana da manga.—Estamp. N.º 11, Fig. N.º 3.

Nos casos determinados pela Autoridade competente poderão como actualmente, usar as Praças de pret, de jaquetas de linho ou algodão.

BATALHÕES.	CORES DISTINCTIVAS.						
	SOBRECASACA.			BONETE.			
	<i>Vivos.</i>	<i>Golla.</i>	<i>Canhão.</i>	<i>Vivos.</i>	<i>Listras.</i>	<i>Borla do Bonete do Soldado.</i>	
						<i>Botão.</i>	<i>Franja.</i>
1.º.....	Carmesim...	Carmesim...	Preto.....	Carmesim ..	Carmesim ..	Preto	Carmesim...
2.º.....	»	Preta.....	Carmesim...	»	»	»	»
3.º.....	»	»	Preto... ..	»	»	»	»
4.º.....	»	Carmesim...	Carmesim...	»	»	»	»

VI.

Grande e pequeno Uniforme para o Corpo de
Artilheiros da Corte, e Companhias das
Provincias de Pernambuco e Bahia.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Da fôrma e qualidade das actuaes, com as seguintes dimensões. Altura, medida dos lados $5\frac{1}{2}$ pollegadas. Copa, de 8 pollegadas e $\frac{1}{4}$ de diametro, coberta de couro envernizado. A barretina será guarneçada, tanto na parte superior unida á costura da copa, como na inferior unida ao debrum, de 2 tiras do mesmo couro de 1 pollegada de largura cada huma.

A pala sem virola, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura no centro, não passará em largura as verticaes das fontes. A assucena. De metal dourado, da fôrma das actuaes, mas toda lisa, sem lavor de qualquer especie, e de 2 pollegadas de altura.

Tope Nacional. Para todos os Corpos invariavelmente de metal, com o fundo envernizado ou esmaltado, de 1 pollegada de diametro; e a estrella sobreposta com $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento em cada raio, e dourado; sendo prohibidos lavores, raios, orlas, ou quaesquer enfeites.

Chapa da barretina e escamas, das mesmas fôrmas e dimensões das actualmente em uso no Corpo da Corte.

Pennacho. Terá 7 pollegadas de altura e 2 de diametro, feito de pennas pretas até $\frac{2}{3}$ de altura, e brancas até o fim. As Praças montadas usarão de pennacho de chorão formado de pennas de gallo, pretas por dentro e brancas por fóra.

Dragona.

Em dimensões e fôrma como a estabelecida para o Estado Maior do Exercito. Será presa ao hombro por huma passadeira de galão de ouro do padrão estabelecido para o posto de Alferes e tocará levemente a costura da golla

Farda.

De panno azul ferrete, forrada e avivada de encarnado. Toda direita da golla á cintura; abotoada por huma ordem de 8 botões dos estabelecidos, dispostos em distancias iguaes.

Golla. De altura a deixar apparecer a frente e os lados da gravata, mas cobrindo a sua fivela. Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° e presa por hum colchete.

O corpo da farda descerá até á cintura, seguindo por igual a horizontal do quadril sem curvas ou voltas até o enfranque.

Desta linha não passarão as extremidades das costuras dos trazeiros, e sobre ellas serão presos os botões do enfranque, para que a banda e o talim fiquem tambem horizontalmente postos.

Canhão horizontal, de 2 pollegadas de altura, aberto por huma pestana da mesma cor, fôrma e dimensões do da sobrecasaca, e abotoada por 3 botões iguaes.

As abas curtas, e menores em altura que o corpo, na razão de 8 pontos de differença; tendo, por exemplo, 42 pontos do enfranque á sua extremidade, a aba da farda que tiver 50 da costura da golla ao mesmo enfranque. Seguindo esta proporção terá cada aba na parte superior 22 pontos de largura, e, descendo em leve curva, 11 na inferior. As algibeiras serão figuradas, por pestanas avivadas com 3 botões nos seus recortes, e de dimensões proporcionaes ás das abas, que terão nos apanhados as mesmas granadas actualmente em uso, bordadas a fio de ouro sobre panno azul.

Fiador.

Trançado de prata e carmesim e da mesma fôrma e dimensões do estabelecido para o grande uniforme de Artilharia a pé.

Gravata, luva, banda, talabarte, talim, pasta, a espada, calça, polaina, sapato, botim, e espora, tudo exactamente como no pequeno uniforme, com a differença de ser branca a polaina para o grande uniforme, quer com a calça branca, quer com a de panno.

ARREIOS.

Em geral das mesmas formas e dimensões dos do pequeno uniforme, com as seguintes alterações.

Cabeçada.

Terá cruzeta na frente, e a testeira com mais hum passador na parte posterior para correr a sugigolla separada della.

A sugigolla será mais comprida, tendo, medida de toda a altura de hum lado, 18 pollegadas, terminando em huma borla de couro de 2 pollegadas de altura. A sugigolla será graduada por hum passador de metal.

Peitoral.

Em substituição da gamarra simples. Será preso á cilha, e terá $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, com tesouras roliças de 3 linhas de diamentro, que prenderão em huma fivela de 1 pollegada de largura cosida á junctura inferior do peitoral. O peitoral prenderá no arção do sellim por huma corrêa de 6 linhas de largura, e fivelas e passadores correspondentes, cosidos na sua junctura superior. As ponteiras das redeas, e demais corrêas, serão de metal, oitavadas, da largura das mesmas corrêas, de 2 linhas de altura; os passadores também de metal com iguaes dimensões; as fivelas e argolas da gamarra de 1 linha de grossura, de metal e tudo dourado.

Manta.

Do mesmo panno, fórma e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida de galão do padrão estabelecido, e correspondente á graduação do Official.

Coldres.

De 9 pollegadas de altura de caixa de pistola, inclusive a extremidade da ponteira. Ponteiras de metal dourado lisas. Capelladas, do mesmo panno da manta, com 23 pollegadas de comprimento, $7\frac{1}{2}$ de largura na parte mais larga das abas, e as extremidades arredondadas, e igualmente agaloada, seguindo-se na guarnição de galão as mesmas regras estabelecidas para a manta.

GRANDE UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Barretina

Exactamente das mesmas dimensões e fôrma da do Official.

Pennacho.

Das mesmas cores e dimensões, mas feito de lã.

Dragona.

Das mesmas fôrmas e dimensões da do Official, mas com a pala de panno escarlata, e o circulo da palmatoria e franjas, feitas de lã da mesma cor.

Em tudo o mais, salvo a qualidade da fazenda, exactamente igual ao do Official, sendo bordadas de lã amarella as granadas dos apanhados das abas da farda. — Figurino N.º 15.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, com pala de couro envernizado, e hum listra de panno. — A altura do bonete será a largura da listra, $1\frac{1}{2}$ pollegada, comprehendido o debrum. — A copa excederá a roda da cabeça $1\frac{1}{2}$ pollegada, e terá no centro hum botão de panno da cor da listra de 1 pollegada de diametro. — A pala será guarnecida de hum virola de metal dourado de 2 linhas de largura, e terá de altura, além da virola, $1\frac{1}{2}$ pollegada. — O bonete, para segurar-se, terá hum corréa de couro envernizado preto de 6 linhas de largura, com huma passeadeira de correr de metal dourado, em fôrma de fivela. — Esta corréa será presa por 2 pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de meia pollegada.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar ver os collarinhos.

Sobrecasaca.

De panno azul, com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos, canhões e suas pestanas, avivadas de encarnado, e abotoada por huma ordem de 8 botões de metal dourado com o numero ordinal do Corpo, e dispostos em distancias iguaes. — Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro.

Golla de altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° e presa por hum colchete.

Por effeito da sua abertura angular terão as suas vistas distinctivas a fórma de trapezio, com a largura de 3 pollegas na parte inferior, medidas do colchete, e 2 na parte superior.

O corpo da sobrecasaca decerá até á cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda onde fórma o que se chama enfranque.

Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, a extremidade da palma da mão, ou linha das primeiras phalanges dos dedos. — Terão panno e roda sufficientes para formarem traspasse na frente, e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda com hum recorte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotoadura. — As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão, aberto como actualmente nas fardetas, por huma pestana com os recortes que estão em uso.

A pestana abotoada por 3 botões pequenos, terá 3½ pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 linhas nos centros das curvas. — O vivo do canhão corresponderá exactamente ao centro da pestana. — A manga descerá até a articulação do punho.

Platina.

Pala de panno encarnado, de 2 pollegadas de largura, toda direita, só oitavada na parte superior. — A chamada

palmatoria inteiramente circular, e a meia lua, ou relevo que a guarnece, de metal dourado de 6 linhas de grossura, igual em todas as suas partes, e sem lavor de qualquer especie. — A platina cobrirá o hombro, sem exceder as suas verticaes, em qualquer sentido. — Será presa por hum a passeadeira de panno da cor e qualidade do da sobre-casaca, de meia pollegada de largura.

Banda.

Em qualidade, dimensões, e fôrma da borla, em tudo exactamente igual ao estabelecido para o pequeno uniforme do Estado Maior do Exercito.

Terá comprimento necessario para dar 2 voltas, e ser atada de nó, com as pontas iguaes sobre o quadril direito, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobre-casaca.

Divisa.

No canhão, como actualmente, e do galão do padrão em uso, mas tendo invariavelmente o de Capitão 7, e o de Subalterno 5 linhas de largura.

Luva.

Branca, de anta ou camurça.

Calça.

Branca, e de panno da cor e qualidade do da sobre-casaca, sem bolsos, pregas nem presilhas, principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até o peito do pé, e tocando-o levemente, para que não eneubra o tácio. — A fim de regular-se a sua largura, no córte, se seguirá a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé.

Polaina.

Preta, tudo com as dimensões iguaes á do Soldado, com a differença de ser abotoada por botões mais pequenos, e cobertos da mesma fazenda.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da polaina.

As Praças montadas usarão de botim, e presilhas na calça, e espora de metal amarello inteiramente lisa, e sem lavor de qualquer especie; fixa ao tacão pelas extremidades dos braços, e pela pua de parafuso e espigão. — Terá 3 linhas de grossura, e a pua, depois de fixa, $1\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento, além da roseta.

CORRÊAME.

Talabarte.

De couro branco envernizado, de 2 pollegadas de largura, chapa, da mesma largura, e 2 pollegadas e 6 linhas de altura. — No centro huma coroa e huma peça; coroa de 7 linhas de altura inclusive a cruz, e 6 de diametro na parte mais larga. — Peça de 1 pollegada e 6 linhas de comprimento, 3 linhas de diametro na culatra, e 2 na garganta. — O talabarte será seguro na cintura, por fóra da banda, por huma corrêa do mesmo couro cosida nas argolas das guias, e de 1 pollegada e 2 linhas de largura. — A corrêa prenderá na frente, sobre a vertical da abotoadura, por huma chapa de metal dourado, fundo liso, guarnecido apenas de hum cordão em relevo, tambem liso, de huma linha de grossura. — A chapa será quadrada, de 1 pollegada e 3 linhas de face. — As Praças montadas não usarão de talabarte, mas de talim do mesmo couro d'aquelle, e pasta como actualmente, tudo com as seguintes dimensões.

A chapa toda lisa, de 2 pollegadas e 5 linhas de largura, e 2 pollegadas de altura. — No centro tambem 1 coroa e peça como no talabarte, mas com 1 linha de menos em todas as suas dimensões. — Corrêa de cintura de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura. — Argolas das guias $1\frac{1}{2}$ pollegada de diametro. — Guias e corrêas da pasta 6 linhas de largura. — Todas as fivelas, argolas, e passadeiras, douradas, mas lisas e de 1 linha de largura.

Pasta.

A pala de couro envernizado preto, lisa sem virola, ponteados ou qualquer enfeite, de $8\frac{1}{2}$ pollegadas de al-

tura, medidas do centro da parte superior ao recorte da pala. — Largura na parte superior $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$.

Espada.

Como actualmente, de guarnições, e de bainha de aço ou ferro.

Fiador.

Da mesma fôrma e dimensões do do grande uniforme, porém tecido de preto e encarnado.

Fôra do serviço e formaturas poderão os Officiaes usar da sobrecasaca desabotoada, sem banda, e de collete da mesma cor ou branco (mas nunca de chapeo redondo) e calça de presilha, sendo porém sempre das cores aqui estabelecidas.

ARREIOS.

Cabeçada, redeas, gamarras, e rabicho, tudo de couro envernizado preto, e das seguintes dimensões.

Cabeçada.

Com huma fivela em cada lado para se graduar; serão as corrêas das faces, a focinheira, a corrêa que a aperta, e as mais estreitas que prendem o freio, cosidas em cada lado de hum quadrado de metal, em vez de argola, e assim separadas. — A' excepção das presilhas do freio, terá cada huma das peças mencionadas, bem como a testeira, 1 pollegada de largura. — A corrêa que aperta a focinheira, será dividida por outro igual quadrado de metal, no qual prenderá a passadeira da sugigolla, de 3 pollegadas de comprimento. — Tanto esta passadeira, como a sugigolla, as corrêas que prendem o freio, as redeas, gamarras, e suas tesouras, terão 6 linhas de largura. — As tesouras da gamarra, inclusive as suas argolas, e fivelas, terão 12 pollegadas de comprimento. Rabicho, $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, até a corrêa da fivela, e esta da largura de 1 pollegada. — Todas as fivelas, peças quadradas, e argolas serão de metal amarello; e as passadeiras do mesmo couro da cabeçada.

Sellim.

De couro de porco, sem borraínas, nem ponteados ou lavores.

Estribos.

De metal amarello, aros iguaes, sem recortes, e todos lisos.— Considerando altura, do anel por onde passa o loro ao assento do estribo, 5 pollegadas e 2 linhas. — Diametro 4 pollegadas e 6 linhas.— Diametro do aro meia pollegada.— Assento 3 pollegadas e 3 linhas de comprimento, e 1 e 6 linhas de largura.

Manta.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca e das seguintes fórmãs e dimensões.— Toda direita e sem recortes, tendo apenas á meia altura da frente huma pequena curva excedendo 1 pollegada escassa a sua vertical.— Mais estreita na parte superior que na inferior; guardando-se a proporção de $\frac{4}{5}$ naquella e 5 n'esta; tendo, por exemplo, 20 pollegadas de comprimento em cima, a manta que tiver 25 em baixo.— Será guarnecida de huma listra de couro envernizado de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, avivada de panno encarnado.— A manta, sejam quacs forem as dimensões do sellim (menos as do grande uniforme que varião na razão da largura das listras de galão correspondentes á patente do Official), excederá os arções exactamente 3 pollegadas, e na parte inferior ficará rente sem exceder de 1 linha a aba do sellim.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, debruado na parte inferior de oleado. — Altura 7 pollegadas.— Cortado de fórmula, que, posto na cabeça, e visto de lado, se apresente quadrado; para o que se seguirá no corte approximadamente a proporção, em cada lado, de 10 pollegadas na parte inferior, e 8 pollegadas na superior.— Sacco triangular pendente do lado direito, tendo do centro

para o vertice 3 pollegadas.—Borla de lã, com $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento, inclusive o botão, e este de 5 linhas de diametro.—A listra sem recortes, e a $\frac{3}{4}$ da altura do bonete, será de panno encarnado de 1 pollegada de largura, e os vivos de cordão de lã de 1 linha de grossura.

Sobrecasaca.

Em dimensões, vivos, cores, feittio, &c., em tudo igual á do Official.

Platina.

Toda direita, só oitavada na parte superior, de panno encarnado, e debruada de oleado.—Será de 2 pollegadas de largura, e de comprimento, inclusive a parte de lã, igual a toda a largura do hombro sem exceder a sua vertical.—Na parte superior terá hum botão pequeno como os das pestanas das mangas — A vulgarmente chamada palmatoria será de lã preta de fôrma elíptica, de 3 pollegadas de cixo maior, 2 de menor, e $1\frac{1}{2}$ de altura.

Calça.

De panno, e branca, ambas das mesmas fôrmas, dimensões, e vivos da do Official.

Polaina.

Preta, pelo joanete com pouca curva, abotoada por 5 botões de marca de osso da cor da fazenda, tendo largura tal que a alça, para não apparecer, não exceda a largura da sola do sapato.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da polaina.

Os Inferiores, Cabos e Anspeçadas, usarão de divisas de panno encarnado, assentadas sobre panno preto.—Postas diagonalmente no braço esquerdo de costura á costura da manga.—As listras terão cada huma meia pollegada de largura, e huma linha de intervallo.—Não he permittido o uso de divisa acolchoada.—Os Inferiores usarão de banda

de lã como actualmente, em fôrma, e dimensões da pera, e maneira de ser posta, em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes.

Por canhão, no pequeno uniforme, se entenderá a pestana da manga.

Nos casos determinados pela Autoridade competente, poderão como actualmente usar as Praças de pret de jaquetas brancas de linho ou algodão.

CORPO E COMPANHIAS.	CORES DISTINCTIVAS.						
	SOBRECASACA.			BONETE.			
	<i>Vivos.</i>	<i>Golla.</i>	<i>Canhão.</i>	<i>Listra.</i>	<i>Vivos.</i>	<i>Borla do Bonete do Soldado.</i>	
						<i>Botão.</i>	<i>Franja.</i>
N.º 1. Corpo de Artífices da Córte.....	Encarnados.		Encarnado..	Encarnada..	Encarnados .	Azul.	Encarnada .
N.º 2. Companhia da Provincia da Bahia...	»		»	»	»	»	»
N.º 3. Comp. da Provincia de Pernambuco...	»		»	»	»	»	»

VII.

Grande e pequeno Uniforme para todos os Regimentos de Cavallaria.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Com escamas, e da qualidade, e fôrma das actualmente em uso, com as seguintes dimensões. — Altura, medida dos lados, $5\frac{1}{2}$ pollegadas. — Copa de $8\frac{1}{4}$ pollegadas de diametro, e coberta de couro envernizado. — Na parte superior terá a barretina huma virola de metal de 1 pollegada de largura, dobrando sobre a copa hum friso de 3 linhas, e na inferior huma tira de couro envernizado tambem de 1 pollegada de largura.

Pala de couro envernizado, guarnecida de huma virola como a da pala do bonete, não passará em largura as verticaes das fontes, e terá de altura, além da virola, $1\frac{1}{2}$ pollegada.

Assucena de metal, da fôrma das actuaes, toda lisa, e de 2 pollegadas de altura.

Tope Nacional, para todos os Corpos invariavelmente de metal, com o fundo envernizado ou esmaltado, de 1 pollegada de diametro, e a estrella sobreposta com $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento em cada raio e dourada; sendo prohibidos lavores, raios, orlas, ou quaesquer enfeites.

Chapa da barretina, formada de huma coroa, e dous dragões cruzando os colos e as caudas. — A coroa de 1 pollegada e 2 linhas de altura, inclusive a cruz, e 1 pollegada de diametro na parte mais larga.

Dragões de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, e 6 pollegadas e 2 linhas de largura de extremo a extremo das azas mais abertas. — O numero do Corpo, no vão, formado pelos colos e caudas. Escamas as mesmas que estão em uso.

Toda a ferragem da barretina dourada.

Pennacho.

De chorão, formado de crina escarlate, de 2 pollegadas de diametro.

O Pennacho não excederá em comprimento a linha inferior da barretina.

Dragona.

De franjas, com a pala da mesma forma e dimensões da platina do pequeno uniforme, com a diferença de dever tomar, a chamada palmatoria, a forma elliptica só o que for rigorosamente necessario para cabir a franja perpendicularmente. — Franja, invariavelmente de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento, e duas ordens de canotão ou canotilho de ouro; para os Officiaes Superiores de canotão n.º 4, e para os demais de canotilho n.º $\frac{1}{4}$.

Farda.

De panno azul ferrete, forrada e avivada de branco, toda direita da golla á cintura, abotoada por huma ordem de 8 botões dos estabelecidos, dispostos em distancias iguaes.

Golla de altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° , e presa por hum colchete.

O corpo da farda descera até a cintura, seguido por igual a horisontal do quadril, sem curvas ou voltas até o enfranque. — Desta linha não passarão as extremidades das costuras dos trazeiros, e sobre ellas serão presos os botões do enfranque, para que a banda e o talim fiquem também horisontalmente postos.

Canhão horisontal, de 2 pollegadas de altura, aberto na parte posterior, e abotoado por 2 botões pequenos.

As abas curtas, e menores em altura que o corpo, na razão, proximamente, da metade; tendo, por exemplo, 24 pontos do enfranque á sua extremidade, a aba da farda que tiver 50 da costura da golla ao mesmo enfranque. — Seguindo esta proporção, terá cada aba, na parte superior, 22 pontos de largura, e descendo em leve curva, 11 na inferior. — As algibeiras serão figuradas por pestanas avivadas, com 3 botões nos seus recortes, e de dimensões proporcionaes ás das abas, que terão nos apanhados as mesmas estrellas actualmente em uso, bordadas a fio de ouro sobre panno encarnado.

Na farda serão totaes as cores da golla e canhões,

sendo estes para o 1.º Regimento abotoados pela pestana azul actualmente em uso.

Calça.

Do mesmo panno, fôrma e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida nas costuras exteriores de duas listras de panno da cor indicada no mappa, com 2 pollegadas de largura cada huma, e 2 linhas de intervallo.

Gravata, luva, banda, talim, pasta, canana, botim, espora e espada, tudo exactamente como no pequeno uiforme.

Fiador.

Trançado de fio de ouro e encarnado de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado) 2 linhas de grossura, rematando em huma borla com 1 pollegada de altura na pera, $\frac{1}{2}$ de diametro, e $\frac{1}{2}$ de altura no remate.—Franja de 2 pollegadas de comprimento, de canotão n.º 4 para os Officiaes Superiores, e de canotilho n.º $\frac{1}{4}$ para os demais.—Estampa N.º 8, Fig. N.º 10.

GRANDE UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Barretina.

Exactamente das mesmas dimensões e fôrma da do Official.

Pennacho.

Da mesma cor, mas não de chorão, feito de lã com $3\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, e $1\frac{1}{2}$ de diametro.

Dragona.

Platina de metal, das mesmas fôrmas e dimensões da do pequeno uniforme do Official.

Em tudo o mais, salvo a qualidade da fazenda, exactamente igual ao do Official; sendo de panno encarnado as estrellas dos apanhados das abas da farda.

Os Inferiores, usarão, no grande uniforme, de divisas de galão assentadas sobre panno encarnado, cingindo-se ri-

gorosamente na sua collocação, numero, e distancias das listras, ao estabelecido para o pequeno uniforme.

O galão será o designado para o posto de Alferes, sem a menor alteração no padrão e dimensões.— Os Cadetes e Particulares, tanto no grande como no pequeno uniforme, terão as estrelas $3\frac{1}{2}$ pollegadas abaixo da costura da manga, feitas de metal dourado, de 1 pollegada de diametro, ou meia de cada raio.— Estampa N.º 8, Fig. N.ºs 8 e 9:

Arreios.

Os mesmos actualmente em uso, guardando-se o preceito de ser a listra do schabraque igual em cor á da calça, mas de 1 pollegada de largura, e sem outro qualquer vivo.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno, da cor e qualidade do da sobrecasaca, avivado de encarnado, para o 1.º, 2.º e 3.º Regimentos.— De fôrma conica, e pala horisontal de couro envernizado, guarnecida de hum virola de metal dourado, de 2 linhas de largura.— Copa circular, regulando approximadamente o seu diametro $\frac{1}{3}$ menos do da roda da cabeça.— Altura 4 pollegadas.— Pala 2 pollegadas de largura no centro.— O bonete será guarnecido na parte inferior de hum galão do padrão e largura do estabelecido para o posto de Capitão.— Para segurar-se, terá huma corrêa de couro envernizado branco, de largura de 6 linhas, com huma passadeira de correr de metal dourado, em fôrma de fivela, presa por dous pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada.— O numero do Corpo collocado na frente entre o galão e a linha do vivo.— Estampa N.º 8., Fig. N.º 1.

O 1.º Regimento usará mais, no pequeno uniforme, de barretina da mesma fôrma e dimensões do bonete; mas coberta de oleado ou couro envernizado, com escamas iguaes ás da barretina do grande uniforme, e o numero do Corpo collocado a meia altura.— Mesma estampa, Fig. N.º 2.

Para o 4.º Regimento será o bonete de gorra.— A parte inferior de couro envernizado, e fôrma cylindrica, de 5 pollegadas de altura.

A gorra pendente do lado direito, de panno da cor designada no mappa, terminando ponteguda, sem fransido nem pregas na extremidade, á qual será presa huma borla de ouro da fôrma e dimensões das actuaes.— Todo o bonete terá nas costuras de juntura hum vivo de cordão de fio de ouro de 1 linha de grossura.— A corrêa de segurar, como a dos demais Corpos, será posta ordinariamente em sentido diagonal, abotoada em hum terceiro botão igual aos outros, pregado na parte superior do couro, por baixo da gorra.— A borla da gorra não descera da linha do hombro.— O numero do Corpo, collocado na frente, 1 pollegada acima do debrum.— Est. N.º 8, Fig. N.º 3.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar ver os collarinhos.

Sobrecasaca.

Para todos os Regimentos de Cavallaria, de panno azul, com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos, canhões e suas pestanas, avivadas como se vê no mappa.— Abotoada por huma ordem de 8 botões convexos, de metal dourado, com o numero ordinal do Corpo, dispostos em distancias iguaes.— Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro.

Golla de altura a deixar apparecer os lados, e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela.— Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45°, e presa por hum colchete.— Por effeito da sua abertura angular terão as suas vistas distinctivas (menos no 1.º Regimento) a fôrma de trapezio, com a largura de 3 pollegadas na parte inferior medidas do colchete, e 2 na parte superior.— No 1.º Regimento será na fôrma do figurino, tendo 3 pollegadas contadas do vertice do angulo.

O corpo da sobrecasaca descera até á cintura tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda onde fôrma o que se chama enfranque.

Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento,

tendo-se o braço naturalmente estendido, a articulação do punho.—Terão panno e roda sufficientes para formarem tras-passe na frente, e ficarem folgadas dos lados; e bolsos na retaguarda com hum recorte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotoadura.—As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão aberto, como actualmente nas fardetas, por huma pestana com os recortes que estão em uso.—A pestana, abotoada por 3 botões pequenos, terá $3\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 linhas nos centros das curvas.

O vivo do canhão (menos no posto de Coronel) corresponderá exactamente ao centro da pestana.—A manga descerá até a articulação do punho.—Estampa N.º 8, Fig. N.ºs 4, 5 e 6.

Platina.

De metal amarello dourado, como a que está actualmente em uso, mas guardadas as seguintes dimensões.—Composta de 4 escamas além da parte superior.—Esta parte, semicircular, terá $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura, e no centro, figuradas e em relevo, hum botão e casa.

As escamas terão 2 pollegadas de largura, e meia pollegada de altura nas saliencias dos recortes.—A chamada palmatoria inteiramente circular.—A meia lua ou relevo que a garante será de 6 linhas de grossura, e igual em todas as suas partes.

A platina toda lisa, sem enfeites, guarnições ou lavor de qualquer especie.—A sua largura será a das escamas, e o seu comprimento igual á largura do hombro, sem excederem as suas verticaes, nem o comprimento de toda a platina, nem o diametro da palmatoria.

Será segura ao hombro, tocando levemente a costura da golla, por huma passadeira de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de meia pollegada de largura.—Estampa N.º 8, Fig. N.º 7.

Banda.

Em qualidade, dimensões, e fórma da borla, em tudo exactamente igual ao estabelecido para o pequeno uniforme do Estado Maior do Exercito.

Terá comprimento necessario para dar 2 voltas, e ser atada de nó, com as pontas iguaes, sobre o quadril esquerdo, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca.— Estampa N.º 1, Fig. N.º 9.

Divisa.

No canhão como actualmente, e do galão do padrão em uso; mas tendo invariavelmente o de Capitão 7, e o de Subalterno 5 linhas de largura. — Estampa. — D— Fig. N.ºs 6 e 7.

Lua.

Branca de anta, ou camurça.

Calça.

Branca, e de panno da cor e qualidade do da sobre-casaca, sem bolsos nem pregas, mas com presilha, principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até a altura de não ficar arregaçada pela espora.— A fim de regular-se a sua largura, se seguirá no cóрте a proporção de não exceder a calça, em largura, a parte inferior do peito do pé.

Botim.

Com espора fixa no tacão.— A espора de metal amarello inteiramente lisa, e fixa pelas extremidades dos braços e pela pua de parafuso e espigão; terá 3 linhas de grossura, e a pua, depois de fixa, 1½ pollegada de comprimento, além da roseta. — Estampa. — D— Fig. N.º 8.

CORREAME.

Canana.

De couro preto invernizado, toda lisa, sem pontcado, ou enfeite de qualquer especie; de 2 pollegadas de altura, e ¼ de comprimento, presa á corrêa por 2 argolas de 6 linhas de diametro. — Sobre a pala huma coroa, e o numero do Corpo, de metal.

A coroa de 5 linhas de altura, inclusive a cruz, e $\frac{1}{2}$ pollegada de diametro na parte mais larga.— O numero de $\frac{1}{2}$ pollegada de altura, e 1 linha escassa de largura.

Corréa.

De couro branco invernizado, de 1 pollegada e 5 linhas de largura.

Ferragem.

Coroa, caixas de apito e agulhetas de pistola, e sua corrente, fivela passador, ponteira triangular e argolas.— A coroa de 1 pollegada e 1 linha de altura, inclusive a cruz, e 1 pollegada de diametro na parte mais larga.—

As caixas de apito e agulheta, de fórma cylindrica, todas lisas, de 2 pollegadas de altura, e 3 linhas de diametro cada huma, assentarão sobre huma chapa lisa de 1 pollegada de largura, e $2\frac{1}{2}$ de altura.— Corrente do apito e agulheta 14 pollegadas de comprimento, ou 7 depois de dobrada.

A fivela, o passador, e a ponteira, de 2 linhas de largura, de metal.

Argolas 1 linha de grossura.

Talim.

Do mesmo couro.— A corrêa de cintura de $1\frac{1}{2}$ pollegada, e as guias, e corrêas da pasta, de 6 linhas de largura.— Chapa de coroa sobreposta.— A chapa convexa, lisa, de 1 pollegada e 5 linhas de diametro.

A coroa de 1 pollegada e 1 linha de diametro na parte mais larga, e o mesmo de altura, inclusive a cruz.— O circulo onde prende a chapa, em relevo, de $1\frac{1}{2}$ linha de grossura.

Pasta.

A pala de couro envernizado preto, lisa, sem virola ponteadas, ou qualquer enfeite, de $8\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, medidas do centro da parte superior ao centro do recorte.— Largura, na parte superior, $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$.— A 2 pollegadas acima do recorte terá collocado o

numero do Corpo, e a coroa de metal dourado; a coroa de 2 pollegadas de altura, inclusive a cruz, e 1 pollegada e 6 linhas de diametro na parte mais larga; o numero de 1 pollegada e 7 linhas de altura, e 3 linhas de largura.— As argolas, que prendem as guias, de 1½ pollegada de diametro, as fivelas destas, bem como as das corrêas da pasta, de 1½ pollegada de altura, e 1 linha de grossura, de metal.— Toda a ferragem da canana e talim dourada.

Espada.

De guarnições, e bainha de aço ou ferro.

Fiador.

De couro branco invernizado, (menos para o 1.º Regimento, que será preto) de 12 pollegadas de comprimento, ½ pollegada de largura, borla do mesmo, fechada, de 2 pollegadas de altura, e 1 de diametro, hum botão e 2 passadores de metal dourado; passadores 2 linhas de largura.— Estampa N.º 8, Fig. N.ºs 4, 5, 6, 8 e 9.

Fôra do serviço e formaturas poderão os Officiaes usar da sobrecasaca desabotoada, sem banda, e de collete da mesma cor ou branco; (mas nunca de chapeo redondo) e a calça de presilha, sendo porêem sempre das cores aqui estabelecidas.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonetes.

Em fórmãs, dimensões, cores, e vivos exactamente iguaes aos dos Officiaes, com a differença de serem, os de forma conica, guarnecidos na parte inferior de huma listra de panno, avivado, das cores designadas no mappa, de 1 pollegada de largura, e os de gorra terem a borla, e vivos das costuras de juncturas, feitas de lã.

Sobrecasaca.

Em dimensões, vivos, cores, feitio, &c., igual á do Official.

Platina.

De corrente de metal amarello , como as actuaes.

Luva.

Branca.

Calça.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca , dita branca : ambas das mesmas fórma e dimensões da do Official.

Botim.

Para todo o serviço montado.

Espora.

De metal amarello , lisa , com as mesmas fórmas e dimensões das actuaes , será presa por corrêas ; mas posta de maneira , que não faça arregaçar a calça.

Sapato.

De tacão , apparecendo por fóra da calça para todo o serviço a pé.

Os Inferiores , Cabos , e Anspeçadas usarão de divisas de panno encarnado assentadas sobre panno da cor dos vivos , posta diagonalmente no braço esquerdo , de costura á costura da manga.—As listras terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura , e 1 linha de intervallo.—Não he permittido o uso de divisa acolchoada.—Os Inferiores usarão de banda de lã como actualmente , em fórma , e dimensões da pera , e maneira de ser posta , em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes.

Por canhão , no pequeno uniforme , se entenderá a pestana da manga.

Nos casos determinados pela Autoridade competente , poderão , como actualmente , usar as Praças de pret de jaquetas brancas , de linho ou algodão.

CORES DISTINCTIVAS.

REGIMENTOS.	LISTRA DA CALÇA.	SOBRECASACA.			BONETE.				
		Vivos.	Golla.	Canhão.	Vivos.	Listra.	Gorra.	Borla da gorra.	
								Botão.	Franja.
1.º..	Encarnada.	Branços.	Encarnada.	Encarnado	Encarnado	} Encarnada e avivada de branco ...			
2.º..	»	»	»	»	»				
3.º..	»	»	»	»				
4.º..	»	»	»	»	Amarello...		Encarnada.	Azul.....	Amarello..

VIII.

Grande e pequeno Uniforme para todos os
Batalhões de Fusileiros.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Da fôrma e qualidade das actuaes, com as seguintes dimensões.

Altura, medida dos lados, $5\frac{1}{2}$ pollegadas.

Copa de 8 pollegadas e $\frac{1}{4}$ de diametro, coberta de couro envernizado.

A barretina será guarnecida, tanto na parte superior unida á costura da coberta da copa, como na inferior, unida ao debrum, de 2 tiras do mesmo couro de 1 pollegada de largura cada huma.

A pala, sem virola, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura no centro, não passará em largura as verticaes das fontes.

A assucena de metal dourado, da fôrma das actuaes, mas toda lisa, sem lavor de qualquer especie, e de 2 pollegadas de altura.

Tope Nacional. — Para todos os Corpos invariavelmente de metal, com o fundo envernizado ou esmaltado, de 1 pollegada de diametro; e a estrella sobreposta, com $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento em cada raio, e dourada.

Sendo prohibidos lavores, raios, orlas, ou quaesquer enfeites.

Chapa da barretina. — A mesma em fôrma que actualmente se usa, mas não excedendo em altura a linha inferior da guarnição de couro da copa, e em largura, na sua parte inferior, ás extremidades da pala.

Escudo das Armas Imperiaes, com o numero do Corpo, o mesmo que se acha estabelecido.

Cordões.

Formados de fio, e borlas de canotão, e canotilho de ouro. — Cordões de 2 linhas de grossura, presos á barretina como actualmente, por 2 botões de tranquiilha de

1½ pollegada de comprimento , de ½ de diametro no centro , e cobertos de esteira , sem enfeite de qualquer natureza.

A trança da frente de cordão dobrado , posta na barretina em fôrma semicircular, sem curvas ou voltas, e tocando a sua parte inferior o centro da costura da pala. O laço da retaguarda de 2 voltas, e igualmente de cordão dobrado, tocará a linha superior da guarnição de couro.— Borla presa á tranquiilha do lado esquerdo por huma presilha de cordão fino; terá a pera formada de esteira de fio como as tranquilhas de 1 pollegada de altura, 5 linhas de diametro na parte mais grossa, e ½ pollegada de altura no remate.—A franja de 2 pollegadas de comprimento, feita de canotão n.º 4 para os Officiaes Superiores, e canotilho n.º ¼ para os demais.—O cordão pendente de 4 palmos de comprimento com 3 passadores de botão, 2 de correr para ser preso á tranquiilha do lado direito da barretina, e 1 firme para segurar as palmatorias, que serão formadas por huma trança de 5 voltas, de 3 cordões de 1 linha de grossura, ficando com a fôrma eliptica de 3 pollegadas do eixo maior, e 2 de menor.

Em cada palmatoria huma borla, das dimensões e fôrma da da barretina.—No remate das palmatorias terá o pendente huma pequena presilha de cordão fino para segura-lo em hum botão pregado no lado direito do peito da farda no alinhamento do 2.º da abotoadura.

O pennacho terá 7 pollegadas de altura, e 2 de diametro, feito de pennas encarnadas até ⅓ de altura, e brancas até o fim. As Praças montadas usarão, como actualmente, de pennacho de charão, formado de pennas de gallo encarnadas por dentro, e brancas por fóra.

Dragona.

Em dimensões, e fôrma como a estabelecida para o Estado Maior do Exercito, será presa ao hombro por huma passadeira de galão de ouro do padrão estabelecido para o posto de Alferes, e tocará levemente a costura da golla. Est. N.º 1, Fig. n.º 8.

Farda.

De panno azul ferrete, forrada de branco. avivada

de encarnado. Toda direita da gola á cintura; abotoada por hum ordem de 8 botões dos estabelecidos, dispostos em distancias iguaes.

Golla. — De altura a deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° , e presa por hum colchete.

O corpo da farda descera até a cintura, seguindo por igual a horizontal do quadril, sem curvas ou voltas até o enfranque.

Desta linha não passarão as extremidades das costuras dos trazeiros, e sobre ellas serão presos os botões do enfranque para que a banda e o talim, ou a correa da cintura do talabarte, fiquem tambem horizontalmente postos.

Canhão horizontal, de 2 pollegadas de altura, aberto na parte posterior, e abotoado por dous botões pequenos.

As abas curtas, e menores em altura que o corpo, na razão de 8 pontos de differença; tendo, por exemplo, 42 do enfranque á sua extremidade, a aba da farda que tiver 50 da costura da golla do mesmo enfranque. Seguindo esta proporção terá cada aba, na parte superior, 22 pontos de largura, e descendo, em leve curva, 11 na inferior. As algibeiras serão figuradas por pestanas avivadas, com 3 botões nos seus recortes e dimensões proporcionaes ás das abas, que terão nos apanhados as mesmas estrellas actualmente em uso, bordadas a fio de ouro sobre panno azul.

Nas fardas serão totaes as cores das gollas e canhões, e estes sem pestanas.

Gravata, luva, banda, talabarte, talim, pasta, calça, polaina, sapato, botim, e espora, tudo exactamente como no pequeno uniforme, com a differença de ser branca a polaina para o grande uniforme, quer com a calça branca, quer com a de panno.

Espada.

Como actualmente, de bainha de couro, com a guarnição, bocal, ponteira, chapas e argolas douradas.

Fiador.

O mesmo actualmente em uso. — Fig. n.º 6.

ARREIOS.

Tudo do mesmo couro , e das mesmas fórmãs e dimensões do pequeno uniforme , com as seguintes alterações.

Cabeçada.

Terá cruzeta na frente , e a testeira com mais hum passador na parte posterior, para correr a sugigolla , separada della.

A sugigolla será mais comprida , tendo , medida de toda a altura de hum lado, 18 pollegadas de altura , terminando em huma borla de couro preto de duas pollegadas de altura , da qual sahirá hum pendente de crina branca e encarnada , sendo a branca por fóra , e só até ao meio , e todo elle de 19 pollegadas de comprido , e 6 pollegadas folgadas de diametro. A sugigolla será graduada por hum passador de metal.

Peitoral.

Em substituição da gramarra simples , será preso á cilha , e terá 1 pollegada de largura , com tesouras roliças de 3 linhas de diametro , que prenderão em huma fivela de 1 pollegada de largura , cosida á junctura inferior do peitoral. As tesouras terão nas argolas hum remate de couro branco envernizado de 2 pollegadas de comprimento. O peitoral prenderá no arção do sellim por huma corrêa de 6 linhas de largura , e fivelas e passadeiras correspondentes , cosidas na sua junctura superior. O peitoral , a cabeçada , e o rabicho assentarão sobre couro branco , ficando assim com dous frisos desta cor ; os do peitoral , de 2 linhas , e os da cabeçada e rabicho , de 1 linha de largura. Todas estas peças terão florões formados de rosetas de couro , brancas e pretas , recortadas em roda , e de metal dourado com o mesmo feitio. Os das extremidades da testeira e cruzeta , constarão de duas rosetas de couro e huma de metal. O do centro da cruzeta será maior em dimensões e numero de rosetas , constando de cinco , inclusive a de metal , tendo a maior 2 pollegadas de diametro. Os do peitoral , constando igualmente de 5 rosetas , serão collocados na seguinte disposição : hum em cada lado , e 4 pollegadas abaixo da corrêa que prende

o peitoral ao arção do sellim, outro na costura da junctura inferior sobre os peitos do cavallo, d' onde partem as tesouras e a corrêa da silha; e outros dous, também 1 de cada lado, a 4 pollegadas acima deste; sendo ao todo cinco.

No rabicho se porão tres: hum onde começa a separação das corrêas da forquilha, e 2 nas extremidades das mesmas corrêas, ou principio da boneca. A' excepção dos florões do centro da cruzeta da cabeçada, e o da costura da junctura inferior do peitoral, que terá $2\frac{1}{2}$ pollegadas, todos os outros terão diametro igual á largura total da peça em que forem assentados. Na disposição das rosetas, para formar os florões, se seguirá a ordem de ser a primeira debaixo branca, alternando em cores até a dourada, que ficará sempre sobre huma preta; e graduando os diametros de maior a menor, debaixo para cima, de sorte que appareça huma orla de recortes. As ponteiras das redeas e demais corrêas serão de metal, oitavadas, da largura das mesmas corrêas, e 2 linhas de altura; os passadores também de metal, com iguaes dimensões; as fivelas e argolas da grammarra de 1 linha de grossura de metal, e tudo dourado.

Manta.

Do mesmo panno, fórma e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida de galão do padrão estabelecido, e correspondente á graduação do Official; excedendo a do posto de Coronel, em consequencia da maior largura da guarnição, somente 1 pollegada escassa os arções do sellim. O galão será avivado como a sobrecasaca; e a separação dos galões, indicando a patente, será da mesma cor dos vivos, e de huma linha de largura.

Coldres.

De 9 pollegadas de altura de caixa de pistola, inclusive a extremidade da ponteira. Ponteiras de metal dourado, lisas. Capelladas do mesmo panno da manta, com 23 pollegadas de comprimento, $7\frac{1}{2}$ de largura na parte mais larga das abas, e as extremidades arredondadas, igualmente agaloadas e avivadas; seguindo-se na guarnição de galão as mesmas regras estabelecidas para a manta.

No centro de cada aba terão huma chapa com numero do Corpo, igual em fórma á dos angulos trazeiros das mantas, mais de 5 linhas de diametro além da coroa, que será de 3 de altura, inclusive a cruz, e 3 de diametro na parte mais larga. Esta chapa assentada como as outras sobre panno encarnado. A silha dos coldres será sempre branca. N.º 10, Est. n.º 4. — N.º 11 e 13, Est. n.º 5.

GRANDE UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Barretina.

Exactamente das mesmas dimensões e fórma, da do Official.

Pennacho.

Das mesmas côres e dimensões, mas feito de lã.

Cordões

Feitos de algodão branco, de iguaes dimensões e fórma, e postos da mesma maneira.

Dragona.

A pala, para todos os Batalhões de Fuzileiros, de panno encarnado, e guarnecida de hum cordão de algodão branco de 1 linha de largura, terá, bem como a meia lua de metal que guarnece a palmatoria, as mesmas fórmas e dimensões que a platina do Official. A franja, do mesmo comprimento da do Official, será de algodão branco, igual ao dos cordões para poder ser lavada como estes.

Polaina.

Branca (ainda quando neste uniforme se use de calça de panno) da fórma e dimensões da do pequeno uniforme, e da mesma fazenda da calça branca.

Em tudo o mais, salvo a qualidade da fazenda, exactamente igual ao de Official, sendo de panno encarnado as estrellas dos apanhados das abas da farda.

OS PORTAS-MACHADOS.

Usarão de barretina de fôrma cylindrica , coberta de pelle de urso , ou guariba , com pennacho , gorra e cordões.

Barretina.

De onze pollegadas de altura. — Gorra cosida em roda da copa , com 19 pollegadas de comprimento , feita de panno encarnado , terminando ponteaguda , sem franzido nem pregas , e rematando em huma borla da qualidade e fôrma das demais barretinas.

Pennacho.

Feito de pennas , todo branco , de 13 pollegadas de altura , e 4 de diametro.

Cordões.

De algodão branco como os demais.

A barretina não terá chapa nem enfeite de qualquer especie. O tope e assucena , para o pennacho , ficarão ao lado esquerdo , e a gorra pendente do direito.

Avental.

Feito na parte superior de pelle de tigre em fôrma de couraça , e na inferior (avental) de sola pintada de amarello forte , orlada de branco com vivos encarnados , tendo a orla $1\frac{1}{2}$ pollegadas , e os vivos 2 linhas de largura. — Fig. N.º 7.

Os Inferiores usarão , no grande uniforme , de divisas de galão assentadas sobre panno da cor dos vivos , cingindo-se rigorosamente na sua collocação , numero e distancias das listras , ao estabelecido para o pequeno uniforme.

O galão das divisas será o designado para o posto de Alferes , sem a menor alteração no padrão e dimensões.

Os Cadetes e Particulares , tanto no grande como no pequeno uniforme , terão as estrellas $3\frac{1}{2}$ pollegadas abaixo da costura da manga , feitas de metal dourado , de huma pollegada de diametro , ou meia de cada raio.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca e avivado de encarnado. De fôrma conica, e pala horisontal de couro envernizado, guarnecida de huma virola de metal dourado, de 2 linhas de largura. Copa circular, regulando approximadamente o seu diametro $\frac{1}{3}$ menos da roda da cabeça. Altura 4 pollegadas.

Pala 2 pollegadas de largura no centro. O bonete será guarnecido na parte inferior de huma listra de panno da cor, conforme declara o mappa, de huma pollegada de largura; bem como, para segurar-se, terá huma corrêa de couro envernizado, branco, da largura de 6 linhas, com huma passadeira de correr, de metal dourado, em fôrma de fivela, presa por 2 pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada. O n.º do Corpo entre 2 palmas, sustentando 1 coroa, como os actuaes, será collocado sobre a listra sem a exceder.—Estamp.—D.—Fig. N.º 1.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar ver os collarinhos.

Sobrecasaca.

Para todos os Batalhões de Fusileiros de panno azul, com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos, canhões e suas pestanas, avivados de encarnado, e abotoada por huma ordem de 8 botões convexos de metal amarello, com o n.º ordinal do Corpo, como os actuaes, e dispostos em distancias iguaes. Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro. — Estampa. — D. — Fig. N.º 2 e 3.

Golla. De altura de deixar apparecer os lados e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45º, e presa por hum colchete. Por effeito da sua abertura angular, terão as suas vistas distinctivas a fôrma de trapezio, com a largura de 3 pollegadas na parte inferior, medidas do colchete, e 2 na parte superior.

O corpo da sobrecasaca descera até a cintura, tocando

o osso do quadril, e correndo horizontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda onde fórma o que se chama enfrangue. Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda e a corréa do talabarte fiquem horizontalmente postas.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, a extremidade da palma da mão, ou linha das primeiras phalanges dos dedos.

Terão panno e roda sufficientes para formarem traspasse na frente, e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda com hum recorte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotoadura. As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão. Aberto, como actualmente nas fardetas, por huma pestana com os recortes que estão em uso. A pestana, abotoada por 3 botões pequenos, terá $3\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 linhas nos centros das curvas. O vivo do canhão (menos para o posto de Coronel) corresponderá exactamente ao centro da pestana. A manga descera até a articulação do punho.—Est.—D. — Fig. N.º 4.

Platina.

Pala de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de 2 pollegadas de largura, toda direita, só oitavada na parte superior, e avivada como a sobrecasaca. A chamada palmatoria inteiramente circular, e a meia lua, ou relevo que a guarnece, de metal dourado, de 6 linhas de grossura, igual em todas as suas partes, e sem lavor de qualquer especie.

A platina cobrirá o hombro, sem exceder as suas verticaes em qualquer sentido. Será presa por huma passadeira de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca de $\frac{1}{2}$ pollegada de largura.— Est.—D.—Fig. N.º 5.

Banda.

Em qualidade, dimensões, e fórma da borla, em tudo exactamente igual ao estabelecido para o pequeno uniforme do Estado Maior do Exercito. Terá comprimento necessario para dar 2 voltas, e ser atada de nó, com as pontas iguaes sobre o quadril direito, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca — Estamp. N.º 1. — Fig. N.º 9.

Divisa.

No canhão, como actualmente, e do galão do padrão em uso, mas tendo invariavelmente o de Capitão 7, e o de Subalerno 5 linhas de largura.—Estamp.—D.—N.^{os} 6 e 7.

Luva.

Branca de anta, ou camurça.

Calça.

Branca, e de panno mescla para o 1.^o Batalhão, e da cor e qualidade do da sobrecasaca para os demais, sem bolsos, pregas ou presilhas; principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até o peito do pé, e tocando-o levemente para não encobrir o tacão. A fim de regular-se a largura, se seguirá no corte a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé. A calça de panno terá embebido nas costuras exteriores hum vivo da cor, grossura, e qualidade do da sobrecasaca.

Polaina.

Preta, tudo com as dimensões iguaes á do Soldado, com a differença de ser abotoada por botões mais pequenos, e cobertos da mesma fazenda.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da polaina.

As Praças montadas usarão de botim, e presilha na calça; espora de metal amarello, inteiramente lisa, fixa ao tacão pelas extremidades dos braços, e pela pua de parafuso e espigão.

Terá 3 linhas de grossura, e a pua, depois de fixa, 1 $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento, além da roseta.

Fóra do serviço e formaturas poderão os Officiaes usar da sobrecasaca desabotoada, sem banda, e de collete da mesma cor, ou branco, (mas nunca de chapeo redondo) e calça de presilha, sendo porém sempre das cores aqui estabelecidas. — Espora —Estamp.— D.— Fig. N.^o 8.

CORREAME.

Talabarte.

De couro branco, invernizado, de 2 pollegadas de largura, e com a mesma chapa e escudo d'Armas Imperiaes actualmente em uso.

O Talabarte será seguro na cintura, por fóra da banda, por huma corrêa do mesmo couro, cosida nas argolas das guias, de 1 pollegada e 2 linhas de largura. A corrêa prenderá na frente, sobre a vertical da abotoadura, por huma chapa de metal dourado, fundo liso, guarnecida apenas de hum cordão em relevo, tambem liso, de huma linha de grossura. A chapa será quadrada, de huma pollegada e 3 linhas de face.

As Praças montadas não usarão de talabarte, mas de talim do mesmo couro daquelle; e pasta como actualmente, tudo com as seguintes dimensões.

A chapa toda lisa, de 2 pollegadas e 5 linhas de largura, 2 pollegadas de altura. Escudo das Armas Imperiaes, o mesmo em dimensões e fôrma, que está em uso. Corrêa de cintura $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura. Argolas das guias $1\frac{1}{2}$ pollegada de diametro. Guias e corrêas da pasta 6 linhas de largura. Todas as fivelas, argolas, e passadeiras douradas, mas lisas, e de huma linha de largura.—
Estamp. —D —Fig. N.º 4.

Pasta.

A pala de couro envernizado preto, lisa, sem virola, ponteadou ou qualquer enfeite, de $8\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, medidas do centro da parte superior, ao recorte da pala. Largura, na parte superior $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$.

A' duas pollegadas acima do recorte, será collocada a chapa com o numero do Corpo, que está estabelecido.

Espada.

Como actualmente, de guarnições, e de bainha de aço, ou ferro.

Fiador.

De couro branco envernizado , 12 pollegadas de comprimento , 4 linhas de largura , borla do mesmo , fechada , de 2 pollegadas de altura , e hum de diameatro , hum botão e 2 passadores de metal dourado ; passadores de 2 linhas de largura.

Nos serviços de quartel , marchas , e acampamentos , poderão os Officiaes de Fusileiros usar de talins pretos , como nos mesmos serviços usão presentemente. Est. e Fig. acima.

ARREIOS.

Cabeçada , redeas , gamarras e rabicho , tudo de couro invernizado preto , e das seguintes dimensões.

Cabeçada.

Com hum fivela em cada lado para se graduar ; serão as corrêas das faces , a focinheira , a corrêa que a aperta , e as mais estreitas que prendem o freio , cosidas em cada lado de hum quadrado de metal , em vez de argola , e assim separadas. A' excepção das presilhas do freio , terá cada hum das peças mencionadas , bem como a testeira , hum pollegada de largura. A corrêa que aperta a focinheira será dividida por outra igual quadrado de metal , no qual prenderá a passadeira da sugigolla , de 3 pollegadas de comprimento. Tanto esta passadeira , como a sugigolla , as corrêas que prendem o freio , as redeas , gamarras , e suas tesouras terão 6 linhas de largura. As tesouras da gamarra , inclusive as suas argolas e fivelas , terão 12 pollegadas de comprimento. Rabicho 1½ pollegada de largura até a corrêa da fivela , e esta da largura de hum pollegada.

Todas as fivelas , peças quadradas e argolas , serão de metal dourado ; e os passadores do mesmo couro da cabeçada.

Sellim.

De couro de porco , sem borraínas , nem pontcados ou lavores.

Estribos.

De metal amarello, aros iguaes, sem recortes, e todos lisos; considerando altura, do anel por onde passa o lóro ao assento do estribo, 5 pollegadas e 2 linhas. — Diámetro 4 pollegadas e 6 linhas. — Diámetro do aro, meia pollegada. — Assento 3 pollegadas e 3 linhas de comprimento, e 1 e 6 linhas de largura. — Estamp. — D. — Fig. N.º 9.

Manta.

De panno da cor e qualidade da sobrecasaca (mescala para o 1.º Batalhão) das seguintes fórmãs e dimensões. — Toda direita e sem recortes, tendo apenas á meia altura da frente huma pequena curva, excedendo 1 pollegada escassa a sua vertical. — Mais estreita na parte superior que na inferior, guardando-se a proporção de $\frac{4}{5}$ naquella e 5 nesta; tendo, por exemplo, 20 pollegadas de comprimento em cima a manta que tiver 25 em baixo. Será guarnecida, no pequeno uniforme, de huma listra de couro envernizado, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, avivada de encarnado como a sobrecasaca.

Nos angulos trazeiros terá o numero do Corpo, por baixo de huma corréa, e entre duas palmas. A coroa de 7 linhas de altura, inclusive a cruz, e 6 de diámetro; o n.º de 1 pollegada de altura, e huma linha de largura; as palmas em fôrma circular, com huma pollegada de vão, tocando com as extremidades a linha inferior da coroa. Tudo em huma só peça dourada, e assentada sobre panno encarnado — A manta, sejam quaes forem as dimensões do sellim (menos as do grande uniforme, que varião na razão da largura das listras de galão correspondentes á patente do Official) excederá os arções exactamente 3 pollegadas; e na parte inferior ficará rente, sem exceder de huma linha, a aba do sellim. — Estamp. N.º 5, Fig. N.º 12.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonnete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, debruado na parte inferior de oleado. — Altura $7\frac{1}{2}$ pollega-

das. — Tallado de fórma, que, posto na cabeça, e visto de lado, se apresente proximamente quadrado, para o que se seguirá no corte a proporção em cada lado de 10 pollegadas na parte inferior e 8 na superior. — Sacco triangular pendente ao lado direito; tendo, do centro para o vertice, 3 pollegadas. — Borla de lã com $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento, inclusive o botão, e este de 5 linhas de diametro. — A listra sem recortes, e a $\frac{3}{4}$ da altura do bonete será de panno da cor da golla ou canhão, segundo o mappa, de huma pollegada de largura. — Os vivos do bonete de cordão de lã de huma linha de grossura. — O numero do Corpo collocado na frente $\frac{1}{2}$ pollegada acima do debrum de oleado.

Sobrecasaca.

Em dimensões, vivos, cores e feitto, exactamente igual á do Official.

Platina.

Toda direita, só oitavada na parte superior, de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e debruada de oleado. — Será de 2 pollegadas de largura, e de comprimento, inclusive a parte de lã, igual a toda largura do hombro, sem exceder a sua vertical. — Na parte superior terá hum botão pequeno como os das pestanas das mangas. — A vulgarmente chamada palmatoria será de lã branca, de fórma elliptica, de 3 pollegadas de eixo maior, 2 de menor, e $1\frac{1}{2}$ de altura ou espessura de lã.

Calça.

De panno, e branca, ambas das mesmas cores, fórmas, dimensões, e vivos da do Official.

Polaina.

Preta, pelo joanete, com pouca curva, abotoada por 5 botões de marca de osso, da cor da fazenda, tendo largura tal, que a alça, para não apparecer, não exceda a largura da sola do sapato.

Sapato.

De tacão , apparecendo por fóra da polaina.

Os Inferiores , Cabos , e Anspeçadas usarão de divisas de panno da cor dos vivos , assentados sobre panno da cor da sobrecasaca.

Postas diagonalmente no braço esquerdo , de costura á costura da manga. — As listras terão cada huma meia pollegada de largura , e huma linha de intervallo. — Não he permittido o uso de divisa acolehoadada. — Os Inferiores usarão de banda de lã , como actualmente , em fóra e dimensões da pera , e maneira de ser posta , em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes. — O botão da escovinha , igual aos da pestana da manga , e platinas , ficará na linha do 2.º botão da sobrecasaca , separado deste na razão da largura do peito do homem , para ficar a respectiva corrêa do lado exterior , e unida ao talabarte.

Por canhão , no pequeno uniforme , se entenderá a pestana da manga. — Estampa — D — Fig. N.ºs 10 , 11 e 12.

Nos casos determinados pela Autoridade competente , poderão , como actualmente , usar as Praças de pret de jaquetas brancas de linho ou algodão.

CORES DISTINCTIVAS.

CORPOS.	SOBRECASACA.			BONETE.			
	<i>Viros.</i>	<i>Golla.</i>	<i>Cankão.</i>	<i>Listra.</i>	<i>Viros.</i>	<i>Borla do Bonete do Soldado.</i>	
						<i>Botão.</i>	<i>Franja.</i>
1.º Batalhão .	Encarnados .	Branca	Amarello . .	Amarella . .	Encarnados .	Encarnado . .	Branca
8.º Dito	»	Amarella . .	Branco	»	»	»	»
2.º Dito	»	»	Azul claro . .	Azul clara . .	»	Azul	Amarella . .
7.º Dito	»	Azul clara . .	Amarello . .	»	»	»	»
3.º Dito	»	Encarnada . .	»	Encarnada . .	»	Amarello . .	Encarnada . .
6.º Dito	»	Amarella . .	Encarnado . .	»	»	»	»
4.º Dito	»	Azul clara . .	»	Azul clara . .	»	Azul	»
5.º Dito	»	Encarnada . .	Azul claro . .	»	»	»	»

IX.

Grande e pequeno Uniforme para todos os Batalhões de Caçadores.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Da fôrma e qualidade das actuaes, com as seguintes dimensões. — Altura, medida dos lados, $5\frac{1}{2}$ pollegadas. — Copa de 8 pollegadas e $\frac{1}{4}$ de diametro, coberta de couro envernizado — A barretina será guarnecida, tanto na parte superior unida ao debrum da coberta da copa, como na parte inferior, de duas tiras do mesmo couro de 1 pollegada de largura cada huma. — A pala de couro envernizado terá de altura $1\frac{1}{2}$ pollegadas, e não excederá em largura as verticaes das fontes. — A assucena de metal dourado, da fôrma das actuaes, mais toda lisa, sem lavor de qualquer especie, e de 1 pollegada de altura.

Tope Nacional. — Para todos os Corpos invariavelmente de metal, com o fundo envernizado ou esmaltado, de 1 pollegada de diametro, e a estrella sobreposta com $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento em cada raio, e dourada, sendo prohibidos labores, raios, orlas, ou quaesquer enfeites.

Chapa da barretina de metal bronzado, e da mesma fôrma das actuaes, guardadas as seguintes dimensões. — Braços da cruz 3 pollegadas de largura nas suas extremidades, $1\frac{1}{2}$ de comprimento destas ao centro, e $\frac{1}{2}$ pollegada do mesmo centro aos centro dos recortes. — A palma circular de 2 linhas de largura; diametro do circulo 1 pollegada. O numero do Corpo de metal dourado, dentro do circulo.

Cordões.

Cordões, borlas, as chamadas palmatorias, e as duas tranquilhas, tudo tecido, e feito de retroz preto. — Os cordões terão duas linhas de grossura, e serão presos á barretina, como actualmente, pelas duas tranquilhas de 1 pollegada de comprimento, $\frac{1}{2}$ de diametro no centro, e cobertos de tecido, sem enfeite de qualquer natureza. — A trança da

frente será formada de cordão dobrado, e posta na barretina em fôrma semicircular, sem mais curvas ou voltas, e tocando a sua parte inferior o centro da costura da pala. — O laço da retaguarda de 2 voltas, igualmente de cordão dobrado, tocará a linha superior da guarnição de couro. — Borla presa á tranquiilha do lado esquerdo por huma pre-cilha de cordão fino; terá a pera formada de tecido como as tranquiilhas de 1 pollegada de altura, $\frac{1}{2}$ de diametro, e $\frac{1}{2}$ de altura no remate. — A franja de 2 pollegadas de comprimento, feita de canotão n.º 4 tambem preta. — O cordão pendente de 4 palmos de comprimento com 3 passadores do botão, 2 de correr para ser preso á tranquiilha da lado direito da barretina, e 1 firme para segurar as palmatorias, que serão formadas por huma trança de 5 voltas de 3 cordões de 1 linha de grossura, ficando com a fôrma eliptica de 3 pollegadas de eixo maior e 2 de menor. — Em cada palmatoria huma borla, das dimensões e fôrma da da barretina. — No remate das palmatorias terá o pendente huma pequena presilha de cordão fino para segura-lo em hum botão pregado no lado direito do peito da farda, no alinhamento do 2.º da abotoadura.

Os cordões das Praças montadas terão iguaes dimensões e fôrmas, mas serão feitos de fio de ouro.

Pennacho.

De fôrma espherica, e 2 pollegadas de diametro, feito de retroz verde escuro, sem enfeites de pennas, canotão, ou de qualquer natureza. — As Praças montadas usarão, como actualmente, de pennacho de chorão, da mesma cor, formado de crina, de 2 pollegadas de diametro, e comprimento a não excederem as suas pontas a parte inferior da barretina; tambem sem enfeite de qualquer especie.

Farda.

De panno verde escuro, avivada com hum cordão de retroz preto de 1 linha de grossura. — Toda direita da golla á cintura, abotoada por huma ordem de 8 botões dos estabelecidos, dispostos em distancias iguaes.

Golla de altura a deixar apparecer os lados, e frente, da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° e preso por huma celchete.

O corpo da farda descera até a cintura, seguindo por igual a horizontal do quadril, sem curvas ou voltas até o enfranque. — Desta linha não passarão as extremidades das costuras dos trazeiros, e sobre ellas terão presos os botões do enfranque, para que a banda, e o talim fiquem também horizontalmente postas.

Canhão horizontal, de (menos para o posto de Coronel que terá de 3) 2½ pollegadas de altura, aberto na parte posterior, e abotoada por 2 botões pequenos.

As abas curtas, e menores em altura que o corpo, na razão proximamente da metade; tendo, por exemplo, 24 pontas do infranque á sua extremidade, a aba da farda que tiver 50 da costura da golla ao mesmo enfranque. — Seguindo esta proporção, terá cada aba na parte superior 22 pontos de largura, e, descendo em leve curva, 11 na inferior. — As algibeiras serão figuradas por pestanas verticaes, com 3 botões, e avivadas como actualmente, guardando-se as proporções de 4 pontas de largura nas saliencias dos recortes, e 3 nas suas curvas. — Nas fardas serão totaes as cores das gollas, e canhões, e estes sem pestanas. — Nas gollas o bordado da fórma e dimensões do Fig. 3 da Est. N.º 10.

Divisas, platinas, gravata, banda, canana, talim, calça, polaina, sapato; bem como a pasta, botim e espora, tudo exactamente como no pequeno uniforme, com a differença, de dever ter a calça de panno, no grande uniforme, huma listra de panno preto de 1 pollegada de largura.

Espada.

Como actualmente, de bainha de couro, com a guarda-boca, ponteira, chapas, e argolas brancas.

Fiador.

Da fórma e dimensões do do pequeno uniforme; porém de cordão de retroz preto, rematando com huma borla igual á da barretina. — Est. 10, Fig. N.º 1 e 2.

ARREIOS.

Tudo do mesmo couro, e das mesmas fórmas, e dimensões do pequeno uniforme, com as seguintes alterações

Cabeçada.

Terá cruzeta na frente, e a testeira com mais hum passador na parte posterior para correr a sugigolla separada della. — A sugigolla será mais comprida, tendo, medida de toda a altura de hum lado, 18 pollegadas; terminando em huma borla de couro envernizado de 2 pollegadas de altura, da qual sahirá hum pendente de crina verde escuro de 19 pollegadas de comprimento, e 6 pollegadas folgadas de diametro. — A sugigolla será graduada por hum passador de metal. — Est. N.º 4, Fig. N.º 14.

Peitoral.

Em substituição da gamarra simples. — Será presa á silha, e terá $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, com tesouras roliças de 3 linhas de diametro, que prenderão em huma fivela de 1 pollegada de largura, cosida á junctura inferior do peitoral. — O peitoral prenderá no arção do sellim por huma corréa de 6 linhas de largura, e fivela e passadores correspondentes cosidas á sua junctura superior. O peitoral, a cabeçada, e o rabicho terão florões, formados de rosetas de couro, recortadas em roda, e de metal dourado com o mesmo feitio. — Os das extremidades da testeira e cruzeta constarão de 2 rosetas de couro e huma de metal. — O do centro da cruzeta será maior em dimensões e numero de rosetas, constando de cinco, inclusive a de metal, tendo a maior 2 pollegadas de diametro. — Os do peitoral, constando igualmente de cinco rosetas, serão collocadas nas seguintes disposições. — Hum em cada lado, e 4 pollegadas abaixo da corréa que prende o peitoral ao arção do sellim; outro, na costura da junctura inferior, sobre os peitos do cavallo, d'onde partem as tesouras, e a corréa da cilha; e outros dous, tambem hum em cada lado, a 4 pollegadas acima deste; sendo ao todo cinco. — No rabicho se porão 3; hum, onde começa a separação das corréas da forquilha, e dous nas extremidades das mesmas corréas ou principio da boneca. — A' excepção dos florões do centro da cruzeta da cabeçada, e o da costura da junctura inferior do peitoral, que terá $2\frac{1}{2}$ pollegadas, todos os outros terão diametro igual á largura total da peça em que forem assentadas. — Na disposição das rosetas, para formar os florões, se seguirá a ordem de graduar os diametros de maior

a menor, debaixo para cima, de sorte que appareça sempre huma orla de recortes, ficando a de metal sobre todas.

As ponteiras das redeas, e demais corrêas, serão de metal oitavadas, de largura das mesmas corrêas, e 2 linhas de altura; os passadores tambem de metal, com iguaes dimensões; as fivelas, e argolas da gamarra de 1 linha de grossura de metal, e tudo dourado. — Est. N.º 5, Fig. N.º 17.

Manta.

Do mesmo panno, fôrma e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida de galão do padrão estabelecido, e correspondente á gradação do Official, excedendo a do posto de Coronel, em consequencia da maior largura da guarnição, somente 1 pollegada escassa os arções do sellim. — O galão será avivado da cor da golla ou canhão, e a separação dos galões indicando a patente será da mesma cor dos vivos e de 1 linha de largura. — Est. N.º 5, Fig. N.º 15.

Coldres.

De 9 pollegadas de altura da caixa de pistola, inclusive a extremidade da ponteira. — Ponterias de metal dourado, lisas; capelladas, do mesmo panno da manta, com 23 pollegadas de comprimento, $7\frac{1}{2}$ de largura na parte mais larga das abas, e as extremidades arredondadas; igualmente agaloadas, e avivadas, seguindo-se na guarnição de galão as mesmas regras estabelecidas para a manta.

No centro de cada aba terão huma chapa com o numero do Corpo, igual em fôrma ás dos angulos trezeiros das mantas, mas de 5 linhas de diametro, além da coroa, que será de 3 de altura inclusive a cruz, e 3 de diametro na parte mais larga, sendo de metal bronzeadado a coroa e as palmas, e o numero dourado.

A cilha dos coldres será sempre branca.

GRANDE UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRÉT.

Barretina.

Exactamente das mesmas dimensões e fôrma da do Official

Pennacho.

Das mesmas cor e dimensões, mas feito de lã.

Cordões.

Feitos de lã preta, de iguaes dimensões e fôrma, e posto da mesma maneira.

Em tudo o mais, salvo a qualidade da fazenda, exactamente igual ao do Official.

Os Inferiores usarão, no grande uniforme, de divisas de galão assentadas sobre panno da cor dos vivos, cingindo-se rigorosamente na sua collocação, numero, e distancias das listras do estabelecido para o pequeno uniforme. — O galão das divisas será o designado para o posto de Alferes, sem a menor alteração no padrão e dimensões. — Os Cadetes, e Particulares, tanto no grande, como no pequeno uniforme, terão as estrellas $3\frac{1}{2}$ pollegadas abaixo da costura da manga, feitas de metal dourado, de 1 pollegada de diametro ou meia de cada raio.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e aivado de couro envernizado preto. — De fôrma conica, e pala horisontal do mesmo couro. — Copa circular, regulando approximadamente o seu diametro $\frac{1}{3}$ menos do da roda da cabeça. — Altura 4 pollegadas. — Pala 2 pollegadas de largura no centro. — O bonete será guarnecido, na parte inferior, de 1 listra de velludo preto de 1 pollegada de largura; bem como, para segurar-se, terá humra corrêa de couro envernizado preto, da largura de 6 linhas, com 1 passeadeira de correr de metal dourado, e em fôrma de fivela, presa por dous pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada. — O numero do Corpo, entre duas palmas, sustentando 1 coroa como os actuaes, será collocado sobre a listra sem a exceder.

Gravata

De couro envernizado, sem deixar ver os collarinhos.

Sobrecasaca.

Para todos os Batalhões de Caçadores, de panno verde escuro, com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos, canhões, e suas pestanas avivados de hum cordão de retroz preto de 1 linha de grossura, e abotoada por 1 ordem de 8 botões convexos de metal bronzado, com o numero ordinal do Corpo de metal amarello, e dispostos em distancias iguaes.— Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro.

Golla de altura a deixar apparecer os lados, e frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela.— Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45°, e presa por hum colchete.— Por effeito da sua abertura angular, terão as suas vistas distinctivas a fôrma de trapezio, com a largura de 3 pollegadas na parte inferior, medida do colchete, e 2 na parte superior.

O corpo da sobrecasaca descera até a cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda, onde fôrma o que se chama enfranque.— Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda, e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, a extremidade da palma da mão, ou linha das primeiras phalanges dos dedos.— Terão panno, e roda sufficientes para formarem traspasso na frente, e ficarem folgadas aos lados, e bolsos na retaguarda com 1 recorte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotuadura.— As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão aberto, como actualmente nas fardetas, por huma pestana com os recortes que estão em uso.— A pestana abotoada por 3 botões pequenos de uniforme terá 3½ pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 linhas nos outros das curvas.— O vivo do canhão (menos para o posto de Coronel) corresponderá exactamente ao centro da pestana.— A manga descera até a articulação do punho.— Est. N.º 9, Fig. N.º 1.

Platina.

Pala de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de 2 pollegadas de largura; toda direita, só oitavada na parte superior, e guarnecida de canetão preto N.º 4. — A chamada palmatoria, inteiramente circular, e a meia lua, ou relevo que a guarnece, de metal bronzado como o dos botões, de 6 linhas de grossura, igual em todas as suas partes, e sem lavor de qualquer especie. — A platina cobrirá o hombro sem exceder as suas verticaes em qualquer sentido. — Será presa por huma passadeira de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca de $\frac{1}{2}$ pollegada de largura. — Est. Fig. N.º 2.

Banda.

Em qualidade, dimensões, e fôrma da borla, em tudo exactamente igual ao estabelecido para o pequeno uniforme do Estado Maior do Exercito. — Terá comprimento necessario para dar duas voltas, e ser atada de nó, com as pontas iguaes, sobre o quadril direito, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca. — Est. N.º 1, Fig. N.º 9.

Divisa.

No canhão como actualmente, e do galão do padrão em uso, mas tendo invariavelmente a de Capitão 7, e a de Subalerno 5 linhas de largura. — Est.—D.— Fig. N.º 6 e 7.

Lura.

Branca, de anta, ou camurça.

Calça.

Branca, e de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, sem bolsos, pregas, nem presilhas, principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até o peito do pé, e tocando-o levemente para não encobrir o tacão. — A fim de regular-se a largura se seguirá no côrte a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé.

Polaina.

Preta, tudo com as dimensões iguaes á do Soldado, com a differença de ser abotoada por botões mais pequenos e cobertos da mesma fazenda.

Sapato.

De tacão, apparecendo por óra da polaina.

As Praças montadas usarão de botim, e presilha na calça, e espora de metal amarello, inteiramente lisa, sem qualquer lavor, fixa ao tacão pelas extremidades dos braços, e pela pua de parafuso e espigão. — Terá 3 linhas de grossura, e a pua, depois de fixa, 1½ pollegada de comprimento além da roseta. Fóra do serviço e formatura, poderão os Officies usar da sobrecasaca desabotoada, sem banda, e de collete da mesma cor, ou branco, (mas nunca do chapeo redondo) e calça de presilha, sendo porém sempre das cores aqui estabelecidas.

Para a espora — Fig. N.º 8 — Est. D.

Espada.

Das que usão actualmente, de guarnição, e de bainha de aço ou ferro.

Fiador.

De couro envernizado preto trançado, de 12 pollegada de comprimento, (medido dobrado) 2 linhas de grossura, borla do mesmo, fechada, de 2 pollegadas de altura, e 1 de diametro na parte mais larga. — Passador em fôrma de botão, de 3 linhas de altura. — Est. N.º 9, Fig. N.º 1.

CORREAME.

Canana.

De couro preto envernizado, toda lisa, e sem ponteados ou enfeite de qualquer especie, de 2 pollegadas de altura, e 4 de comprimento; presa á corréa por 2 argolas de 6 linhas de diametro.

Corrêa.

Do mesmo couro, de 1 pollegada e 5 linhas de largura.

Ferragem.

A carranca, que prende a corrente do apito, de 1 pollegada de diametro. — A caixa do apito toda lisa de 2 pollegadas de altura, e 3 linhas de diametro. — A corrente do apito de 14 pollegadas de comprimento, ou 7 depois de dobrada.

Todos os metaes dourados, devendo as argolas da canana, a fivela, o passador, e a ponteira triangular, actualmente em uso, da corrêa, serem invariavelmente de 1 linha de grossura de metal.

Talim.

Do mesmo couro. A corrêa da cintura de $1\frac{1}{2}$ pollegada, e as guias, bem como as 3 corrêas da pasta, de 6 linhas de largura. — A chapa de apertar tambem de carranca, e de 1 pollegada e 3 linhas de diametro. — O circulo onde prende a carranca de 2 linhas de largura — Pasta das Praças montadas, toda lisa, sem virola, chapa, nem ponteados ou qualquer enfeite, de $8\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, medidas do centro da parte superior, ao centro do recorte da pala. — Largura na parte superior $5\frac{1}{2}$ pollegadas, e na inferior $7\frac{1}{2}$. — As argolas que prendem as guias de $1\frac{1}{2}$ pollegada de diametro; as fivelas das mesmas guias e as das corrêas da pasta, de 1 pollegada de altura, todas douradas, e de 1 linha de grossura. — Est. 9, Fig. N.º 1.

Cabeçada, redeas, gamarras, e rabicho, tudo de couro envernizado preto, e das seguintes dimensões.

ARREIOS.

Cabeçada.

Com 1 fivela de cada lado para se graduar; serão as corrêas das faces, a fucinheira, a corrêa que a aperta, e as mais estreitas que prendem o freio, cosidas em cada lado de hum quadrado de metal em vez de argola, e assim separadas — A' excepção das presilhas do freio, terá cada huma das

peças mencionadas, bem como a testeira, 1 pollegada de largura. — A corréa que aperta a fucinbeira, será devida por outro igual quadrado de metal, no qual prenderá a passadeira da sugigolla de 3 pollegadas de comprimento. — Tanto esta passadeira, como a sugigolla, as corréas que prendem o freio, as redeas, gamarras, e suas tesouras, terão 6 linhas de largura. — As tesouras da gamarra, inclusive as suas argolas, e fivelas, terão 12 pollegadas de comprimento. — Rabicho $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura até a corréa da fivela, e esta da largura de 1 pollegada. — Todas as fivelas, peças quadradas, e argolas, serão de metal amarello, e os passadores do mesmo couro da cabeçada.

Sellin.

De couro de porco, sem borraínas, nem ponteados, ou lavores.

Estribos.

De metal amarello, aros iguaes, sem recortes, e todos lisos. — Considerando altura, do anel por onde passa o lóro ao assento do estribo, 5 pollegadas e 2 linhas. — Diâmetro, 4 pollegadas e 6 linhas. — Diâmetro do aro, meia pollegada. Assento 3 pollegadas e 3 linhas de comprimento, e 1 e 6 linhas de largura. — Est. — D—Fig. N.º 9.

Manta.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e da seguintes formas e dimensões.—Toda direita, e sem recortes, tendo apenas a meia altura da frente huma pequena curva, excedendo 1 pollegada escassa a sua vertical. — Mais estreita na parte superior, que na inferior, guardando-se a proporção de $\frac{4}{5}$ naquella, e 5 nesta; tendo, por exemplo, 20 pollegadas de comprimento em cima, a manta que tiver 25 em baixo. — Será guarnecida de huma listra de couro envernizado de $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura, avivada de panno da cor da golla ou canhão. — Nos angulos trazeiros, terá o numero do Corpo, por baixo de huma coroa, e entre 2 palas. — A coroa de 7 linhas de altura, inclusive a cruz, e 6 de diâmetro. — O numero, de 1 pollegada de altura, e 1 linha de largura, e as palmas em forma circular, com 1 pollegada de vão, tocando com as

extremidades a linha inferior da coroa. — Tudo em huma só peça , sendo de metal bronzado a coroa , e as palmas , e o numero dourado. — A manta , sejam quacs forem as dimensões do sellim (menos as do grande uniforme , que variãe na razão da largura das listas de galão correspondentes á patente do Official) excederá os arçõs exactamente 3 pollegadas , e na parte inferior , ficará rente , sem exceder de 1 linha a aba do sellim. — Est. N.º 5, Fig. N.º 16.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca , com huma listra de couro envernizado. — A altura do bonete , será a da listra , 1½ pollegada , e terá no centro hum botão de panno preto de 1 pollegada de diametro. — O numero do Corpo , de metal amarello , e altura 7 linhas , será collocado na frente sobre a listra de couro envernizado. — O bonete , para segurar-se , terá huma corréa de couro preto , de 6 linhas de largura , e duas passadeiras de correr do mesmo couro. — Esta corréa será presa na altura das fontes , por dous pequenos botões de uniforme , e passará , ordinariamente , por cima do bonete.

Sobrecasaca.

Em cores , vivos , dimensões , feitio , &c. , exactamente igual á do Official , com a differença de ser o vivo de cordão de lã.

Platina.

Toda direita , só oitavada na parte superior , de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca , e debruada de oleado. — Será de 2 pollegadas de largura , e de comprimento até a costura da manga , e com ella cosida. — Na parte superior terá hum botão pequeno como os das pestanas das mangas.

Calça.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca. — Dita branca. — Ambas da mesma fórma e dimensões da do Official.

Polainas.

Preta pelo joanete, com pouca curva, abotoada por 5 botões de marca de osso da cor da fazenda, tendo largura tal que a alça para não apparecer, não exceda a largura da sola do sapato.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da polaina.

Os Inferiores, Cabos, e Anspeçadas, usarão de divisas de panno da cor dos vivos, assentadas sobre panno da cor po golla ou canhão, postas diagonalmente no braço esquerdo de costura á costura da manga. — As listras terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura e 1 linha de inter-vallo. — Não he permittido o uso de divisas acolchoadas. — Os Inferiores usarão de banda de lã, como actualmente, em fórma e dimensões da pera, e maneira de ser posta em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes.

O botão da escovinha igual aos das pestanas das mangas, e platinas, ficará na linha do 2.º botão da sobre-saca, e no centro do lado direito do peito, regulado pelo sovaco e a linha dos botões.

Por canhão, no pequeno uniforme, se entenderá a pestana da manga. — Est. N.º 9, Fig. N.º 3 e 4.

Nos casos determinados pela Autoridade competente poderão, como actualmente, usar as Praças de pret, de ja-quetas brancas, de linho ou algodão.

BATALHÕES.	CORES DISTINCTIVAS.			
	<i>Vivos.</i>	<i>Golla.</i>	<i>Canhão.</i>	<i>Listra do Bonete.</i>
9.º Batalhão.....	Pretos.....	Encarnada.....	Encarnado.....	Preta.....
10.º Dito.....	»	»	»
11.º Dito.....	»	Encarnado.....	»
12.º Dito.....	»	Amarella.....	Amarello.....	»
13.º Dito.....	»	»	»
14.º Dito.....	»	Amarello.....	»

X.

Grande e pequeno Uniforme do Batalhão do
Deposito da Côrte.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Da fôrma e qualidade das actuaes, com as seguintes dimensões.

Altura, medida dos lados, $5\frac{1}{2}$ pollegadas. — Copa de $8\frac{1}{4}$ pollegadas de diametro, coberta de couro envernizado. — A barretina será guarnecida, tanto na parte superior, unida à costura da cobertura da copa, como na inferior, unida ao debrum, de duas tiras do mesmo couro, de 1 pollegada de largura cada huma.

A pala, de couro envernizado, terá de altura $1\frac{1}{2}$ pollegada, e não excederá em largura as verticaes das fontes.

Assucena. — De metal dourado, da fôrma das actuaes, mas toda lisa, sem lavor de qualquer especie, e de 1 pollegada de altura.

Tope Nacional. — Para todos os Corpos invariavelmente de metal, com o fundo envernizado ou esmaltado, de 1 pollegada de diametro, e a estrella sobreposta, com $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento em cada raio, e dourada. — Sendo prohibidos labores, raios, orlas, ou quaesquer enfeites.

Chapa, e escamas da barretina, e o pennacho espherico, tudo das mesmas fôrmas, dimensões e cores já estabelecidas o em uso, menos os canotões nos pennachos.

As Praças montadas usarão de pennacho de chorão, feito de pennas de gallo, verdes, com hum circulo encarnado, na parte superior, de 2 pollegadas de diametro.

Sobrecasaca.

A mesma em feitio, cor e dimensões que a do pequeno uniforme.

Dragona.

Em dimensões, e fôrma como a estabelecida para o Estado Maior do Exercito. — Será presa ao hombro por huma passadeira de galão de ouro do padrão estabelecido para o posto de Alferes, e tocará levemente a costura da golla.

Em tudo mais exactamente igual ao pequeno uniforme.

ARREIOS.

Tudo do mesmo couro, e das mesmas fôrmas e dimensões do pequeno uniforme, com as seguintes alterações.

Cabeçada.

Terá cruzeta na frente, e a testeira com mais hum passador na parte posterior para correr a sugigolla separada della. — A sugigolla será mais comprida, tendo, medida de toda a altura de hum lado, 18 pollegadas; terminando em huma borla de couro envernizado, de 2 pollegadas de altura, da qual sahirá hum pendente de crina verde escuro, de 19 pollegadas de comprimento, e 6 pollegadas folgadas de diametro. — A sugigolla será graduada por hum passador de metal.

Peitoral.

Em substituição da gamarra simples. — Será preso á cilha e terá 1½ pollegada de largura, com tesouras roliças de 3 linhas de diametro, que prenderão em huma fivela de 1 pollegada de largura, cosida á junctura inferior do peitoral. — O peitoral prenderá no arção do sellim por huma corrêa de 6 linhas de largura, e fivela e passadores correspondentes, cosidos na sua junctura superior. — O peitoral, a cabeçada, e o rabicho terão florões formados de rosetas de couro, recortadas em roda, e de metal dourado com o mesmo feitio. — Os das extremidades da testeira, e cruzeta constarão de 2 rosetas de couro e huma de metal. — O do centro da cruzeta será maior em dimensões e numero de rosetas, constando de cinco, inclusive a de metal, tendo a maior 2 pollegadas de diametro. Os do peitoral, constando igualmente de cinco rosetas, serão collocados nas seguintes disposições: hum em cada lado, e 4 pollegadas abaixo da corrêa que prende o peitoral ao arção do sellim: outro na

costura de junctura inferior sobre os peitos do cavallo, de onde partem as tesouras, e a corréa da silha: e outros dous, tambem hum de cada lado, a 4 pollegadas acima deste; sendo ao todo cinco. — No rabicho se porão 3; hum onde começa a separação das corréas da forquilha, e dous nas extremidades das mesmas corréas, ou principio da boneca. — A' excepção dos florões do centro da cruzeta da cabeçada, e o da costura de junctura inferior do peitoral, que terá 2 $\frac{1}{2}$ pollegadas, todos os outros terão diametro igual á largura total da peça em que forem assentadas. — Na disposição das rosetas para formar os florões se seguirá a ordem de graduar os diametros de maior á menor, debaixo para cima, de sorte que appareça sempre huma orla de recortes, ficando a de metal sobre todas. — As ponteiras das redeas, e demais corréas serão de metal, oitavadas, de largura das mesmas corréas, e 2 linhas de altura; os passadores tambem de metal com iguaes dimensões; as fivelas e argolas da garrucha de 1 linha de grossura de metal, tudo dourado.

Manta.

Do mesmo panno, fôrma e dimensões da do pequeno uniforme, com a differença de ser guarnecida de galão do padrão estabelecido, e correspondente á gradação do Official, excedendo a do posto de Coronel, em consequencia da maior largura da guarnição, somente 1 pollegada escassa os arçãos sellim. — O galão será avivado de panno da mesma cor do da manta, e a separação dos galões, indicando a patente, será da mesma cor dos vivos, de huma linha de largura.

Coldres.

De 9 pollegadas de altura de caixa de pistola, inclusive a extremidade da ponteira. — Ponteiras de metal dourado, lisas. — Capelladas do mesmo panno da manta, com 23 pollegadas de comprimento, 7 de largura na parte mais larga das abas, e as extremidades arredondadas igualmente agaloadas; seguindo, na guarnição de galão, as mesmas regras estabelecida para a manta.

A cilha dos coldres será sempre branca.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de copa circular, e guarnecido de hum listra de velludo preto, como actualmente, com pala de couro envernizado. — A altura do bonete será a da listra $1\frac{1}{2}$ pollegada, além do debrum. — A copa excederá a roda da cabeça $1\frac{1}{2}$ pollegada, e terá no centro hum botão da cor da listra de 1 pollegada de diametro. — A pala não passará em largura as verticaes das fontes, e terá de altura $1\frac{1}{2}$ pollegada. — O bonete, para segurar-se, terá hum corréa de couro envernizado preto, de 6 linhas de largura, com huma passadeira de correr de metal dourado, em fôrma de fivela. — Esta corréa será presa por 2 pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar ver os collarinhos.

Sobrecasaca.

De panno azul, sem vivos, como as actuaes fardetas, abotoada por hum ordem de 8 botões de metal dourado, lisos como os actuaes, dispostos em distancias iguaes. Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro.

Golla de altura a deixar apparecer os lados, e a frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente formando hum angulo pouco mais ou menos de 45° , e presa por hum colchete.

O corpo da sobrecasaca descera até a cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente, sem qualquer curva ou volta na retaguarda onde fôrma o que se chama enfrangue. — Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura para que a banda e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, a extremidade da palma da mão, ou linha das primeiras phalanges dos dedos. —

Terão panno e roda sufficientes para formarem traspasse na frente e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda com hum recôrte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotoadura. — As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão aberto, como actualmente nas fardetas, por huma pestana, com os recortes que estão em uso. — A pestana, abotoada por 3 pequenos botões de uniforme, terá 3 1/2 pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 linhas nos centros das curvas. — A costura do canhão (menos para o posto de Coronel) corresponderá exactamente ao centro da pestana. — A manga descerá até a articulação do punho.

Platina.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de 2 pollegadas de largura, toda direita, só oitavada na parte superior. — A chamada palmatoria inteiramente circular, e a meia lua, ou relevo que a guarnece, de metal dourado, de 6 linhas de grossura, igual em todas as suas partes, e sem lavor de qualquer especie. A platina cobrirá o hombro sem exceder as suas verticaes em qualquer sentido: será presa por huma passadeira de panno de 1/2 pollegada de largura.

Banda.

Em qualidade, dimensões, e fôrma da borla, em tudo exactamente igual ao estabelecido para o pequeno uniforme do Estado Maior do Exército. — Terá o comprimento necessario para dar duas voltas, e ser atada de nó, com as pontas iguaes sobre o quadril direito, correspondendo á costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca.

Divisa.

No canhão, como actualmente, e do galão do padrão em uso, mas tendo invariavelmente o de Capitão 7, e o de Subalterno 5 linhas de largura.

Luzas.

Branca, de Anta ou camurça.

Calça.

Branca, e de panno da cor e qualidade do da sobreca-saca, sem bolsos, pregas, nem presilhas, principiando o seu comprimento 2 pollegadas acima do quadril, cahindo até o peito do pé, e tocando-o levemente para não encobrir o tacão. A fim de regular-se a sua largura, se seguirá no corte a proporção de não exceder a calça em largura a parte inferior do peito do pé.

Polaina.

Preta, da mesma fôrma e dimensões da do Soldado, com a differença de ser abotoada por botões mais pequenos e cobertos da mesma fazenda.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fôra da polaina.

As Praças montadas, usarão de botim e presilha na calça, e esporas de metal amarello inteiramente lisa, fixa ao tacão pelas extremidades dos braços, e pela pua de parafuso e espigão. — Terá 3 linhas de grossura, e a pua, depois de fixa, 1 ¹/₂ pollegada além da roseta.

Espada.

Das que usão actualmente, de guarnições, e bainha de aço ou ferro.

Fiador.

De couro envernizado preto, trançado, de 12 pollegadas de comprimento (medido dobrado) 2 linhas de grossura; borla do mesmo, fechada, de 2 pollegadas de altura, e 1 pollegada de diametro na parte mais grossa. — Passador em fôrma de botão de 3 linhas de altura.

Fôra do serviço e formaturas poderão os Officiaes usar da sobrecasaca desabotoadas, sem banda, e de collete da mesma cor, ou branco (mas nunca de chapeo redondo) e calça de presilha, sendo sempre das cores aqui estabelecidas.

CORREAME.

Canana.

De couro preto envernizado, toda lisa, e sem pontecado ou enfeite de qualquer especie, de 2 pollegadas de altura e 4 de comprimento, presa à corrêa por 2 argolas de 6 linhas de diametro.

Corrêa.

Do mesmo couro, e 1 pollegada e 5 linhas de largura.

Ferragem.

A carranca, que prende a corrente do apito, de 1 pollegada de diametro — A caixa do apito toda lisa, de 2 pollegadas de altura, e 3 linhas de diametro. — Corrente do apito de 14 pollegadas de comprimento ou 7 depois de dobrada. — Todos os metaes dourados; devendo as argolas da canana, a fivela, o passador, e a ponteira triangular, actualmente em uso, da corrêa, serem invariavelmente de 1 linha de grossura de metal.

Talim.

Do mesmo couro; a corrêa de cintura de 1 $\frac{1}{2}$ pollegada, e as guias, bem com as tres corrêas da pasta, de 6 linhas de largura. — A chapa de apertar, tambem de carranca, e de 1 pollegada e 3 linhas de diametro. — O circulo, onde prende a carranca, de 2 linhas de largura. — Pasta das Praças montadas toda lisa, sem virola, chapa, nem pontecado, ou qualquer enfeite, de 8 $\frac{1}{2}$ pollegadas de altura, medidas do centro da parte superior ao centro do recorte da pala. — Largura, na parte superior, 5 $\frac{1}{2}$ pollegadas e na inferior 7 $\frac{1}{2}$. — As argolas que prendem as guias de 1 $\frac{1}{2}$ pollegada de diametro; as fivelas das mesmas guias, e as das corrêas da pasta, de 1 pollegada de altura, todas douradas, e de 1 linha de grossura.

ARREIOS.

Cabeçada, redeas, gamarras, e rabicho, tudo de couro envernizado preto, e das seguintes dimensões.

Cabeçada.

Com huma fivela em cada lado para se graduar, serão as corrêas das faces, a fucinheira, a corrêa que a aperta, e as mais estreitas que prendem o freio, cosidas em cada lado de hum quadrado de metal, em vez de argola, e assim separadas. — A' excepção das presilhas do freio terá cada huma das peças mencionadas, bem como a testeira, 1 pollegada de largura. A corrêa que aperta a fucinheira será dividida por outro igual quadrado de metal, no qual prenderá a passadeira da sugigolla, de 3 pollegadas de comprimento. — Tanto esta passadeira, como a sugigolla, as redeas as corrêas que prendem o freio, gamarras, e suas tesouras terão 6 linhas de largura. — As tesouras da gamara, inclusive as suas argolas e fivela, terão 12 pollegadas de comprimento. — Rabicho $1\frac{1}{2}$ pollegada de largura até a corrêa da fivela, e esta da largura de 1 pollegada. — Todas as fivelas, peças quadradas, e argolas serão de metal amarello, e as passadeiras do mesmo couro da cabeçada.

Sellim.

De couro de porco, sem borrainas, nem ponteados ou lavores.

Estribos.

De metal amarello, aros iguaes, sem recortes, e todos lisos. — Considerando altura, do anel por onde passa o lóro ao assento do estribo, 5 pollegadas e 2 linhas. — Diametro $\frac{1}{4}$ pollegadas e 6 linhas. — Diametro do aro $\frac{1}{2}$ pollegada. — Assento 3 pollegadas e 3 linhas de comprimento, e 1 e 6 linhas de largura.

Manta.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e das seguintes fórmas e dimensões. — Toda direita, e sem recortes, tendo apenas á meia altura da frente huma pequena curva excedendo 1 pollegada escassa a sua vertical. — Mais estreita na parte superior que na inferior: guardando-se a proporção de $\frac{4}{5}$ naquella e 5 nesta; tendo, por exemplo, 20 pollegadas de comprimento em cima, a manta que tiver

25 em baixo. — Será guarnecida de huma listra de couro envernizado de 1½ pollegada de largura. — A manta, sejam quaes forem as dimensões do sellim (menos as do grande uniforme, que varião na razão da largura das listras de galão correspondentes á patente do Official) excederá os arções exactamente 3 pollegadas, e na parte inferior ficará rento, sem exceder de 1 linha a aba do sellim.

PEQUENO UNIFORME DAS PRAÇAS DE PRET.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, em fôrma e dimensões igual ao do Official, mas sem pala, nem botão na copa, e com a listra de couro envernizado, tudo como actualmente.

Sobrecasaca.

Em dimensões, cor, feitio, &c., em tudo exactamente igual á do Official.

Platina.

Toda direita, só oitavada na parte superior, de panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, e debruada de oleado. — Será de 2 pollegadas de largura, e de comprimento até a costura da manga e com ella cosida. — Na parte superior terá hum botão pequeno como os das pestanas das mangas.

Calça.

De panno, e branca, ambas das mesmas fôrmas e dimensões da do Official.

Polaina.

Preta, pelo joanete, com pouca curva, a botoada por 5 botões de marca de osso da cor da fazenda, tendo largura tal que a alça, para não apparecer, não excederá a largura da sola do sapato.

Sapato.

De tacão, apparecendo por fóra da polaina.

Os Inferiores, Cabos, e Anspeçadas usarão de divisas

de panno verde, assentadas sobre panno da cor do da sobrecasaca. — Postas diagonalmente no braço esquerdo, de costura á costura da manga. — As listras terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura e 1 linha de intervallo. — Não he permittido o uso de divisa acolchoada. — Os Inferiores usarão de banda de lã, como actualmente, em fôrma e dimensões da pera, o manêira de ser posta, em tudo conforme com o estabelecido para os Officiaes.

O botão da escovinha igual aos das pestanas das mangas, e platinas, ficará na linha do 2.º botão da sobrecasaca, e no centro do lado direito do peito, regulado pelo sovaco e a linha dos botões.

Nos casos determinados pela Autoridade competente, poderão, como actualmente, usar as Praças de pret de jaquetas brancas de linho, ou algodão.

XI.

Grande e Pequeno Uniforme para todos os Corpos e Companhiaes Sizaes.

GRANDE UNIFORME DOS OFFICIAES.

Barretina.

Da fôrma e qualidade das actuaes, e com as seguintes dimensões:

Altura medida dos lados $5\frac{1}{2}$ pollegadas. — Copa de 8 pollegadas e $\frac{1}{4}$ de diametro, coberta de couro envernizado. — A pala de couro envernizado terá de altura $1\frac{1}{2}$ pollegada, e não excederá em largura as verticaes das fontes. — A assucena de metal dourado, da fôrma das actuaes, mas toda lisa sem lavor de qualquer especie, e de 1 pollegada de altura.

Tope Nacional. — Para todos os Corpos invariavelmente de metal, com o fundo envernizado ou esmaltado, de 1 pollegada de diametro; e a estrella sobreposta com $\frac{1}{2}$ pollegada de comprimento em cada raio, e dourada; sendo prohibidos labores, raios, orlas ou quaesquer enfeites. — Chapa da barretina. — Huma coroa sobre duas palmas distostas em fôrma circular, com as seguintes dimensões. — Coroa 9 linhas de altura, inclusive a cruz, e 1 pollegada de

maior diametro. — Palmas $\frac{1}{2}$ polegada de largura cada huma. — Circulo interior formado pelas palmas $1\frac{1}{2}$ pollegada de diametro. — No centro do circulo, presas á barretina, e de 1 pollegada de altura, as iniciaes indicativas da Provincia a que pertence o Corpo ou Companhia, constante dos cocorrespondentes figurinos. — A saber :

Mato Grosso.....	M.G.Figurinos	N.º 1, 2 e 3.
Bahia.....	B....Figurino	N.º 4.
Piauhy.....	P....	» N.º 5.
Ceará.....	C....	» N.º 6.
S. Paulo.....	S.P..	» N.º 7.
Minas Geraes.....	M....	» N.º 8.
Goyaz.....	G....	» N.º 9.
Rio Grande do Norte...	G.R..	» N.º 10.
Espirito Santo.....	E. S..	» N.º 11.
Parahiba do Norte....	P.N..	» N.º 12.
Sergipe.....	S....	» N.º 13.
Pernambuco.....	R....	» N.º 14.

Toda a chapa dourada.

As barretinas de Artilharia terão escamas como as estabelecidas para as Companhias de Artifices.

As da Cavallaria as mesmas escamas, e virolas de metal na parte superior, e na pala, que tem as barretinas dos Corpos moveis desta arma.

As dos Caçadores, cordões, borlas, as chamadas palmatórias, e as duas tranquilhas, tudo tecido e feito de retroz preto. Os cordões terão 2 linhas de grossura, e serão presos á barretina, como actualmente, pelas duas tranquilhas de 1 pollegada de comprimento, e $\frac{1}{2}$ de diametro no centro, e coberto de tecido sem enfeite de qualquer especie. — A trança da frente será formada de cordão dobrado, e posta na barretina em fórma semicircular, sem mais curvas ou voltas, e tocando a sua parte inferior o centro da costura da pala. — O laço da retaguarda, de 2 voltas de cordão igualmente dobrado, tocará a linha superior da guarnição de couro. — Borla presa á tranquiilha do lado esquerdo por huma presilha de cordão fino; terá a pera formada de tecido como as tranquilhas de 1 pollegada de altura, $\frac{1}{2}$ de diametro, e $\frac{1}{2}$ de altura no remate. — A franja de 2 pollegadas de comprimento, feita de canotão n.º 4 tambem preto. — O cordão pendente de 4 palmos de comprimento com 3 passadores de botão; 2 de correr para ser preso á tranquiilha do lado direito da barretina, e hum firme para

segurar as palmatorias, que serão formados por huma trança de 5 voltas de 3 cordões de 1 linha de grossura, ficando com a fôrma eliptica de 3 pollegadas de eixo maior, e 2 de menor. — Em cada palmatoria huma borla das dimensões e fôrma da da barretina. — No remate das palmatorias terá o pendente huma pequena presilha de cordão fino para segura-lo, em hum botão pregado no lado direito do peito da sobrecasaca, no alinhamento do segundo botão da abotoadura.

Pennacho.

Feito de pennas, todo direito, de 7 pollegadas de altura e 2 de diametro; sem anneis, passadeiras ou enfeites de qualquer natureza, verde para os Caçadores; encarnado para Cavallaria, e para a Artilharia preto até $\frac{2}{3}$ de altura, e encarnado até o fim.

As Praças montadas, tanto de Caçadores como de Artilharia, usarão de pennacho de chorão feito de pennas de gallo, e das mesmas cores dos demais Officiaes, tendo o de Artilharia hum circulo encarnado na parte superior, de 2 pollegadas de diametro.

Dragona.

Para a Artilharia, toda de metal dourado, sem adorno de bordados, canotilhos, ou lentejoulas, e forrada de panno azul. — A pala, composta de 4 ordens de escamas de 3 recortes, e inteiramente lisa, oitavada na parte superior, e guarnecida de dous frisos em relevo, lavrados em fôrma de canotilho, será toda direita, sem a menor curva, até a chamada palmatoria. — As escamas terão cada huma $\frac{1}{2}$ pollegada de largura, e cada friso 1 linha: largura total da pala 2 pollegadas. — O semicirculo em relevo que guarnece a palmatoria, de fôrma igual em todas as suas partes, de 6 linhas de grossura, além da serrilha sobre o remate da franja circular; e tomando a fôrma eliptica somente o preciso para cahir a franja perpendicularmente. — Franja invariavelmente de $2\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento e duas ordens de canotão ou canotilho de ouro, sem argolas, voltas, ou outro enfeite nas pontas; para os Officiaes Superiores de canotão n.º 4, e para as demais de canotilho n.º $\frac{1}{4}$. — O comprimento da dragona igual á largura do hombro. — Será presa por huma passadeira de galão de ouro do padrão estabelecido

para o posto de Alferes, e tocará levemente a costura da golla.

Para a Cavallaria. — Pala da mesma fôrma e dimensões da platina do pequeno uniforme, com a differença de dever tomar, a chamada palmatoria, a fôrma eliptica, só a que for rigorosamente necessaria para cahir a franja perpendicularmente. — Franja invariavelmente de 2 $\frac{1}{2}$ pollegadas de comprimento, e duas ordens de canotão ou canotilho de ouro.

Para os Officiaes Superiores de canotão n.º 4 e para os demais de canotilho n.º $\frac{1}{4}$. — Será presa ao hombro da mesma fôrma que a de Artilharia.

Os Caçadores usarão da mesma platina do pequeno uniforme.

Tudo o mais exactamente igual ao pequeno uniforme, com a differença de serem totaes as cores da golla ou canhões da sobrecasaca.

GRANDE UNIFORME DAS PRAÇAS DE PREF.

Barretina.

Das mesmas fôrmas e dimensões da do Official.

Pennacho.

Exactamente das mesmas cores e dimensões, mas feito de lã.

Cordões.

Tambem de lã, e de iguaes dimensões e fôrma.

Dragona.

Para os Corpos e Companhias de Artilharia, e Caçadores. — Chouriças, com a pala de panno da cor e qualidade da sobrecasaca e como ella avivada; de duas pollegadas de largura, e oitavada na parte superior, onde terá hum botão como o da platina. — Diminuindo levemente em curva no centro, alargará para a parte inferior na razão da grossura do hombro, até a costura da manga. — Sobre a linha inferior da pala assentará huma chouriça de lã preta, de 2 pollegadas de diametro, e comprimento necessario para

guarnecer o hombro. — Presa no sovaco pelas extremidades. — O comprimento de toda a dragona será igual á largura do hombro, sem exceder a sua vertical.

A Cavallaria usará neste uniforme de platinas iguaes em fórmas e dimensões ás do pequeno uniforme dos Officiaes.

Em tudo o mais, salva a qualidade da fazenda, igual ao dos Officiaes.

Os Inferiores, Cabos e Anspeçadas usarão no grande uniforme de divisas de galão, assentadas sobre pauno da cor do da sobrecasaca, cingindo-se rigorosamente na sua collocação, numero e distancias das listras, ao estabelecido para o pequeno uniforme. — O galão das divisas será o designado para o posto de Alferes, sem a menor alteração no padrão e dimensões. — Os Cadetes e Particulares, tanto no grande como no pequeno uniforme, terão as estrellas $3\frac{1}{2}$ pollegadas abaixo da costura da manga, feitas de metal dourado de 1 pollegada de diametro, ou meia de cada raio.

PEQUENO UNIFORME DOS OFFICIAES.

Bonete.

De panno da cor e qualidade do da sobrecasaca, de copa circular; pala de couro envernizado, e guarnecido de huma listra de panno. — A altura do bonete será a largura da listra, $1\frac{1}{2}$ pollegada além do debrum. — A copa excederá a roda da cabeça $1\frac{1}{2}$ pollegada, e terá no centro hum botão de panno da cor da listra, de 1 pollegada de diametro. — A pala, de $1\frac{1}{2}$ pollegada de altura, não passará em largura as verticaes das fontes. O bonete, para segurar-se, terá huma corrêa de couro envernizado preto, de 6 linhas de largura, com huma passadeira de correr de metal dourado, em fórma de fivela. — A corrêa será presa por dois pequenos botões de uniforme, cobrindo a costura da pala, e não excedendo as suas extremidades mais de $\frac{1}{2}$ pollegada.

O bonete de Cavallaria terá a corrêa branca, e a pala guarnecida de huma virola de metal dourado, de duas linhas de largura.

Gravata.

De couro envernizado, sem deixar apparecer os collarinhos.

Sobrecasaca.

De panno azul, com a golla, frente, abertura da retaguarda, bolsos e canhões e suas pestanas avivadas, e abotoada por huma ordem de 8 botões convexos, de metal dourado, com o N.º ordinal ao Corpo, e dispostos em distancias iguaes. — Os botões maiores serão de 7, e os menores de 5 linhas de diametro.

Golla de altura a deixar apparecer os lados, e a frente da gravata, mas cobrindo a sua fivela. — Aberta na frente, formando hum angulo pouco mais ou menos de 45º, e presa por hum colchete. — Por effeito da sua abertura angular terão as suas vistas distinctivas a fórma de trapezio, com a largura de 3 pollegadas na parte inferior, medidas do colchete, e 2 na parte superior.

O corpo da sobrecasaca descerá até á cintura, tocando a costura o osso do quadril, e correndo horisontalmente sem qualquer curva ou volta na retaguarda, onde fórma o que se chama enfrangue. Os pés dos primeiros botões dos bolsos serão presos sobre a extremidade da costura, para que a banda, e o talim fiquem tambem horisontalmente postos.

As abas serão curtas, não excedendo em comprimento, tendo-se o braço naturalmente estendido, os da Cavallaria a articulação do punho, e as de todos os demais Corpos e Companhias a extremidade da palma da mão ou linhas das primeiras phalanges dos dedos. — Terão panno e roda sufficientes para formarem traspasse na frente, e ficarem folgadas dos lados, e bolsos na retaguarda, com hum recorte no centro, e 3 botões iguaes aos da abotoadura. — As pestanas dos bolsos terão 6 pollegadas de altura.

Canhão aberto como actualmente nas fardetas, por huma pestana, com os recortes que estão em uso. — A pestana abotoada por 3 pequenos botões de uniforme, terá 3 1/2 pollegadas de altura, 1 de largura nas saliencias dos recortes, e 5 linhas nas suas curvas. — A costura do canhão corresponderá exactamente ao centro da pestana. — A manga descerá até a articulação do punho.

As cores das listras, botões de panno, e vivos dos bonetes, assim como as vistas distinctivas das sobrecasacas, são as designadas no mappa annexo no lugar correspondente a cada Corpo ou Campanhia.

PROVINCIAS A QUE PERTENCEM AS COMPANHIAS.	CORES DISTINCTIVAS.		
	<i>Golla.</i>	<i>Canhões.</i>	<i>Divisas dos Inferio- res.</i>
Maranhão	Amarella.	Amarellas. .
Bahia.....	Azul claro	Azul claro.
Espirito Santo.....	Verde	Verdes
Minas Geraes.....	Encarnada.	Encarnadas
Goyaz	Amarellas .	Amarellas .
Mato Grosso.....	Azul claro.	Azul claro.
Santa Catharina	Encarnados.	Encarnadas

Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

DECRETO N.º 1.030 — de 7 de Agosto de 1852:

Concede a Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay privilegio exclusivo pelo tempo de 90 annos para a construcção de hum caminho de ferro na Provincia de Pernambuco, entre a Cidade do Recife e a Povoação denominada Agua Preta.

Havendo-Me representado Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay ácerca da utilidade da construcção de huma estrada de ferro na Provincia de Pernambuco, que, partindo da Cidade do Recife, e passando pelo rio Serinhaem, na confluencia deste com o Aramaragi, e pelas Povoações de Agua Preta e Garanhuus, vá terminar em hum dos pontos da extensa navegação do rio de S. Francisco, pedindo, para a incorporação de huma Companhia que realise a referida

estrada, o privilegio autorizado pela Lei de 26 de Junho de 1852; e Desejando promover quanto for possivel, em beneficio da agricultura e do commercio da Provincia de Pernambuco, os meios de mais facil communicação entre os pontos do seu territorio, que pelo desenvolvimento de sua industria agricola podem admittir desde já tão importante melhoramento: Hei por bem Conceder-lhes o privilegio exclusivo pelo tempo de 90 annos, para construcção unicamente de hum caminho de ferro, que deverá partir da Cidade do Recife e terminar na Povoação d'Agua Preta, por meio de huma Companhia de nacionaes e estrangeiros que para esse fim organisarem, sob as condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, ficando porém este contracto dependente da approvação da Assembléa Geral Legislativa na fórma do Art. 2.º da citada Lei. O mesmo Ministro o tenha assim entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes o Governo contracta com Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay a construcção de huma estrada de ferro na Provincia de Pernambuco.

1.ª O Governo concede aos ditos Empresarios o privilegio por hum prazo de 90 annos, contados da data da incorporação da Companhia, para a construcção e gozo de hum caminho de ferro que parta da Cidade do Recife até o ponto denominado—Agua Preta.—A incorporação deverá verificar-se dentro de hum anno da data deste contracto.

2.ª Durante o tempo do privilegio, não se poderá conceder empresas de outros caminhos de ferro dentro da distancia de 5 leguas, tanto de hum como de outro lado, e na mesma direcção deste, salvo se houver accordo com a Companhia. Esta prohibição não comprehende a da construcção de outros caminhos de ferro que, ainda partindo do mesmo ponto, mas seguindo direcções diversas, possão

aproximar-se accidentalmente de algum ponto da estrada privilegiada, ou mesmo corta-la, com tanto que dentro da zona privilegiada não possam receber mercadorias e passageiros.

3.^a Os pontos intermedios da linha contractada ficarão dependentes de accordo posterior entre o Governo e a Companhia, depois que esta houver procedido a todos os exames e trabalhos preparatorios, apresentando a respectiva planta, que será submettida á definitiva approvação do Governo.

4.^a A Companhia poderá construir tambem linhas transversaes de ferro, de madeira, ou de qualquer outra conveniente especie, quando julgue de utilidade para facilitar o transito de generos e de passageiros para a linha principal; não gozando porém dos favores para aquelles caminhos que a esta são concedidos, excepto os que forem expressamente designados no contracto.

5.^a Os trabalhos da estrada deverão começar dentro do prazo de dous annos, contados da data da incorporação; e a Companhia os concluirá no de doze. Na falta de cumprimento desta obrigação, a Companhia poderá ser multada pelo Governo em 10.000 \$ de réis, o qual lhe marcará mais hum anno para o começo ou ultimação dos trabalhos, pagando a Companhia pela mora de cada hum semestre do novo prazo 4.000 \$ de réis. Findo o anno, e imposta a multa do ultimo semestre, será esta seguida da perda do contracto, salvo se a mora for proveniente de causa imprevista ou invencivel por parte da Companhia.

6.^a Quando a Companhia tiver perdido o direito ao contracto pela falta da conclusão da obra, conservará a propriedade da parte feita, perdendo somente o direito á continuação do gozo dos favores que pelo contracto lhe tinham sido concedidos; e será neste caso ainda responsavel pelo valor dos que já tiver recebido, dando-se para este fim a hypotheca nas mesmas obras.

7.^a Poderá a Companhia usar do direito de desapropriar na fórma das Leis em vigor, o terreno de dominio particular que for necessario para leito do caminho de ferro, estações, armazens e mais obras adjacentes; e pelo Governo lhe serão gratuitamente concedidos para os mesmos fins os terrenos devolutos e nacionaes, e bem assim os comprehendidos nas sesmarias e posses, salvas as indemnisações que forem de direito. Tambem o Governo lhe concederá o uso das madeiras e outros materiaes existentes nos terrenos devolutos e nacionaes, e de que a Companhia tiver precisão

para a construção do caminho de ferro. Os favores deste Artigo são extensivos aos caminhos transversaes.

8.^a Ficão isentos de direito de importação, dentro do prazo marcado para a conclusão das obras, os trilhos, machinas e instrumentos que se destinarem á mesma construção, e bem assim os carros, locomotivas, e mais objectos necessarios para começarem os trabalhos da empresa. A mesma isenção he concedida ao carvão de pedra, durante o referido prazo, e o de mais 10 annos depois das obras concluidas e a linha aberta ao publico em toda a sua extensão. O gozo destes favores fica sujeito aos Regulamentos fiscaes para evitar qualquer abuso.

9.^a A Companhia se obriga a não possuir escravos, e a não empregar no serviço da construção do caminho de ferro senão pessoas livres, que sendo nacionaes poderão gozar da isenção do recrutamento, bem como da dispensa do serviço activo da Guarda Nacional; e sendo estrangeiros participarão de todas as vantagens que por Lei forem concedidas aos colonos uteis e industriosos.

10.^a Só terão direito de gozar da isenção do serviço activo da Guarda Nacional e do recrutamento, os nacionaes empregados pela Companhia que estiverem incluídos em huma lista entregue todos os seis mezes ao Presidente da Provincia, e assignada pelo seu Director, não podendo, passado o primeiro semestre, ser nella contemplado o individuo que não tiver tres mezes de effectivo exercicio. Convençada a Companhia de qualquer abuso sobre este importante assumpto, em detrimento do serviço publico, poderá ser multada pelo Governo na quantia de 4.000 \$ de réis, e perderá mesmo este favor em caso de reincidencia, se o Governo o julgar conveniente.

11.^a O caminho de ferro não impedirá o livre transitto dos caminhos actuaes, e de outros que para commodidade publica se abrirem; nem a Companhia terá direito de exigir taxa alguma pela passagem de outras estradas de qualquer natureza nos pontos de intersecção.

12.^a O Governo poderá fazer em toda a extensão do caminho de ferro as construções eapparelhos necessarios ao estabelecimento de huma linha telegraphica electrica, responsabilisando-se a Companhia pela guarda dos fios e apparelhos electricos, e prestando-se a transportar gratuitamente os agentes da telegraphia que viagem, em razão do seu emprego. A Companhia terá o direito de fazer seme-

lhante construção se o Governo a não quizer executar por sua conta; sendo neste caso gratuito o serviço prestado ao mesmo Governo.

13.^a As malas do Correio e seus conductores, bem como quaesquer sommas de dinheiro pertencentes aos Cofres Publicos, serão conduzidas gratuitamente pelo caminho de ferro. Igual vantagem terão dous passageiros ao serviço do Governo em cada viagem, e a carga não excedente de 10 arrobas. O que de mais accrescer a Companhia se obriga a transportar mediante o abatimento de 20 por cento do preço commum.

14.^a Se o Governo mandar tropas para qualquer ponto, a Companhia se obriga a por immediatamente á sua disposição, por metade da tarifa estabelecida, todos os meios de transporte que possuir, e a empregar tambem nesta condução os pertencentes ao Governo que forem apropriados ao serviço da linha.

15.^a Por igual preço fará a Companhia transportar os presos e seus respectivos guardas, prestando o Governo os carros proprios e com a necessaria segurança.

16.^a O Governo garante á Companhia o juro de 5 por cento do capital que empregar na construção do caminho de ferro da linha principal. Por hum Regulamento especial do Governo será designado o modo de verificarem-se as despesas da construção, do costeio, e a receita realisada; bem como as epochas e fórma do pagamento do juro.

17.^a A Companhia franqueará ao Governo, para o cumprimento do Artigo anterior, o exame de todos os seus livros, proporcionando-lhe quaesquer outros esclarecimentos de que possa precisar.

18.^a Esta garantia he devida a contar do primeiro dia em que estiver concluida cada huma secção da estrada, e franqueada ao publico, e somente pelo capital nella despendido, cessando logo que por espaço de seis mezes sejam interrompidos os trabalhos por culpa da Companhia; não devendo continuar a obrigação senão depois que, continuados os trabalhos, se conclua a secção que foi interrompida, ou a que foi começada de novo, quando os trabalhos tenham parado no fim de cada huma dellas. Cada secção constará pelo menos de tres leguas, e será fixada a sua extensão de accordo com a Companhia.

19.^a Cumprindo precisar a responsabilidade a que por este contracto se sujeita o Governo mediante a garantia dos

5 por %, será fixado o maximo do custo da obra, devendo ter lugar esta fixação depois que a Companhia apresentar os seus trabalhos preparatorios, a planta e o orçamento, com os convenientes detalhes explicativos, ficando tudo dependente da approvação do Governo Imperial. Se na execução, porém, as despezas forem menores do que as do maximo fixado, o Governo se aproveitará desta redução para a verificação da estipulada garantia; e se excederem, correrá o excesso por conta da Companhia.

20.^a A Companhia embolsará o Governo do que tiver despendido em virtude da garantia estipulada do juro, depois que ella tiver realisado o dividendo de 8 por %, guardada a seguinte escala de porcentagem.

De 8 por %.....	1
De 9 »	1 1/2
De 10 »	2
De 11 »	2 1/2
De 12 »	3

E assim por diante.

21.^a A garantia cessa logo que a Companhia realisar o rendimento liquido de 5 por % em tres annos consecutivos.

22.^a Durante o privilegio a Companhia perceberá os preços de transporte de mercadorias e passageiros segundo huma Tabella que o Governo de accordo com ellas, organisará, conforme as seguintes bases :

1.^a Para os generos de exportação e de produção do Paiz o maximo do preço não excederá de 20 réis por arroba, e legua de 18 ao grão.

2.^a Para os generos de inportação o maximo será de 30 réis pelo mesmo peso e distancia.

3.^a O preço da condução para os objectos de grande volume e de pequeno peso, como sejam mobílias, caixões de chapéos, &c., poderá ser elevados ao duplo. Tambem poderão ser sujeitos a huma Tabella especial os de condução perigosa, como seja a polvora, &c., e os que, em razão de sua fragilidade, como pianos, louça, vidros, &c., ou por seu valor, como prata, ouro e joias, &c., obrigão a Companhia a maior responsabilidade; estes preços deverão ser especificadamente declarados. Em todos os casos, porém, o Governo poderá elevar ao duplo o maximo do preço de condução, em quanto não se verificar a condição 21.

23.^a Logo que a Companhia puder fazer dividendos de 12 por %, o preço de transporte será reduzido, reformando o Governo as Tabellas, ouvindo para este fim a mesma Companhia. De qualquer maneira haverá todos os 5 annos revisão das referidas Tabellas, para receberem as modificações que o bem publico, conciliado com o interesse da empresa, aconselhar.

24.^a Não obstante as reduções no Artigo anterior declaradas, se a Companhia fizer dividendo maior de 12 por %, metade deste excesso será destinado para amortisação do capital da empresa, e formará hum fundo que será administrado debaixo da fiscalisação especial do Governo.

25.^a Se o Governo entender de conveniencia publica effectuar o resgate da concessão do caminho de ferro, o poderá fazer mediante previa indemnisação da Companhia, que será regulada da maneira seguinte :

1.^o Não poderá ter lugar este resgate, salvo de accordo com a Companhia, senão passados 30 annos da duração do privilegio.

2.^o O preço do resgate será regulado pelo termo medio do rendimento liquido dos ultimos tres annos.

3.^o A Companhia receberá do Governo huma somma em fundos publicos que dê igual rendimento, descontadas quaesquer quantias resultantes da garantia do juro que por ventura a Companhia deva ainda, e as de amortisação que possa ter recebido por consentimento do Governo, ou que haja de receber na occasião.

26.^a O Governo prestará á Companhia, por meio das Autoridades, toda a protecção compativel com as Leis, a fim de que possa ella realisar a arrecadação das taxas estabelecidas, e protegerá com Regulamentos especiaes, não só a segurança dos viandantes, como os conductores e empregados que a Companhia tiver para fiscalisar a observancia dos seus Regulamentos; permittindo-lhe ter Guardas-barreiras que serão Cidadãos Brasileiros morigerados, pagos pela Companhia, e que podem andar armados, mas sujeitos á inspecção das Autoridades locais.

27.^a Nos Regulamentos do Governo, de conformidade com o § 14 do Art. 1.^o da Lei de 26 de Julho de 1852, serão tambem estabelecidas regras de policia e de segurança em favor dos proprios caminhos, e do seu uso regular, para prevenir qualquer perigo que venha ou de estranhos ou da propria Companhia, impondo o Governo as con-

venientes multas, solicitando do Corpo Legislativo maiores penas, se por experiencia reconhecer necessario.

28.^a No caso de que o Governo queira que alguns Engenheiros seus se instruação na construcção de caminhos de ferro, a Companhia os admittirá para que assistão a todos os trabalhos da empresa.

29.^a A Companhia não poderá emittir acções, ou promessas de acções negociaveis, sem que se tenha constituido em sociedade legal, com estatutos approvados pelo Governo.

30.^a A Companhia terá a faculdade de explorar e abrir minas de carvão, pedra calcaria, de ferro, chumbo, cobre, e de quaesquer outros metaes, ainda preciosos, sem prejuizo de direitos adquiridos por outros; devendo quando as descobrir dirigir-se immediatamente ao Governo, para que lhe sejam demarcadas as datas, e estipuladas as condições do seu gozo; podendo a Companhia exercer esta faculdade no seguimento da linha do caminho de ferro, e na mesma zona de cinco leguas para cada hum dos lados.

31.^a Podendo, não obstante a clareza de todas as estipulações deste contracto, dar-se desaccordo entre o Governo e a Companhia, a respeito de seus direitos e obrigações, reconhecendo o Governo a vantagem de hum qualquer decisão, esta será dada por Juizes arbitros, dos quaes hum será da nomeação do mesmo Governo, outro da Companhia, e o terceiro por accordo de ambas as partes; e se este accordo não for possivel, será o terceiro Membro o Conselheiro d'Estado mais antigo, e em igualdade de antiguidade o mais velho.

32.^a O presente contracto ficará dependente, para seu complemento, de ajuste posterior e definitivo entre o Governo e a Companhia, depois que esta apresentar os trabalhos e esclarecimentos de que tratão as condições 3.^a e 19.^a; e então serão consignadas as clausulas e condições que devão regular o systema da construcção do caminho de ferro, de carros, machinas e locomotivas, de accordo com os ultimos melhoramentos a bem da segurança dos passageiros e dos transportes, da economia do costeiro, da velocidade da marcha, e de todas as mais commodidades e vantagens para o publico; devendo tal ajuste preceder ao começo da obra.

Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1 031 — de 7 de Agosto de 1852.

Concede a Mariano Procopio Ferreira Lage privilegio exclusivo pelo tempo de cincoenta annos, a fim de incorporar huma Companhia para construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que Me representou Mariano Procopio Ferreira Lage, pedindo a faculdade de incorporar huma Companhia para construir, melhorar e conservar, á sua propria custa, duas linhas de estrada que, começando nos pontos mais apropriados á margem do Rio Parahyba, desde a Villa deste nome até ao Porto novo do Cunha, se dirijão, huma até a barra do Rio das Velhas, passando por Barbacena, e com hum ramal desta Cidade para a de São João d'El-Rei; e outra pelo Municipio do Mar de Hespanha, com direcção á Cidade de Ouro Preto; e Desejando promover, quanto for possivel, o beneficio da agricultura e do commercio das indicadas localidades, facilitando as communicações entre aquelles pontos, e as relações entre as duas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes: Hei por bem Conceder-lhe o privilegio exclusivo, pelo tempo de cincoenta annos, para incorporar huma Companhia para o dito fim, sob as condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio; ficando, porém, este contracto dependente d'approvação da Assembléa Geral Legislativa. O mesmo Ministro assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes se concede a Mariano Procopio Ferreira Lage a faculdade de incorporar huma Companhia para construir estradas, e estabelecer nellas carros de transporte, diligencias e carruagens para diversos pontos da Provincia de Minas Geraes.

1.^a O Empresario Mariano Procopio Ferreira Lage se obriga a incorporar dentro de hum anno, huma Companhia com a denominação de — União e Industria — a qual terá por objecto :

1.^o Construir, melhorar e conservar, á sua propria custa, duas linhas de estrada, que começando nos pontos mais apropriados, á margem do Rio Parahyba, desde a Villa deste nome até o Porto novo do Cunha, se dirijão, huma até a barra do Rio das Velhas, passando pela Cidade de Barbacena, e com hum ramal desta Cidade para a de São João d'El-Rei; outra pelo Municipio do Mar de Hespanha com direcção á Cidade do Ouro Preto; devendo ambas offerecer, em qualquer estação do anno, commodo e seguro transito para carros de quatro rodas, carruagens e diligencias.

2.^o Transportar em carros pelas ditas estradas quaesquer cargas, ou mercadorias de importação ou exportação, e estabelecer diligencias para passageiros.

2.^a Se dentro de hum anno, contado do dia em que forem approvadas as presentes condições, a Companhia não estiver incorporada, pagará o Empresario aos Cofres do Estado huma multa de quatro contos de réis, imposta pelo Governo; e findos mais seis mezes sem realisar-se aquella incorporação cessarão todos os privilegios e faculdades concedidas.

3.^a A Companhia começará as obras das duas estradas dentro de tres annos, contados da data da approvação destas condições; e no fim dos cinco annos, contados pela mesma forma, será obrigada:

1.^o A apresentar prompta a estrada desde o ponto de partida, na margem do Rio Parahyba até a Cidade de Barbacena.

2.^o A apresentar igualmente promptas quinze leguas, pelo menos, de estrada na linha que se dirijir pelo Municipio do Mar de Hespanha.

3.^o A concluir dentro do sexto anno a estrada entre Barbacena e São João d'El-Rei.

4.^o A concluir em cada hum dos annos seguintes mais

dez leguas na linha de Barbacena para a barra do Rio das Velhas, e outras tantas na do Mar de Hespanha para o Ouro Preto.

5.º A estabelecer dentro dos mesmos prazos, que lhe são concedidos para a conclusão de cada huma parte das estradas mencionadas, os carros que forem necessarios para transporte de cargas, ou mercadorias, e diligencias para passageiros; podendo faze-lo antes, se com mais brevidade concluir as referidas Secções de estradas. Na falta de cumprimento de qualquer das obrigações mencionadas pagará a Companhia huma multa de dous contos de réis; e excedendo a demora a mais seis mezes perderá o direito de continuar as estradas, e os privilegios respectivos, salvo os casos de força maior.

4.ª A obrigação de continuar a construir a estrada na linha do Mar de Hespanha para o Ouro Preto cessará, se a Companhia julgar mais conveniente termina-la em qualquer ponto áquem desta Cidade, sem prejuizo das primeiras quinze leguas, huma vez que julgue mais vantajoso construir a estrada para o Ouro Preto, partindo da Cidade de Barbacena, ou de qualquer outro ponto da linha que se dirigir á barra do Rio das Velhas; e neste caso terá lugar ali a obrigação de construir dez leguas em cada anno, conforme a condição terceira.

5.ª A Companhia será obrigada a estabelecer armazens de depositos para recebimento dos generos nos diversos pontos das estradas, como for conveniente, comprando, ou arrendando os terrenos necessarios, desapropriados, na fórma das Leis, aquelles que os proprietarios não quizerem ceder.

6.ª A Companhia se prestará a conduzir gratuitamente todas as malas dos Correios nos seus carros, e mesmo nas suas diligencias, se o peso não exceder de meia arroba. Se ao Governo, porém, convier conducção ainda mais rapida, frequente, ou mais regular, a Companhia se prestará a ella, mediante razoavel indemnisação; ou o Governo a estabelecerá por sua conta, e por seus proprios agentes, independente de quaesquer onus de barreiras, á que nunca poderão estar sujeitos os que viajarem em Serviço publico.

7.ª Os preços de transporte de quaesquer mercadorias, ou cargas nos carros da Companhia, serão fixados em huma Tabella feita de cinco em cinco annos, e submettida á approvação do Governo, não podendo exceder no maximo a 15 réis por arroba, em cada legua de 18 ao grão, para

os objectos de exportação, e sal; e 30 réis para os de importação.

8.^a Os objectos que, em razão do grande volume e pequeno peso, forem de condução desvantajosa, como mobílias, caixões de chapéos, &c., poderão pagar até o duplo do preço geral. Também ficarão sujeitos a huma Tabella especial os de condução perigosa, como seja a pólvora, &c.; e os de responsabilidade maior para a Companhia, quer em razão de sua fragilidade, como pianos, louça, vidros, &c.; quer na de seu valor subido, como prata, ouro e joias, &c. Os preços para taes objectos serão especificadamente designados nas Tabellas.

9.^a Os preços para passageiros serão fixados segundo as classes á que pertencerem, pagando os da 1.^a ordem o maximo de 1 \$500 por legua; 1 \$000 os da 2.^a; e 500 réis os da 3.^a; a todos será permittido levar comsigo bagagem não excedente do peso de huma arroba; os passageiros e objectos do Governo pagarão dez por cento menos do que os particulares, e terão a preferencia quando previamente avisados os respectivos Agentes da Companhia, que, mediante requisição, porão todos os meios de condução á disposição das Autoridades para serviço de urgencia.

10.^a O plano da construcção dos carros, das carruagens e diligencias, a maneira de se fazer o serviço pelo que respeita á regularidade, segurança, e commodo dos viajantes, como á celeridade das viagens das diligencias, e dos carros que conduzirem mercadorias, serão determinados em Regulamento feito pela Companhia, e approved pelo Governo.

11.^a O preço dos transportes de pessoas, ou cargas, em carruagens, ou carros especiaes, e extraordinarios, que a Companhia possa estabelecer para aquelles que não quizerem servir-se das diligencias, ou que desejarem maior celeridade do que marcar o Regulamento, dependerá de ajuste entre as partes.

12.^a Em quanto a Companhia não tiver estabelecido os seus vehiculos nas estradas que construir, será livre o transito aos particulares para qualquer especie de condução, salvo o pagamento de barreiras; e o mesmo terá lugar no caso de interrupção das conduções que a Companhia se obriga a estabelecer. Se a interrupção destas exceder de 15 dias, será a Companhia multada pelo Governo em 500 \$000; se exceder de hum mez, a multa será de 1.000 \$000;

e de 2.000\$000 em cada hum dos mezes seguintes até seis; findos os quaes cessará o privilegio, salvos os casos de força maior.

13.^a Das margens do Parahyba até o Rio de Janeiro, e vice-versa, a Companhia será obrigada a fazer conduzir as mercadorias de importação, ou exportação; e entrega-las ao seu destino, ou pela estrada de ferro, já autorisada por Lei, ou por outra que for construida por qualquer Companhia, ou pelo Governo Geral, ou Provincial; e quando nenhuma estrada se haja emprehendido, que offereça transito para carros de quatro rodas, ou outros vehiculos mais perfeitos, dentro dos cinco annos, contados da approvação destas condições, a Companhia, precedendo o consentimento do Governo, será obrigada a continuar a linha de estrada em direcção ao Rio de Janeiro; ficando nesse caso suspensa a obrigação de continuar a construir as linhas para o centro da Provincia de Minas.

14.^a O preço de transporte, no caso de ser este feito em vehiculos de outras Companhias, ou do Governo, será aquelle que as respectivas Empresas houverem estabelecido.

15.^a O Governo garante á Companhia: 1.^o o direito de desapropriar, na fórma das Leis, os terrenos particulares, que forem necessarios para estabelecer os armazens, e estações, quando os não obtenha por accordo com os proprietarios; e ceder-lhe o usufructo dos que ferem do dominio publico; e bem assim aquelles terrenos em que as estradas tiverem de ser construidas, pagando a Companhia as bemfeitorias por seu justo valor, indemnizando os prejuizos que causar: 2.^o o privilegio exclusivo para que só ella por espaço de 50 annos possa ter empresa publica regular de conducção de cargas e passageiros em carros, carruagens, ou diligencias, pelas estradas que melhorar e construir. O transito porêem de cavalleiros, e de quaesquer animaes com carga, ou sem ella, se fará livremente pelas ditas estradas, salvo o pagamento de barreiras, cujos preços serão fixados pela Tabella que se fizer de 5 em 5 annos. Igualmente, e com o mesmo onus, poderão os particulares transitar pelas estradas da Companhia em carruagens proprias, menos no interior das Povações, e a huma distancia que o Regulamento fixar, onde o transito de carros particulares será livre de qualquer pagamento.

16.^a Com excepção da estrada do Parahybuna, da qual a Companhia só poderá servir-se por concessão do Governo:

Provincial de Minas Geraes, nenhuma outra será construída para transito de carros de 4 rodas, carruagens e diligencias, movidos por animais, e dentro de huma zona de cinco leguas para cada hum dos lados das estradas mencionadas na condição 1.^a, e nas mesmas direcções dellas.

17.^a O prazo de 50 annos começará a correr depois dos primeiros cinco que são concedidos á Companhia para estabelecer os seus vehiculos.

18.^a De qualquer dos pontos das estradas que a Companhia construir ou melhorar, poderá ella abrir caminhos lateraes, ou transversaes na direcção mais appropriada, a fim de facilitar a conducção dos generos produzidos nos diversos lugares para as mesmas estradas, ou vice-versa. Nestes caminhos será livre o transito aos particulares; e aos carros de transporte de cargas, mediante o pagamento de barreiras fixadas de accordo com o Governo Provincial: iguaes caminhos poderão ser construidos por particulares, associações, ou pelo Governo, em quaesquer lugares em que a Companhia os não tiver feito.

19.^a Os carros e carruagens particulares, que chegando ás estradas principaes da Companhia até a hora aprazada, não encontrarem vehiculos della, poderão seguir até onde os encontrarem sem pagar barreira. Igual isenção terão os carros dos possuidores dos terrenos por onde passarem as estradas da Companhia, tendo de atravessa-las ou percorre-las dentro dos limites das respectivas fazendas; sendo porém elles obrigados a reparar immediatamente os estragos que causarem.

20.^a As machinas, instrumentos, e mais objectos destinados á construcção de estradas, e de vehiculos da Companhia, incluídos trilhos de ferro, quando tenham de ser empregados para facilitar o transito de carros puxados por animais, serão isentos de direitos de importação por espaço de doze annos.

21.^a A Companhia será isenta de pagar qualquer taxa de passagem pelo uso de seus carros ou carruagens nas estradas que construir, ou melhorar; não se comprehendendo nesta isenção os impostos sobre as cargas, debaixo de qualquer denominação que seja.

22.^a O Governo concederá aos colonos introduzidos no Paiz para o serviço da Companhia terrenos devolutos na Provincia de Minas Geraes, onde os houver, com preferencia nas margens do Rio de S. Francisco, ou de seus

confluentes, proporcionadamente ao numero dos mesmos colonos, sendo a despeza da demarcação e divisão feita á custa da Companhia.

23.^a Findo o prazo do privilegio da Companhia, as estradas, e obras a ella pertencentes voltarão ao dominio publico sem indemnisação alguma. Os carros, diligencias, e armazens serão cedidos ao Governo por huma avaliação arbitral, quando elle os queira comprar. Se os transportes tiverem de continuar por empresa, a Companhia terá preferencia, em igualdade de circumstancias; assim como poderá continuar o uso de seus vehiculos, se os caminhos ficarem francos.

24.^a No caso em que alguma Empresa, dentro do prazo do privilegio da Companhia, se proponha a construir linhas de ferro para transito de carros movidos por vapor, ou por outro motor mais vantajoso, na mesma direcção das estradas da Companhia, e entre os mesmos pontos, terá esta a preferencia em igualdade de circumstancias; e quando não tome a si a execução dessa nova Empresa, terá direito a huma indemnisação por parte da Companhia que a tomar, dos prejuizos que soffrer, os quaes serão avaliados por arbitros nomeados pelas partes; e quando estes não cheguem a hum accordo, decidirá hum terceiro nomeado pelo Governo. Se a iniciativa para a construcção das linhas de ferro aqui mencionadas for precedida de exames, explorações, e outros quaesquer trabalhos á custa de quem se propuzer a construi-las, e a Companhia for preferida, como dito fica, será tambem obrigada a indemnisar as despesas com aquelles exames, explorações e trabalhos.

25.^a Incorporada a Companhia, e nomeado o seu Directorio, será prestada fiança idonea para satisfação das multas impostas nas presentes condições.

26.^a O Governo nos seus Regulamentos e nos da Companhia, por proposta desta, poderá estabelecer multas, além das especificadas neste contracto, até 200 \$ réis, e pena de prisão até 30 dias, contra os infractores dos mesmos Regulamentos, com o fim de garantir a propriedade, a segurança, e os commodos, quer da Companhia, quer dos particulares, e a regularidade do serviço.

Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 72.^a

DECRETO N.º 1.032 — de 14 de Agosto de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
de Santarem, Alenquer, Obidos, e Faro da
Provincia do Pará.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Pará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Santarem, Alenquer, Obidos, e Faro da Provincia do Pará hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Santarem hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de primeiro, em Alenquer e Obidos dois Batalhões de Infantaria, de quatro Companhias cada hum, com a designação de segundo e terceiro, e em Faro huma Secção de Batalhão de tres Companhias; todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior huma Companhia da reserva no Municipio de Santarem, e huma Secção de Companhia em cada hum dos outros Municipios.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hdefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.033 — de 14 de Agosto de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Vassouras, e Iguaçu da Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Vassouras, e Iguaçu da Provincia do Rio de Janeiro, hum Commando Superior de Guardas Nacionais, o qual comprehenderá em Vassouras, hum Corpo de Cavallaria de tres Esquadrões, e hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de primeiro; e em Iguaçu hum Esquadrão de Cavallaria, e hum Batalhão de Infantaria de oito Companhias, com a designação de segundo, todos do serviço activo. Haverá mais em cada hum dos referidos Municipios huma Secção de Batalhão de tres Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Corpos terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.034 — de 14 de Agosto de 1852.

Marca o uniforme para os Batalhões da reserva da Guarda Nacional das Provincias.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico Fica extensivo aos Batalhões da reserva da Guarda Nacional das Provincias as disposições do Decreto N.º 869 de 19 de Novembro de 1851, que

marcou os uniformes para os Batalhões da reserva do Município da Côrte.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 73.^a

DECRETO N.º 1.035 — de 18 de Agosto de 1852.

Regula a execução do Art. 2.º da Lei N.º 647 de 7 de Agosto de 1852.

De conformidade com o Art. 2.º da Lei N.º 647 de 7 de Agosto de 1852: Hei por bem que se observe na distribuição dos ordenados dos Presidentes das Províncias, de que trata o mesmo Artigo, a classificação seguinte:

1.^a Classe.

Bahia.....	}	8.000 \$ 000 por anno.
Pernambuco.....		
Rio Grande do Sul.....		
Mato Grosso.....		

2.^a Classe.

Rio de Janeiro.....	}	7.000 \$ 000 »
Minas Geraes.....		
Maranhão.....		
Pará.....		
São Paulo.....		

3.^a Classe.

Alto Amazonas.....	}	6.000 \$ 000 »
Goyaz.....		
Piauhý.....		
Ceará.....		
Parahyba.....		
Alagoas.....		

4.^a Classe.

Sergipe.....	}	5.000 \$ 000	»
Rio Grande do Norte.....			
Espirito Santo.....			
Santa Catharina.....			

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cinquenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 74.ª

DECRETO N.º 1.036 — de 28 de Agosto de 1852.

Approva as alterações propostas em alguns Artigos dos Estatutos do Banco Commercial do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que Me representou a Direcção do Banco Commercial do Rio de Janeiro, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho d'Estado: Hei por bem Approvar as seguintes alterações feitas aos Estatutos do mesmo Banco. Aos Artigos 34 e 35. « O Banco será administrado por cinco Directores, que serão Accionistas de 20 acções pelo menos. (Art. 10), e haverão tambem cinco Supplentes nas mesmas circumstancias para convenientemente os substituir. A Direcção e os Supplentes serão eleitos annualmente na segunda Sessão ordinaria da Assembléa Geral, e a eleição se fará por escrutinio secreto nos seguintes termos: dos cinco Directores que estiverem em exercicio serão reeleitos tres em huma só lista, e declarados os nomes dos que tiverem obtido a reeleição, proceder-se-ha a huma segunda eleição por lista, que deverá conter sete nomes de Accionistas, que estejam nas circumstancias de serem votados, sem exclusão dos mesmos Directores em exercicio, que não houverem obtido maioria na primeira eleição; e apurado este segundo escrutinio, os dous Accionistas mais votados com os Directores reeleitos formarão a Direcção, e os cinco immediatos serão considerados Supplentes. » Ao Art. 49. « As operações de contas correntes, ou depositos de moeda corrente sem designação de especie se farão d'ora em diante livres da commissão exigida por este Artigo. » Ao Art. 55. « A Direcção fica autorisada, quando as circumstancias o aconselharem, a elevar até 6 mezes o prazo marcado no Art. 55 para o desconto das letras e titulos de que trata o mesmo Artigo ». Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio,

Presidente do Conselho de Ministros , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda , e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e oito dias do mez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 75.^a

DECRETO N.º 1.037 — de 30 de Agosto de 1852.

Concede a Ireneo Evangelista de Sousa privilegio exclusivo por trinta annos para a navegação a vapor no rio Amazonas.

Tomando em consideração o que Me representou Ireneo Evangelista de Sousa, pedindo a faculdade de incorporar huma Companhia para o estabelecimento da navegação por vapor no rio Amazonas: Hei por bem, de conformidade com o § 1.º do Art. 2.º da Lei N.º 586 de 6 de Setembro de 1850, Conceder-lhe o privilegio exclusivo por trinta annos para o dito fim, sob as condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio: ficando porém o contracto dependente de approvação do Corpo Legislativo no que respeita á isenção de direitos, de que trata a primeira parte da 8.^a das referidas condições. O mesmo Ministro o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes se contracta com Ireneo Evangelista de Sousa a navegação por vapor no rio Amazonas.

1.^a O Empresario se obriga a incorporar, dentro de tres mezes, contados da data do contracto, huma Companhia com o capital, nunca menor de mil e duzentos

contos, a qual terá por fim sustentar a navegação regular por vapor nas duas linhas de que trata a condição segunda. Na falta da incorporação, dentro do prazo designado, incorrerá o Empresario na multa até dez contos de réis, e na pena de ficar de nenhum effeito o contracto.

2.^a A primeira linha da navegação começará da Cidade de Belem, Capital da Provincia do Grão Pará, e irá até á Cidade da Barra do Rio Negro, Capital da Provincia do Amazonas: a segunda reguirá desta Cidade e chegará a Nauta, Povoação da Republica do Perú. Em ambas as linhas os Vapores tocarão nos pontos intermedios que forem designados nos Regulamentos do Governo de accordo com a Companhia; e ahí se estabelecerá tambem o tempo de demora em cada hum delles: sujeito tudo ás modificações que aconselharem as conveniencias do publico e a experiencia, conciliadas com os interesses da Empresa.

3.^a O Governo concede á Companhia o privilegio exclusivo por trinta annos para só ella ter empresa de navegação por vapor entre os pontos designados no Artigo antecedente; e além disto nos primeiros quinze annos lhe prestará huma subvenção annual de cento e sessenta contos de réis, pelo serviço da primeira linha, repartidos pelo numero de viagens redondas; tendo lugar o pagamento no fim de cada huma d'ellas, da quota que lhe corresponder, ou nesta Côrte, ou na Provincia do Pará, como aprouver á Companhia.

4.^a Pelo serviço da segunda linha receberá a Companhia a subvenção que der o Governo do Perú, cujo pagamento com tudo o Governo Imperial garante, realisando-o pela mesma fórma estabelecida na condição antecedente, não sendo nunca menor de quarenta contos por anno, repartidos pelo numero de viagens.

5.^a A Companhia nos cinco primeiros annos do contracto he obrigada a fazer huma viagem redonda cada mez na primeira linha; nos cinco annos subseqüentes tres viagens em cada dous mezes, e d'ahi em diante duas mensalmente, em quanto durar o privilegio. Na segunda linha fará no primeiro anno tres viagens, quatro no segundo, e seis em cada hum dos tres seguintes. Se o serviço desta segunda linha tiver de continuar, o que o Governo deverá declarar no fim do quarto anno, a Companhia será obrigada pelas mesmas condições a fazer huma viagem cada mez.

6.^a Os Vapores dos serviço das linhas deverão ter a força necessaria para realisar as viagens com a conveniente presteza, fazendo pelo menos a marcha, termo medio, de 8 milhas por hora na subida do rio, com as proporções precisas para o commodo transporte de passageiros e de mercadorias: em todo o caso serão sujeitos a exames e á approvação do Governo Imperial.

7.^a Quando em consequencia de sinistro, ou de inconveniente de força maior, o Vapor não completar a viagem redonda, o Governo pagará somente á Companhia a quantia correspondente á distancia navegada, calculada pelo numero de milhas em relação ao preço da viagem redonda.

8.^a Os Vapores da Companhia serão nacionalisados brasileiros, seja qual for o lugar da construcção e isenta a aquisição d'elles de quaesquer direitos de transferencia de propriedade ou matricula. Observar-se-ha a respeito de suas tripolações o mesmo que se pratica com as das embarcações nacionaes.

9.^a Se a Companhia deixar de verificar o numero de viagens, estipulado no contracto, e nos periodos designados, não só perderá a quantia correspondente ás viagens que de menos fizer, mas tambem incorrerá na multa, que lhe será imposta pelo Governo, de 1 a 4 contos de réis, por cada falta; e na pena de perda do privilegio e da subvenção, se a navegação for interrompida por mais de 6 mezes.

10.^a Os Vapores da Companhia transportarão gratuitamente as malas do Correio, e a correspondencia Official, sendo os respectivos Commandantes obrigados ao recebimento e á entrega nas Estações competentes, dando os convenientes recibos, e os exigindo das Agencias, ou pessoas por ellas devidamente autorisadas.

11.^a Será tambem gratuito o transporte em cada viagem dos ditos Vapores: 1.^o de quatro passageiros do Estado, mas sem comedorias; 2.^o de quaesquer sommas de dinheiro pertencentes aos Cofres Publicos; 3.^o de huma carga por conta do Governo não excedente de duas toneladas; 4.^o de dez Praças de pret, que pagarão somente comedorias. Por tudo mais que o Governo tiver de mandar conduzir pagará 10 por % menos do que o preço estabelecido para os particulares.

12.^a Em caso de transporte, por parte do Governo,

de polvora, ou de quaesquer outros generos, sujeitos a explosão, este poderá ser realisado em barcos proprios, rebocados pelos Vapores da Companhia, pagando o Governo por este serviço o frete, que for convencionado, com tanto porém que a lotação d'estes barcos não exceda de 50 toneladas.

13.^a A Companhia organizará e submeterá á approvação do Governo a Tabella de preços de passagem e de frete que deverão pagar os particulares, não lhe sendo licito altera-la, sem previa autorização do mesmo Governo.

14.^a Durante os trinta annos do privilegio fundará a Companhia nas immediações do Amazonas, e dos seus confluente, 60 colonias de estrangeiros ou de Indios, devendo ser os primeiros da Nação que o Governo designar. Para este fim lhe será concedida gratuitamente a porção de terreno necessario para as colonias ou aldeamentos; não podendo cada hum destes estabelecimentos occupar menor espaço do que o indispensavel para a sustentação de tres mil habitantes.

15.^a As colonias que a Companhia fundar gozarão das mesmas vantagens e isenções concedidas, ou que se concederem, a iguaes estabelecimentos no Imperio, huma vez que não se opponhão ás circumstancias especiaes da localidade, e ás conveniencias administrativas.

16.^a Não concorrerá o Governo com despesa alguma para fundação das colonias, ou dos aldeamentos; mas dará á Companhia toda a protecção e auxilio para facilitar o contracto, vinda e estabelecimento, tanto dos colonos, como dos Missionarios que a Companhia tiver de contractar e fazer transportar; e bem assim para remover quaesquer embaraços imprevistos que se opponhão á marcha e desenvolvimento da Empresa; precedendo reclamação da Companhia, e verificada a necessidade de providencias.

17.^a A protecção de que trata a condição anterior comprehende mesmo o auxilio de destacamentos militares collocados onde se julgar conveniente.

18.^a O Governo concederá gratuitamente á Companhia, mediante certas e determinadas condições, e o exclusivo por todo o tempo do contracto, o terreno necessario, se o houver devoluto, para a construcção de hum dique na Cidade de Belem.

19.^a He garantida á Companhia a preferencia, durante o privilegio, em igualdade de condições, para Empresas

de navegação dos confluentes do Amazonas, e de construcção de quaesquer vias de communicação lateral, que interessem a mais de huma Provincia, ou a Estados vizinhos, facilitando suas reciprocas relações.

20.^a Este contracto fica de nenhum effeito, e a Companhia incorrerá além disto na multa até 20 contos de réis, se dentro de seis mezes de sua data não começar as viagens na primeira linha; e na segunda em prazo maior do que lhe for designado. Os trinta annos do privilegio contar-se-hão do dia em que começarem as viagens.

21.^a As obrigações contrahidas pela Companhia para com o Governo Imperial, tendentes a regularisar a navegação contractada, serão extensivas para com o Governo Peruano, na parte pertencente ao seu territorio.

Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.



DECRETO N.º 1.038 — de 30 de Agosto de 1852.

Concede a Antonio Pedroso de Albuquerque privilegio exclusivo por vinte annos para a navegação por vapor entre o porto da Cidade da Bahia até Maceyó na linha do Norte, e na do Sul até Caravellas.

Tomando em consideração o que Me representou Antonio Pedroso de Albuquerque, pedindo a faculdade de incorporar huma Companhia para o estabelecimento da navegação por vapor entre o porto da Cidade da Bahia até Maceyó na linha do Norte, e na do Sul até Caravellas: Hei por bem, de conformidade com a Lei N.º 632 de 18 de Setembro de 1851, Conceder-lhe o privilegio exclusivo por vinte annos para o dito fim, sob as condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio: ficando porêem o contracto dependente de approvação do Corpo Legislativo no que respeita á isenção de direitos, de que trata a primeira parte da 13.^a das referidas condições. O mesmo Ministro assim o tenha entendido, e

faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade. o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes se contracta com Antonio Pedroso de Albuquerque a navegação por vapor entre o porto da Bahia até Maceyó na linha do Norte, e na do Sul até Caravellas, de conformidade com a Lei N.º 632 de 18 de Setembro de 1851.

1.^a O Empresario se obriga a manter por si, ou por humia Companhia que organisar, a navegação por vapor, por espaço de 20 annos, entre o porto da Bahia e os portos de Caravellas e Maceyó, estabelecendo para este fim duas linhas de Vapores, de força nunca menor de 120 cavallos, com proporções para carga de 8 a 10 mil arrobas, e que não demandem carregados mais de 8 pés d'agua.

2.^a Não poderão ser menos de duas mensalmente as viagens em cada humia das linhas, Norte e Sul. No primeiro anno, porém, na linha do Norte, e nos tres primeiros na do Sul, o Empresario he somente obrigado a fazer humia viagem em cada mez.

3.^a Na linha do Sul os pontos intermedios de escala serão Camamú, Ilhéos, Canavieiras e Porto Seguro; na do Norte os portos do Rio Real, Vasa-barris, Cotinguiba e Rio de S. Francisco. Em ambas se poderá fazer alteração nas escalas, ou pelos Regulamentos do Governo, ou por sua deliberação, em virtude de representação da Companhia, baseada em experiencia; tendo-se sempre em vista a execução mais proficua ao Publico e á Empresa.

4.^a Nos portos intermedios, que a Companhia for dispensada de fazer visitar por seus Vapores, ou na ida, ou na volta, existirão á custa da mesma Companhia, se for realisavel, pequenas embarcações, que fação a comunicação entre os ditos portos e os Vapores, a fim de evitar as entradas e salidas desnecessarias com demora

inutil da viagem, e augmento de risco para os passageiros e mercadorias.

5.^a Os Regulamentos do Governo estabelecerão as epochas das viagens, o tempo da demora nos diferentes portos, e as multas de cem mil réis a hum conto de réis a que se sujeita a Companhia no caso de infracção do contracto e dos Regulamentos; ou na falta de cumprimento das ordens das Autoridades ácerca da policia dos passageiros e da carga. As multas serão impostas ou directamente pelo Governo, ou pelos Presidentes das Provincias com recurso áquelle. Se a demora provier de ordem do Governo ou das Autoridades, a Companhia terá direito a huma indemnisação, quando exceder de 24 horas, e na razão de duzentos mil réis diários.

6.^a He gratuito o transporte das malas, e dos objectos de serviço publico que não exceda do peso de huma tonelada em cada viagem; e mais de quatro passageiros em serviço do Governo, precedendo ordem escripta da Autoridade publica: os passageiros pagarão as comedorias. O que exceder do estipulado pagará 20 por % menos do que pagão os particulares. A carga será recebida e entregue a bordo; e as malas nas Agencias ou a pessoas autorizadas.

7.^a O preço do frete e das passagens será consignado em Tabellas que a Companhia organisará todos os dous annos, submittendo-as á approvação dos Presidentes das Provincias, de conformidade com a condição 8.^a; não excedendo o preço maximo de mais de 10 por % do que se pagar nos barcos á vela.

8.^a São competentes para approvar as Tabellas dos fretes e das passagens, salvo o recurso para o Governo geral, os Presidentes das Provincias, onde forem situados os portos da partida dos Vapores, em que estes recebem fretes ou passageiros.

9.^a O Empresario, ou a Companhia porá á disposição do Governo os seus Vapores, quando forem exigidos para alguma commissão em bem do serviço publico, pagando o mesmo Governo hum frete razoavel, e indemnizando a Companhia de qualquer sinistro que soffrerem os ditos Vapores proveniente de risco especial da diligencia.

10.^a O Governo concede ao Empresario o exclusivo por vinte annos para só elle ter empresa regular de navegação por vapor entre os portos designados nas condi-

ções 1.^a e 3.^a; e tambem huma subvenção de sessenta contos annuaes nos dez primeiros annos, e de quarenta nos seguintes, pagos repartidamente pelo numero de viagens a que se obriga.

11.^a Dentro de seis mezes, contados da data deste contracto, he livre ao Empresario desistir das condições delle; e não o fazendo entender-se-ha ratificado, e sujeito o mesmo Empresario a estabelecer a navegação, na fórma estipulada, no prazo de mais dezoito mezes, sob pena de perda dos favores concedidos, além da multa de dez contos de réis em que incorrerá.

12.^a He permittido ao Empresario encetar desde já a navegação contractada em Vapores, que não tendo todas as condições do contracto possão com tudo satisfazer as necessidades do serviço, huma vez que preceda a approvação do Governo, depois dos convenientes exames.

13.^a Os Vapores da Companhia serão nacionalizados brasileiros, seja qual for o lugar de sua construcção, e isenta a aquisição delles de quaesquer direitos de transferencia de propriedade ou matricula. Observar-se-ha a respeito de suas tripolações o mesmo que se pratica com as das embarcações nacionaes. Gozarão além disto de todos os favores nos portos de sua escala, que forem conciliaveis com os Regulamentos policiaes, e com a fiscalização das Alfandegas, tendo os empregados das respectivas Repartições em vista a conveniência do seu prompto despacho.

14.^a O Governo, no mais breve espaço de tempo que for possível, providenciará que as barras dos portos, que a Companhia tem de fazer visitar pelos seus Vapores, na fórma do contracto, sejam examinadas, e por meio de boias demarcado o canal de cada huma dellas; e nomeará para as mesmas Praticos ou Patrões que guiem os barcos á sahida e entrada, percebendo por este serviço o que os Regulamentos de policia dos mesmos portos estabelecerem.

15.^a O presente contracto ficará sem effeito logo que a Companhia for convencida de haver auxiliado directa ou indirectamente os que perturbarem a ordem publica, fizerem o contrabando de mercadorias estrangeiras, e os introductores de africanos.

Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 76.^a

DECRETO N.º 1.039 — de 3 de Setembro de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios
de Campos, e S. João da Barra da Provincia
do Rio de Janeiro.*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Campos, e S. João da Barra da Provincia do Rio de Janeiro hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Campos hum Esquadrão de Cavallaria, huma Companhia avulsa de Artilharia e tres Batalhões de Infantaria, com a designação de primeiro, segundo e terceiro, estes de seis, e aquelle de oito Companhias, e em S. João da Barra hum Batalhão de seis Companhias, com a designação de quarto; todos do serviço activo. Haverá mais neste Commando Superior, em ambos os referidos Municipios, dois Batalhões de seis Companhias, do serviço da reserva, com a designação de primeiro e segundo, e mais huma Companhia avulsa do mesmo serviço no Municipio de S. João da Barra.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hldefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hldefonso de Sousa Ramos.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 77.ª

DECRETO N.º 1.040— de 6 de Setembro de 1852.

Approva as alterações propostas em Assembléa Geral do Banco do Brasil aos Estatutos do mesmo Banco.

Attendendo ao que Me representou o Conselho do Banco do Brasil, Hei por bem approvar as alterações abaixo declaradas, propostas em Assembléa Geral dos Estatutos do mesmo Banco, bem como a autorisação que igualmente em Assembléa Geral, fora conferida ao dito Conselho para estabelecer caixas filiaes nas Provincias de S. Pedro e S. Paulo.

Ao Artigo 32, o accrescentamento das seguintes palavras :

Na mesma occasião e da mesma fórma serão eleitos sete Supplentes para servir nos impedimentos dos Membros do Conselho de Direcção.

Ao Artigo 39, alterado da maneira seguinte :

O Banco será dirigido por hum Conselho de Direcção de sete Membros, e administrado por dous Gerentes.

Ao Artigo 48, eliminando-se o ultimo periodo concebido nos seguintes termos :

Não se levará porêem a effeito esta disposição em quanto existirem tres Directores em exercicio.

Autorisação approvada.

A Direcção do Banco fica autorizada a estabelecer caixas filiaes nas Provincias de S. Pedro do Sul, e S. Paulo, formulando os Regulamentos por que terão de guiar-se as administrações das mesmas, cingindo-se ás disposições dos Estatutos do Banco, e accetando as ideias da Commissão de exame de contas a respeito, no relatório approvado unanimemente n'esta sessão.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho,

Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 78.^a

DECRETO N.º 1.041 — de 9 de Setembro de 1852.

Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de Rs. 96.900,000 para ajudas de custo de volta dos Deputados á 8.^a Legislatura.

Não consignando a Lei do Orçamento vigente quantia alguma para occorrer á despesa com as ajudas de custo de volta dos Deputados á 8.^a Legislatura; e sendo urgente esta despesa: Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do § 3.º do Artigo 4.º da Lei N.º 589 de 9 de Setembro de 1850, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a despender com este objecto, no actual exercicio, a quantia de noventa e seis contos e novecentos mil réis; devendo este credito extraordinario ser incluído na Proposta que opportunamente será apresentada ao Corpo Legislativo, a fim de ter definitiva approvação. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.042 — de 9 de Setembro de 1852.

*Declara de 1.ª Entrancia a Comarca da de Itapemerim ,
novamente creada na Provincia do Espirito Santo.*

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. Fica declarada de primeira Entrancia a Comarca de Itapemerim , novamente creada na Provincia do Espirito Santo pela Resolução da respectiva Assembléa Legislativa, sancionada em data de vinte oito de Julho do corrente anno.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.043 — de 9 de Setembro de 1852.

Crea Promotor na Comarca de Itapemerim da Provincia do Espirito Santo, e marca o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. Haverá na Comarca de Itapemerim , novamente creada na Provincia do Espirito Santo, hum Promotor Publico, que vencerá o ordenado annual de seiscentos mil réis.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 79.^a

DECRETO N.º 1.044 — de 22 de Setembro de 1852.

Concede a Candido Mendes d'Almeida, e a Constantino Conde de Zabielo, a authorisação que pedem para incorporar huma Companhia com accionistas nacionaes e estrangeiros, com o fim de explorar minas de combustiveis fosseis, de cobre, e de quaesquer outros mineraes nas Provirncias do Maranhão e Piauhy.

Attendendo ao que Me representarão Candido Mendes d'Almeida, e Constantino Conde de Zabielo, natural da Russia, pedindo authorisação para incorporar huma Companhia com accionistas nacionaes e estrangeiros, com o fim de explorar minas de combustiveis fosseis, de cobre, e de quaesquer outros mineraes nas Provirncias do Maranhão e Piauhy; e Tendo ouvido a Secção do Conselho d'Estado: Hei por bem Conceder aos referidos Candido Mendes d'Almeida, e Constantino Conde de Zabielo, a authorisação que solicitão, sob as condições, que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto N.º 1.044 desta data.

1.^a Fica concedido á Companhia, que em virtude do Decreto N.º 1.044 desta data formarem os Empresarios

Candido Mendes d'Almeida, e Constantino Conde de Zabiello, o prazo de cinco annos, contado da data do contracto, celebrado de conformidade com o Art. 5.º § 3.º da Lei de 8 de Outubro de 1833, para dentro delle poderem, livres da concorrência de quaesquer outros emprehendedores, ou pretendentes, huma vez que estes os não tenham precedido, explorar nas Provincias do Maranhão e Piauí os lugares, em que quizerem estabelecer os trabalhos de lavra de minas de combustiveis fosseis, de cobre, e de quaesquer outros mineraes.

2.ª Escolhidos e designados os lugares, nelles se lhes concederá as datas, que requererem, não excedendo a 100 em cada huma das referidas Provincias; sendo-lhes medidas e demarcadas na fórma das Leis.

3.ª Nas datas assim concedidas poderão minerar por espaço de trinta annos, contados de quando começarem os trabalhos em cada huma dellas, com tanto que seja dentro dos cinco annos da 1.ª condição.

4.ª Ninguem poderá aproveitar-se dos trabalhos da Companhia, nem antes da concessão, dentro dos cinco annos; nem depois della minerando no espaço das datas, que lhe pertencerem.

5.ª Os productos da mineração são obrigados ás imposições legais, e sujeita a Companhia ás medidas fiscaes adoptadas, ou que se adoptarem para sua cobrança; devendo regular-se provisoriamente, nesta parte, pelas condições annexas aos Decretos N.º 887 de 18 de Dezembro de 1851, e N.º 890 de 27 de Dezembro do mesmo anno.

Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 80.ª

DECRETO N.º 1.045 — de 29 de Setembro de 1852.

Extingue as Recebedorias de Rendas internas das Províncias do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul.

Hei por bem Extinguir as Recebedorias de Rendas internas das Províncias do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul. Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N.º 1.046 — de 29 de Setembro de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a despendar no corrente anno financeiro a quantia de cento e vinte mil patações para satisfazer as prestações dos mezes de Julho e Agosto do corrente anno, que ainda tem de ser pagas á Republica Oriental do Uruguay, em virtude do que se acha disposto na Convenção de 12 de Outubro do anno proximo passado.

Havendo sido feito aviso previo ao Governo da Republica Oriental do Uruguay, na forma do Art. 2.º da Convenção de subsidio, celebrada entre o Brasil e a dita Re

publica em 12 de Outubro proximo passado, para a retirada das prestações mensaes, por empréstimo, de sessenta mil patações, de que trata o Art. 1.º da mesma Convenção, e sendo necessario prover ao pagamento das duas ultimas não pagas, correspondentes aos mezes de Julho e Agosto proximos passados, e que o Governo da dita Republica agora reclama, e achando-se exauridos os creditos abertos pelos Decretos N.º 881 de 6 de Dezembro de 1851, e N.º 922 do 1.º de Março de 1852; Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros, Autorisar o Meu Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, para despendar a quantia de cento e vinte mil patações, para satisfazer as prestações correspondentes aos ditos mezes de Julho e Agosto ultimos, os quaes com o de Junho, são os tres que devião decorrer depois do aviso da retirada das prestações feito no mez de Maio proximo passado. Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 81.^a

DECRETO N.º 1.047 — de 5 de Outubro de 1852.

Abre ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de 100.000.000 réis para occorrer ás despesas com o Theatro Provisorio.

Achando-se esgotado o credito de quarenta contos de réis, aberto por Decreto de 24 de Abril do corrente anno para occorrer ás despesas extraordinarias com os Theatros de São Pedro d'Alcantara, São Januario, e Provisorio, para as quaes não tinha sido sufficiente o producto liquido das Loterias concedidas pela Resolução de 4 de Setembro de 1846; não havendo o Corpo Legislativo, nesta ultima Sessão, deliberado, por falta de tempo, sobre os meios, não só de prover ao pagamento da divida contrahida com este serviço, como das despesas, ou para a continuação dos trabalhos lyricos, ou, no caso de suspensão destes, com os vencimentos dos Artistas, contractados por certo e determinado tempo, mediante a garantia do Governo, e verificando-se ultimamente que, suspensos aquelles trabalhos, nem por isso diminuia o onus a que o mesmo Governo se achava sujeito, por effeito da referida garantia; sendo por consequente urgente realisar taes pagamentos de conformidade com os §§ 2.º e 3.º do Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 de Setembro de 1850, Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a despender desde já com este objecto a quantia de cem contos de réis; devendo este credito extraordinario ser incluído na Proposta que houver de apresentar-se ao Corpo Legislativo para ser definitivamente approvado. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido. e faça executar. Palacio do Rio

de Janeiro em cinco de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.048 — de 5 de Outubro de 1852.

Desannexa o Termo de Cimbres do do Brejo da Província de Pernambuco, crea nelle hum Juiz Municipal e de Orphãos, e marca o ordenado que devem vencer.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º O Termo de Cimbres da Provincia de Pernambuco fica desannexado do do Brejo, e debaixo da jurisdicção de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, o qual vencerá o ordenado annual de oitocentos mil réis.

Art. 2.º Fica sem effeito o Artigo segundo do Decreto N.º 171 de 15 de Maio de 1842, na parte relativa ao Artigo antecedente.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.049 — de 5 de Outubro de 1852.

Muda a côr do cinto, de que usão os Membros do Cabido da Sé do Bispado do Pará para a encarnada.

Attendendo ao que Me representou o Cabido da Sé do Bispado do Pará, e á informação do respectivo Prelado : Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. Unico. Os Beneficiados do Cabido da Cathedral do Bispado do Pará usarão d'ora em diante do cinto e borla encarnada, ficando assim mudada a côr de que usão actualmente.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTÉ 2.ª

SECÇÃO 82.ª

DECRETO N.º 1.050— de 13 de Outubro de 1852.

Manda ficar sem effeito o Decreto N.º 463 de 31 de Julho de 1846 , e Instrucções a que se refere; e que na Repartição da Marinha haja hum Engenheiro Militar , subordinado ao Inspector do Arsenal.

Tendo a experiencia mostrado , que a fiscalisação das obras militares e civis do Ministerio da Marinha pôde com mais economia , e sem damno do serviço , continuar , como antes do Decreto N.º 463 de 31 de Julho de 1846 , e das Instrucções , que com elle baixarão , á cargo do Inspector do Arsenal , onde , com tudo , he indispensavel hum Engenheiro Militar de patente inferior á do referido Inspector , debaixo de cuja direcção deve servir ; Hei por bem que , ficando sem effeito o Decreto e Instrucções citados , tenha a Repartição da Marinha hum Engenheiro Militar , que , subordinado ao Inspector , se empregue , tanto nas obras militares , como nas civis , que determinar o respectivo Ministerio. Zacarias de Góes e Vasconcellos , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha , assim o tenha entendido , e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

DECRETO N.º 1.051— de 13 de Outubro de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a despende, além das sommas votadas para o exercicio de 1851 — 1852, a de 591.894 \$ 824 réis.

Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do § 2.º Art. 4.º da Lei N.º 589 de 9 de Setembro de 1850, Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a despende, além das sommas votadas para as rubricas— Força Naval e Despezas extraordinarias e eventuaes no exercicio de 1851 a 1852, a de 591.894 \$ 824 réis, de que pertence á primeira 575.728 \$ 339 réis, e á segunda 16.166 \$ 485 réis; devendo deste augmento de despesa dar-se conta em tempo opportuno á Assembléa Geral Legislativa, a fim de ser definitivamente approvado. Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

DECRETO N.º 1.052— de 13 de Outubro de 1852.

Autorisa o credito suplementar de 52.378 \$ 548 réis, para as despesas da Repartição da Marinha na corrente exercicio em as rubricas — Capitania de Portos — e Hospitaes.

Tendo ouvido o Conselho de Ministros, na conformidade do paragrapho segundo Artigo quarto da Lei numero quinhentos oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta: Hei por bem Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a despende mais em o corrente exercicio nas rubricas — Capitania de Portos — e Hospitaes a quantia de cincoenta e dous

contos trezentos setenta e oito mil quinhentos e quarenta e oito réis, sendo oito contos novecentos vinte seis mil setecentos e vinte réis na primeira, e quarenta e tres contos quatrocentos cincoenta e hum mil oitocentos e vinte oito réis na segunda; devendo deste augmento de despeza dar-se em tempo opportuno conta á Assembléa Geral Legislativa, para ser definitivamente approvado. Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Mariuha, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



DECRETO N.º 1.053 — de 13 de Outubro de 1852.

Concede a Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay privilegio exclusivo por dez annos para a factura e venda dosapparelhos, que inventarão para o fabrico do assucar de canna.

Attendendo ao que Me representarão Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay, pedindo privilegio exclusivo por quinze annos para a construcção e venda dos opparelhos, que inventarão para o fabrico do assucar de canna, cuja descripção e desenhos offerecêrão: Hei por bem, Conformando-Me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, emitido em Consulta de vinte do mez passado, Conceder aos referidos Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay o privilegio exclusivo, que requerêrão para a factura e venda daquelles apparelhos de sua invenção, tão somente porêem por espaço de dez annos; do qual privilegio se lhes passará a competente Carta, nos termos e com as clausulas da Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Se-

cretario d'Estado dos Negocios do Imperio , assim o tenha
entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro
em treze de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous,
trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 83.^a

DECRETO N.º 1.054 — de 20 de Outubro de 1852.

Amplia e explica diversos Regulamentos militares.

Tendo ouvido o parecer do Conselho Supremo Militar exarado em Consulta de vinte de Junho deste anno ácerca do Officio numero quatrocentos e vinte de dezeseite de Maio do anno ultimo, do Tenente General Commandante das Armas da Côrte, pedindo esclarecimentos sobre algumas disposições dos Regulamentos approvados pelos Decretos numeros setecentos quarenta e sete de vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta, e setecentos setenta e dous de trinta e hum de Março de mil oitocentos cincoenta e hum; Hei por bem Determinar o seguinte:

Art. 1.º O Corpo do Estado-maior General será considerado como residente na Côrte, devendo o seu Livro mestre existir na Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, para ali ser escripturado. Os Officiaes deste Corpo serão contados em mappas e nas relações nominaes, que delles se houver de apresentar.

Art. 2.º Cada huma das duas Classes do Estado-maior terá hum Commandante nomeado pelo Governo, gozando das mesmas attribuições pertencentes aos das outras Armas do Exercito, e sendo subordinados ao Commandante das Armas da Côrte, a quem remetterão as informações semestraes de conducta dos seus Officiaes, para subirem á presença do Governo com o juizo do dito Commandante das Armas.

Art. 3.º Os Officiaes aggregados continuarão a se-lo ás Classes ou Corpos á que pertencião.

Art. 4.º Nas informações semestraes de conducta dos Officiaes do Corpo de Saude do Exercito, que o respectivo Chefe deve dar, procederá sempre o mesmo Commandante das Armas como a respeito dos Officiaes

das duas Classes do Estado-maior, devendo os Commandantes dos Corpos, em que esses Officiaes servirem, informar tambem sobre o comportamento e mais circumstancias de cada hum, quando, e pelo mesmo modo porque são obrigados ácerca dos Officiaes do estado effectivo dos seus respectivos Corpos.

Art. 5.º O Chefe do Corpo de Saude, quando tiver de dirigir-se ao Governo em tudo quanto for relativo á objectos da disciplina e administração militar do mesmo Corpo, deverá sempre fazel-o por intermedio do Commandante das Armas da Côrte; mas corresponder-se-ha directamente com o Governo, quando se tratar de objectos concernentes ás Provincias.

Art. 6.º Nos Quartéis Generaes dos Commandos das Armas das differentes Provincias serão feitos todos os assentamentos a respeito dos Capellães, á vista dos escla-recimentos que para alli remetterem os Commandantes dos Corpos, Fortalezas e Estabelecimentos militares, em que elles se acharem empregados, e a quem são subordinados.

Art. 7.º Não sendo os Capellães e Cirurgiões militares numericamente incluídos nos Corpos do Exercito, segundo o ultimo plano da organização deste, approvedo pelo Decreto numero setecentos oitenta e dous de dezenove de Abril de mil oitocentos cincoenta e hum, serão esses individuos mencionados nos respectivos mappas e mais assentamentos como addidos, e assim os considerarão os Corpos em que estiverem servindo.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro vinte de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

DECRETO N.º 1.055 — de 20 de Outubro de 1852.

Approva os Estatutos da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas com as modificações abaixo mencionadas

Hei por bem, Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, Approvar os Estatutos da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, acceitos em reunião d'Assembléa Geral dos Accionistas de 9 de Setembro ultimo, e assignados pelo Presidente Ireneo Evangelista de Sousa, com as seguintes substituições dos Artigos 1.º, 2.º, 8.º, 21.º e 22.º, e suppressão do Art. 23.

Art. 1.º A Companhia autorizada pelo Decreto N.º 1.037 de 30 de Agosto ultimo, denominar-se-ha — Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas—e durará o tempo do gozo do privilegio.

Art. 2.º Ella tem por objecto principal o cumprimento das condições de seu contracto; e subsidiariamente, mas sem prejuizo das mesmas condições, poderá promover operações commerciaes, ligadas á navegação do Amazonas e affluentes, de que possam resultar vantagens para a Companhia.

Art. 8.º Para levar a effeito a navegação a que se propõe, a Companhia adquirirá e possuirá barcos de vapor de força e tonelagem sufficiente para o bom desempenho do serviço contractado; poderá tambem possuir os predios necessarios para o estabelecimento de armazens, officinas e depositos nas localidades convenientes; e mais os terrenos concedidos pelo Governo para o dique e colonisação, que serão opportunamente medidos e demarcados. Bem como poderá alienar quaesquer propriedades adquiridas, e contractar com Empresas de Colonisação, com familias, ou individuos colonos a transferencia dos terrenos, que tiver recebido do Governo, sem prejuizo do onus da doação, pelo qual ficará sempre responsavel a Companhia.

Art. 21.º As deliberações, para propor ao Governo qualquer alteração nos presentes Estatutos, só poderão ser tomadas em Assembléa Geral para este fim expressamente convocada, na qual se ache representada a maioria absoluta do fundo da Sociedade, e por dous terços pelo menos dos votos presentes.

Art. 22.º O Empresario cede e transfere á Companhia os privilegios e direitos, que estabelecem as condições annexas ao Decreto N.º 1.037 de 30 de Agosto ultimo, competindo-lhe unicamente huma commissão de dez por cento sobre o fundo da Sociedade em acções, que augmentarão o numero destas, designado no Art. 3.º, sem que o Empresario tenha direito a qualquer outra indemnisação pelos serviços que presta á Companhia durante cinco annos.

Outrosim, em additamento ao citado Decreto N.º 1.037 de 30 de Agosto do corrente anno : Hei por bem Declarar que fica igualmente dependente de approvação do Corpo Legislativo a parte do contracto a que o mesmo Decreto se refere, em que o Governo se obriga a conceder gratuitamente á Companhia terrenos para Colonias, quando estes não se acharem comprehendidos na excepção do Art. 1.º, e na disposição do Art. 12.º da Lei N.º 601 de 18 de Setembro de 1850.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 84.ª

DECRETO N.º 1.056 — de 23 de Outubro de 1852.

Revoga os Artigos 533 e 534 do Regulamento N.º 737 de 25 de Novembro de 1850, na parte relativa á nomeação dos avaliadores commerciaes.

Hei por bem, Tendo attenção ao que Me representou o Tribunal do Commercio da Côrte, Decretar o seguinte.

Art. 1.º Os avaliadores commerciaes serão nomeados pelos Tribunaes do Commercio, de tres em tres annos.

Art. 2.º Se, durante este prazo, vagar algum destes lugares, será nomeado quem o substitua, mas somente para servir pelo tempo que faltar ao substituido.

Art. 3.º Os avaliadores commerciaes, em cada huma das especialidades para que houverem sido nomeados, e em cada Juizo, servirão por distribuição.

Art. 4.º Somente no caso de falta, impedimento ou suspensão de todos os avaliadores nomeados em cada huma das artes ou officios, a que respeitarem os bens avaliados, terá lugar a louvação das partes, ou a do Juizo, á revelia dellas.

Art. 5.º Fica, nesta parte somente, derogado o disposto nos Artigos 533 e 534 do Regulamento N.º 737 de 25 de Novembro de 1850.

José Hedefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Outubro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hedefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 85.ª

DECRETO N.º 1.057 — de 30 de Outubro de 1852.

Eleva os ordenados de alguns Juizes Municipaes e de Orphãos de differentes Provincias do Imperio.

Usando da authorisação que Me confere o Artigo undecimo paragrapho undecimo da Lei numero seiscentos e vinte oito de dezesete de Setembro do anno proximo passado: Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Ficão elevado a hum conto de réis o ordenado do Juiz Municipal e de Orphãos dos Termos reunidos de Caxias e S. José da Provincia do Maranhão.

Art. 2.º Ficão elevados a oitocentos mil réis os ordenados do Juiz Municipal dos Termos reunidos da Capital, Muaná, e Ourem da Provincia do Pará; do Juiz Municipal da primeira Vara do Termo do Recife, Capital da Provincia de Pernambuco; dos Juizes Municipaes e de Orphãos dos Termos reunidos de Santo Sé e Joazeiro e de Carinhanha e Monte Alto da Provincia da Bahia; do Juiz Municipal da terceira Vara do Município da Corte; e do Juiz Municipal e de Orphãos dos Termos reunidos de S. Sebastião e Villa Bella da Provincia de S. Paulo.

Art. 3.º Ficão elevados a seiscentos mil réis os ordenados dos Juizes Municipaes e de Orphãos dos Termos reunidos de Quixeramobim e Riacho de Sangue—da Provincia do Ceará; do Termo reunido de S. João da Barra—dos Termos reunidos de Itaguahy e Mangaratiba e do Termo de Vassouras—na Provincia do Rio de Janeiro; dos Termos reunidos de Pouso Alegre e Jaguary e de Formiga e Piumhy, na Provincia de Minas Geraes. dos Termos reunidos de Paranaguá e Guaratuba—e do Termo da Franca do Imperador na Provincia de S. Paulo.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Hedefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça,

assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em trinta de Outubro de mil oitocentos cinquenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hldefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 4.058 — de 30 de Outubro de 1852.

Eleva a 400,000 os ordenados dos Juizes Municipaes e de Orphãos que os tem menores.

Hei por bem, na conformidade do Artigo decimo quinto da Lei numero duzentos sessenta e hum de tres de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum, Decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficão elevados á quatrocentos mil réis os ordenados dos Juizes Municipaes e de Orphãos dos Termos reunidos da Parnahiba e Peracuruca — e do Termo do Puty — na Provincia do Piauhy; dos Termos reunidos — da Fortaleza e Aquiraz — do Crato e Jardim — do Icó, Lavras, e S. Matheus — dos Termos — do Aracaty — de S. Bernardo — de Baturité — e do Sobral — na Provincia do Ceará; dos Termos reunidos — da Capital, Conde, e Allian-dra — do Pilar e Mamanguape — da Independencia e Bananeiras — de Campina Grande e Brejo d'Arêa — de S. João e Cabaceiras — de Pombal, Catolé, e Patos — e de Sousa e Piancó — da Provincia da Parahiba; do Termo de Macayó — dos Termos reunidos — do Penedo e Porto da Folha — de Assemblêa e Atalaia — de Porto Calvo e Porto de Pedras — de Alagoas e Santa Luzia do Norte — e de Anadia, Poxim, e Palmeiras — na Provincia das Alagoas; dos Termos reunidos — de S. Christovão — e Soccorro — da Estancia e Santa Luzia — do Lagarto, Campos, e Itabaianinha — de Santo Amaro, Maroim, e Rosario do Catete — de Propriá e S. Pedro do Porto da Folha — de Laranjeiras e Divina Pastora — dos Termos de Itabaiana — da Capella — e de Villa Nova — na Provincia de Sergipe dos Termos reunidos de Valença e Jequiriçá dos Termos de Marago-

gipe—de Nazareth—de S. Francisco—de Minas do Rio de Contas—e de Caeteté—na Provincia da Bahia; dos Termos reunidos de Queluz e Bomfim—de Santa Barbara e Caethé—de Sabará e Santa Luzia de Mar de Hespanha e Pomba—de Baependy e Ayuruóca—de S. João d'El-Rei e S. José—dos Termos de Marianna—de Itabira—de Piranga—de Pitanguy—da Barbacena—de Tamanduá—do Serro—da Conceição—da Diamantina—da Campanha—de Tres Pontas—de Oliveira—de Caldas—do Rio Pardo—e do Patrocinio—na Provincia de Minas Geraes; do Juiz Municipal dos Termos reunidos da Capital, Santo Amaro, e Parahiba—e dos Juizes Municipaes e de Orphãos dos Termos reunidos de Jacarehy, S. José, e Parahibuna—de Mogy das Cruzes e Santa Isabel—de Arêas e Queluz—de Lorena e Silveiras—de Constituição, Limeira, e S. João do Rio Claro—de Santos e S. Vicente—de Iguaçu e Xiririca—de Mogy-mirim e Casa Branca—dos Termos—do Bananal—de Pindamonhagaba—de Guaratinguá—de Taubaté—de Campinas—de Jundiahy—de Itú—de Sorocaba—de Itapitinga de Coritiba—de Castro—e de Ubatuba—da Provincia de S. Paulo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario. José Hedefonso de Sousa Ramos. do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hedefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL

1852.

TOMO 15.

PATRE 2.^a

SECÇÃO 86.^a

DECRETO N.º 1.059 — de 3 de Novembro de 1852.

Marca a maneira de se proceder ás habilitações para a percepção do Monte Pio de Marinha.

Para execução do Art. 35 da Lei N.º 628 de 17 de Setembro de 1851, Hei por bem Ordenar que se observe o seguinte :

Art. 1.º Todas as viúvas, filhas, mães e irmãs dos Officiaes da Armada fallecidos, escusos, ou degradados, que pretenderem haver o Monte Pio, deverão habilitar-se perante o Auditor Geral da Marinha.

Art. 2.º As pretendentes justificarão por testemunhas e documentos : 1.º a sua identidade : 2.º se percebem ou não alguma parte do Monte Pio de maridos, paes, filhos, ou irmãos, e produzirão em original a fé de Officio do Official, de quem pretenderem haver o Monte Pio; a certidão de obito, se tiver fallecido, ou a de ter sido escuso ou degradado, quando estas circumstancias não forem expressas na fé de Officio, e finalmente a de ter contribuido para o Monte Pio por mais de hum anno, com a quota correspondente ao soldo da ultima patente.

Art. 3.º As viúvas justificarão mais : 1.º que se achão no estado de viúva, ou que passarão a segundas nupcias com Official militar : 2.º se do matrimonio lhe ficarão ou não filhas solteiras honestas ou viúvas, em consequencia de que devão haver todo ou só metade do Monte Pio, nos termos do Plano de 23 de Setembro de 1795 Art. 9.º

Art. 4.º As filhas, na falta de viúvas, ou no caso das viúvas suas mães, passarem a segundas nupcias, ou por morte de suas mães viúvas, para haverem o que lhes pertencer de Monte Pio na conformidade do dito Plano, Arts. 4.º, 5.º e 10.º, justificarão da mesma fórma : 1.º

a sua filiação, ainda que só natural seja: 2.º o estado de solteira honesta ou viuva, e não religiosa professa: 3.º se são únicas, ou tem mais irmãs e quantas no mesmo estado.

Art. 5.º As mães, na falta de viúvas e filhas, justificarão da mesma forma: 1.º que era seu filho o Official de que pretenderem o Monte Pio: 2.º que se achão no estado de viuvez.

Art. 6.º As irmãs, na falta de viuva, filhas e mãe justificarão: 1.º ser seu irmão o Official, cujo Monte Pio requerem: 2.º acharem-se no estado de solteiras honestas.

Art. 7.º Nas justificações só se admittirão documentos originaes; e as pessoas que deverem haver o Monte Pio na falta de outras, a quem competeria, se existissem, deverão provar concludentemente esta falta.

Art. 8.º Feitas as justificações, e julgadas pelo respectivo Juiz, sem dependencia de apellação ex-officio, serão os processos originaes entregues, sem ficar traslado, ás justificantes, que os apresentarão ao Tribunal do Thesouro.

Art. 9.º O Tribunal do Thesouro procedendo do mesmo modo, que nas habilitações, para as percepções do meio soldo, e julgando as justificantes habilitadas, lhes mandará expedir o titulo, e fazer o assentamento.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

PLANO A QUE SE REFERE O DECRETO DESTA DATA.

Plano para a criação do Monte Pio da Armada.

Art. 1.º Todos os Officiaes deixarão cada mez hum dia dos seus respectivos soldos (sem quebrados, pois não são uteis em pagamentos pecuniarios;) estes ficarão desde logo confundidos com a Real Fazenda.

Art. 2.º Por morte de qualquer dos contribuintes, ficando viuva, apresentando esta na Contadoria dos armazens, certidão do obito de seu marido, se lhe continuará a pagar desde o dia do fallecimento do seu marido, a metade do soldo, que elle vencia no dito tempo, e este se lhe conservará em quanto a dita viuva existir no estado de viuvez, ou tornando a casar com algum Official militar; pois passando a segundas nupcias com quem o não for, ainda que seja nobre, perderá a dita consignação.

Art. 3.º Se a viuva, que passar a segundas nupcias (como fica dito) enviuar segunda vez, se lhe ficará contribuindo com a metade do soldo do segundo marido, suspendendo-se-lhe o que recebia do primeiro.

Art. 4.º Se por morte de qualquer dos contribuintes não ficar viuva, mais sim filhas donzellas, ou viuvvas, por todas ellas se repartirá igualmente o meio soldo de seu pae, habilitando-se, perante o Auditor Geral da Marinha, da sua filiação, estado de donzella ou viuvez, e esta porção se lhe continuará em quanto as ditas viverem, ainda que mudem de estado, com qualquer pessoa que seja, com sobrevivencia de humas para as outras.

Art. 5.º Todas as viuvvas, que perceberem a metade do soldo de seus defuntos maridos, continuarão a contribuir com a porção de hum dia de soldo, correspondente ao meio soldo, que recebem destes, e por tanto, por morte de qualquer viuva, ficando filhas donzellas, ou viuvvas, por estas se repartirá o mesmo meio soldo de seu pae, que a mãe recebia, por todo o tempo, que estas viverem, em qualquer estado, que vierem a tomar, á excepção de freiras.

Art. 6.º Se alguma filha de Official militar, que perceber pelo respeito de seu pae alguma das contribuições acima destinadas para ellas, tendo casado com outro Official militar, vier a enviuar deste, e por consequencia a

vencer também o meio soldo de seu marido, se este exceder de vinte mil réis só receberá a maior quantia, suspendendo-se a menor.

Art. 7.º Se por morte de qualquer Official, não ficar viuva, nem filhas donzellas, ou viúvas, se devolverá o meio soldo a favor de sua mãe, se esta for viuva, e não perceber já por algum dos motivos aqui declarados outra porção.

Art. 8.º Se por morte dos contribuintes não ficarem viúvas, filhas no estado de donzellas, ou viúvas, mãe no estado de viuvez, e tiver irmãs donzellas, virão estas a perceber aquella porção, que devia perceber a viuva, filhas, ou mãe do dito Official, isto he, meio soldo de seu irmão, repartido por todas igualmente.

Art. 9.º Se algumas das viúvas dos contribuintes quizerem passar a segundas nupcias com Official militar, como lhe he permitido, neste caso conservará o soccorro, que lhe pertencia por seu primeiro marido, se por ventura não tiver filhas donzellas ou viúvas do primeiro matrimonio, pois havendo-as, a viuva, que assim passar a segundas nupcias, só ficará com metade do que recebia no estado de viuva, e do dia em que casar segunda vez em diante, se repartirá igualmente a outra metade por todas as filhas do primeiro marido, que se acharem no estado de donzellas, ou viúvas, com a declaração feita no Art. 4.º

Art. 10. Se a viuva, que passar a segundas nupcias, sobreviver ao segundo marido, ficando com o meio soldo que pertencia a este, por morte da mesma viuva, será repartido este meio soldo por todas as filhas, que se acharem no estado de donzellas ou viúvas, sejam do primeiro ou segundo matrimonio; exceptuando as filhas viúvas, se o forem de Officiaes militares, e que por elles recebem já outra porção; porque neste caso se repartirá o que recebia a mãe, só pelas filhas donzellas.

Art. 11. Se as viúvas ou orphãs entrarem em clausura, unicamente como seculares e recolhidas, ficarão sempre gozando das pensões que lhe pertencêrão, se estivessem no seculo, as quaes perderão logo que professarem.

Art. 12. Se algum Official dos contribuintes for reformado em qualquer patente, e com qualquer soldo, sempre continuará a contribuir com hum dia de soldo de patente.

em que for reformado, como se fosse effectivo, e recebesse os soldos por inteiro na ultima patente; por tanto a viuva, filhas, mãe ou irmãs, que estiverem nas circumstancias de receber alguma pensão, a receberão, como se o dito Official tivesse morrido no actual exercicio da patente, em que for reformado.

Art. 14. Se algum Official contribuinte for servir em qualquer parte destes Reinos e seus dominios, levará na sua guia de passagem a clausula para se lhe continuar o desconto mensal, que lhe corresponder, e por consequencia por sua morte recabirá a pensão sobre aquella pessoa a quem pertencer.

Art. 14. Se algum Official contribuinte for escuso ou degradado, como neste caso se deve reputar morto, a sua viuva, filhas, mãe e irmãs, principiarão a receber, desde o dia, em que foi escuso, o que lhe pertencer, como se tivesse effectivamente fallecido, menos se tiver commettido crimes de lesa magestade divina ou humana, ou contra a honra.

Art. 15. Se Vossa Magestade ou algum dos seus successores mandarem suspender, por alguns motivos, estes soccorros pedidos, tambem os Officiaes cessarão de continuar a contribuir com o que offerecem.

Art. 16. Todo o Official na primeira praça que tiver de Official, será admittido á dita contribuição, sem ser preciso nova ordem.

Art. 17. As ditas pensões só principiarão a serem pagas ás viuvas e orphãs, que ficarem neste estado, no primeiro anno, quando se finalizar hum da contribuição offerecida.

Art. 18. Aquelles Officiaes, que quizerem logo gozar a graça pedida desde o 1.º dia, que Vossa Magestade Houver de a conferir, deixando elles doze dias de soldo de suas patentes; no caso de fallecerem, immediatamente as viuvas destes, ou filhas, mãe e irmãs haverão de perceber os meios soldos por mez, como se tivessem dado separadamente por doze mezes no anno; e aquelles que não tiverem deixado os doze dias na conformidade deste Artigo, e sim contribuido mensalmente com a sua respectiva porção, e fallecerem antes de se acabar o primeiro anno desta graça, perceberão os seus herdeiros os dias, com que contribuirão, visto não se utilizar a sua familia da dita graça.

Art. 19. Esta graça principiará a ter o seu effeito logo no mez seguinte áquelle em que Vossa Magestade a conceder.

Art. 20. A contribuição do referido soldo se deverá entender do soldo da patente vencido em terra.

Conde de S. Vicente, P. — Bernardo Ramires Esquivel, C. — José Sanches de Brito, C. — Antonio Januario do Valle, C. — Pedro de Mendonça e Moura, C. — João Caetano Vegano, Chefe de Divisão e da classe. — Joaquim Manoel do Couto, Capitão de Mar e Guerra, Chefe da classe. — Daniel Thompson, Capitão de Fragata, Chefe da classe. — Manoel Carlos de Tamm, Capitão Tenente e Chefe da classe. — João Domingues Maldonado, 1.º Tenente, Chefe da classe. — Theodoro José Laurentino, 2.º Tenente, Chefe da classe.

Resolução de Sua Magestade.

Hei por bem approvar o Plano proposto pelos Officiaes da Minha Armada Real aqui inserto, Ordenando que haja de ter o seu devido cumprimento. O Conselho do Almirantado mandará passar em consequencia as ordens necessarias para a sua final execução. Palacio de Queluz 23 de Setembro de 1795. — Com a Rubrica do Principe Regente.

DECRETO N.º 1.060 — de 3 de Novembro de 1852.

Autorisa a incorporação da Companhia de Seguros Marítimos — Fidelidade —, e approva os respectivos Estatutos.

Tomando em Consideração o que Me representou a Comissão Administrativa da Associação Commercial da Cidade do Rio Grande, na Provincia de S. Pedro, pedindo autorisação para a incorporação da Companhia de Seguros Marítimos — Fidelidade —, alli estabelecida, e approvação dos respectivos Estatutos, que em data de 30 de Abril deste anno forão assignados naquella Cidade pelos competentes Accionistas: Hei por bem, Conformando-Me, por Minha Imperial Resolução de 23 do corrente, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, emittido em Consulta de 18 de Agosto ultimo,

Autorisar a incorporação da mesma Companhia, e Approvar os referidos Estatutos a este annexos; devendo porém accrescentar-se no Art. 33 delles a clausula—e havendo previa autorisação do Governo; cumprindo outrosim, visto que na mencionada Companhia se pretendem fazer algumas operações bancaes, de dar dinheiro a juro, e descontar letras, que a autorisação seja tambem requerida pelo Ministerio da Fazenda, em observancia do que dispõe o Art. 11.º do Decreto N.º 575 de 10 de Janeiro de 1849. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Estatutos da Companhia de Seguros Maritimos — Fidelidade—, a que se refere o Decreto N.º 1.060 datado de 3 de Novembro de 1852.

CAPITULO I.

Da Companhia.

Art. 1.º O titulo commercial da Companhia he—Fidelidade—e o seu objecto he tomar Seguros Maritimos.

Art. 2.º A Companhia começará suas operações logo que esteja legalmente constituida, e durará pelo tempo de seis annos a contar do dia da eleição de sua primeira Directoria, findos os quaes poderá ser liquidada ou continuar, segundo for resolvido em Assembléa Geral.

Art. 3.º A Companhia he representada em todos os seus actos por huma Direcção de tres membros eleitos por escrutinio secreto dentre seus socios, designando-se o que deve ser Caixa.

Art. 4.º A Direcção usará em todos os seus actos e transacções da firma, que lhe designarem os Accionistas em sua procuração. Esta procuração deve conter pelo menos duas terças partes delles.

Art. 5.º O capital da Companhia he de trezentos contos de réis (300.000.000), divididos em acções de de conto réis (1.000.000) cada huma em moeda corrente desta Praça: na mesma especie serão pagos os sinistros, e cobradas as letras do seguro.

Art. 6.º O fundo effectivo he de dez por cento do total das acções, e além deste haverá hum fundo de reserva, creado privativamente com os premios do dinheiro a juro ou em desconto, até que chegue á quantia de quarenta contos de réis, revertendo ao depois esses premios para a conta de lucros ou perdas.

Art. 7.º O fundo effectivo da creação da Companhia deverá sempre existir em dinheiro ou letras: porêm se occorrerem prejuizos, que lhe causem algum desfalque, este será preenchido pelos Accionistas dentro do prazo de trinta dias.

Art. 8.º A Companhia toma seguros somente sobre navios ou mercadorias que sahirem deste porto, ou de outros portos para este; exceptuão-se desta regra os navios ou mercadorias de negociantes desta Provincia, cuja navegação tenha lugar do porto de Pernambuco (e intermediarios) até os do Rio da Prata e vice-versa.

CAPITULO II.

Dos Accionistas.

Art. 9.º Para ser Accionista he mister ser negociante de conhecidas garantias, capitalista ou proprietario.

Art. 10.º Nenhum Accionista o poderá ser senão com cinco, dez, quinze ou vinte acções.

Art. 11.º Os Accionistas podem vender e transferir as suas acções, com tanto que o transferido esteja nas circumstancias exigidas no Art. 9.º, que seja approvedo pela Direcção, e que tome sobre si toda a responsabilidade e obrigações ao transferente.

Art. 12.º Os Accionistas não são responsaveis por quantia maior do que aquella que representa o numero de suas acções.

Art. 13.º Findão os interesses de qualquer Accionista:

- 1.º Por morte.
- 2.º Por fallencia.
- 3.º Por falta do cumprimento do que lhe impõe estes Estatutos.

4.º Por ausencia por mais de hum anno, sem deixar quem o represente, o qual terá as qualidades exigidas no Art. 9.º, e assignará o termo de responsabilidade em hum livro para isso destinado.

5.º Por perda de suas faculdades intellectuaes.

Art. 14.º Dado qualquer dos casos do Artigo antecedente, a Directoria promoverá para que os legitimos parentes ou interessados do ex-socio traspassem as acções vagas como fica ordenado no Art. 11.º, o que terá lugar dentro de sessenta dias, o que não se verificando, os Directores farão venda dellas pelos meios mais convenientes sem intervenção dos interessados, conservando em caixa seu producto, que será entregue logo que se apresente pessoa competentemente habilitada.

Art. 15.º Os herdeiros dos socios são de direito admittidos, estando nas circumstancias do Art. 9.º e com as clausulas dos Artigos 10.º e 11.º

Art. 16.º Todo o Accionista poderá ver e examinar os livros e documentos da Companhia na presença dos Directores, que lhe darão os esclarecimentos pedidos.

CAPITULO III.

Da Directoria.

Art. 17.º Os Directores são tres annualmente eleitos em Assembléa Geral, na fórma do Art. 3.º, por maioria absoluta de votos dos socios presentes, podendo todavia ser reeleitos.

Art. 18.º Cessão as funcções dos Directores em qualquer dos casos do Art. 13.º, por demandar a Companhia por seguro que nella haja feito, e por ausencia além de tres mezes.

Art. 19.º Os Directores são solidariamente responsaveis por todos os actos administrativos, e tem de restricta obrigação :

1.º Comparecer no escriptorio da Companhia todos os dias que não forem Domingos ou dias Santos de guarda por espaço de huma hora, a qual farão annunciar no principio de sua gerencia.

2.º Tomar seguros de accordo entre si, e nas minutas que subscreverem declarar a hora em que o seguro he effectuado.

3.º Sacar letras sobre os segurados pelo premio dos seguros feitos, e passar ordens sobre a caixa para pagamentos dos sinistros.

4.º Ajustar e combinar os prejuizos que se exigirem, sendo previamente ouvido o Caixa, e opporem-se ás pretensões injustas e indevidas.

5.º Colher informações exactas a respeito das embarcações, e seus mestres, e de todas as circumstancias que podem affectar os seguros, tomando de tudo nota em livro proprio para esse fim.

6.º Determinar a extracção do balanço annual nos primeiros quinze dias do mez de Novembro, faze-lo imprimir com hum relatorio do estado da Companhia, e distribui-lo quando convocarem os socios para Assembléa Geral.

7.º Convocar os Accionistas por escripto para ás reuniões da Companhia.

8.º Contractar os Empregados assalariados, despedilos e marcar as despezas necessarias para o expediente do escriptorio. Os ordenados huma vez estabelecidos, só poderão ser alterados pela Assembléa Geral.

Art. 20.º Não he permittido aos Directores :

1.º Tomar em cada embarcação mercante Nacional ou Estrangeira quantia maior do que aquella que corresponder a 8 por cento do capital da Companhia.

2.º Em cada embarcação de guerra, paquete ou vapor Nacionaes ou Estrangeiros mais de dez por cento do capital da Companhia.

3.º Tomar seguro sobre embarcação suspeita, ou cuja viagem, por longa, causar desconfiança : os seguros sobre cascos e apparelhos de navios, só á perda total.

4.º Admittir outros Empregados além de hum Guardalivros e hum Continuo.

Art. 21.º He de restricta obrigação do Caixa :

1.º Guardar o dinheiro e letras, e mais valores da Companhia.

2.º Empregar o dinheiro disponivel em descontos de letras desta Praça ou da de Pelotas, com tanto que não tenham menos de duas firmas de reconhecido credito.

3.º Pagar e receber tudo que pertencer á Companhia.

Art. 22.º No caso de rompimento de guerra, ou quando hajão fundadas suspeitas de grande hostilidades, de que possa resultar prejuizos graves á Companhia, cumpre

á Directória convocar os socios para deliberarem sobre o que será conveniente adoptar. Esta convocação he tambem obrigatoria, toda a vez que o prejuizo da Companhia monte a hum terço do seu capital, ficando desde logo os Directores inibidos de tomar novos riscos.

CAPITULO IV.

Da Assembléa Geral.

Art. 23.º A Assembléa Geral he a reunião dos Accionistas convocados officialmente pela Directoria, os quaes devem comparecer não tendo legitimo impedimento.

Art. 24.º A Assembléa he presidida pelo Caixa, e no seu impedimento pelo Director mais idoso; hum dos Directores serve de Secretario, e na sua falta o Presidente nomeia hum Accionista.

Art. 25.º As deliberações que se houverem de tomar em Assembléa Geral serão decididas por escrutinio secreto e á pluralidade de votos dos socios presentes, nas eleições, quando da primeira vez senão manifestar a maioria absoluta, se procederá a segundo escrutinio.

Art. 26.º Os votos na Assembléa Geral serão contados da maneira seguinte :

Por 5 acções	1	voto.
» 10 »	2	»
» 15 »	3	»
» 20 »	4	»

Art. 27.º Nas votações por escrutinio secreto, o Secretario, procedendo á chamada pela lista dos Accionistas, receberá delles a cedula contendo no verso o numero de votos correspondentes ás acções que possuirem, e fazendo o Secretario a devida conferencia a lançará na urna.

Art. 28.º Nas firmas sociaes só hum socio pôde votar ou ser votado, porêem todos podem propor e discutir.

Art. 29.º A Assembléa Geral compete :

1.º Tomar conhecimento das transacções da Companhia, cujas circumstancias mais notaveis serão relatadas pela Direcção.

2.º Determinar e fixar o dividendo, havendo lucros, em harmonia com as observações dos Directores.

3.º Approvar o balanço e a acta que será lavrada , sendo possível , nesse acto.

Art. 30.º As deliberações da Assembléa serão registradas em huma acta lavrada pelo Secretario em hum livro para isso destinado , devendo conter tudo quanto se venço e votou naquella reunião , e será assignada pelos socios presentes.

Art. 31.º A Assembléa Geral se reunirá extraordinariamente sempre que a Directoria julgue conveniente convocar-la. A Directoria , sob pena de responsabilidade , convocará tambem huma Assembléa Geral e extraordinaria , sempre que lhe for exigida por numero tal de Accionistas , que represente hum quarto do capital effectivo da Companhia. E se oito dias depois de apresentada huma tal representação a Directoria não houver convocado a Assembléa Geral , poderão os requerentes faze-lo por annuncios publicos por todos assignados , com a designação do numero de acções de cada hum , e declarando não ter sido attendida a sua exigencia pela Directoria.

Art. 32.º Nas reuniões extraordinarias não terá lugar discussão alguma alheia ao objecto da convocação. Poder-se-hão porém apresentar quaesquer indicações para serem resolvidas na primeira reunião ordinaria , ou mesmo em outra extraordinaria , se a materia for julgada urgente pela Assembléa Geral.

Art. 33.º He permittido em reunião de Accionistas alterar os presentes Estatutos , passado hum anno de sua execução.

Art. Unico. Os Accionistas desde já se obrigão por si , seus herdeiros e successores ao inteiro e fiel cumprimento destes Estatutos , renunciando a qualquer direito que possam ter para impedir a sua observancia , concordando que qualquer contestação a respeito dos interesses da Companhia seja terminada por arbitros nomeados na fórma das Leis ou Codigo em vigor.

Disposição transitoria.

A Commissão administrativa da Associação Commercial da Praça do Rio Grande fica autorisada para requerer ao Governo a incorporação da presente Companhia na fórma do Decreto N.º 575 de 10 de Janeiro de 1849 , a promover a inscripção dos Estatutos no registro do Commercio

como determina o Art. 296 do Código Commercial, e a dar todas as providencias necessarias para a sua organização.

A Companhia se julgará definitivamente constituida com a eleição da sua primeira Directoria. Rio Grande 30 de Abril de 1852.

Porfirio Ferreira Nunes e C. ^a	vinte acções.	20
Antonio Sequira	» »	20
João de Miranda Ribeiro.....	» »	20
Antonio Martins de Freitas.....	dez »	10
Eufrazio Lopes de Araujo.....	cinco »	5
Menandro Rodrigues Pereira.....	» »	5
Dellino Lorena de Sousa.....	dez »	10
João Rodrigues Cardoso.....	vinte »	20
João Gomes de Faria.....	cinco »	5
José Antonio Leite Guimarães.....	» »	5
Francisco de Silva Flores.....	dez »	10
Antonio José Ferreira Guimarães....	cinco »	5
João Ferreira Marques.....	» »	5
Carruther Sousa e C. ^a	dez »	10
José Alves Augusto Rebello e Irmão .	cinco »	5
pp. Hugentobler e Dowly, J. G. Wallentin.	dez »	»
Lobo e Barbosa.....	cinco »	5
pp. Jeronimo de Oliveira e Silva, Lobo e Barbosa.....	cinco »	5
José Francisco de Castro.....	dez »	10
Antonio da Silva Tigre.....	cinco »	5
José Dias Affonso.....	» »	5
Antonio José da Rocha.....	» »	5
Bezerra e Marques.....	» »	5
Virgilino José da Porciuncula.....	» »	5
José Bernardino Teixeira Barbosa....	» »	5
José de Sousa Gomes.....	» »	5
Joaquim Antonio Lopes.....	dez »	10
João Antonio de Carvalho Serzedello..	cinco »	5
João Simões Lopes.....	dez »	10
Antonio José de Oliveira Castro	» »	10
José Antonio Moreira.....	» »	10
Domingos Faustino Corrêa.....	» »	10
Por Jacintho Antonio Lopes, Eufrazio Lopes de Araujo.....	cinco »	5
Joaquim de Freitas Vasconcellos.....	» »	5

Monteiro e Rodrigues.....	cinco acções.	5
José Henrique da Silva Mariante.....	dez "	10

Somma total 300

DECRETO N.º 1.061 — de 3 de Novembro de 1852.

Altera o numero das Estações Navaes , e algumas disposições que lhe são relativas.

Tomando em consideração o muito que convém á disciplina e regularidade do serviço das Estações Navaes alterar-lhes o numero , e algumas disposições , que a seu respeito se achão em vigor , Hei por bem Decretar.

Art. 1.º Haverá quatro Estações Navaes correspondentes ás quatro Secções , em que , pela fórma seguinte , se divide a Costa do Brasil.

Primeira Secção , que se estenderá desde a extremidade austral do Imperio até o pararello de 19º , sendo o Porto do Rio de Janeiro o centro da Estação.

Segunda Secção , desde o parallello de 19º até a foz do Rio de São Francisco na latitude de 10º 30' , que terá por centro o Porto da Bahia.

Terceira Secção , da foz do Rio de São Francisco até o Cabo de São Roque com centro no Porto de Pernambuco.

Quarta Secção , desde o Cabo de São Roque até os limites do Imperio com a Goyanna Franceza , continuando a servir-lhe de centro o Porto do Maranhão.

Cada huma das referidas Estações receberá o nome do Porto , que tiver por centro.

Art. 2.º Em cada Estação haverá huma Divisão composta dos Navios de Guerra , que o Governo determinar , sujeita immediatamente a hum Commandante em Chefe , que terá as attribuições e deveres marcados no Regimento Provisional da Armada , Capitulo 3.º Arts. 2.º , 5.º , 6.º , 9.º , 10 , 11 e 12.

Art. 3.º O Commandante de Divisão , que não for Official General , poderá ser ao mesmo tempo Commandante de hum dos Navios da Estação , e terá faculdade de mudar de navio temporariamente , quando julgar indispensavel ao serviço.

Art. 4.º A correspondencia Official com o Governo relativamente ao serviço e disciplina das Divisões será dirigida pelos respectivos Commandantes ao Quartel General da Marinha.

Art. 5.º O fim destas Divisões he cruzar de continuo ao longo da Costa do Imperio, cada hum dentro dos limites, que lhes são designados para: 1.º proteger e auxiliar o commercio e navegação nacional: 2.º obstar ao contrabando de generos de importação e exportação, e ao trafico illicito de Africanos: 3.º vigiar pela segurança dos habitantes da Costa, defendendo-os das hostilidades de Corsarios, ou Piratas, e auxiliando as Autoridades na sustentação da ordem e tranquillidade publica: 4.º dar aos Officiaes e equipagens dos Navios a instrucção e exercicio necessarios, para torna-los peritos e destros, assim na manobra, evoluções e navegação, como no uso e manejo das differentes armas, de que se compõe a força maritima: 5.º fazer observações para determinar ou rectificar a posição geographica dos pontos da Costa, Ilhas, e Baixos; levantar plano dos Portos Bahias, Enseadas, e Acoradouros, notar as sondas, correntes, marés e ventos dominantes, e fazer quaesquer outras observações tendentes ao aperfeiçoamento da navegação, e conhecimento da Costa do Brasil.

Art. 6.º O Commandante em Chefe designará os limites do cruzeiro de cada hum dos seus Navios, dando aos Commandantes dellas as necessarios instrucções, para procederem na fórma de disposto no Art. 2.º, e determinando a duração dos cruzeiros; o modo por que serão rendidos os Navios; quando e a que Portos se hão de recolher, e a maneira por que deverão os respectivos Commandantes dirigir-lhes as suas participações, e o resultado dos differentes serviços, de que forem incumbidos.

Art. 7.º Os Commandantes das Divisões percorrerão amidadas vezes todos os pontos das suas respectivas Estações, a fim de verificarem se os Commandantes dos Navios desempenhão, como devem, as suas obrigações, e especialmente as incumbencias, de que são encarregados por este Decreto.

Art. 8.º Os Commandantes das Estações Navaes, e, na sua ausencia, os Commandantes de quaesquer dos Navios dellas deverão satisfazer as exigencias, que os Presidentes das Províncias fizerem, não só para manter a ordem e tranquillidade publica, mas a bem de qualquer ramo do Serviço

Nacional, que urgentemente as reclame, com especialidade se forem tendentes á repressão do trafico de Africanos.

Art. 9.º Quando a exigencia do Presidente da Provincia pareça ao Commandante da Estação, ou do Navio opposta a alguma commissão especial, de que se ache encarregado, ou damnosa ao Serviço Naval, exporá respeitosamente ao mesmo Presidente as razões, que lhe assistem para assim pensar; mas, se este insistir, deve o Official satisfazer sem demora a exigencia.

Art. 10. No caso do Artigo antecedente deve o Presidente da Provincia dar immediatamente conta do facto, e dos motivos de sua determinação ao Ministerio da Marinha, cumprindo tambem ao Commandante da Estação, ou do Navio levar ao conhecimento do Quartel General semelhante occurrencia.

Art. 11. Não poderá jámais o Presidente da Provincia dar licenças, ou passagens ás praças dos Navios, nem determinar a menor alteração nas equipagens delles, ou qualquer acto, que toque á disciplina, e economia interna dos vasos de guerra.

Art. 12. Ficão revogadas as disposições dos Decretos numero trezentos vinte e seis de dous de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, e numero quatrocentos setenta e cinco de vinte e tres de Setembro de mil oitocentos quarenta e seis, que não fizerem parte do presente Decreto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 87.ª

DECRETO N.º 1.062 — de 6 de Novembro de 1852.

Manda executar a respeito dos Agentes Consulares e Cidadãos da Confederação Suissa as disposições mencionadas no Artigo 24 do Regulamento a que se refere o Decreto N.º 855 de 8 de Novembro do anno proximo passado.

Hei por bem, tendo em vista a reciprocidade ajustada por Notas reversaes trocadas entre o Meu Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e o Consulado Geral da Confederação Suissa em 29 do mez de Outubro ultimo e 2 do corrente, e em virtude do Artigo 24 do Regulamento annexo ao Decreto N.º 855 de 8 de Novembro do anno proximo passado, que sejam extensivas aos Agentes Consulares e Cidadãos Suissos as disposições que se contêm nos Artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 11.º do referido Regulamento. Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em seis de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 88.^a

DECRETO N.º 1.063 — de 13 de Novembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios do Espirito Santo, Victoria, e Serra da Provincia do Espirito Santo.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Espirito Santo Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios do Espirito Santo, Victoria, e Serra da Provincia do Espirito Santo hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá huma Companhia de Artilharia, dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, e huma Secção de Batalhão de tres Companhias; todos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hdefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.064 — de 13 de Novembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de S. Matheus, Barra, Linhares, Santa Cruz, e Nova Almeida da Província do Espirito Santo.

Attendendo á Proposta do Presidente da Província do Espirito; Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de S. Matheus, Barra, Linhares, Santa Cruz, e Nova Almeida da Província do Espirito Santo hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria com a designação de primeiro e segundo, este de quatro, e aquelle de seis Companhias, ambos do serviço activo.

Art. 2.º As praças qualificadas na reserva ficarão addidas aos Batalhões do serviço activo.

Art. 3.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Província, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos

DECRETO N.º 1.065 — de 13 de Novembro de 1852.

Contracta com José Rodrigues Ferreira a navegação por vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o de Caravellas, na Província da Bahia, tocando nos portos de S. Matheus, Santa Cruz, Victoria, Guaraparim, Benevente e Itapemirim.

Tomando em consideração o que Me representou José Rodrigues Ferreira, Negociante desta Praça, pedindo a

faculdade de estabelecer por si, ou por huma Companhia que incorporar, a navegação por vapor entre o porto desta Capital e o de Caravellas, na Provincia da Bahia, tocando nos portos de S. Matheus, Santa Cruz, Victoria, Guaraparim, Benevente e Itapemirim: Hei por bem, de conformidade com a Lei N.º 632 de 18 de Setembro de 1851, Conceder-lhe o privilegio exclusivo por dez annos para a referida navegação, e huma subvenção de dezoito contos de réis annuaes pelo espaço de quinze annos, sob as condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio; ficando porêem o contracto dependente de approvação do Corpo Legislativo, no que respeita aos favores da concessão quarta da condição 8.ª O mesmo Ministro assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes, de conformidade com a Lei N.º 632 de 18 de Setembro de 1851, o Governo contracta com José Rodrigues Ferreira, a navegação por vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o de Caravellas na Provincia da Bahia, tocando nos portos de S. Matheus, Santa Cruz, Victoria, Guaraparim, Benevente e Itapemirim.

1.ª José Rodrigues Ferreira se obriga para com o Governo, ou por si, ou por huma Companhia que incorporar, a manter, por espaço de 15 annos, a navegação a vapor, duas vezes por mez, em dias certos e regulares, entre o porto da Cidade do Rio de Janeiro, e o de Caravellas; tocando nos portos de S. Matheus, Santa Cruz, Victoria, Guaraparim, Benevente e Itapemirim. Hum Regulamento approved pelo Governo designará os dias de sahida, e horas de estada nos portos intermedios: a demora, além do tempo marcado, ficará sujeita a huma multa até duzentos mil réis, por cada 24 horas, administrativamente imposta. Se porêem provier

ella de ordem do Governo, ou das Autoridades nos pōrtos de escala, o Empresario terá direito a huma indemnisação igual.

2.^a Os vapores da Empresa serão bem construidos, com capacidade para entrarem nos differentes portos do seu destino; com a necessaria sufficiencia para garantir a certeza das viagens, e a segurança da navegação; terão, pelo menos, a lotação de 350 toneladas, e a força resultante de huma machina de 100 cavallos; com commodos bastantes para passageiros, e camarim reservado para Senhoras.

3.^a A navegação deverá ter principio dentro de dous annos, durante os quaes porẽm o Governo poderá permittir ao Empresario, ou á Companhia, começa-la com vapores de menor força e lotação, precedendo approvação do mesmo Governo, depois dos convenientes exames sobre o estado e capacidade dos ditos vapores. A navegação assim excepcionalmente começada poderá continuar por tres annos, durante os quaes tambem he permittido á Empresa realisar huma só viagem mensalmente.

4.^a Os pontos de escala, indicados na condição 1.^a, poderão ser alterados pelo Governo de accordo com a Companhia, se por experiencia for demonstrada a impossibilidade, ou a nenhuma conveniencia da visita de algum delles; ou verificada a utilidade da frequencia de outros em sua substituição: nos portos dispensados porẽm, sendo possivel, o Empresario deverá ter pequenas embarcações, que esperem a passagem dos vapores, e com elles communiquem, trocando as malas e os passageiros.

5.^a Terão passagem gratuita em cada viagem, sujeitos com tudo ao pagamento de comedia, quatro passageiros ao serviço do Governo, precedendo ordem escripta da Autoridade Publica. Os que excederem deste numero deverão ser admittidos, pagando 20 por % menos do que os outros passageiros particulares; e se forem presos, ou recrutas, serão acompanhados de huma escolta que os guarde. Será tambem gratuito o transporte das malas do Correio, de quaesquer sommas dos cofres publicos, e da carga pertencente ao Governo que não exceder, em cada viagem, do peso de huma tonelada: pelo excesso desta pagará igualmente o Governo 20 por % menos. As malas serão recebidas nas Agencias, e nellas entregues; ou de pessoas competentemente auto-

risadas, que neste caso tambem as poderão receber. A carga será recebida e entregue a bordo.

6.^a O Empresario organisará, todos os dous annos, huma Tabella que submeterá á approvação do Governo, na qual seião regulados os preços de fretes e de passagens; não podendo exceder o seu maximo além de 10 por % sobre o que se pagar nos barcos á vela.

7.^a Os vapores da Empresa estarão á disposição do Governo, quando este os requisitar em bem do Serviço publico; pagando porêem o mesmo Governo ao Empresario hum frete razoavel, e indemnizando-o de qualquer sinistro, proveniente de risco especial da commissão em que forem empregados os ditos vapores.

8.^a Em compensação do onus imposto neste contracto ao Empresario, o Governo obriga-se para com elle, ou a Companhia que organisar, ás seguintes concessões :

1.^a De hum subvenção annual, por todo o tempo do contracto, de dezoito contos de réis, pagos repartidamente pelo numero de viagens, de conformidade com os Arts. 1.^o e 3.^o da Lei N.^o 632 de 18 de Setembro de 1851; não tendo o Empresario direito á quota respectiva quando a viagem for interrompida, por força maior, se não na porporção da distancia navegada.

2.^a Do privilegio exclusivo por dez annos para a navegação certa e regular de que trata a condição 1.^a

3.^a De preferencia dos vapores da Empresa para conducção de tropas, de passageiros, e da carga que o Governo tiver de remetter para os portos desta navegação, livre de toda a concorrência quanto ao preço, por estar este designado na condição 5.^a

4.^a De isenção de pagamento de quaesquer direitos na aquisição e matricula dos vapores destinados para as viagens contractadas, gozando suas tripolações dos mesmos beneficios e favores que tem sido estipulados para Empresas semelhantes.

5.^a Do gozo de todos os favores conciliaveis com os Regulamentos fiscaes e de policia nos portos em que tocarem os vapores, fazendo-se as convenientes recommendações ás Repartições competentes para o seu prompto despacho.

6.^a De providenciar com a possivel brevidade, que os portos de escala, ainda não bem conhecidos, seião sufficientemente observados, collocando-se nelles as indispen-

saveis boias, ou signaes que indiquem o canal por onde devão os navios entrar; e nomeando-se patrões ou praticos, com os precisos Regulamentos, os quaes se incumbão de dirigir os barcos na entrada das barras, mediante a gratificação, da parte dos interessados, que nos mesmos Regulamentos for arbitrada.

9.^a O Empresario, ou a Companhia que este incorporar, fica sujeito a multas de cem mil réis a hum conto de réis, impostas administrativamente, tanto por infração dos Regulamentos especiaes, que o Governo der para a regular execução deste contracto; como dos geraes de policia e de fiscalisação; e de falta de execução de ordens superiores: estas multas não isentão o multado das outras penas communs em que incorrer.

10.^a Ficará sem effeito o presente contracto, e o Empresario sujeito á multa até dez contos de réis; 1.^o se dentro de dous annos não começar a navegação contractada; 2.^o se depois de a ter principiado a interromper por tres viagens successivas, sem causa que o Governo reconheça justificada; 3.^o se durante ella directa ou indirectamente auxiliar ou favorecer os perturbadores da ordem publica, os introductores de africanos, e os que fizerem contrabando de mercadorias.

Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.066 — de 13 de Novembro de 1852.

Contracta com José Rodrigues Ferreira, Negociante desta Praça, a navegação por vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o da Cidade do Desterro na Provincia de Santa Catharina, com escala pelos portos de Paranaguá e S. Francisco, por espaço de 15 annos, com o exclusivo de 10; e por este prazo a condução das malas entre o dito porto do Rio de Janeiro e o de Santos.

Tomando em consideração o que Me representou José Rodrigues Ferreira, Negociante desta Praça, pedindo a faculdade de estabelecer por si, ou por hum Compauhia que incorporar, a navegação por vapor entre o porto desta

Capital e o da Cidade do Desterro, na Provincia de Santa Catharina, com escala pelos portos de Paranaguá na Provincia de S. Paulo, e o de S. Francisco naquella Provincia: Hei por bem, de conformidade com a Lei N.º 632 de 18 de Setembro de 1851, Conceder-lhe o privilegio exclusivo por dez annos para a referida navegação, e huma subvenção de dezoito contos de reis annuaes pelo espaço de quinze annos, e mais a quantia de quinhentos mil réis mensaes para a conducção das malas, duas vezes por mez, entre esta Capital e o porto de Santos, tudo sob as condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio; ficando porém o contracto dependente da approvação do Corpo Legislativo no que respeita aos favores das concessões quarta e quinta da condição 7.ª O mesmo Ministro o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes, de conformidade com a Lei N.º 632 de 18 de Setembro de 1851, o Governo contracta com José Rodrigues Ferreira a navegação por vapor entre o porto do Rio de Janeiro, e o da Cidade do Desterro, na Provincia de Santa Catharina, com escala pelos portos de Paranaguá, e S. Francisco por espaço de 15 annos, e com o exclusivo de 10; e tambem por este prazo a conducção das malas entre o porto do Rio de Janeiro e o de Santos.

1.ª José Rodrigues Ferreira se obriga para com o Governo, ou por si, ou por huma Companhia que incorporar, a manter por espaço de 15 annos, e duas vezes por mez, a navegação por vapor, em dias certos e regulares, entre este porto do Rio de Janeiro e o da Cidade do Desterro na Provincia de Santa Catharina, com escala pelos portos de Paranaguá e S. Francisco; e tambem

duas vezes mensalmente entre este mesmo porto e o da Cidade de Santos para a condução das malas dos Correios. Hum Regulamento approved pelo Governo designará os dias de sahida, e horas de estada nos portos intermedios: a demora além do tempo marcado ficará sujeita a huma multa até duzentos mil réis, por cada 24 horas, administrativamente imposta. Se porêem provier ella de ordem do Governo, ou das Autoridades nos portos de escala, o Empresario terá direito a huma indemnisação igual.

2.^a Os vapores da Empresa serão de boa construcção: com sufficiencia para dar certeza ás viagens, e segurança á navegação. Com a lotação pelo menos de 400 toneladas deverão ter huma força, nunca menor do que a resultante de huma machina de 120 cavallos, e capacidade para receber de 8 a 10 mil arrobas de carga, sufficientes commodos para passageiros, e camarim separado para Senhoras.

3.^a Terão passagem gratuita em cada viagem, sujeitos com tudo ao pagamento de comedorias, quatro passageiros do serviço do Governo, precedendo ordem escripta de Autoridade Publica. Os que excederem deste numero deverão ser admittidos, pagando 20 por % menos do que os particulares. Se os passageiros forem presos ou recrutas deverão ser acompanhados de huma escolta que os guarde.

Será também gratuito o transporte das malas do Correio, de quaesquer sommas dos cofres publicos, e da carga pertencente ao Governo que não exceder, em cada viagem, do peso de huma tonelada: pelo excesso pagará igualmente o Governo 20 por % menos. As malas serão recebidas nas Agencias; e nellas entregues, ou a pessoas competentemente autorisadas, que neste caso também as poderão receber. A carga será recebida e entregue a bordo.

4.^a O Empresario, ou a Companhia organisará, todos os dous annos, huma Tabella, que submeterá á approvação do Governo, onde sejam regulados os preços de fretes e de passagens, não podendo exceder o seu maximo além de 10 por % sobre o que se pagar nos barcos á vela.

5.^a Os vapores da Empreza estarão á disposição do Governo, quando este os requisitar para alguma commissão a bem do Serviço publico, pagando por este em-

prego hum frete razoavel, indemnizando a Empresa de qualquer sinistro proveniente de risco especial da diligencia.

6.^a O Empresario, ou a Companhia deverá começar a navegação contractada dentro de seis mezes, podendo empregar nos tres primeiros annos vapores sem a força e lotação de que trata a condição 2.^a; precedendo porém a approvação do Governo, depois dos convenientes exames sobre o seu estado e capacidade. Se esta approvação não for obtida, o prazo de seis mezes será prorogado até hum anno, para que o Empresario possa fazer a aquisição dos convenientes vapores, e com elles principiar a navegação do contracto. Tambem nos primeiros tres annos será permittido á Empresa fazer huma viagem mensal em vez de duas, excepto para o porto de Santos.

7.^a Em compensação do onus imposto neste contracto ao Empresario, o Governo faz-lhe, ou á Companhia que elle organizar, as seguintes concessões:

1.^a Do privilegio por 10 annos de navegação certa e regular a vapor, de que trata a condição 1.^a, ficando porém livre a mesma navegação entre este porto e o de Santos.

2.^a De conformidade com os Artigos 1.^o e 3.^o da Lei N.^o 632 de 18 de Setembro de 1851, de huma subvenção annual, por todo tempo do contracto, de dezoito contos de réis, pagos repartidamente pelo numero de viagens. No caso de interrupção, em alguma viagem por sinistro ou força maior, a subvenção correspondente será paga na proporção da distancia navegada.

3.^a De preferencia aos vapores da Empresa para condução de tropas, de passageiros, e da carga que o Governo tiver de remetter para os portos desta navegação; não se podendo dar concurrencia com outros quanto ao preço, por estar este designado na condição 3.^a

4.^a Da subvenção de quinhentos mil réis mensalmente pela condução, duas vezes por mez, das malas deste porto para o de Santos, e daquelle para este, gozando tambem o Governo das vantagens nesta carreira de que trata a condição 3.^a

5.^a Da isenção de pagamento de quaesquer direitos na aquisição e matricula dos vapores destinados para as viagens contractadas, gozando suas tripolações das mesmas vantagens, que tem sido estipuladas para Empresas semelhantes.

6.^a Do gozo de todos os favores conciliaveis com os Regulamentos fiscaes e de policia nos portos em que tocarem os vapores , recommendando-se expressamente ás respectivas Repartições o seu prompto despacho.

8.^a O Empresario, ou a Companhia que elle incorporar, fica sujeito a multas de cem mil réis a hum conto de réis , administrativamente impostas , tanto por infracção dos Regulamentos especiaes que o Governo der para a regular execução deste contracto , como dos geraes de policia e de fiscalisação ; e de falta de execução de ordens superiores : estas multas não isentão o multado das outras penas communs em que incorrer.

9.^a Ficará sem effeito o presente contracto , e o Empresario sujeito a multas até dez contos de réis ; 1.^o se dentro de hum anno não der começo á navegação contractada ; 2.^o se esta depois de principiada , for interrompida por tres viagens successivas , sem huma causa reconhecida procedente pelo Governo ; 3.^o se durante ella directa , ou indirectamente auxiliar ou favorecer os perturbadores da ordem publica , os introductores de africanos , e os que fizerem contrabando de mercadorias.

Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 89.^a

DECRETO N.º 1.067 de 15 de Novembro de 1852.

Approva o Regulamento para as Caixas filiaes do Banco do Brasil nas Provincias de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e S. Paulo, com algumas alterações.

Tendo em consideração o que Me representou o Conselho de Direcção do Banco do Brasil, Hei por bem approvar o Regulamento para as Caixas filiaes do mesmo Banco, nas Provincias de S. Pedro do Sul, e S. Paulo, organizado na conformidade da authorisação do Decreto N.º 1.040 de 6 de Setembro de 1852, com as alterações seguintes.

O Art. 3.º fica assim redigido :

As Caixas filiaes poderão emittir letras, ou vales a prazo não menor de cinco dias, até metade da parte do seu fundo capital, correspondente ás acções emittidas nas respectivas Provincias; com tanto que o valor de cada huma das letras ou vales não seja inferior a cem mil réis.

No Art. 10 em lugar de — realizar a organização das caixas — diga-se — installar as Caixas.

Accrescentou-se os seguintes Artigos :

1.º— O Art. 10 do Decreto N.º 575 de 10 de Janeiro de 1849 he applicavel ás Caixas filiaes de S. Paulo, e S. Pedro do Rio Grande do Sul.

2.º— Nenhuma alteração poderá ser feita neste Regulamento, ou seja para augmentar o fundo capital de cada huma das Caixas, ou para modificar qualquer das outras suas disposições, sem previa approvação do Governo.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos quinze de Novembro de mil oitocentos cin-

coenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

Regulamento das Caixas filiaes do Banco do Brasil, autorisado por votação da Assembléa Geral do mesmo Banco em 21 de Julho proximo passado, e approvado pelo Decreto do Governo N.º 1.040 de 6 de Setembro de 1852.

1.º As Caixas filiaes durarão em quanto durar o Banco do Brasil; podendo porém ser dissolvidas nos termos dos Artigos 8 e 20 dos Estatutos do mesmo Banco, dando-se as causas que as tornem prejudiciaes: suspenderão de facto suas operações, até ulterior resolução do Banco do Brasil, reconhecendo-se prejuizos que absorvão o fundo da reserva, e 10 por cento do capital effectivo.

2.º O fundo de cada huma das Caixas filiaes será de mil contos de réis, metade em acções de quinhentos mil réis emittidas nas Provincias, e a outra metade fornecida pelo Banco do Brasil. Este fundo poderá ser augmentado por deliberação da Assembléa Geral do mesmo Banco.

3.º As acções de que trata o Artigo antecedente serão subscriptas nas respectivas Provincias nos prazos que forem designados pelo Conselho de Direcção do Banco do Brasil, e as que o não forem não poderão ser mais emittidas sem autorisação do referido Conselho, revertendo em beneficio das Caixas filiaes o premio que tiverem as acções nas emissões posteriores.

4.º Os Accionistas das Provincias entrarão dentro do prazo que for estipulado para se dar principio ás operações das Caixas, com a quantia que for exigida, e que será designado quando se annunciar nas mesmas Provincias a subscripção das acções, e o Banco do Brasil entrará na mesma occasião com a quantia correspondente á somma total recolhida na respectiva Provincia. As entradas posteriores se farão na razão de cincoenta mil réis por acção, quando a Direcção das Caixas, com approvação da do Banco do Brasil, julgar conveniente, até completar o fundo de mil contos de réis, entrando sempre o Banco

do Brasil com a quantia correspondente á que for exigida dos Accionistas das Provincias.

5.º Os Accionistas que não effectuarem pontualmente suas entradas, perderão o direito em beneficio da Caixa aos pagamentos anteriormente realizados, conforme dispõe o Art. 1.º dos Estatutos do Banco.

6.º Os direitos e responsabilidade dos Accionistas das Caixas filiaes serão regulados pelo que dispõe os Artigos 10, 11, 12, 13 e 14 dos Estatutos do Banco do Brasil, sendo a este applicavel á responsabilidade proporcional marcada no Art. 11.

7.º O Accionistas das Caixas filiaes serão admittidos nas Assembléas Geraes do Banco do Brasil, sendo-lhes permittido votar unicamente em negocios relativos ás mesmas Caixas, regulando-se a votação pelo que dispõe os Arts. 34, 35 e 36 dos Estatutos do Banco do Brasil.

8.º As Caixas filiaes gozarão proporcionalmente dos direitos e favores concedidos pelos Poderes do Estado ao Banco do Brasil, salvo determinações em contrario: poderão emitir letras ou vales a prazo não menor de 5 dias até metade do seu fundo capital, não sendo por quantia menor de 100\$.

9.º As Caixas filiaes serão administradas por hum Directoria de 5 membros, nomeando de entre si hum Presidente e o Secretario. Esta administração será nomeada pelo Conselho de Direcção do Banco do Brasil, bem como 5 Supplentes para servirem nos impedimentos dos Directores, e hum Gerente que terá a seu cargo a Thesouraria. Os demais empregados serão nomeados pela Directoria respectiva da Caixa filial.

10.º Á Directoria compete :

1.º Realisar a organização das Caixas filiaes cingindo-se ás ordens do Conselho de Direcção do Banco do Brasil, e promover a subscripção das acções, que tem de ser emitidas nas respectivas Provincias como dispõe o Art. 3.º

2.º Reunir-se ordinariamente hum vez por semana, para tomar conhecimento do Estabelecimento, e extraordinariamente sempre que for requisitado pelo Director em exercicio. O Secretario escreverá circunstanciadamente em hum livro de actas as resoluções da Directoria, e as razões que se fundarem, enviando mensalmente hum copia ao Conselho de Direcção do Banco do Brasil.

3.º Nomear e demittir livremente os empregados de sua escolha na execução pontual deste Regulamento.

4.º Enviar mensalmente ao Conselho de Direcção do Banco do Brasil hum resumo das operações e hum balançete, propondo o que entender util ao Estabelecimento, e no fim de cada semestre enviará o balanço geral acompanhado de hum relatório circunstanciado e de huma lista da responsabilidade das partes para com a Caixa.

5.º Suspender o Gerente do exercicio de suas funcções quando o bem do Estabelecimento o exija.

6.º Regular o modo de suas decisões pelo que dispõe os Arts. 45 e 48 dos Estatutos do Banco.

11. Todos os membros da Directoria são obrigados a zelar os interesses do Estabelecimento, e por seu turno entrará sempre hum de semana para resolver, de accordo com o Gerente, ácerca das operações diarias, sendo por ambos assignados todo o expediente, conferindo bem a Caixa o Director que entrar de semana.

12. Á Directoria, bem como aos empregados das Caixas filiaes, he applicavel o que dispõe o Art. 54 dos Estatutos do Banco do Brasil; a todos incumbe guardar o maior segredo no que respeita ás transacções da Caixa.

13. A Directoria terá, em compensação de seu trabalho, huma commissão de 5 por cento, sobre o lucro liquido, depois de deduzido o fundo de reserva, competindo ao supplente em exercicio a parte correspondente ao periodo de sua gestão.

14. O Gerente terá a seu cargo a Thesouraria, e incumbe-lhe executar as ordens da Directoria, velar na conducta de todos os empregados, fazendo conservar na maior ordem e rigorosamente em dia a escripturação, e finalmente representar e propor á Directoria o que for conveniente a bem dos interesses do Estabelecimento. O Gerente tem assento nas reuniões da Directoria, e bem que não tenha voto, sua opinião em contrario sobre qualquer medida importante suspende a decisão até nova reunião, em que será a questão de novamente discutida e votada.

15. Os Gerentes prestarão fiança á satisfação do Conselho do Banco do Brasil, os demais Empregados a prestarão á satisfação da Directoria das Caixas filiaes.

16. O Presidente da Directoria convocará annualmente huma reunião da respectiva Caixa filial, para lhe apresentar o balanço geral, e nesta reunião se poderá resolver o que for conveniente para ser submettido á approvação do Conselho de Direcção do Banco do Brasil, ou

da Assembléa geral do mesmo, sendo negocio que o exija.

17. As reuniões dos Accionistas das Caixas filiaes serão presididas pelo Presidente da Directoria ou quem suas vezes fizer, e no modo da votação observar-se-ha o que dispõe os Arts. 34, 35, 36, 37 e 38 dos Estatutos do Banco do Brasil, sendo as decisões tomadas pela maioria absoluta dos votos presentes.

18. As operações das Caixas filiaes serão as designadas nos Titulos 5.º, 6.º e 7.º, exceptuando-se os Arts. 64, 65 e 70, que não tem por em quanto applicação ás Caixas filiaes.

19. Os fundos que não estiverem em giro serão guardados em cofre separado com 3 chaves, das quaes uma estará sempre na mão do Presidente da Directoria, outra em mão do Director de semana, e a ultima em poder do Gerente.

20. No ultimo dia dos mezes de Maio e Novembro se fechará o balanço geral das Caixas filiaes, seguindo-se o que dispõe o Art. 74 dos Estatutos do Banco do Brasil, respeito do fundo de reserva: — de metade dos lucros se fará dividendo pelos Accionistas das Caixas; e a outra metade ficará á disposição do Banco do Brasil.

21. São applicaveis ás Caixas filiaes os Arts. 77, 78 80, 81, 82, 83 e 84 do Banco do Brasil.

22. O Conselho de Direcção do Banco do Brasil, nomeará annualmente, e quando julgar conveniente, huma Comissão para examinar o estado da Caixa filial.

23. As Caixas filiaes terão os seguintes empregados, podendo este numero ser augmentado segundo as exigencias do serviço.

1 Gerente que será tambem Thesoureiro.

1 Guarda-livros que será tambem Contador.

1 Fiel e Escripturario do Thesoureiro.

1 Escripturario.

1 Porteiro que servirá tambem de Continuo.

24. Os Gerentes são as primeiras autoridades das Caixas filiaes depois dos Directores, e todos os mais Empregados lhe são subordinados: compete-lhe, além das attribuições designadas no Art. 14, distribuir o serviço, tendo em vista o seu melhor desempenho; assignar tambem os vales e letras das Caixas, organizar a folha dos ordenados para ser paga depois de rubricada pelo Director de semana.

25. Ao Guarda-livros incumbe a escripturação, geral, e deve elle apresentar annualmente á Directoria, hum balancete do estado da respectiva Caixa filial, competin-

do-lhe tambem fazer ou rever todos os calculos das operações, pelas quaes será responsavel.

26. Os Escripturarios, Fieis, e Cobradores, empregar-se-hão nos serviços que lhes forem designados pelos Gerentes.

27. O Porteiro guardará a chave da porta da respectiva Caixa filial, e só elle deverá abri-la e fecha-la, sendo obrigado a residir effectivamente dentro da mesma, e cuidar de sua guarda e asseio: servirá tambem de Continuo e mensageiro do Estabelecimento.

28. Os Directores e os empregados das Caixas filiaes, não poderão ser fiadores dos empregados das mesmas Caixas.

29. No impedimento de qualquer empregado o Director de semana e o Gerente designarão quem deve substituir o seu lugar.

30. As Caixas filiaes terão sua casa forte construida com a necessaria segurança contra os riscos do fogo, roubo, e quaesquer outros acontecimentos que as possam prejudicar. A casa forte terá duas chaves, hum das quaes será guardada pelo Director de semana, e outra pelo Gerente.

31. As Caixas filiaes estarão abertas para o serviço do publico em todos os dias uteis das 10 horas da manhã até ás 2 da tarde, podendo a administração augmentar as horas do trabalho, segundo as exigencias do serviço, e em nenhum caso se darão por findos os trabalhos do dia senão depois de fechada a conta do movimento da Caixa, e seu balancete entregue ao Director de semana, bem como recolhido á casa forte todos os valores e livros.

32. Quando houver dois dias Santos seguidos hum Director e o Gerente, visitarão no segundo o Estabelecimento, examinando a casa em todas as suas partes.

33. Haverá nas Caixas filiaes hum livro de signaes no qual sendo possivel se fará com que assignem todos os que tiverem transacções com as mesmas para facilitar o reconhecimento das firmas.

34. Os vencimentos dos empregados serão marcados pelo Conselho de Direcção do Banco do Brasil, ouvidas as Directorias das respectivas Caixas filiaes.

35. O Conselho de Direcção do Banco do Brasil, ouvindo a Directoria de qualquer das Caixas filiaes poderá fazer neste Regulamento as alterações que as circunstancias das respectivas localidades tornem necessarias.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 90.^a

DECRETO N.º 1.067 A. — de 24 de Novembro de 1852.

Determina que o Corpo de Fusileiros Navaes passe a denominar-se Batalhão Naval, e Manda observar o respectivo Regulamento.

Hei por bem que o Corpo de Fusileiros Navaes passe a denominar-se Batalhão Naval, e nelle se observe o Regulamento, que com este baixa, assignado por Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Regulamento para o Batalhão Naval, a que se refere o Decreto desta data.

Art. 1.º O Batalhão Naval será composto de oito Companhias, e do Estado maior e menor pela fórma seguinte :

Estado maior e menor.

Commandante—Capitão de Mar e Guerra.....	1
Major—Capitão Tenente.....	1
Ajudante—1.º Tenente da Armada.....	1
Instructor de Infantaria—Official do Exercito.....	1
Dito de Artilharia—Official do Exercito, ou da Armada.	1
Capellão.....	1
Cirurgião—1.º, ou 2.º do Corpo de Saude.....	1

Commissario—do Número da Armada.....	1
Fieis do dito.....	2
Secretario.....	1
Escreventes.....	2
Serralheiro e Espingardeiro.....	1
Mestre de Primeiras Letras.....	1
1.º Sargento Tambor-mór.....	1

16

Huma Companhia.

Capitão—1.º Tenente da Armada.....	1
Tenente—2.º dito.....	1
1.º Sargento.....	1
2.ºs ditos.....	4
Cabos de Esquadra.....	8
Pifaros.....	2
Tambores.....	3
Soldados.....	130

150

Força total do Batalhão —Praças 1.216.

Art. 2.º Das oito Companhias as seis primeiras serão de Fusileiros, e as duas restantes de Artilheiros. O uniforme será o mesmo actual do Corpo de Fusileiros Navaes; devendo as praças das Companhias de Artilharia ter por divisa huma bomba, ou granada de panno encarnado, cosida sobre a parte anterior da manga esquerda, logo acima do cotovello. O armamento, e equipamento de todo o Batalhão continuará tambem a ser o mesmo em actual uso, em quanto outro mais perfeito não for adoptado.

Art. 3.º O Batalhão Naval he destinado a dar os destacamentos necessarios, para fazerem a bordo dos Navios armados o serviço militar de praça de guerra, e o mais determinado no presente Regulamento; e em terra o de guardas, e de guarnição de Fortalezas, Arsenaes e Estabelecimentos quaesquer da Repartição de Marinha, conforme for ordenado pelo Governo Imperial.

Art. 4.º Preencher-se-ha o Batalhão Naval: 1.º com praças das duas Companhias de recrutas, annexas ao Corpo de Imperiaes Marinheiros, chamadas de Deposito, depois do ensino primario, marcado nas respectivas Instrucções: 2.º com

os recrutas, de que trata o § 3.º do Art. 2.º das mesmas Instruções: 3.º com individuos, que voluntariamente se apresentarem, para assentar praça no Batalhão, sendo para isso idoneos.

Art. 5.º O tempo, pelo qual serão obrigadas a servir as praças de pret no Batalhão Naval, será o mesmo, que está marcado, ou houver de marcar-se para iguaes praças nos Corpos do Exercito.

Art. 6.º Os soldos e gratificações do Commandante, Officiaes e mais praças, em quanto desembarcados, serão iguaes aos do Exercito em identicas circumstancias; devendo porêem o Commissario, Capellão, Secretario, Instructores, Mestre de Primeiras Letras, Escreventes, Fieis do Commissario e Serralheiro continuar a perceber os vencimentos marcados nas Instruções de 25 de Novembro de 1847.

Art. 7.º Quando estiverem embarcados, vencerão, os Officiaes como em navio armado, e as praças de pret, além do soldo de terra, huma gratificação, que para os 1.ºs e 2.ºs Sargentos será igual a hum quarto do respectivo soldo, e para os Cabos, Soldados, Tambores e Pifaros igual ao mesmo soldo. Tanto no mar, como em terra, todos vencerão sempre huma ração de bordo diariamente.

Art. 8.º As praças das Companhias de Fusileiros terão, além da instrução primaria geral, a especial de tudo o que pertence á arma de Infantaria, e particularmente ao manejo de fusil, e exercicio de atirar ao alvo.

Art. 9.º As praças das duas Companhias de Artilheiros, afóra a mesma instrução primaria, e exercicio de Infantaria, receberão huma instrução muito especial da arma de Artilharia Naval, a qual lhes será dada pelo respectivo Instructor, que deverá possuir todos os conhecimentos theoricos e praticos, que constituem hum perfeito Official de Artilharia. Estas praças aprenderão todas a ler e escrever, se, quando entrarem para o serviço, já não souberem.

Art. 10.º O Instructor de Artilharia ensinará ás praças desta arma as definições, nomes, e uso das diversas bocas de fogo, e partes de que se compõe, e de suas carretas, palamenta, armamento, e vestidura, e a praticar todos os exercicios, manobras, e operações proprias da mesma arma; tudo segundo o Manual do Artilheiro de Marinha, adoptado para o serviço da Armada, explicando-o convenientemente, e fazendo mesmo os acrescmentamentos, que a materia exigir, e o Compendio, por abreviado, não contiver.

Art. 11.º Para o objecto, de que tratão os Artigos antecedentes, haverá todos os dias de serviço duas horas de ensino, e exercicio de manhã, e outras duas de tarde, sendo a Escola de Primeiras Letras das sete ás nove da noite durante o verão, e das seis ás oito no inverno.

Art. 12.º Das Companhias de Artilheiros Navaes destacará mensalmente, para o Laboratorio Pyrotechnico, e Officina de artefactos bellicos, huma turma de dous Inferiores, dous Cabos, e vinte e quatro Soldados dos mais adiantados, tirados das mesmas Companhias, a fim de aprender, não só a manipular os differentes mixtos inflammaveis, e incendiarios, e a fabricar as espoletas ordinarias, e fulminantes, mas tambem a fazer e preparar pyramides, lanternetas, tacos, cobrir lanadas, carregar bombas, balas ocas, e granadas, por-lhes espoletas, fazer cartuxos de artilharia e de mosque-taria, e em summa instruir-se na pratica de tudo quanto he concernente a taes Officinas, cujo Director tem o rigoroso dever de ensinar quanto fica indicado

Art. 13.º Para o exercicio e instrucção de Artilharia Naval, servirá a bateria construida em Villegaignon; podendo tambem por vezes ir o Instructor com turmas de Artilheiros fazer exercicios a bordo de algum dos Navios armados, que houver no Porto.

Art. 14.º A instrucção marcada nos Arts. 9.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º durará por tempo de hum anno, findo o qual embarcarão os Artilheiros em o Navio escola secundaria de exercicios praticos, ou em outro para esse fim preparado, a bordo do qual permanecerão por espaço de seis mezes, fazendo os exercicios determinados no Regulamento de 18 de Outubro de 1850, completando assim em dous annos a instrucção necessaria para os constituir bons Artilheiros Navaes.

Art. 15.º As primeiras Companhias de n.º 1 até 4 serão compostas dos Soldados de maior estatura e vigor, e destas Companhias serão tirados, com preferencia, os destacamentos de Fusileiros, que houverem de embarcar: as Companhias de n.ºs 5 e 6 serão empregadas no serviço em terra, e as de n.ºs 7 e 8 serão as de Artilheiros Navaes.

Art. 16.º Na formatura geral do Batalhão se apresentará todo elle uniformemente armado como Infantaria.

Art. 17.º Para formar o casco das duas Companhias de Artilharia em sua primeira creação, tirar-se-hão dos dous Corpos de Marinha, tanto para Inferiores e Cabos, como

para Soldados, aquellas praças, que mais habeis se tenham mostrado no exercicio de Artilharia, e forem de conducta regular; devendo preferir as que souberem ler e escrever; na intelligencia de que continuarão a vencer o soldo, que tiverem antes de passarem para estas Companhias, se o que nestas lhes competir for menor.

Art. 18.º O Commandante, Officiaes, e todas as praças do Batalhão Naval, no exercicio de suas respectivas funções, e em tudo quanto respeita á disciplina militar, ordem, e methodo de fazer o serviço nos Quartéis, ou em terra, observarão o Regulamento de Infantaria, e Ordenanças em vigor no Exercito; e, quanto á administração e economia do mesmo Batalhão, sua escripturação e contabilidade, regerão as Instrucções de 25 de Novembro de 1847, e as Tabellas approvadas pelo Decreto N.º 580 de 13 de Janeiro de 1849.

Art. 19.º A' bordo dos Navios de Guerra armados embarcarão destacamentos do Batalhão Naval, compostos do numero e qualidade de praças marcado nas lotações dos mesmos Navios, levando todo o seu armamento, e equipamento. Quando o destacamento for de meia Companhia, ou mais, será elle commandado pelo Capitão da mesma Companhia; se for de hum terço até hum meio pelo Tenente; e de menos de hum terço por hum Inferior, ou Cabo. Nas Nãos e Fragatas embarcará sempre hum dos Officiaes das Companhias de Artilheiros Navaes.

Art. 20.º Na composição dos destacamentos de embarque entrarão sempre Fusileiros e Artilheiros, sendo estes na razão de hum quarto daquelles, além do competente Inferior, ou Cabo, e todos sujeitos ao mesmo Commandante, que com o destacamento sob suas ordens fica inteiramente subordinado ao Commandante do Navio.

Art. 21.º Em os vasos armados em guerra, aos quaes por sua classe não compita destacamento de Fusileiros, embarcarão sempre Artilheiros em numero proporcional á sua força de Artilharia, segundo for marcado pelo Quartel General da Marinha.

Art. 22.º Além do serviço militar de guarnição de praça, que tem de ser feito a bordo dos Navios de Guerra pelos destacamentos do Batalhão Naval, tocão aos Officiaes de Pataente dos mesmos destacamentos as obrigações, que por escala lhes couberem como Officiaes da Armada, quando o navio andar sobre a vela; e ás praças de pret o serviço,

que lhes for marcado no detalhe de postos para combate, fainas geraes e incendios, assim como o dos quartos de vigia á vela, na fôrma da distribuição, que se fizer, tudo nos termos do que dispõe o Regimento Provisional da Armada; na intelligencia, porém, de que não serão obrigadas a subir às enxarcias, nem a fazer a baldeação, e mais trabalhos da limpeza do Navio.

Art. 23.º Além das obrigações, mencionadas no Artigo precedente, tem os Artilheiros Navaes á bordo, sempre sob a direcção do seu Official, ou Inferior, a incumbencia da Artilharia, e de todo o trem respectivo, o dever de velar, a fim de que se conservem no melhor estado os seus reparos, armamento, palamenta, e vestidura, e de cuidar na arrecadação, arrumação e conservação nos paiões e despensas competentes de todas as munições e petrechos de guerra, seja qual for a classe do Empregado, a quem taes objectos estejam carregados.

Art. 24.º Para o fim previsto no Art. 23.º, serão escolhidos d'entre os Artilheiros Navaes os mais habéis, e que mais confiança mereçam, e em numero proporcional á força do Navio, tendo dous delles a denominação de Fieis da Artilharia, para serem particularmente encarregados da arrecadação nos paiões, e os outros a de escoteiros. Os Artilheiros restantes serão empregados no detalhe de postos para combate, na qualidade de Chefes das peças destinadas a lançar balas ocas e metralla.

Art. 25.º A' vela os escoteiros de quarto passarão minuciosa revista a toda a Artilharia duas vezes ao dia, huma de manhã, logo depois da baldeação, e outra ao pôr do sol, para examinar, se nas baterias está tudo em boa ordem, e a Artilharia sãa, e prompta para entrar em combate; dando logo os mesmo escoteiros parte ao Official do quarto do estado das baterias.

Art. 26.º Os Artilheiros Navaes não embarcarão para os Navios de Guerra, sem terem completado a sua instrucção, na fôrma do Art. 12.º, e quando assim embarcarem terão, além do soldo, que lhes compete, na fôrma do Art. 6.º, mais a gratificação diaria de cem réis os Fieis da Artilharia e Escoteiros, e de sessenta réis os restantes, como Chefes de peça.

Art. 27.º As praças do Batalhão Naval, pelas faltas de serviço e disciplina, deserções e crimes, que commetterem, estando desembarcadas, serão castigadas correccionalmente,

ou processadas e julgadas, conforme a gravidade do delicto, segundo o Regulamento e Artigos de Guerra de Infantaria do Exército; e, quando embarcadas, pelo Regimento Provisional, e Artigos de Guerra da Armada, sendo-lhes neste caso applicavel a disposição do Art. 66.º do Regulamento do Corpo de Imperiaes Marinheiros, mandado executar pela Lei de 3 de Maio de 1850.

Art. 28.º Considerão-se sempre como embarcadas as praças dos destacamentos, que de bordo dos Navios forem mandadas a terra em serviço de qualquer natureza.

Art. 29.º Os Commandantes dos destacamentos embarcados serão responsaveis pela disciplina, asseio, e bom regimen economico dos mesmos destacamentos; assim como pela conservação e limpeza de seu armamento, e equipamento; darão ao Commandante do Navio nos dias por elle marcados a parte do estado do destacamento, e no 1.º de cada mez enviarão ao Commandante do Batalhão o mappa do mesmo destacamento, com declaração das alterações occorridas no mez antecedente; e bem assim as requisições, que houverem de fazer, de fardamento, semestres, ou de outros quaesquer objectos precisos.

Art. 30.º Os mesmos Commandantes dos destacamentos, sendo Officiaes de Patente, poderão de sua propria autoridade punir as faltas leves de disciplina das praças de seu commando com castigos, que não excedão a prisão por vinte e quatro horas, carregar d'armas, dobrar sentinellas, e metter na golilha por menos de quatro horas.

Art. 31.º No caso de serem as faltas mais graves, só poderão os Commandantes dos destacamentos prender o réo, ou réos, dando logo parte ao Commandante do Navio, que os mandará castigar correccionalmente, ou processar para Conselho de Guerra, conforme a natureza das faltas, ou crimes commettidos.

Art. 32.º Os castigos de correcção sempre serão applicados aos delinquentes no alojamento do destacamento.

Art. 33.º Quando o Commandante do destacamento não for Official de Patente, não poderá impor castigo algum, sem ser por ordem do Commandante do Navio, cumprindo-lhe prender o culpado, e dar logo parte.

Art. 34.º Os Officiaes da Armada, que se houverem de empregar nas duas Companhias de Artilharia do Batalhão Naval, serão tirados, por escolha do Governo, d'entre os que mais habilitados forem nos conhecimentos theoricos e

praticos de Artilharia , ou mediante opposição e concurso , e terão direito a huma gratificação addicional , correspondente á metade do soldo de suas patentes.

Art. 35.º O Governo nomeará os Officiaes para o Batalhão Naval pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha , e poderá remove-los , e substituir por outros , sempre que assim o houver por bem.

Art. 36.º Os Inferiores que , tendo servido quatro annos , além do tempo marcado , quizerem continuar , terão mais huma gratificação igual á que já perceberem ; e consecutivamente de quatro em quatro annos lhes será augmentado o vencimento com mais metade da mesma gratificação. Os Cabos e Soldados gozarão das mesmas vantagens , recebendo porém no primeiro caso mais metade da gratificação , que já tiverem , e nos periodos seguintes de quatro annos mais hum terço da mesma gratificação.

Art. 37.º As praças de pret do Batalhão Naval não só terão direito ao Asylo de Invalidos , mas tambem á reforma , nos mesmos casos , em que he concedida a semelhantes praças no Exercito.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e dous.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 91.ª

DECRETO N.º 1.068 — de 25 de Novembro de 1852.

*Concede a Alexandre Campbell Forbes privilegio exclusivo
por seis annos para curar a gagueira por hum
methodo de sua invenção.*

Attendendo ao que Me representou o Cidadão Norte-americano Alexandre Campbell Forbes pedindo privilegio exclusivo por doze annos para curar no Imperio a gagueira por hum methodo de sua invenção, obrigando-se, no caso de retirar-se antes de findo esse prazo, a ensinar o segredo a quem o possa substituir; e Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado: Hei por bem Conceder ao referido Alexandre Campbell Forbes o pedido privilegio, mas tão somente por seis annos na Côrte e nas Provincias a que for, ou onde tiver Agente seu que realise a cura; ficando porém obrigado dentro do primeiro anno a habilitar hum Medico que o substitua em cada hum dos ditos lugares, não podendo este com tudo durante o privilegio aproveitar-se do segredo sem sua permissão. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 92.ª

DECRETO N.º 1.069 — de 26 de Novembro de 1852.

*Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municípios
de Santo Antonio de Sá, e Rio Bonito da
Provincia do Rio de Janeiro*

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro: Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Santo Antonio de Sá e Rio Bonito da Provincia do Rio de Janeiro, hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, comprehendendo em Santo Antonio de Sá dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo, huma Secção de Batalhão de duas Companhias, do serviço activo, e hum Batalhão de quatro Companhias do serviço da reserva, e no Rio Bonito hum Corpo de Cavallaria de dois Esquadrões, hum Batalhão de Infantaria, de seis Companhias com a designação de terceiro, todos do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de tres Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Corpos terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Hdefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hdefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.070 — de 26 de Novembro de 1852.

Crea no Termo de S. José da Província de Santa Catharina o lugar de Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, e marca o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. Unico. Haverá no Termo de S. José da Província de Santa Catharina hum Juiz Municipal e de Orphãos, que terá o ordenado annual de quatrocentos mil réis.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.071 — de 26 de Novembro de 1852.

Crea o lugar de Promotor Publico na nova Comarca da Imperatriz da Província do Ceará, e marca o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo Unico. Haverá na Comarca da Imperatriz, ultimamente creada na Província do Ceará, hum Promotor Publico, que vencerá o ordenado annual de quatrocentos mil réis.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.072 — de 26 de Novembro de 1852.

*Declara de 1.ª Entrancia a Comarca da Imperatriz ,
creada na Provincia do Ceará.*

Hei por bem Decretar a seguinte :

Artigo Unico. Fica declarada de primeira Entrancia a Comarca de Imperatriz , ultimamente creada na Provincia do Ceará.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.ª

SECÇÃO 93.ª

DECRETO N.º 1.073 — de 30 de Novembro de 1852.

Marca os prazos para a posse e juramento dos Empregados de Fazenda, e o modo de contar-lhes a antiguidade.

Em additamento ao Decreto N.º 736 de 20 de Novembro de 1850, Hei por bem Ordenar o seguinte:

Art. 1.º Os Empregados do Ministerio da Fazenda, que forem promovidos nas Repartições em que servirem, ou removidos para outras, existentes nos lugares em que residirem, prestarão juramento e tomarão posse de seus novos empregos dentro de oito dias, contados da data em que lhes for communicada a promoção ou remoção. Os que residirem em lugar differente, prestarão juramento e tomarão posse no prazo que for marcado a cada hum delles pelo Ministro da Fazenda. Em ambos os casos porém, não será incluído nos respectivos prazos o tempo de molestia devidamente justificada.

Art. 2.º Os Empregados do Ministerio da Fazenda que, sendo promovidos na Repartição em que servirem ou removidos para outras, não puderem por si prestar juramento e tomar posse dos seus novos empregos, por se acharem occupados em commissão do Governo, ou com exercicio no Corpo Legislativo, deverão faze-lo por seus procuradores nos prazos marcados na fórma do Art. 1.º

Art. 3.º Contar-se-ha antiguidade da data dos respectivos despachos aos Empregados designados nos Artigos antecedentes, que tomarem posse nos prazos ahí estabelecidos. Aos que o não fizerem, contar-se-ha antiguidade somente da data da posse.

Art. 4.º Contar-se-ha tambem a antiguidade da data do despacho aos Empregados do Thesouro Nacional e das Thesourarias de Fazenda que ao tempo da reforma dessas Repartições se achavão em commissão; e aos que forão removidos para Repartições diversas das em que servirão,

e por isso não poderão tomar posse conjunctamente com outros despachados para as suas respectivas classes.

Art. 5.º As disposições deste Decreto não alterão o que se acha estabelecido na Legislação em vigor a respeito do pagamento dos ordenados; os quaes em todos os casos dos Artigos antecedentes, só serão devidos a contar da data do exercicio dos Empregados, mas aos que se acharem em commissão, quando forem promovidos e continuarem nella, se abonará, como gratificação, a differença entre o ordenado do novo emprego e os vencimentos que em tal commissão estiverem percebendo, se estes forem inferiores aquelle.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.



DECRETO N.º 1.074 — de 30 de Novembro de 1852.

Alterã a organização do Exercito, supprimindo o setimo Batalhão de Infantaria, que he substituido por hum Regimento de Cavallaria, e augmentando a força do primeiro Batalhão de Infantaria.

Hei por bem, nos termos do paragrapho segundo do Artigo decimo do Decreto numero seiscientos quarenta e oito de dezoito de Agosto deste anno, Determinar o seguinte :

Art. 1.º Ficão reduzidos a treze, com suppressão do setimo, os Batalhões de Infantaria, alterando-se nesta conformidade a respectiva numeração.

Art. 2.º Para substituir este Batalhão he creado hum novo Regimento de Cavallaria, que será o quinto, e terá a mesma força dos outros Regimentos.

Art. 3.º A força que sobra da necessaria para o novo

Regimento de Cavallaria he augmentada no primeiro Batalhão de Infantaria, que passará a ter a organização do Plano a este annexo.

Art. 4.º Os Officiaes do Batalhão supprimido terão o destino que o Governo julgar conveniente, como se determinará em outro Decreto.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Plano da organização do 1.º Batalhão de Infantaria, a que se refere o Decreto desta data.

ESTADO MAIOR E MENOR.

Tenente Coronel Commandante ou Coronel . .	1	
Major	1	
Ajudante	1	
Quartel-mestre	1	
Secretario	1	
1.º Cirurgião		
2.ºs Ditos		
Capellão	—	5
Sargento Ajudante	1	
Sargento Quartel-mestre	1	
Espingardeiro	1	
Coronheiro	1	
Tambor-mór	1	
Musicos	16	
Pifaros	2	
Mestre de Musica	1	
	—	24

A 1.ª Companhia constará de

Capitão	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	
	—	h
1.º Sargento.....	1	
2.ºs Ditos.....	3	
Forriel	1	
Cabos d'Esquadra.....	10	
Anspeçadas.....	10	
Soldados	110	
Tambores.....	2	
	—	137

As outras Companhias constarão de

Capitão	1	
Tenente.....	1	
Alferes	2	
	—	h
1.º Sargento.....	1	
2.ºs Ditos	3	
Forriel.....	1	
Cabos d'Esquadra.....	10	
Anspeçadas.....	10	
Soldados	108	
Tambores.....	2	
	—	135

Recapitulação.

Officiaes do Estado Maior.....	5	
Officiaes das Companhias.....	32	
	—	37
Praças de pret do Estado menor.....	24	
Praças de pret das Companhias.....	1.082	1.106
	—	1.143

Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Novembro de
1852.

Mamocl Felizardo de Sousa e Mello.

DECRETO N.º 1.075 — de 30 de Novembro de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despende no exercicio de 1851—1852 mais a quantia de 21.987\$660 , com a repressão do trafico de Africanos.

Não sendo sufficiente para as despezas com a repressão do trafico de Africanos , no exercicio de mil oitocentos cincoenta e hum a mil oitocentos cincoenta e dous, o credito extraordinario de treze contos setecentos e tres mil setecentos e quarenta réis , creado pelo Decreto numero novecentos vinte seis de cinco de Março do corrente anno, em conformidade com as disposições do paragrapho terceiro do Artigo quarto da Lei numero quinhentos oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta , e Tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros , Hei por bem Autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a despende mais a quantia de vinte hum contos novecentos oitenta mil seiscentos sessenta réis , do que dará conta ao Corpo Legislativo na sua proxima futura reunião. José Ildefonso de Sousa Ramos , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Novembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 94.^a

DECRETO N.º 1.076 — de 4 de Dezembro de 1852.

Autorisa o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a despender no corrente anno financeiro de 1852—53 a quantia de 74.551\$000 além das que forão votadas nos §§ 2.º e 3.º do Art. 4.º da Lei do Orçamento em vigor para as despesas com Legações e Consulados, e extraordinarias no exterior.

Attendendo á insufficiencia do credito dado nos paragraphos segundo e terceiro do Artigo quarto da Lei do Orçamento em vigor, para despesas com Legações e Consulados, e extraordinarias no exterior, e á necessidade de satisfaze-las, Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho de Ministros, autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios estrangeiros a despender, sob as rubricas daquelles paragraphos, a quantia de setenta e quatro contos quinhentos cincoenta e hum mil réis além das que forão votadas na sobredita Lei do Orçamento, devendo este credito supplementar ser opportunamente incluído na Proposta que houver de ser presente ao Corpo Legislativo, para ser definitivamente approvado. Paulino José Soares de Sousa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e expeça as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Sousa.

DECRETO N.º 1.077 — de 4 de Dezembro de 1852.

Approva e manda executar os Estatutos do Hospicio de Pedro Segundo.

Tendo consideração ao que Me representou o Conselheiro d'Estado José Clemente Pereira, Provedor da Santa Casa da Misericórdia desta Cidade, sobre a necessidade de regular o serviço e administração do Hospicio de Pedro Segundo: Hei por bem Approvar e Mando que se executem no mesmo Hospicio os Estatutos propostos pelo dito Conselheiro d'Estado, que com este baixão, assignados por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Estatutos do Hospicio de Pedro Segundo, mandados executar pelo Decreto N.º 1.077 de 4 de Dezembro de 1852.

CAPITULO I.

Origem e fim da instituição do Hospicio de Pedro Segundo.

Art. 1.º O Hospicio de Pedro Segundo, fundado por Decreto do 18 de Julho de 1844, debaixo da Augusta Protecção de Sua Magestade o Imperador, he destinado privativamente para asylo, tratamento e curativo dos alienados de ambos os sexos de todo o Imperio, sem distincção de condição, naturalidade e religião.

Art. 2.º O mesmo Hospicio, em virtude do Decreto da sua fundação, e do termo da sua incorporação na Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Rio de Janeiro, he igual em direitos, prerogativas e isenções aos outros pios Estabelecimentos da mesma Santa Casa.

CAPITULO II.

Da Administração do Estabelecimento.

Art. 3.º A Administração do Hospicio de Pedro Segundo, he confiada a tres Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, servindo hum de Escrivão, outro de Thesoureiro, e outro de

Procurador, nomeados annualmente pela Mesa da mesma Irmandade, e a ella subordinados, debaixo da superintendencia, que pelo Compromisso compete ao Provedor. As attribuições e deveres dos sobreditos Administradores serão regulados no Regimento interno do referido Hospicio.

Art. 4.º O serviço do Hospicio de Pedro Segundo divide-se em economico, sanitario e religioso.

O primeiro será commettido a hum Administrador, ajudado por empregados subalternos.

O segundo estará a cargo de Facultativos clinicos de Cirurgia e Medicina, servindo hum de Director, auxiliados por Irmãs da Charidade, enfermeiros, enfermeiras e serventes, e hum Pharmaceutico chefe da Botica.

O terceiro finalmente será desempenhado por Capellães. No Regimento interno do mesmo Hospicio se regulará o numero dos referidos empregados, suas incumbencias e vencimentos.

CAPITULO III.

Da admissão e sahida dos alienados.

Art. 5.º Serão admittidos gratuitamente no Hospicio de Pedro Segundo:

1.º As pessoas indigentes:

2.º Os escravos de senhores que não possuirem mais de hum, sem meios de pagar a despeza do seu tratamento e curativo:

3.º Os marinheiros de navios mercantes, apresentando, no acto da entrada, escripto, reconhecido por Tabellião, do proprietario, consignatario, capitão ou mestre da embarcação a que pertencerem, ou do Consul respectivo.

Art. 6.º Os alienados, que tiverem meios de pagar as despezas do seu tratamento e curativo, serão admittidos como pensionistas.

Art. 7.º Ninguém será admittido como Pensionista sem que as respectivas familias, Tutores, Curadores, ou senhores, sendo escravos, tenham apresentado ao Administrador do Hospicio escripto assignado por pessoa notoriamente abonada, que alicie o pagamento mensal das quotas diarias, correspondentes á classe em que o doente houver de ser collocado, a saber.

1.ª Classe: quarto separado, com tratamento especial.	2,000
2.ª Classe: quarto para dous alienados, com tratamento especial.	1,600
3.ª Classe: Enfermarias geraes:	
Pessoa livre	1,600
Escravos	800

Em todas as classes as despesas do vestuário dos alienados será por conta destes, pelo preço que se ajustar, segundo o estado da alienação mental, se as pessoas obrigadas pelo tratamento não preferirem fornecer o mesmo vestuário em especie.

Art. 8.º Os alienados militares, tanto do Exército como da Armada, remettidos pelas Autoridades competentes, serão tratados como pensionistas; regulando-se a classe pelo pagamento, e este pelos vencimentos que lhes competirem quando enfermos, com tanto que não excedão á quota da 1.ª classe.

Art. 9.º Os Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, que forem admittidos no Hospício, sem meios de pagar as despesas do tratamento e curativo, serão tratados gratuitamente como pensionistas; regulando-se a classe segundo os serviços que tiverem prestado á mesma Santa Casa, e a sua posição social.

Art. 10. Ninguém será inscripto nos livros do assentamento ou matricula dos alienados do Hospício de Pedro Segundo, senão em virtude de despacho do Provedor da Santa Casa; e este só poderá ordenar a matricula:

1.º A' vista de requisição official do Juiz dos Orphãos, ou do Chefe ou Delegado de Policia do districto da residencia do alienado, ou do lugar onde for encontrado; e sendo Militar, Ecclesiastico ou Religioso, do seu Superior competente:

2.º Sobre petição do pae, tutor, ou curador, irmão, marido ou mulher, ou senhor do alienado, por elles assignada, com reconhecimento da assignatura por Tabellião Publico.

Art. 11. Em qualquer dos referidos casos, cumpre que tanto os Officios de requisição, como as petições declarem o nome, naturalidade, residencia, idade, condição civil, e estado do alienado; e que as segundas, sejam além disso, instruidas com certidão authentica da sentença do Juiz dos Orphãos que houver julgado a demencia, ou pelo menos de attestado de Facultativo clinico, que certifique a alienação mental; devendo todos os documentos ser reconhecidos por Tabellião, e competentemente sellados.

Art. 12. Quando os alienados não vierem acompanhados de certidão authentica do julgamento da demencia, serão postos em observação por tantos dias, quantos forem bastantes para se formar juizo seguro do seu estado mental, com tanto que não excedão a quinze; sendo obrigados os Facultativos clinicos do Estabelecimento a interpor hum parecer motivado, fundado nas suas observações, dentro do referido prazo, de que se lavrará assento em livro para este fim privativamente designado; e segundo for o resultado do parecer, o Provedor ordenará a matricula ou a sahida.

Art. 13. Em caso urgente, requisitando-se por petição de partes a admissão de algum alienado que não venha acompanhado de nenhum dos documentos requeridos no Art. 11,

poderá o Provedor autorisar a admissão em deposito, procedendo-se, antes da matricula aos termos prescriptos no Artigo antecedente.

Art. 14. Sempre que algum alienado, que houver entrado sem vir acompanhado de instrumento de julgamento da sua demencia, se demorar no Hospicio por mais de hum mez, o Administrador do mesmo Hospicio he obrigado a communicar a sua admissão ao Juiz dos Orphãos desta Cidade, a fim de que proceda conforme for de direito.

Art. 15. Para evitar os abusos que possão commetter-se na detenção indevida dos alienados, e obstar a que se attente contra a liberdade e segurança pessoal dos individuos, dando-os como alienados, sem o estarem, são incumbidos os Membros da Administração do Hospicio, e particularmente o Provedor de visitar frequentemente os dormitorios e aposentos dos alienados, fazendo as convenientes investigações para conhecerem por si mesmos a verdadeira posição e estado mental de cada alienado.

Art. 16. Os alienados não poderão ser despedidos do Hospicio antes de obterem hum curativo completo, excepto sendo pensionistas; os quaes poderão obter alta, qualquer que seja o seu estado mental, se assim o requererem as pessoas, que requerêrão a sua admissão, satisfeitas as despesas vencidas.

Art. 17. Antes de se dar sahida aos alienados curados, e mesmo aos que por qualquer motivo tenham de saber, antes do seu completo restabelecimento, o Administrador do Hospicio dará promptamente parte á Autoridade ou pessoa que houver requerido a sua admissão, e ao Juiz dos Orphãos nos casos em que houver sentença de julgamento da demencia, ou o alienado for orphão.

CAPITULO IV.

Do serviço sanitario.

Art. 18. Os alienados recebidos no Hospicio serão distribuidos em duas divisões; huma comprehenderá todos os individuos do sexo masculino, e a outra todos os do sexo feminino.

Art. 19. Os alienados indigentes, e os pensionistas da ultima classe serão distribuidos nas subdivisões seguintes: 1.^a de tranquilllos limpos: 2.^a de agitados: 3.^a de immundos: 4.^a de affectados de molestias accidentaes.

Os pensionistas das primeiras duas classes serão distribuidos em duas subdivisões: 1.^a de tranquilllos: 2.^a de agitados.

Art. 20. A classificação estabelecida no Artigo antecedente poderá ser alterada com maior numero de subdivisões.

por accordo dos Facultativos clinicos do Hospicio, autorizado pelo Provedor, sempre que se entender que a alteração pôde ser util ao serviço e tratamento dos doentes.

Art. 21. Em cada divisão sexual haverá hum Facultativo clinico encarregado do tratamento e curativo dos respectivos alienados.

Os referidos Facultativos substituem-se mutuamente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 22. Compete aos Facultativos clinicos, cada hum nas Enfermarias, que pelo Provedor lhes forem designadas.

1.º A direcção e prescripção de todo o tratamento e curativo dos alienados existentes nas Enfermarias a seu cargo:

2.º Regular a instrucção, occupação, trabalho, e recreio dos alienados, a horas fixas e regulares:

3.º Determinar a applicação dos meios coercivos e repressivos, autorisados pelos presentes Estatutos (Art 32), quando forem indispensaveis, ou convenientes para obrigar os alienados á obediencia, e conceder os premios, que se estabelecerem no Regimento interno do Hospicio, aos que os merecerem:

4.º Conceder licença para que os alienados sejam visitados pelos seus parentes e amigos:

5.º Dar alta aos alienados, declarando o estado mental em que sahem, e especificar as causas certas, ou provaveis da morte dos que fallecerem:

6.º Indicar por escripto ás pessoas a quem forem entregues os alienados, que sahirem curados, os preceitos e cautelas que devem observar para prevenir as recaídas:

7.º Informar a familia de qualquer alienado do estado deste, todas as vezes que assim lhe for requerido:

8.º Dar parte de tres em mezes ao Provedor do estado e natureza dos padecimentos dos alienados retidos no Hospicio por ordem da Autoridade Publica:

9.º Organisar annualmente a estatistica dos alienados, que lhes forem confiados, designando-os nominalmente, e o Relatorio dos methodos therapeuticos por elles empregados no tratamento de cada hum dos doentes, acompanhado das circumstancias das molestias, do resultado das suas observações, e das mais considerações que julgarem convenientes, a fim de ser tudo incorporado no Relatorio geral.

CAPITULO V.

Regimen alimentar e disciplinar.

Art. 23. A alimentação dos alienados será prescripta diariamente pelos respectivos Facultativos clinicos, que são obrigados a regular-se pelas Tabellas das dietas, juntas á estes Estatutos.

Art. 24. Os dormitórios e aposentos dos alienados, e particularmente os dos agitados e immundos, serão convenientemente preparados para devida limpeza, segurança e mais necessidades do seu tratamento.

Os aposentos destinados para os pensionistas da 1.^a e 2.^a classe, além das referidas condições, serão dispostos, mobiliados e servidos em relação á sua condição, e com attenção á prestação por elles paga ao Estabelecimento.

Art. 25. A casa de banhos será disposta e preparada de modo que nella se possam administrar aos enfermos banhos hygienicos e medicinaes de toda a especie.

Art. 26. Os alienados serão vigiados assiduamente, por fórma que estejam sempre limpos e asseados, e se evitem os perigos de altercação e disturbios.

Art. 27. Fóra das horas do descanso, que serão marcadas no Regimento interno, os alienados, cujas circumstancias o permittirem, serão entretidos em occupaões de instrucção e recreio, e em trabalhos manuaes nas officinas, e no serviço domestico do Estabelecimento, seus jardins e chacara, na conformidade das prescripções dos respectivos Facultativos, e com as devidas precauções; tendo-se em vista na escolha e designação dos trabalhos, e na maneira de os dirigir, a cura dos alienados, e não o lucro do Estabelecimento.

Art. 28. Haverá dentro do Estabelecimento as officinas que se julgarem convenientes, debaixo da inspecção e direcção das Irmãs da Charidade, para serem nellas empregados os alienados que tiverem officios, e aquelles que para os aprender mostrarem disposição: sendo licito á Administração do Hospicio contractar, com qualquer pessoa estranha ao Estabelecimento, a factura de obras para que os alienados possam achar-se habilitados.

Art. 29. Os generos e materias primas das obras contractadas serão recebidas pelo Administrador do Hospicio, e por elle entregues, depois da obra feita, aos respectivos fornecedores.

Art. 30. Metade do producto do trabalho dos alienados será entregue ao Thesoureiro do Hospicio para ser applicado ás despezas do Estabelecimento; e a outra metade deverá entrar em hum cofre de duas chaves, das quaes terá hum a Administrador, e outra a Irmã Superiora das Irmãs da Charidade, para ser entregue aos alienados officiaes a parte que a cada hum corresponder, quando sahirem curados.

Art. 31. Poderão conceder-se aos alienados os premios, que no Regimento interno forem julgados convenientes.

Art. 32. Os unicos meios de repressão permittidos para obrigar os alienados á obediencia são:

1.^o A privação de visitas, passeios e quaesquer outros recreios:

2.º A diminuição de alimentos, dentro dos limites prescriptos pelo respectivo Facultativo:

3.º A reclusão solitaria, com a cama e os alimentos que o respectivo Clinico prescrever, não excedendo a dous dias, cada vez que for applicada:

4.º O colete de força, com reclusão ou sem ella:

5.º Os banhos de emboreação, que só poderão ser empregados pela primeira vez na presença do respectivo Clinico, e nas subsequentes na da pessoa e pelo tempo que elle designar.

Art. 33. Os referidos meios de repressão só podem ser determinados pelo Facultativo a cujo cargo estiver o alienado.

Todavia, em caso urgente, poderá o primeiro Enfermeiro empregar, debaixo de sua responsabilidade pessoal, a privação de visitas, passeios e quaesquer outros meios de recreio, a reclusão solitaria, e o colete de força, com reclusão ou sem ella, dando conta ao Facultativo respectivo, na sua primeira visita ao Hospicio, da qualidade dos meios empregados, e dos motivos que tornárão indispensavel a sua applicação.

Art. 34. He prohibido a qualquer pessoa estranha ao Hospicio visitar ou fallar aos alienados, sem licença do respectivo Clinico, debaixo da responsabilidade dos Enfermeiros, a quem estiver confiada a guarda dos mesmos alienados.

Art. 35. Nenhum papel manuscripto ou impresso, com destino para algum alienado, poderá ser recebido no Hospicio sem previa licença do Clinico respectivo.

CAPITULO VI.

Disposição transitoria.

Art. 36. O Provedor da Santa Casa da Misericórdia fica autorizado para dar as Instrucções necessarias para a boa execução dos presentes Estatutos, organisando hum Regimento interno provisorio do Hospicio de Pedro Segundo, que será levado ao conhecimento do Governo Imperial depois de tres annos de pratica, com as alterações que a experiencia mostrar necessarias.

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

TABELLA N.º 1.

DIETAS PARA PENSIONISTAS DA 1.ª E 2.ª CLASSES.

Almoço.

Pão branco: chá ou café, com leite, ou sem elle: assucar e manteiga.

Jantar.

Pão: sopa de pão, cevadinha, ou massas: carne de vacca: arroz: frango ou gallinha: toucinho: ervas ou salada: vinho: fructa e doce.

Cêa.

Pão: chá ou café, com leite, ou sem elle: assucar e manteiga.

N. B. Esta dieta póde variar, substituindo-se o pão ao jantar, no todo ou em parte, por farinha de mandioca: a carne de vacca e o arroz, por lombo de Minas, ou peixe salgado ou fresco: o frango ou gallinha por carne de porco ou carneiro: as ervas ou salada, por legumes frescos. E o chá ou café, por mate. A' cêa cangica.

TABELLA N.º 2.

DIETAS PARA PENSIONISTAS DA 3.ª CLASSE E ALIENADOS
INDIGENTES.

Almoço.

Pão branco: chá ou café, com leite, ou sem elle: assucar e manteiga.

Jantar.

Pão: sopa de pão: carne de vacca: toucinho: arroz: fructa.

Cêa.

Pão: chá ou café: assucar e manteiga.

N. B. Esta dieta póde variar, substituindo-se o pão ao jantar por farinha de mandioca: a carne de vacca com arroz por carne secca com feijão e ervas: o chá ou café por mate: e as cêas por cangica.

TABELLA N.º 3.

DIETAS PARA OS ALIENADOS ENFERMOS DE MOLESTIAS ACCIDENTAES, ALÉM DA ALIENAÇÃO MENTAL.

As mesmas dietas que se achão estabelecidas para os doentes do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Rio de Janeiro.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.078 — de 4 de Dezembro de 1852.

Concede ao Visconde de Barbacena, e a Antonio de Sousa Ribeiro faculdade por dous annos para procederem juntos ou separados, á exploração do carvão de pedra na Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que Me representarão o Visconde de Barbacena, e Antonio de Sousa Ribeiro pedindo a concessão de quatro datas nos lugares que forem por elles indicados na Provincia do Rio de Janeiro, para minerarem o carvão de pedra, de que tem elles colhido indícios e pequenas amostras; e convindo animar a exploração de tão util mineral, cuja descoberta dará grande impulso á industria do Paiz, Tendo ouvido ácerca deste objecto a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado: Hei por bem Conceder aos referidos Visconde de Barbacena, e Antonio de Sousa Ribeiro a faculdade por dous annos de procederem, juntos ou separados, aos exames e explorações para a descoberta do referido mineral na Provincia do Rio de Janeiro, em quaesquer terrenos devolutos, nos do possessorio dos Supplicantes e nos de terceiros, com o consentimento destes; ficando-lhes garantido qualquer resultado de seus trabalhos, que deverá ser apresentado, para em vista do mesmo ter lugar a concessão e demarcação das pedidas datas, com as condições que se estipularem, e que ficarão dependentes da approvação do Corpo Legislativo. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.079 — de 4 de Dezembro de 1852.

*Declara de 1.ª Entrancia a Comarca de Porto Calvo,
creada na Provincia das Alagoas.*

Hei por bem Decretar o seguinte: :

Artigo Unico. Fica declarada de primeira Entrancia a Comarca de Porto Calvo, ultimamente creada na Provincia das Alagoas.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 95.^a

DECRETO N.º 1.080 — de 11 de Dezembro de 1852.

Approva os Estatutos da Caixa Economica da Cidade de Valença, na Província da Bahia, com algumas alterações.

Attendendo ao que Me representarão os Directores da Caixa Economica da Cidade de Valença, na Província da Bahia, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho d'Estado: Hei por bem approvar os Estatutos da mencionada Caixa, com as seguintes alterações:

Fica supprimida a 2.^a parte do Art. 19: he porém prohibido o exame nas contas de deposito e registro de letras que só serão patentes á Commissão de exame.

Accrescente-se o Artigo seguinte: o prazo da duração da Caixa Economica será de 5 annos.

Joaquim José Rodrigues Torres, de Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos onze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

Estatutos da Caixa Economica da Cidade de Valença.

TITULO I.

Da Caixa Economica.

Art. 1.º A Caixa Economica de Valença tem por fim, como todos os Estabelecimentos deste genero, offerecer ás pessoas bem morigeradas e previdentes hum lugar seguro em que depositem suas sobras com augmento dellas.

Art. 2.º A installação da Caixa terá lugar quando houver reunida a quantia de tres contos de réis.

Art. 3.º Seus fundos constarão de acções, sendo cada huma destas de mil réis, podendo o Accionista entrar com as que quizer, com tanto que não haja fracções.

Art. 4.º He livre aos Accionistas retirarem suas acções quando lhes aprouver, e lhes serão pagas á vista, se estas chegarem somente a 100; passando deste numero até 400, quinze dias depois de exigido o pagamento, e de 400 para cima, com prazo de 30 dias.

Art. 5.º A transferencia do dominio das acções não se fará por endosso ou pertence lançado no titulo; mas por averbamento no livro competente á vista das acções, e em presença das partes contractantes por si ou por seus procuradores.

TITULO II.

Das operações da Caixa.

Art. 6.º O capital recolhido na Caixa será empregado :

§ 1.º No emprestimo sobre penhores de prata e ouro;

§ 2.º No emprestimo a letras, garantidas por boas firmas, isentas de qualquer suspeita;

§ 3.º No emprestimo sobre acções, desta Caixa, e de iguaes Estabelecimentos acreditados da capital;

§ 4.º No desconto de letras que tiverem pelo menos duas firmas de reconhecido credito, sendo huma dellas de pessoa residente no districto desta Cidade.

Art. 7.º Os emprestimos serão a prazos nunca maiores de 4 mezes, com o premio de 12 por % ao anno.

Art. 8.º As letras poderão ser reformadas, se o estado da Caixa o permittir, huma vez que o devedor no dia do vencimento pague os juros, e amortize ao menos $\frac{1}{4}$ do capital primitivo, havendo com tudo cuidado que as novas letras não diminuão em garantias.

Art. 9.º A letra que no dia do vencimento não for paga, ou reformada, na fôrma do Artigo antecedente, será protestada e immediatamente ajuizada, contando-se desse dia em diante os juros de 4 por % ao mez até o seu embolso, além das custas e mais despesas.

Art. 10. Se a letra for proveniente de empréstimo sobre penhores, não sendo paga, ou reformada no dia do vencimento, serão os penhores vendidos pela Direcção dentro de 15 dias, entregando-se a sobra a quem pertecer, depois de tiradas as despesas, que por acaso se fizerem; e os juros quadruplicados, de que trata o Artigo antecedente.

Art. 11. O ouro e a prata empenhados serão primeiro avaliados por pessoa da confiança da Direcção, e a quantia que sobre elles se emprestar, não excederá $\frac{2}{3}$ de seu valor; exceptuão-se com tudo prata e ouro amoedados, sobre os quaes pôde-se fazer o empréstimo, huma vez que cubrão a divida, e seus competentes juros.

Art. 12. Fica entendido que os donos dos penhores, pelo facto de contractarem com a Caixa, sujeitão-se ás disposições dos Estatutos, ordens e usos da mesma Caixa; assim como que os devedores e seus fiadores renuncião a qualquer privilegio, e ao foro domiciliário, para poderem ser demandados no do contracto, nos termos da Lei de 30 de Agosto de 1833.

Art. 13. Não serão contadas as firmas dos Directores no numero das exigidas para garante de qualquer letra.

TITULO III.

Dos Accionistas.

Art. 14. A Caixa considera seu Accionista qualquer pessoa que legalmente possuir acções da mesma, competentemente averbadas no livro do registro.

Art. 15. Os Accionistas em caso nenhum respondem por mais do que o valor de suas acções.

Art. 16. Só poderão votar em Assembléa Geral, e

ser votados para os cargos de Presidente, e Secretario da mesma, e membros da Commissão de exame, os Accionistas de 30, ou mais acções, e só poderão ser nomeados Directores os de 60, ou mais.

Art. 17. Havendo Accionistas com firmas sociaes, só hum dos socios poderá votar, e ser votado, podendo este no seu impedimento nomear o socio que o deva substituir como votante.

Art. 18. Os titulos das acções serão subministrados gratuitamente aos Accionistas: no caso de perda, comprovada a identidade da pessoa, serão subministrados outros por duplicata, pagando por cada hum 1.7000 para o fundo de reserva, excepto se os titulos forem de menos de 10 acções que serão sempre gratuitos.

Art. 19. He permittido aos Accionistas, depois de concluida a revisão pela Commissão de exame, verificar o balanço á vista dos livros, que lhes estarão para isso patentes por 3 dias, sem com tudo poderem extrahir copias. He porém prohibido o exame nas contas de deposito e registro de letras, que só serão patentes á Commissão de exame.

Art. 20. O direito de votar, e ser votado só será contado ao Accionista que tiver entrado com suas acções para a Caixa pelo menos 3 mezes antes da reunião da Assembléa Geral, estando no caso do Art. 16.

Art. 21. Nenhum Accionista terá mais de hum voto. No caso de impedimento poderão os ausentes ser representados por outros Accionistas, que deverão estar munidos de procuração; mas nenhum Accionista poderá votar como procurador de mais de hum ausente.

TITULO IV.

Dos dividendos e fundos de reserva.

Art. 22. Seis mezes precisos depois de installada a Caixa, e d'ahi em diante no fim de igual periodo, proceder-se-ha a hum balanço para se conhecerem os lucros, os quaes, deduzidos 5 por % para o fundo de reserva, serão repartidos pelos Accionistas em porporção as acções de cada hum: este balanço será apresentado á Assembléa Geral em sessão ordinaria.

Art. 23. Os dividendos que não forem retirados pelos

Accionistas dentro de hum mez depois de approved o balanço pela Assembléa Geral, serão accumulados ao capital, ficando as fracções á ordem.

Art. 24. Ao debito do fundo de reserva serão lançadas as dividas julgadas inteiramente perdidas.

Art. 25. No caso de dissolução da Caixa, o fundo de reserva que existir, será accumulado ao capital, e repartido proporcionalmente pelos Accionistas.

TITULO V.

Da Assembléa Geral.

Art. 26. As Assembléas Geraes serão compostas somente dos Accionistas que tiverem 30, ou mais acções; os outros poderão, querendo, assistir ás deliberações.

Art. 27. No dia e hora marcados para a reunião da Assembléa Geral, esta se julgará constituída com 12 Accionistas presentes, e tomará suas deliberações por maioria absoluta de votos. Não comparecendo o numero exigido, a Direcção marcará novo dia, e convocará os Accionistas para outra reunião, na qual serão validas as deliberações tomadas pelos Accionistas presentes, seja qual for o seu numero.

Art. 28. As deliberações tendentes a reformar os presentes Estatutos, só poderão ser tomadas, quando em Assembléa Geral se reunirem votos concordes de tantos Accionistas, quantos representem mais de metade do capital effectivo da Caixa.

Art. 29. As reuniões da Assembléa Geral extraordinarias terão lugar quando a Direcção as convocar por occurrencias de casos, para cuja solução não se julgue competente.

Art. 30. A Direcção convocará tambem extraordinariamente a Assembléa Geral, sendo-lhe isso requerido em representação, assignada por Accionistas que possuão pelo menos hum quarto do capital effectivo da Caixa, o que fará dentro de 8 dias que se seguirem ao da entrega da representação, depois de averiguado e reconhecido pelo Secretario que os signatarios tem com effeito na Caixa o fundo acima exigido.

Art. 31. Na representação dirigida á Direcção para

convocar a Assembléa Geral será declarado o objecto que motiva a convocação.

Art. 32. Se a Direcção recusar convocar extraordinariamente a Assembléa Geral, requerida de conformidade com o Art. 30, incorrerá em responsabilidade, e os signatarios terão direito de convocar-lhe elles mesmos, exarando-se na acta respectiva a integra da representação desatendida pela Direcção.

Art. 33. As Assembléas Geraes extraordinarias só poderão tomar decisões reunindo os votos requeridos pelo Art. 28, e não poderão admittir discussão alguma fóra do objecto da convocação. Podem com tudo nellas ser apresentadas quaesquer indicações para serem decididas opportunamente.

Art. 34. A Assembléa Geral terá hum Presidente, e hum Secretario, eleitos annualmente por maioria relativa de votos, em escrutinio secreto, em huma só lista, e habilitados conforme exige o Art. 16.

Art. 35. No impedimento do Presidente fará suas vezes o Secretario, e este será substituido pelo Accionista immediato em votos, e assim por diante: na falta deste recurso occupará provisoriamente a cadeira de Presidente, ou o lugar de Secretario, o Accionista presente de maior numero de acções, em quanto a Assembléa elege o Presidente ou Secretario interino.

Art. 36. São attribuições da Assembléa;

- § 1.º Nomear a Direcção;
- § 2.º Eleger a Commissão de exame;
- § 3.º Approvar o numero de Empregados que nomear a Direcção, e os vencimentos que esta lhes arbitrar quando o permittirem as circunstancias da Caixa;
- § 4.º Examinar e approvar os relatorios e balanços semestraes da mesma Caixa.

Art. 37. Pertence ao Presidente da Assembléa Geral abrir e fechar as Sessões, conceder a palavra, manter a boa ordem e regularidade das discussões, e fazer executar as resoluções da Assembléa Geral.

Art. 38. Pertence ao Secretario fazer a leitura do que for ordenado pelo Presidente, redigir as actas, apurar os votos, e fazer a correspondencia e expediente, que deverão ser igualmente assignados pelo Presidente.

TITULO VI.

Da Direcção.

Art. 39. A Caixa Economica será administrada por sete Directores , habilitados na fôrma do Art. 16 , e eleitos annualmente pela Assembléa Geral por escrutinio secreto á maioria relativa de votos , e em huma só lista. A Direcção elegerá dentre si seu Presidente e Secretario : no impedimento serão substituidós pelos que se seguirem em votos.

Art. 40. A Direcção se reunirá pelo menos huma vez na semana , no dia que entre si marcar , e funcçãoará estando reunidos quatro membros : os empréstimos serão feitos por ella mesma.

Art. 41. Para poder ser válida qualquer deliberação tomada pela Direcção , deve ella ter pelo menos quatro votos em seu favor.

Art. 42. Pertence á Direcção a inteira administração dos fundos e negocios da Caixa , como melhor entender , sem todavia se apartar dos Estatutos.

Art. 43. Semanariamente haverá de serviço dois Directores , cujas attribuições serão os objectos do expediente , como a assignatura dos conhecimentos dos Accionistas.

Art. 44. Quando algum dos Directores se achar impedido por mais de hum mez , será chamado para o substituir o Accionista immediato em votos.

Art. 45. Os Directores serão obrigados a conservar na Caixa as acções que exige o Art. 16 c , no caso de quererem dispor dellas , serão por este acto considerados como não pertencendo á Direcção.

Art. 46. Todas as correspondencias e documentos de importancia serão assignados pelo Presidente e Secretario da Direcção. A correspondencia ordinaria e outros objectos do expediente devem ser assignados pelos dois Directores de serviço.

TITULO VII.

Da Commissão de Exame.

Art. 47. A Commissão de exame será composta de 3 Accionistas , habilitado na fôrma do Art. 16 , eleitos

anualmente pela Assembléa Geral, á maioria relativa de votos e em huma só lista.

Art. 48. A Comissão de exame, logo que for convidada pela Direcção, deverá examinar escrupulosamente o estado da escripturação das operações da Caixa, da correspondencia e comportamento dos Empregados; fiscalizando-se os presentes Estatutos e se as decisões da Assembléa Geral tem sido estrictamente executadas, para o que todo o Estabelecimento lhe será franqueado e a Direcção lhe dará quantos esclarecimentos forem exigidos. O exame deve terminar tres dias antes da reunião da Assembléa Geral ordinaria.

Art. 49. Concluido o exame, a Comissão fará hum relatorio circunstanciado, no qual emitirá sua opinião sobre o estado da Caixa e a maneira por que tiver sido dirigida. Este relatorio será registrado no livro das actas da Assembléa Geral.

TITULO VIII.

Dos Empregados.

Art. 50. Os Empregados da Caixa, quando esta os poder ter, serão admittidos pela Direcção, e por ella demittidos, havendo para isso justos motivos, que serão presentes á Assembléa Geral.

Art. 51. Os Empregados da Caixa prestarão as fianças, que em razão de seus empregos forem exigidas pela Direcção.

TITULO IX.

Disposições Geraes.

Art. 52. As operações da Caixa são objecto de segredo.

Art. 53. Toda a pessoa que faltar á boa fé, ou á pontualidade em seus tractos com a Caixa, ficará excluida de fazer com ella transacções.

Art. 54. Nas Assembléas Geraes nenhum Accionista poderá fallar mais de duas vezes sobre a mesma materia, nem mesmo para pedir explicação. Antes de fallar deve para isso pedir a palavra e obter licença do Presidente. Com tudo, do numero acima prescripto, exceptuão-se a Di-

recção e a Commissão de exame que poderão responder ás arguições que lhes forem dirigidas.

TITULO X.

Disposições prorisorias.

Art. 55. Em quanto a Caixa lucrar annualmente menos de 2 contos de réis de juros não terá empregado algum assalariado.

Art. 56. Em quanto não se executarem os Arts. 50 e 51, nomear-se-ha hum Thesoureiro que tenha as habilitações dos Directores, pela mesma fórma por que são estes escolhidos, podendo a nomeação recahir em algum delles.

DECRETO N.º 1.081 — de 11 de Dezembro de 1852.

Manda executar o Regulamento para o arrendamento de terrenos diamantinos.

Hei por bem Ordenar que, na execução das Resoluções N.º 374 de 24 do Setembro de 1845, e N.º 665 de 6 de Setembro do corrente anno, se observe o Regulamento que com este baixa, assignado por Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido, e faça cumprir. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Indendencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

Regulamento a que se refere o Decreto N.º 1.081 de 11 de Dezembro de 1852.

Art. 1.º O Inspector Geral dos terrenos diamantinos da Provincia de Minas, logo que receber o presente Re-

gulamento, fará publicar Editaes em todos os Districtos do Municipio da Cidade Diamantina, marcando o prazo de dous mezes, contados da data em que forem expedidos, a fim de que as pessoas que estiverem effectivamente occupando terrenos diamantinos, dos comprehendidos nos limites do mesmo Municipio, e pretenderem arrenda-los pelo preço fixo de hum real por braça quadrada, como permite o Art. 1.º § 1.º da Resolução N.º 665 de 6 de Setembro do corrente anno, lhe apresentem seus requerimentos, offerecendo ao mesmo tempo a fiança que exige o Art. 11 do Regulamento N.º 465 de 17 de Agosto de 1846.

Art. 2.º Para prova da effectiva occupação do terreno bastará a existencia de qualquer estabelecimento, bemfeitoria, ou casa de vivenda pertencente á pessoa, que pretender o arrendamento, ou o facto de estar ella continuando serviços ahi abertos antes da publicação da referida Resolução. Se porêem o arrendamento do mesmo terreno for tambem requerido por quem apresente titulo de concessão da lavra, ou da propriedade do solo, e que esteja igualmente occupando alguma parte delle, será preferido em primeiro lugar o concessionario, e em segundo o proprietario, para se lhe conceder o numero de braças quadradas que pedir, até cem mil, com tanto que em nenhum caso a pessoa que tiver a seu favor a effectiva occupação, posto que sem titulo, deixe de obter tambem o arrendamento de huma porção até seis mil braças quadradas, que comprehenda o proprio lugar onde tiver assentado o seu serviço.

Art. 3.º Na medição de cada lote, que se houver de arrendar, será igualmente observada a regra do Artigo antecedente, de maneira que a pessoa que tiver somente á seu favor a effectiva occupação, não possa obter mais de seis mil braças quadradas com prejuizo de algum visinho confinante, que além de igual occupação tenha titulo da lavra, ou da propriedade do solo.

Art. 4.º Quando o terreno pretendido pela pessoa, que o estiver effectivamente occupando, contiver mais de cem mil braças quadradas, ou extensão maior do que aquella que houver de ser-lhe arrendada, far-se-ha a medição e demarcação de maneira que comprehenda a cata em actual exploração, a casa de vivenda, e as bemfeitorias que ahi existirem. Se as distancias o não permittirem, será comprehendida somente a cata, ou a casa de vivenda com as bemfeitorias, como mais convier ao arrendatario.

Art. 5.º As questões que se suscitarem entre dous ou mais pretendentes, que não tenham titulo da lavra, nem da propriedade do solo, por não caber a cada hum delles o numero de braças quadradas, que requerer, serão decididas pelo Inspector Geral, que, ouvido o Procurador Fiscal, mandará fazer a divisão como lhe parecer mais justo; podendo todavia as partes recorrer da decisão, dentro do prazo de trinta dias, para a Thesouraria de Fazenda da Provincia, e desta para o Tribunal do Thesouro Nacional

Art. 6.º No caso de apparecer mais de hum titulo de concessão da lavra, observar-se-ha o disposto no Art. 18 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846.

Art. 7.º Feita a medição e demarcação, lavrar-se-ha o termo do contracto, como determina o Art. 20 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846, mencionando expressamente o preço de cada braça quadrada, assim como as condições estabelecidas no Art. 1.º § 3.º da Resolução de 6 de Setembro do corrente anno; e o Secretario da Administração dará ao arrendatario huma guia, declarando a importancia do arrendamento a vencer até o fim do anno financeiro corrente, para que a pague na Collectoria do Municipio dentro do prazo de oito dias.

Apresentado o conhecimento da Collectoria ao Inspector Geral, dará elle ao arrendatario o competente titulo, que deverá conter, além das declarações feitas no termo, a da quantia paga, com referencia ao numero e data do mesmo conhecimento.

Art. 8.º As disposições dos Artigos antecedentes serão igualmente cumpridas pelos Delegados do Municipio do Grão Mogol, Paracatú, e outros da Provincia de Minas, onde existão terrenos diamantinos já explorados por conta do Estado, ou de concessionarios, logo que para isso receberem ordens do Inspector Geral, que as deverá expedir com toda a brevidade

Art. 9.º Dos termos dos contractos que assim fizerem, e dos titulos que passarem aos arrendatarios remetterão os Delegados copias authenticas ao Inspector Geral, que deverá mandar reforma-los, se reconhecer que em algum ponto não se conformão com a Lei, e ordenar que se rescindão os contractos, se a parte não annuir á reforma.

Art. 10. Se as pessoas designadas no Art. 2.º não se apresentarem até o fim do prazo de dous mezes marcado nos Editaes para fazerem os contractos, perderão todo o di-

reito proveniente da occupação do terreno diamantino, e não poderão mais arrendá-lo pelo preço fixo de hum real á braça quadrada, sendo-lhes todavia garantida a preferencia para o arrendamento em hasta publica conforme os Art. 2.º da Resolução de 24 de Setembro de 1845, e 17 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846.

Art. 11. Passados quinze dias além do referido prazo, o Inspector Geral e seus Delegados expedirão outros Editaes, designando d'entre os terrenos não requeridos pelas pessoas que os estiverem effectivamente occupando, e de quaesquer outros que se achem devolutos, os que deverem ser franqueados aos fiscoadores, em quanto não se verificar o arrendamento em hasta publica.

Nos segundos Editaes marcar-se ha tambem o prazo de dous mezes para que requirão os competentes titulos todos os que quizerem empregar-se na mineração como fiscoadores

Art. 12. Em tudo mais será observado, tanto na Provincia de Minas Geraes, como na da Bahia o Regulamento de 17 de Agosto de 1846 com as alterações constantes do Decreto N.º 543 de 5 de Dezembro de 1847, do Art. 35 da Lei N.º 514 de 28 de Outubro de 1848, da Resolução N.º 665 de 6 de Setembro do corrente anno, e dos seguintes Artigos.

Art. 13. A Administração dos terrenos diamantinos de cada Provincia he immediatamente subordinada á Thesouraria de Fazenda, e sujeita á sua inspecção como as outras Repartições Fiscaes.

Art. 14. O Inspector Geral terá no Municipio onde residir hum Substituto, nomeado por Decreto, para servir nas suas faltas, e impedimentos.

O Procurador Fiscal e o Secretario, em seus impedimentos, e na falta, em quanto o Governo não nomear outros, serão substituidos pelas pessoas que nomear o Presidente da Provincia, e em caso urgente poderá o Inspector Geral fazer a nomeação.

Art. 15. Cada hum dos Delegados do Inspector Geral, e dos Agentes do Procurador Fiscal terá hum Supplente de nomeação do Governo.

O Presidente da Provincia poderá fazer provisoriamente a nomeação dos Empregados de que trata este Artigo para qualquer Municipio, logo que a descoberta de diamantes a torne necessaria; e determinar, se as circunstancias o exi-

girem, que tomem po se perante a Camara, Juiz de Direito, ou Juiz Municipal do lugar, remettendo certidão della ao Inspector Geral para ficar archivada na Secretaria da Administração.

Art. 16. Na falta de Engenheiro nomeado pelo Governo, e quando o nomeado se achar impedido, poderão ser feitos os trabalhos que lhe competirem por qualquer pessoa pratica, designada e juramentada pelo Inspector Geral, ou pelo Delegado.

Art. 17. O Inspector Geral só poderá conceder a arrendatarios e faiscadores os terrenos do Municipio onde estiver estabelecida a Administração. Se porêm a descoberta de diamantes em algum outro attrahir grande numero de exploradores, que pretendão apossar-se tumultuariamente das lavras, ou quando por quaesquer circumstancias particulares se tornar inefficaz a acção do Delegado, poderá o Presidente da Provincia ordenar que o mesmo Inspector Geral passe a exercer ali as suas funcções pelo tempo que for necessario, cessando entretanto as do Delegado, e servindo de Secretario e Procurador Fiscal o Agente deste.

Em tal caso o Substituto passará a funcionar como Inspector Geral no Municipio onde estiver estabelecida a Administração.

Art. 18. Ainda que ninguém requeira o arrendamento de certas e determinadas porções de terrenos diamantinos, os Inspectores Geraes e os Delegados porão em hasta publica todos os que se acharem desoccupados, (exceptuadas somente as porções que convier reservar para os faiscadores), designando-os nos Editaes pelos nomes dos rios, ribeirões, ou regatos, a que forem adjacentes, e fazendo conhecer com a possivel exactidão e clareza os seus limites.

Art. 19. Os Editaes serão sempre publicados trinta dias antes do designado para a praça, e renovados no mez de Janeiro de cada anno á respeito dos terrenos que não estiverem ainda arrendados.

Se depois de passados os trinta dias, e dentro do mesmo anno apparecer quem pretenda qualquer terreno não arrendado, será elle posto de novo em hasta publica, por meio de outro Edital em que se marque o prazo de dez dias.

Na Provincia de Minas serão expedidos os primeiros Editaes de trinta dias quando findar o segundo prazo de dous mezes, de que trata o Art. 11, e na da Bahia logo que o Inspector Geral receber o presente Regulamento.

Art. 20. Cada licitante poderá lançar sobre a porção que lhe convier arrendar dos terrenos designados no Edital, com tanto que não comprehenda menos de seis mil braças quadradas, nem mais de cem mil no mesmo lugar. De todos os lanços offerecidos só será aceito (ainda que sobreje terreno a arrendar) o que mais exceder o preço minimo, que a Lei tem fixado, de hum real para os terrenos comprehendidos na antiga demarcação diamantina e em outros Districtos da Provincia de Minas onde já houve serviços por conta do Estado, ou de concessionarios, e de cinco réis para todos os mais.

Art. 21. Se dous ou mais lanços se offerecerem iguaes entre si, sendo todavia os maiores, serão todos aceitos, quando o terreno parecer sufficiente para completar-se o numero de braças pretendido por cada licitante. No caso contrario serão preferidos os que se propuzerem a fazer o contracto de arrendamento por maiores prazos além daquelle á que são todos obrigados na fórmula do Art. 25 do presente Regulamento.

A medição e demarcação serão feitas na fórmula do Cap. 4.º do Regulamento de 17 de Agosto de 1846 depois de aceitos os lanços, e á custa dos arrendatarios.

Art. 22. Se no acto da medição se reconhecer que o terreno a arrendar não he sufficiente para todos os licitantes, que tiverem offerecido iguaes condições, o Inspector Geral o fará repartir entre elles em proporção do numero de braças designado no lanço de cada hum.

Art. 23. A disposição do Art. 24 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846 só será applicada ás porções de terreno, em que for impraticavel o trabalho da mineração, ou que se acharem evidentemente inuteis; comprehendendo-se por consequente na medição, para ficarem sujeitas á taxa, todas as que não estiverem nesse estado, embora tenha nellas havido alguma exploração.

Os lotes dos terrenos de cada rio, ribeirão ou regato terão sua numeração particular.

Art. 24. Aos Engenheiros nomeados pelo Governo incumbe a obrigação de fazer mappas dos terrenos de cada Municipio reconhecidos como diamantinos, em que se distinguão as porções arrendadas, as que estiverem por arrendar, e as reservadas para os faiscadores.

Art. 25. O anno do arrendamento será contado do 1.º de Julho ao fim de Junho. Quando o contracto se

fizer durante o primeiro semestre será o arrendatario obrigado a pagar adiantada a quantia correspondente a todo o anno , e somente a metade se for feito durante o segundo.

Art. 26. O pagamento de cada hum dos annos seguintes será sempre feito durante o mez de Julho , e averbado no titulo , como determina o Art. 34 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846 ; e o arrendatario não terá direito á restituição de quantia alguma , ainda que antes de findo o anno deixe de explorar o terreno , ou requeira a rescisão do contracto.

As disposições deste Artigo e do antecedente são tamhem applicaveis ás Companhias e aos faiscadores.

Art. 27. O arrendatario , ou Companhia, que no prazo marcado para o pagamento não o realizar , nem requerer a rescisão do contracto , como permite o § 3.º do Art. 1.º da Resolução de 6 de Setembro do corrente anno, será demandado executivamente , e na sua falta o fiador, pela quantia devida , e mais metade de multa (não excedendo esta em caso algum a 100 \$) além das custas.

Se commetter a mesma falta no anno seguinte , haverá contra elle igual procedimento , ficando desde logo rescindido o contracto.

Art. 28. Os titulos que se passarem aos arrendatarios , Companhias e faiscadores serão subscriptos pelo Secretario , assignados pelo Inspector ou Delegado , e registrados em livro proprio ; e quando ficarem sem effeito o mesmo Secretario o declarará em notas postas á margem do registro , e dos termos dos contractos.

Art. 29. Serão abertos , numerados , rubricados e encerrados por Empregados da Thesouraria de Fazenda os livros pertencentes á Secretaria da Administração , e pelo Inspector Geral os que tiverem de servir perante os Delegados. Se porêem as distancias tornarem difficil , ou muito morosa esta providencia, poderá o Presidente da Província , á requisição da Thesouraria, incumbir o dito trabalho a alguma Autoridade local.

Art. 30. O Inspector Geral em quanto exercer suas funcções fóra do Municipio onde residir , como dispõe o Art. 17, e durante a viagem de ida e volta , perceberá á titulo de ajuda de custo huma quantia igual á metade da gratificação marcada no Art. 37 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846.

O Substituto do Inspector Geral em quanto tiver exer-

cicio por qualquer motivo, que não seja o previsto na primeira parte deste Artigo, e as pessoas que servirem interinamente os lugares de Procurador Fiscal e Secretario terão a parte da gratificação que os impedidos deixarem de perceber, ou toda se os lugares estiverem vagos.

Art. 31. Os Empregados perceberão da renda dos terrenos diamantinos, que se arrecadar no Municipio onde exercerem suas funções, a percentagem provisoriamente marcada na seguinte Tabella, que poderá ser alterada pelo Thesouro Nacional, como aconselhar a experiencia.

Inspector Geral.....	5	por cento.
Substituto do Inspector Geral.....	10	»
Procurador Fiscal.....	3	»
Secretario.....	3	»
Delegado.....	10	»
Agente do Procurador Fiscal.....	5	»
Engenheiro.....	2	»

O pagamento será feito mensalmente pela Collectoria competente.

Art. 32. O Inspector Geral quando estiver servindo em Municipio diverso do da sua residencia, só perceberá ahí a percentagem das quantias que pagarem os arrendatarios e faiscadores para obterem os titulos que houverem de ser por elle assignados, cabendo ao Delegado do lugar a de toda a outra renda.

O Substituto em exercicio no Municipio onde estiver estabelecida a Administração tambem não perceberá percentagem, senão das quantias correspondentes aos titulos que assignar durante a ausencia do Inspector Geral, devendo pertencer a este a de toda a outra renda que ahí se arrecadar. Quando porém a substituição for motivada por molestia, ou outro impedimento do Inspector Geral, ou pela vacancia do lugar, perceberá o Substituto a percentagem de toda a renda que se arrecadar em quanto servir.

Art. 33. As pessoas que por qualquer motivo servirem interinamente os lugares de Procurador Fiscal e Secretario, e os Supplentes dos Delegados e dos Agentes do Procurador Fiscal terão direito á percentagem de toda a renda, que se arrecadar durante o seu exercicio.

Art. 34. A percentagem arbitrada ao Engenheiro só será deduzida das quantias, que para obterem os titulos pagarem os arrendatarios dos lotes, que elle tiver medido e demarcado.

Quem servir na falta ou impedimento do Engenheiro nomeado pelo Governo perceberá da Fazenda a mesma porcentagem, além da retribuição que ajustar com os arrendatários, por conta dos quaes correrá esta despeza, e todas as outras que se fizerem com a medição e demarcação, como fica disposto no Art. 21.

Art. 35. A multa de que trata o Art. 46 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846 será de 50 \$ a 100 \$, e a ella ficarão também sujeitos:

1.º Os que destruirem, arrancarem, damnificarem ou desfigurarem qualquer dos marcos ou balizas postos por ordem do Inspector Geral, ou dos Delegados, nos lotes de terrenos arrendados, ou por arrendar.

2.º Os que arrancarem, rasgarem, ou obliterarem, de maneira que não se possa ler, qualquer Edital affixado por ordem do Inspector Geral ou de seus Delegados.

Art. 36. As disposições penaes dos Arts. 36, 52, 53 e 54, e as dos Arts. 55 e 56 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846 ficarão substituidas pelas dos seguintes.

Art. 37. Qualquer pessoa que explorar terrenos diamantinos sem titulo legitimo, ou depois que o seu titulo se tiver annullado pela falta de pagamento do imposto, ou pela rescisão do contracto, incorrerá na multa de 10 \$ a 50 \$, e do dobro na reincidencia.

Se dois ou mais exploradores trabalharem reunidos, havendo Feitor ou Administrador que dirija o serviço, a multa imposta a este será de 20 \$ a 100 \$, e do dobro na reincidencia.

Art. 38. O Administrador ou Gerente de qualquer Companhia, que empregar maior numero de trabalhadores do que aquelle que lhe for permittido pelo contracto, pagará a multa de 10 \$ a 50 \$, por cada hum dos que excederem, e o dobro na reincidencia.

Art. 39. O licitante, cujo lance for aceito, e que não quizer assignar o termo do contracto, ou que depois de assigna-lo não pagar dentro de oito dias a quantia devida para se lhe passar o titulo, incorrerá na multa correspondente á quarta parte da somma da taxa annual constante do seu lance, não excedendo todavia a 100 \$.

Art. 40. Ao Inspector Geral no Municipio onde estiver estabelecida a Administração, e a cada hum dos Delegados no Districto de sua jurisdição compete impor as multas comminadas por este Regulamento, o que se veri-

ficará por termo lavrado em livro proprio pelo Secretario, e assignado pelo Inspector Geral, ou Delegado, com especificação do facto e suas circumstancias.

Art. 41. Das multas impostas pelos Delegados, excedentes a 20 \$, haverá recurso para o Inspector Geral, e das que este impuzer ou confirmar de valor acima de 50 \$ tambem poderá a parte recorrer para a Thesouraria de Fazenda, que julgará definitivamente as que não excederem a 100 \$, ficando o recurso para o Tribunal do Thesouro Nacional das que pela reincidencia se elevarem acima d'este valor.

Art. 42. Os recursos só poderão ser interpostos no prazo de quinze dias, contados da data da intimação ao multado, precedendo deposito da importancia da multa na Collectoria, ou fiança equivalente. Deverão ser apresentados em fôrma de requerimento á Autoridade que tiver imposto a multa, para o encaminhar *ex-officio* á Instancia competente, a qual lh'o devolverá depois de julgado, para a intimação e mais effeitos até a decisão final, e liquidação da multa.

Art. 43. Nos casos que não admittem recurso, e quando a parte o não interpuzer, huma certidão do termo da imposição da multa, assignada pelo Secretario, e rubricada pelo Inspector Geral, ou pelo Delegado, terá força de sentença para a cobrança, que será requerida pelo Procurador Fiscal ao Juiz Municipal.

Na falta de pagamento será o multado recolhido á Cadeia pelo tempo que corresponder a importancia da multa, computando-se por mil réis cada dia.

Art. 44. As multas farão parte da renda dos terrenos diamantinos; mas quando houver denunciante que especifique e prove os factos perante o Inspector Geral ou Delegado, pertencer-lhe-ha a metade da quantia que se cobrar.

Art. 45. As penas comminadas pelo presente Regulamento não isentão do processo em Juizo competente os que tambem incorrerem nas do Codice Criminal.

Palacio do Rio de Janeiro 11 de Dezembro de 1852.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N.º 1.082 — de 11 de Dezembro de 1852.

Declara de 1.ª Entrancia as Comarcas da Franca, e de Guaratinguetá; e de 2.ª as de Jacarehy, e de Itapétininga, creadas na Provincia de S. Paulo.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. Ficão declaradas de primeira Entrancia as Comarcas da Franca, e de Guaratinguetá; e de segunda as de Jacarehy, e de Itapétininga, ultimamente creadas na Provincia de S. Paulo.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.



DECRETO N.º 1.083 — de 11 de Dezembro de 1852.

Crea o lugar de Promotor Publico nas novas Comarcas de Jacarehy, de Itapétininga, de Guaratinguetá, e da Franca da Provincia de S. Paulo; e marca á cada hum d'elles o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. Haverá em cada huma das Comarcas de Jacarehy, de Itapétininga, de Guaratinguetá, e da Franca, ultimamente creadas na Provincia de S. Paulo, hum Promotor Publico, vencendo cada hum d'elles o ordenado annual de seiscentos mil réis.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Dezembro de mil oitocentos

cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.084 — de 11 de Dezembro de 1852.

Crea o lugar de Promotor Publico na nova Comarca de Porto Calvo da Provincia das Alagoas, e marca o respectivo ordenado.

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Unico. Haverá na Comarca de Porto Calvo, ultimamente erecta na Provincia das Alagoas, hum Promotor Publico, que vencerá o ordenado annual de quinhentos mil réis.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça; assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.085 — de 11 de Dezembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Municipio da Cidade da Parnahiba da Provincia do Piahy.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Piahy; Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Municipio da Cidade da Parnahiba da Provincia do Piahy hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá hum Corpo

de Cavallaria de dois Esquadrões , e hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias , com a designação de primeiro ; todos do serviço activo. Haverá mais huma Secção de Companhia do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Corpos terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia , na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 96.^a

DECRETO N.º 1.086 — de 13 de Dezembro de 1852.

Orça a Receita e fixa a Despeza da Illustrissima Camara do Municipio da Côrte, para o anno municipal do 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1853.

Em cumprimento do Art. 23 da Lei N.º 108 de 25 Maio de 1840: Hei por bem Ordenar que se execute pela maneira abaixo declarada, o Orçamento da Receita, e a fixação da Despeza da Camara do Municipio da Côrte, para o anno municipal do 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1853.

CAPITULO I.

Da Receita.

Art. 1.º He orçada a Receita da Camara Municipal da Côrte, para o anno á que este Decreto se refere, proveniente dos objectos constantes dos seguintes paragraphos na quantia de trezentos trinta e tres contos quinhentos quarenta e quatro mil réis..... 333.544~~7~~000

§ 1.º	Imposto de Patente sobre o consumo d'aguardente.....	64.000 7 000
§ 2.º	Dito sobre a importação de bebidas esperituosas.....	24.000 7 000
§ 3.º	Dito de Policia.....	24.000 7 000
§ 4.º	Novo imposto nas seges, carros, carroças, &c.....	18.400 7 000
§ 5.º	Licença de mascate.....	10.000 7 000
§ 6.º	Fóros de armazens.....	1.800 7 000
§ 7.º	Ditos de taverna.....	1.100 7 000
§ 8.º	Ditos de quitandas.....	80 7 000
§ 9.º	Ditos de carros.....	150 7 000
§ 10.º	Ditos de carroças.....	1.600 7 000

§ 11.º	Ditos de terrenos da Camara.	400.000
§ 12.º	Ditos de ditos de marinhas, e mangues	3.000.000
§ 13.º	Arrendamentos de terrenos de marinhas.....	1.600.000
§ 14.º	Laudemios de terrenos da Camara	14.000.000
§ 15.º	Ditos de ditos de marinhas...	1.000.000
§ 16.º	Emolumentos de Alvarás de casas de negocios, e outras especies.....	48.000.000
§ 17.º	Indemnisação por medições de terrenos de marinhas.....	40.000
§ 18.º	Arruações.....	1.000.000
§ 19.º	Juros de Apolices.....	600.000
§ 20.º	Premios de depositos.....	500.000
§ 21.º	Rendimento de talhos.....	400.000
§ 22.º	Dito de aferições.....	8.000.000
§ 23.º	Dito da Praça do Mercado...	28.000.000
§ 24.º	Gratificação para vender peixe pela Cidade.....	200.000
§ 25.º	Dito de naturalisação.....	64.000
§ 26.º	Dita de festividades.....	400.000
§ 27.º	Productos de generos vendidos.	0
§ 28.º	Donativos	400.000
§ 29.º	Multas Policiaes.....	3.000.000
§ 30.º	Ditas de posturas.....	20.000.000
§ 31.º	Restituições e reposições....	600.000
§ 32.º	Cobrança da divida activa, inclusive os fóros vencidos...	2.000.000
§ 33.º	Rendimento do novo matadouro.	50.000.000
§ 34.º	Dito da ponte na praia dos Mineiros	5.810.000
§ 35.º	Sobras do anno findo de 1852.	0

CAPITULO II.

Da Despeza.

Art. 2.º Fica fixada a Despeza da Camara Municipal da Côrte, para o anno á que este Decreto se refere, com os objectos designados nos seguintes paragraphos na

quantia de trezentos trinta e tres contos quinhentos qua-
renta e quatro mil réis..... 333.544.7000

§ 1.º	Secretaria.....	10.400.7000
§ 2.º	Contadoria.....	7.400.7000
§ 3.º	Thesouraria, Procuradoria, e Agente.....	7.203.7950
§ 4.º	Fiscaes, e Guardas Municipaes da Cidade.....	46.860.7000
§ 5.º	Commissão de obras.....	5.017.7600
§ 6.º	Advogado.....	4.200.7000
§ 7.º	Fóros de terrenos occupados pela Camara.....	180.7000
§ 8.º	Matadouro de S. Christovão..	12.000.7000
§ 9.º	Aberturas e alargamentos de ruas.....	22.000.7000
§ 10.º	Calçadas.....	105.000.7000
§ 11.º	Aterros, inclusive as gratificações de dous Guardas encarregados da conservação da estrada da Tijuca, desde o Andarahy pequeno até a Cascata na importancia de 1.460.7000..	20.000.7000
§ 12.º	Reedificação das pontes existentes, e construcção das que forem precisas.....	12.000.7000
§ 13.º	Limpeza da Cidade, inclusive vallas, e gratificação de dous Guardas das pontes de despejos na praia de D. Manoel, e Prainha.....	20.000.7000
§ 14.º	Desmoronamentos.....	4.000.7000
§ 15.º	Muralhas.....	4.400.7000
§ 16.º	Caes, e reparos dos da Imperatriz, praia dos Mineiros, e S. Christovão.....	2.000.7000
§ 17.º	Reparos dos Proprios Municipaes, a saber: o Paço Municipal, Praça do Mercado, e barracão dos Africanos...	1.200.7000
§ 18.º	Plantio de arvores na rua do Aterrado, e outros lugares, e conservação das existentes..	2.000.7000

§ 19.º	Pagamento da divida passiva da Camara	2.400\$000
§ 20.º	Juros da 439 Apolices, resto das 600 emitidas do primeiro emprestimo para a obra do novo matadouro, 9 por cento.	19.755\$000
§ 21.º	Amortisação dos emprestimos.	25.000\$000
§ 22.º	Juros de 200 Apolices do segundo emprestimo para a mesma obra, 7 por cento...	7.000\$000
§ 23.º	Manutenção de 61 Africanos do deposito, e gratificação do Administrador e hum Guarda, na importancia de 592\$000.	5.600\$000
§ 24.º	Custas á que está sujeito o cofre Municipal.....	2.000\$000
§ 25.º	Despezas Judiciaes.....	1.200\$000
§ 26.º	Restituições e reposições.....	500\$000
§ 27.º	Impressão de balanços, actas &c.	2.000\$000
§ 28.º	Despeza facultativa: não podendo a Camara despende quantia alguma por conta desta verba, sem previa approvação do Governo.....	19.000\$000
§ 29.º	Eventuaes.....	2.827\$450

CAPITULO III.

Disposições Geraes.

Art. 3.º Ficão em vigor como permanentes, quaesquer disposições dos Decretos de Orçamento anteriores, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.087 — de 13 de Dezembro de 1852.

Estabelece novas condições modificativas das que acompanhárão o Decreto de 9 de Maio de 1840, que concedeo a Joaquim José Pereira de Faro, e outros privilegio para a formação de huma Companhia com o fim de construir hum caminho sobre o mar, que communique a rua da União, no Sacco do Alferes, com a do Imperador no Sítio de S. Christovão.

Attendendo ao que Me representárão a Baroneza do Rio Bonito, e outros empresarios da construcção de hum caminho sobre o mar, com o fim de communicar a rua da União, no Sacco do Alferes, com a do Imperador no sítio de S. Christovão, atravessando a Ilha dos Melões, ou de João Damasceno pelo lado Sul, propondo novas condições, que alterão as do contracto primitivo, approvedo pelo Decreto de 9 de Maio de 1840, e 22 de Outubro de 1841; e Tendo ouvido a Illustrissima Camara Municipal desta Côte, e a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado: Hei por bem Approvar as novas condições, que modificão o referido contracto, as quaes com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, ficando porêm o presente contracto dependente de approvação do Corpo Legislativo. O mesmo Ministro assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e que modificão as que acompanhãrão o Decreto de 9 de Maio de 1840, que concedeo a Joaquim José Pereira de Faro, e outros privilegio para a formação de hum Companhia com o fim de construir hum caminho sobre o mar, que communique a rua da União, no Sacco do Alferes, com a do Imperador no Sítio de S. Christovão.

1.^a A Companhia será obrigada a construir dous caminhos de terra, ou ruas sobre o mar, com as seguintes direcções: a 1.^a começando da praia Formosa, depois da ponta do Boticario, seguirá em linha recta a passar o seu eixo pelo centro do portão da Coroa da Imperial Quinta da Boa Vista. A 2.^a principiando do lugar em que a rua de S. Diogo communica com a do Sacco do Alferes, e continuando por esta, e pela rua da praia do mesmo nome até á mencionada ponta do Boticario, communicará a referida praia Formosa com o Campo de S. Christovão, seguindo quanto for possível, em linha pararella a 1.^a, na direcção da Ilha de João Damasceno, ou dos Melões, e d'ahi até sahir em frente do Hospital dos Lazaros, ou na sua proximidade.

2.^a A rua em segundo lugar designada poderá ser primeiro construida, guardando-se porém rigorosamente a direcção da 1.^a; e não terá em toda a sua extensão menor largura do que a de 80 palmos, excepto na rua do Sacco do Alferes, onde deverá ter a maxima largura que for razoavelmente possível, sendo a este respeito ouvida a Illustrissima Camara Municipal. A largura da 1.^a rua, que finda no portão da Coroa, nunca será menor de 60 palmos. A Companhia he obrigada a calçar, ou macadamisar ambos os caminhos, conservando-os em perfeito estado durante o prazo do contracto.

3.^a Immediatamente depois de concluida a rua que deve findar em frente dos Lazaros, fará a Companhia proceder ao aterro dos mangues que ficão ao Sul da Ilha de João Damasceno, na fôrma da condição 7.^a de seu primitivo contracto, e construirá em seguida a rua que termina ao portão da Coroa.

4.^a Fica concedido á Companhia o direito de desapropriar a Ilha de João Damasceno, ou dos Melões, e os terrenos de marinha na posse hoje de particulares, que forem precisos para a realisação das obras em toda a extensão das contractadas ruas e aterros.

5.^a Também poderá desapropriar os terrenos e edificios, que embaraçarem a continuação da abertura da 1.^a rua até o portão da Coroa, e os desaterros dos morros contiguos aos lugares por onde deva ella passar. Na occasião desta desapropriação, para pagamento de sua importancia, se a Companhia não tiver quantias sufficientes em seu cofre de reserva, que deverá formar-se do excedente de 8 por % dos seus dividendos, producto da renda de barreiras, e da venda dos terrenos, o Governo lhe fará, se a mesma Companhia o exigir, os precisos adiantamentos, dos quaes será embolsado á custa do mesmos cofres.

6.^a Além da ponte que a Companhia he obrigada a construir na fôrma da condição 3.^a do seu primitivo contracto, deverá fazer outra na primeira rua para o mesmo fim, e serviço, e com as mesmas condições; e mais construirá hum canal de pedra da largura de 60 palmos, pelo menos, entre a praia Formosa, e os aterros da área entre as duas ruas, ficando assim collocadas as pontes nas extremidades do mencionado canal. Para desempenho deste onus poderá a Companhia desapropriar as marinhãs que possuirem os particulares ao lado do mesmo canal.

7.^a A condição 7.^a do 1.^o contracto será por esta de igual numero substituida.—Fica garantido á Companhia a posse, livre de qualquer onus, de 30 braças que entulhar para os lados externos das duas ruas que construir, e de todo o espaço entulhado entre as mesmas.

8.^a O privilegio de cobrar taxas de passagem, concedido na condição 6.^a do contracto, que por este he modificado, em duas barreiras na rua então contractada, fica extensivo á nova primeira rua, que a Companhia deverá construir. Fica porêem entendido que nenhuma barreira poderá ser estabelecida nas ruas, ou praias, que fazem parte do segundo caminho contractado, como sejam as do Sacco do Alferes, praia do mesmo nome, e praia Formosa.

9.^a A Companhia, ou outra que por ventura se incorpore para execução do contracto pelo presente innovado, deverá até á proxima reunião da Assembléa Geral apresentar a planta da obra contractada segundo as presentes condições, para que obtenha a approvação do Corpo Legislativo, sob pena de perda das vantagens estabelecidas.

10.^a Se o Governo Imperial para o futuro pretender mandar abrir alguma via de comunicação sobre o mar entre a rua Formosa até á ponta do Aterrado, e a estrada de S. Christovão, preferirá a Companhia para sua execução, dada igualdade de circumstancias.

Rio de Janeiro em 13 de Dezembro de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 1.088 — de 13 de Dezembro de 1852.

Concede a Ireneo Evangelista de Sousa privilegio exclusivo por 80 annos para a factura de huma estrada de ferro de Petropolis até o rio Parahyba, nas immedições do ponto denominado — Tres barras—, e d'ahi até o Porto novo do Cunha.

Tomando em consideração o que Me representou Ireneo Evangelista de Sousa, pedindo o privilegio exclusivo por oitenta annos para a factura de huma estrada de ferro de Petropolis até o rio Parahyba, nas immedições do ponto denominado — Tres barras —, e d'ahi até o Porto novo do Cunha; e Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado: Hei por bem Conceder ao referido Ireneo Evangelista de Sousa, ou á Companhia creada para levar a effeito a estrada de ferro de hum ponto do littoral desta bahia em direcção á Serra da Estrella, ou a outra que para este fim se incorpore, o pedido privilegio exclusivo por 80 annos para a construcção da mencionada estrada de ferro de Petropolis até o rio Parahyba, nas immedições do ponto denominado — Tres barras —, e d'ahi até o Porto novo do Cunha, sob as condições que com este baixão, assignadas por Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio; ficando porêem este contracto dependente da approvação da Assembléa Geral Legislativa, na fórma do Art. 2.º da Lei de 26 de Junho do corrente anno. O mesmo Ministro o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Dezembro

de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Condições a que se refere o Decreto desta data, e com as quaes o Governo concede a Ireneo Evangelista de Sousa, ou á Companhia creada para levar a effeito, a estrada de ferro de hum ponto do littoral desta bahia em direcção á Serra da Estrella, ou a outra que para este fim se incorpore, o privilegio exclusivo por 80 annos para a factura de huma outra estrada de ferro de Petropolis até o rio Parahyba, nas immedições do ponto denominado— Tres barras—, e d'ahi até o Porto novo do Cunha.

1.^a O Governo concede a Ireneo Evangelista de Sousa, ou á Companhia creada para a construcção da estrada de ferro de hum ponto do littoral desta bahia em direcção á Serra da Estrella, o privilegio exclusivo por oitenta annos para a factura de outra estrada de ferro desde Petropolis até o rio Parahyba, nas immedições do ponto denominado —Tres barras—, e d'ahi até o Porto novo do Cunha; dependendo a fixação dos pontos intermedios de accordo posterior entre ambas as partes, depois dos exames e trabalhos preparatorios.

2.^a O Empreuario, no caso que a referida Companhia não se encarregue de realisar a empresa do Artigo antecedente, deverá incorporar outra dentro do prazo de seis mezes, no qual tambem apresentará a planta da obra com as convenientes explicações para ser approvado pelo Governo. Dentro de hum anno depois desta approvação serão os trabalhos começados. Na falta, quer da incorporação, quer da apresentação da planta, ou do começo dos trabalhos dentro do anno, incorrerá o Empresario ou a Companhia na multa de dez contos de réis, e passados mais seis mezes na perda do privilegio.

3.^a O prazo de 80 annos, de que trata o condição 1.^a, começa a correr do principio da obra, e a Companhia he obrigada a concluir dentro de quatro annos o caminho, ou estrada de ferro de Petropolis até o rio Parahyba no ponto indicado; e com mais dous annos o ramal daquelle ponto

até ao Porto novo do Cunha. Na falta de cumprimento da primeira parte desta condição o Empresario ou a Companhia soffrerá huma multa de hum conto de réis por cada mez que exceder dos ditos quatro annos, cessando o privilegio depois de 18 mezes: a mesma pena de multa será applicavel no caso de falta de cumprimento da segunda parte desta condição, perdendo o Empresario ou a Companhia no fim dos 18 mezes, que decorrerem depois dos 6 annos, o privilegio do segundo ramal, ficando com tudo subsistente quanto ao primeiro, se as condições ácerca deste tiverem sido preenchidas.

4.^a Durante o tempo do privilegio a ninguem mais será permittido construir caminhos de ferro dentro da distancia de cinco leguas, tanto de hum como de outro lado, salvo por accordo com a Companhia. Esta prohibição porém não impede a execução da projectada estrada de ferro contractada com Thomaz Cockrane, ou que venha a contractar-se com outro, a partir desta Côte até á Villa da Parahyba, ficando nas proximidades do rio deste nome livre a zona entre as duas Empresas.

5.^a A Companhia ou o Empresario terá o direito de desapropriar na fórma das Leis em vigor o terreno de dominio particular que for necessario para leito do caminho de ferro, estações, armazens, e mais obras indispensaveis; e pelo Governo lhe serão grauitamente concedidos para os mesmos fins os terrenos devolutos e nacionaes, e bem assim os comprehendidos nas sesmarias e posses, salvas as indemnisações que forem de direito.

Tambem o Governo lhe concederá o uso das madeiras e outros materiaes existentes nos terrenos devolutos e nacionaes, e de que a Companhia tiver precisão para a construcção das obras acima mencionadas.

6.^a Ficão isentos de direitos de importação, dentro do prazo marcado para a conclusão das obras, os trilhos, machinas, e instrumentos que se destinarem ás mesmas; e bem assim os carros locomotivas, e mais objectos necessarios para começar a realisação do serviço da empresa em toda a linha. A mesma isenção he concedida ao carvão de pedra durante o referido prazo, e o de mais dez annos depois das obras concluidas, e a linha em effectividade de serviço. O gozo destes favores fica sujeito aos Regulamentos fiscaes para evitar os abusos.

7.^a No caso da Companhia ou o Empresario perder o di-

reito a este contracto, na fôrma da condição 3.^a, lhe ficará com tudo pertencendo a propriedade da parte concluida da obra, perdendo somente o direito á continuação do gozo dos favores concedidos; e ficará além disto responsavel pelo valor dos que já tiver recebido em virtude das duas antecedentes condições, para cujo pagamento se entenderão hypothecadas as mesmas obras.

8.^a O caminho de ferro não impedirá o livre transito dos caminhos actuaes, e de outros que para commodidade publica se abrirem; nem a Companhia terá direito de exigir taxa alguma pela passagem de outras estradas, de qualquer natureza, nos pontos de intersecção. Igualmente será isenta de pagar qualquer taxa de passagem pelo uso de seus carros em toda a extensão das linhas que construir em virtude deste contracto; não se comprehendendo nesta isenção os impostos geraes, ou provinciaes sobre os generos, de baixo de qualquer denominação que seja. Poderá tambem construir linhas transversaes de ferro, de madeira, ou de qualquer outra especie para facilitar o transito de generos e de passageiros para a linha principal, sendo applicaveis a estes caminhos os favores da condição 5.^a

9.^a A Companhia se obriga a não possuir escravos, e a preferir para o serviço da empresa pessoas livres; as quaes gozarão, sendo nacionaes, da isenção do recrutamento, bem como da dispensa do serviço activo da Guarda Nacional; e sendo estrangeiros participarão de todas as vantagens que por Lei forem concedidas aos colonos uteis e industriosos.

10.^a Só terão direito de gozar da isenção do serviço activo da Guarda Nacional e do recrutamento os nacionaes empregados pela Companhia, que estiverem incluídos em huma lista entregue todos os seis mezes ao Ministro do Imperio, e assignada pelo seu Director; não podendo, passado o 1.^o trimestre, ser nella contemplado o individuo que não tiver tres mezes de effectivo exercicio. Convencida a Companhia de qualquer abuso sobre este importante assumpto, em detrimento do serviço publico, poderá ser multada pelo Governo na quantia até de quatro contos de réis; e perderá mesmo este favor em caso de reincidencia, se o Governo julgar conveniente.

11.^a O Governo poderá fazer em toda a extensão do caminho de ferro as construcções e apparelhos necessarios ao estabelecimento de huma linha telegraphica electrica,

responsabilisando-se a Companhia pela guarda dos fios eapparelhos electricos, e prestando-se a transportar gratuitamente os agentes da telegraphia que viagem em razão do seu emprego. A Companhia terá o direito de fazer semelhante construcção, se o Governo a não quizer executar por sua conta; sendo neste caso gratuito o serviço prestado ao mesmo Governo.

12.^a As malas do Correio e seus conductores, bem como quaesquer sommas de dinheiros pertencentes aos Coffres publicos, serão conduzidas gratuitamente pelo caminho de ferro. Igual vantagem terão dous passageiros ao serviço do Governo em cada viagem, e a carga não excedente de dez arrobas. O que de mais accrescer a Companhia se obriga a transportar mediante o abatimento de 20 por % do preço commum.

13.^a Se o Governo mandar tropas para qualquer ponto, a Companhia se obriga a pôr immediatamente á sua disposição, por metade da tarifa estabelecida, todos os meios de transporte que possuir, e a empregar tambem nesta conducção os pertencentes ao Governo que forem apropriados.

14.^a Por igual preço fará a Companhia transportar os presos e seus respectivos Guardas, prestando o Governo os carros proprios, e com a necessaria segurança.

15.^a Durante o privilegio a Companhia perceberá os preços de transporte de mercadorias, e passageiros, segundo Tabellas que organisará de 5 em 5 annos, dependente da approvação do Governo, debaixo das seguintes bases :

1.^a Para os generos agricolas de producção do Paiz, destinados ao consumo da população, como sejam milho, arroz, farinha, feijão, carnes, queijos, &c., o maximo do preço de frete não excederá de 15 réis por arroba, e legua de 18 ao grão.

2.^a Para os productos agricolas destinados á exportação como café, assucar, aguardente, &c., o maximo será de 20 réis.

3.^a Os generos estrangeiros importados pagarão o maximo de 25 réis, excepto os que se destinarem a facilitar os trabalhos agricolas, como sejam machinas, e instrumentos agrarios, os quaes gozarão do mesmo favor que os do § 1.^o, assim como tambem o sal.

4.^a Os objectos que em razão de grande volume e pequeno peso forem de conducção desvantajosa, como mo-

bílias, caixões de chapéos, &c., poderão pagar até o duplo do preço geral.

Tambem ficarão sujeitos a huma Tabella especial os de conducção perigosa, como seja a polvora, e os de responsabilidade maior para a Companhia, quer em razão de sua fragilidade, como pianos, louça, vidros, &c., quer na de seu valor subido, como prata, ouro e joias, &c. Estes preços deverão estar especificadamente designados nas respectivas Tabellas.

16.^a A Companhia fará tres divisões de lugares para passageiros, podendo cobrar por cada legua de 400 réis a 1 \$ 200, o que será fixado todos os dous annos, com approvação do Governo; bem como o maximo da bagagem permittido a cada individuo.

17.^a O plano da construcção dos carros, a maneira de fazer-se o serviço, e a policia deste, serão determinados em Regulamentos, submittidos pela Companhia á approvação do Governo, prevenindo-se nelles tudo quanto respeita ao commodo dos viajantes, á segurança destes, e das mercadorias; e á regularidade e celeridade das viagens.

18.^a Logo que a Companhia realizar por tres annos seguidamente, dividendos excedentes de 12 por %, o maximo do frete dos generos, de que trata o § 2.^o da condição 15.^a, será reduzido ao do § 1.^o da mesma condição; e se não obstante esta reducção continuarem os mesmos vantajosos dividendos, ou logo que isto se realise, todas as Tabellas serão revistas, e o Governo accordará com a Companhia em reduzi-las convenientemente em beneficio com especialidade dos productos que mais carecerem de protecção; e em favor dos passageiros, principalmente dos que pelo seu estado de fortuna se transportão nos lugares da 3.^a classe da condição 16.^a

19.^a O Governo prestará á Companhia, por meio das Autoridades, toda a protecção compativel com as Leis, a fim de que possa ella preencher os fins a que se propõe; e protegerá com Regulamentos especiaes, ou com instrucções convenientes os conductores empregados seus para fiscalisação e observancia de seus Regulamentos, para o que estabelecerá multas até 200 \$ 000 e pena de prisão até 30 dias para garantir contra quem quer que seja a propriedade, a segurança, e os commodos, quer em favor da Companhia, quer em bem dos particulares, e á regularidade do serviço; e solicitará do Corpo Legislativo maiores penas se as julgar convenientes.

20.^a Quando o Governo queira que alguns Engenheiros seus se instruação na construcção de caminhos de ferro, a Companhia os admittirá para que assistão a todos os trabalhos. Em todo o caso nenhuma secção da estrada será aberta ao Publico sem que o Governo a faça examinar, e reconheça estar sufficientemente preparada para o regular serviço da Empresa.

21.^a A Companhia terá a faculdade de explorar e abrir minas de carvão, pedra calcaria, de ferro, chumbo, cobre, e de quaesquer outros metaes, ainda preciosos, sem prejuizo de direitos adquiridos por outros, devendo porém, quando as descobrir, dirigir-se immediatamente ao Governo para que lhe sejam demarcadas as datas, e estipuladas as condições do seu gozo; e exercendo somente esta faculdade no seguimento da linha do caminho de ferro, e na zona privilegiada.

22.^a Findo o prazo do privilegio da Companhia as estradas e obras a ellas pertencentes voltarão ao dominio publico sem indemnisação alguma; os carros, diligencias, e armazens serão cedidos ao Governo por huma avaliação arbitral, quando elle os queira comprar. Se os transportes tiverem de continuar por empresa será preferida a Companhia em igualdade de circumstancias; assim como poderá continuar no uso dos seus vehiculos, e os caminhos ficarão francos.

23.^a Podendo, não obstante a clareza das condições aqui estipuladas, dar-se desaccordo entre o Governo e a Companhia ácerca de seus direitos e obrigações, reconhecendo o Governo a vantagem de qualquer decisão, será esta dada por Juizes arbitros, hum dos quaes nomeará o Governo, outro a Companhia, e o 3.^o por accordo de ambas as partes; e quando este accordo se não dê, será o 3.^o Membro o Conselheiro d'Estado mais antigo, e em igualdade de antiguidade, o mais velho.

24.^a Os favores deste contracto ficão extensivos á parte do caminho de ferro, que a Companhia fizer, de accordo com a Provincia do Rio de Janeiro, na subida da Serra da Estrella, para ligar a presente estrada com a que contractara com a mesma Provincia desde o littoral até á raiz da referida Serra.

Rio de Janeiro em 13 de Dezembro de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 97.^a

DECRETO N.º 1.089 — de 14 de Dezembro de 1852.

Approva o Regulamento que determina o modo pratico de distribuir-se o numero de recrutas annualmente precisos para o serviço do Exercito.

Conformando-Me com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, Hei por bem Approvar o Regulamento que determina o modo pratico de distribuir-se o numero de recrutas annualmente preciso para o serviço do Exercito, que com este baixa, assignado por Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Regulamento sobre o modo pratico de distribuir-se o numero de recrutas annualmente precisos para o serviço do Exercito.

Art. 1.º O Governo fixará, até o ultimo de Dezembro, o numero de individuos que tiverem de assentar praça no Exercito durante o anno financeiro seguinte, e distribui-lo-ha pelo Municipio da Côrte e Provincias, attendendo á população livre e nacional e mais circumstancias peculiares de cada huma.

Art. 2.º Os Presidentes das Provincias, logo que receberem a fixação do numero, que deva dar a respectiva Provincia, tratarão de distribui-lo pelas Comarcas, podendo

encarregar a qualquer Autoridade destas a ulterior distribuição por Freguezias.

No Municipio da Côrte a distribuição por Freguezias será feita pelo Ministerio da Guerra.

Art. 3.º Dentro dos dous primeiros mezes do anno financeiro serão recebidos como voluntarios os individuos que se offerecerem para o serviço militar; e a estes, como premio de engajamento, dar-se-hão as quantias marcadas no Art. 16, divididas em partes iguaes nos primeiros dez mezes de praça.

Art. 4.º Os encarregados do recrutamento nas Freguezias abonarão aos voluntarios engajados as sommas strictamente necessarias para as despesas de viagem até a Capital da respectiva Provincia, ou de outra, se assim lhe for indicado, entregando-lhes huma nota, assignada por elles e pelos engajados, em que se declarem as condições pecuniarias do respectivo engajamento.

Art. 5.º Na Capital da Provincia, á que se destinar o voluntario, o respectivo Presidente, depois de verificar a nota do engajamento, e fazer inspecção de saude ao engajado por hum ou mais Facultativos, entregar-lhe-ha, se for apto para o serviço, hum titulo, em que se declare o dia do engajamento, o tempo (nunca menos de seis annos) que terá de servir, a somma que lhe foi dada como premio, e os prazos em que lhe será satisfeito. No verso destes titulos serão notadas as quantias que o voluntario for recebendo por conta do mesmo premio.

Art. 6.º Aos voluntarios, que forem recusados pela Inspecção de saude, serão dados pelo Presidente da Provincia os meios indispensaveis para o seu transporte ou viagem de volta para as Freguezias d'onde tiverem vindo.

Art. 7.º Perdem as vantagens do premio, meio soldo, o tempo do serviço, e serão considerados como simples recrutados, os voluntarios que desertarem. E o tempo de prisão, em virtude de sentença, será descontado no do respectivo engajamento, fazendo-se declaração desse desconto e da perda daquellas vantagens no titulo do engajado.

Art. 8.º Findos os dous primeiros mezes do anno financeiro, proceder-se-ha immediatamente ao recrutamento em todas as Freguezias, devendo nos quatro mezes seguintes (não se contando o tempo em que for suspenso o mesmo recrutamento por motivo legal) completar-se em cada Freguezia o numero de recrutas, que lhe tiver cabido pela distribuição.

Art. 9.º As Freguezias, que completarem o respectivo numero, ficarão, em circumstancias ordinarias, exemptas do recrutamento nos mezes restantes do anno financeiro. Naquellas, porém, que o não completarem continuará aberto o recrutamento por todo o tempo que necessario for; devendo o Presidente da Provincia empregar, para leva-lo á effeito, quaesquer pessoas, ainda de fóra das ditas Freguezias, e dar-lhes a força precisa para desempenho de sua commissão.

Art. 10.º Os individuos sujeitos ao recrutamento nas Freguezias remissas, que se ausentarem para outras, serão recrutados no lugar em que forem encontrados, e levados em conta ás Freguezias, cujas Autoridades os recrutarem, no numero dos recrutas, que tiverem de dar no anno seguinte, salvo se forem recrutados em virtude de requisição das Autoridades das Freguezias d'onde se ausentarão.

Art. 11.º Os recrutas que nas Capitaes das Provincias forem julgados incapazes para o serviço pela inspecção de saude, e os que forem dispensados por effeito de exempções legais devidamente verificadas, serão immediatamente soltos, e não levados em conta ás Freguezias onde forão recrutados, devendo as mesmas Freguezias substitui-los por outros idoneos, dentro do prazo de dous mezes.

Art. 12.º Os criminosos não serão admittidos como voluntarios, nem apprehendidos como recrutas.

Art. 13.º Os encarregados do recrutamento nas Freguezias remetterão os recrutas que fizerem ao encarregado do mesmo recrutamento na Villa de seu Termo, ou na cabeça da Comarca, o qual os envlará com segurança e commodidade para a Capital da Provincia, ou para o lugar que lhe for indicado pelo respectivo Presidente.

Art. 14.º Os Presidentes das Provincias, logo que os voluntarios e recrutas chegarem á respectiva Capital, ordenarão que sejam vaccinados, e na guia que os acompanhar far-se-ha sempre menção do acto e resultado da vacinação.

Art. 15.º Os voluntarios e recrutas, remettidos para as Capitaes das Provincias, e julgados idoneos para o serviço, receberão logo o competente fardamento, e, quando tenham de seguir para outra Provincia, se lhes dará mais hum camisa, hum par de calças e hum fardeta branca. O fardamento será entregue ao Official ou Official Inferior, que tiver de acompanha-los, e que será responsavel por elle.

Durante a viagem haverá o maior cuidado no asseio, commodos, e alimentação dos voluntarios e recrutados.

Art. 16.º Aos voluntarios e recrutados, que tiverem completado ou estejam a completar o seu tempo de serviço no Exercito, e quizerem continuar a servir, dar-se-ha a quantia de quatrocentos mil réis, maximo do premio de engajamento, segundo o Art. 2.º da Lei N.º 648 de 18 de Agosto deste anno; com tanto que sejam robustos, e de bom comportamento, e se engajem por mais de seis annos.

Aos voluntarios, porém, que não tiverem servido no Exercito, e pelo tempo marcado nas Leis respectivas, não se dará quantia superior á de trezentos mil réis.

Art. 17.º Os Commandantes dos Corpos, assim que as Praças de pret, menos Cadetes e Soldados Particulares, forem completando o seu tempo de serviço, tratarão de engaja-las de novo, dando immediatamente parte dos engajamentos que fizerem ao Commandante das Armas, ou onde o não houver, ao Presidente da Provincia. Estes engajamentos serão publicados na Ordem do Dia, dando-se copia della aos engajados, que receberão o premio fixado no Artigo precedente, notando-se as quantias que receberem no verso da mesma copia, que lhes servirá de título.

Nas Inspecções annuaes os Inspectores deverão examinar cuidadosamente a escripturação relativa aos engajamentos, confrontando-a com as copias das Ordens do Dia e notas que nellas se acharem lançadas.

Art. 18.º Aos encarregados do recrutamento nas Freguezias poder-se-ha abonar até cinco mil réis por cada recruta que fizerem, ou voluntario que engajarem, com tanto que sejam aptos para o serviço. Para esta despesa, como para outras que devão ser feitas nas localidades, o Presidente da Provincia fornecerá, e pela forma que julgar mais conveniente, os meios indispensaveis.

Art. 19.º Os encarregados do recrutamento deverão regular-se pela Lei de 29 de Agosto de 1837, Instrucções de 10 de Junho de 1822, não alteradas pela citada Lei, e Decreto de 6 de Abril de 1841, na parte não alterada pelo presente Regulamento.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

DECRETO N.º 1.090 — de 14 de Dezembro de 1852.

Approva o Regulamento para execução do § 3.º do Art. 10 da Lei N.º 648 de 18 de Agosto de 1852.

Tendo ouvido a Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, Hei por bem Approvar o Regulamento, que, para execução do paragrapho terceiro do Artigo decimo da Lei numero seiscentos quarenta e oito de dezoito de Agosto do corrente anno, baixa com este, assignado por Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Regulamento para execução do § 3.º do Art. 10 da Lei N.º 648 de 18 de Agosto de 1852.

Art. 1.º Haverá na Côrte e nas Capitaes das Provincias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, Conselhos Administrativos para fornecimento dos Arsenaes de Guerra, sendo composto o da Côrte, de quatro Officiaes Generaes, ou Superiores, e os outros de quatro Officiaes, incluidos nesse numero os Directores dos Arsenaes, que serão sempre Membros do Conselho, presidindo o mais graduado ou antigo.

Na Provincia do Maranhão, onde não existe Arsenal de Guerra, o Director será substituido por hum outro Official.

O Vogal Militar menos graduado, ou mais moderno, servirá de Secretario em cada Conselho.

Art. 2.º Os Membros empregados dos Conselhos perceberão os vencimentos marcados na Tabella annexa.

Art. 3.º Os Conselhos reunir-se-hão nos lugares que lhes forem indicados pelo Ministro da Guerra na Côrte, e respectivos Presidentes nas Provincias, com os quaes corresponder-se-hão por intermedio de seus Presidentes.

Art. 4.º Na Secretaria de cada Conselho haverá hum livro para as suas actas, outro para os termos dos contractos que celebrar, e outro para o registro da sua correspondencia, todos rubricados pelo respectivo Presidente.

Art. 5.º O Conselho não poderá deliberar sem que estejam presentes todos os seus Membros; em circumstancias urgentes, porém, basta que se reunão tres. No caso de impedimento de algum Membro, o Ministro da Guerra na Côrte, e os Presidentes nas Províncias nomearão quem o substitua. Os negocios serão decididos por maioria de votos; e, no caso de empate, entender-se-ha rejeitado o negocio proposto.

Art. 6.º Além das incumbencias que poderão ter, segundo as exigencias do serviço publico, ficarão estes Conselhos privativamente encarregados da compra, e entrada para os Arsenaes de todos os objectos necessarios para a Repartição da Guerra, excepto aquelles que estão a cargo do Agente de compras.

Art. 7.º O Director do Arsenal, sobre informações por escripto do Almojarife e Vice-Director, declarando circumstanciadamente a especie, qualidade, e quantidade dos objectos precisos para fornecimento das classes do Almojarifado, pedirá ao Ministro da Guerra na Côrte, e ao Presidente nas Províncias, que ordene a compra, e entrada dos referidos objectos. Cada pedido, feito em separado para cada classe, será acompanhado das explicações, ou demonstrações que devão justifica-lo.

Art. 8.º Não havendo urgencia, os pedidos serão feitos em epochas certas: o dos objectos necessarios para o fardamento de seis em seis mezes: o de outras materias para o trabalho das officinas de tres em tres: o de materiaes para obras, e generos alimenticios de dois em dois. Quanto aos pedidos de armamento, e petrechos de guerra, será o Conselho previamente consultado sobre os meios de realisar a respectiva compra, e o Governo resolverá o que for mais conveniente.

Art. 9.º O Conselho, assim que receber ordem para compra, ou contracto, fará os annuncios precisos, assignados pelo Presidente e Secretario, declarando a especie, qualidade, e quantidade dos objectos pedidos, e as condições da compra ou contracto, e marcando dia e hora em que receberá das casas commerciaes importadoras, quando os generos forem estrangeiros, as propostas e amostras competentes.

Estes annuncios serão publicados nos Jornaes de maior circulação por cinco dias uteis, antes do fixado para o recebimento das propostas, e amostras.

Art. 10. No dia e hora annunciados, o Conselho reunido receberá as propostas, que serão feitas em cartas fechadas, e as amostras, que constarão de peças, ou objectos inteiros, tendo cada hum marcas ou signaes identicos aos que forem postos nos sobrescriptos das propostas, que os acompanharem.

Numeradas e rubricadas pelo Presidente todas as propostas recebidas, passará o Conselho a examinar, e escolher as amostras, ajudado, se o entender conveniente, por pessoa ou pessoas de sua confiança, que designará, e em presença do Vice-Director e Almoxarife, aos quaes ouvirá, se lhe aprover.

Art. 11. Escolhidas, e apartadas as amostras, que forem apropriadas, serão abertas pelo Presidente as propostas correspondentes, e declarados os nomes dos proponentes, a quantidade offerecida, e preço exigido.

Art. 12. Se os preços exigidos não excederem aos correntes no mercado, o Conselho decidirá sobre as propostas que devão ser acceitas, preferindo, em igualdade de circumstancias, as que exigirem preços menores. E, no caso de que mais de huma offereça o mesmo objecto, da mesma qualidade, e pelo mesmo preço, o Conselho deverá attende-las, tomando a cada huma, na razão da quantidade offerecida, a porção necessaria para inteirar-se a quantidade annunciada.

Art. 13. As propostas que ficarem fechadas, por não servirem as amostras correspondentes, e as que, tendo sido abertas, forem rejeitadas, serão restituídas com as competentes amostras a seus donos, declarando o Secretario nas costas das primeiras, e rosto das segundas, o motivo por que não forão abertas, ou attendidas.

As que forem acceitas, depois de posta em cada huma a nota da acceitação rubricada pelo Conselho, serão archivadas; e as amostras correspondentes, depois de ligar-se a cada huma, com a possível segurança, hum rotulo escripto pelo Secretario e rubricado pelo mesmo Conselho, em que se declare a data em que fora acceita, a quantidade, e preço da compra, e o nome do vendedor, serão guardadas pelo Conselho em lugar seguro.

Art. 14. Estas amostras permanecerão debaixo da

guarda e vigilancia do Conselho, em quanto entrar e existir no Almoxtarifado e nas officinas, objecto algum comprado á vista dellas; nem serão entregues para terem consumo, sem ordem previa do Ministro da Guerra na Côrte, ou do Presidente nas Provincias.

Art. 15. Se o Conselho entender que os preços exigidos nas propostas recebidas são superiores aos do mercado, deverá rejeita-las, consultando immediatamente ao Governo, ou ao respectivo Presidente nas Provincias o que lhe parecer mais conveniente em caso tal, para resalvar o interesse da Fazenda, e do serviço publico; como, por exemplo, o de encarregar a pessoa da sua confiança, mediante huma comissão razoavel, a compra no mercado dos objectos de maior necessidade, e contractar com alguma casa commercial o ulterior fornecimento dos menos necessarios, ou outro qualquer arbitrio, que as circumstancias possam aconselhar-lhe.

Art. 16. Além do caso previsto no Artigo antecedente, se pelo estado do commercio, ou outro motivo attendivel, o Conselho entender, que, em vez de realisar no mercado a compra de certos objectos, será mais vantajoso contractar o seu fornecimento com algumas Companhias, ou Fabricas, ou Negociantes respeitaveis, por tempo que não exceda de hum anno, poderá igualmente consultar ao Governo, ou ao respectivo Presidente sobre essa vantagem; e, sendo resolvida favoravelmente, passará a annunciar o contracto, ou contractos.

Art. 17. Nos contractos que forem celebrados haverá a maior precisão e clareza nas estipulações relativas á qualidade, quantidade, e preços dos objectos, ás epochas dos fornecimentos, e ás penas e multas á que ficarão sujeitos os contractadores, quando faltem a qualquer das clausulas estipuladas.

Art. 18. As amostras dos objectos contractados serão divididas, as que o puderem ser, entregando-se metade ao contractador, e ficando a outra metade no Conselho; e quanto ás indivisiveis, entregar-se-ha huma inteira ao primeiro, e ficará outra identica no segundo. A's amostras, repartidas assim, serão juntos, ou impressos signaes ou marcas, tanto por parte do Conselho, como do contractador, e por modo tal, que não possam ser alteradas, ou substituidas, sem que deixem vestigio de que o forão.

Art. 19. Nenhuma pessoa estranha ao Conselho, além

das designadas no Art. 10, será presente aos actos do exame, e escolha das amostras, abertura das propostas, e votação sobre estas, quer se trate de compra, ou de contracto.

Art. 20. Nas actas, que serão assignadas pelo Conselho, declarar-se-ha o numero das propostas recebidas, e das que forão abertas, os nomes dos proponentes, a qualidade, quantidade, e preço dos objectos offerecidos, as condições das que versarem sobre contracto (as quaes serão todas abertas), na presença do Vice-Director e do Almoxarife, quaes as propostas acceitas, o motivo por que o forão, e por quantos votos, e a razão da divergencia quando algum dos Membros vote contra. Copias autenticas destas actas serão logo remettidas ao Ministro da Guerra, ou ao respectivo Presidente da Provincia.

Art. 21. Os Membros do Conselho, que concorrerem para a decisão, serão responsaveis pela qualidade dos objectos e differença que houver contra a Fazenda Publica, entre os preços da compra ou contracto que fizerem, e os preços correntes no respectivo mercado na semana em que for effectuada a mesma compra, ou contracto. A opinião favoravel dos Empregados, ou pessoas de confiança que consultarem, não os exonerará dessa responsabilidade.

Art. 22. Acceitas as propostas da compra, ou contracto, que serão publicadas no Jornal que for official, o Conselho fará aviso ao vendedor ou contractador, para que, nas epochas estipuladas ou dias marcados, comece a entrar com os objectos comprados ou contractados, advertindo-o de não levar á porta do Arsenal em cada dia senão a quantidade que possa ser conferida no mesmo dia. Se houver mais de hum vendedor ou contractador, o Conselho providenciará para que cada hum por sua vez, e sem confusão faça a respectiva entrega.

Art. 23. No dia marcado para qualquer entrada, e nos seguintes se esta continuar, o Conselho enviará por turno hum dos seus Membros (menos o Director que será sempre dispensado dessa diligencia), começando pelo Presidente, para conferir e fiscalisar a mesma entrada, ajudado por alguma pessoa, ou pessoas da sua confiança, se o julgar conveniente; e pelo Vice-Director, Almoxarife, e Escrivão da classe respectiva, que deverão assistir a esse acto.

O Membro do Conselho, que principiar a conferencia do genero correspondente a qualquer amostra, continuará

neste trabalho até que fique concluído o recebimento de toda a quantidade, ainda que elle se faça em mais de hum dia.

As amostras dos objectos que houverem de entrar serão collocadas em lugar patente, debaixo das vistas do Membro do Conselho, e por ellas conferir-se-hão os mesmos objectos.

Art. 24. Não havendo motivo para desconfiança, a conferencia da qualidade será feita, confrontando-se com a respectiva amostra, alguns dos objectos tirados ao acaso, de volumes que contiverem os da mesma qualidade; e a da quantidade será igualmente feita, medindo-se, contando-se, ou pesando-se algum dos objectos, tirados tambem ao acaso, dos volumes em que estiverem acondicionados, ou dos lotes em que se acharem e a granel, huma vez que aquelles continhão os de igual qualidade, e estes os de igual fôrma e tamanho.

Art. 25. O objecto, que não conferir em qualidade com a sua amostra, será rejeitado, e ao vendedor, que o houver apresentado serão restituídos todos os outros objectos identicos, em especie e qualidade, que na mesma occasião tiver vendido, embora confirão com a respectiva amostra. Soffrerá além disto o vendedor a multa de cincoenta por cento sobre o valor dos generos, que não forem semelhantes ás amostras. As mesmas penas se imporão quando os generos não conferirem em quantidade, ou não forem apresentados nas epochas determinadas no Art. 22.

Se o contractador fornecer algum objecto que não confira com a respectiva amostra, ou não tenha a medida e peso estipulado, será obrigado a substitui-lo por outro, pagando além disso a multa de cincoenta por cento do valor do objecto recusado. E quando não verifique immediatamente a substituição, ou não complete a quantidade, o Conselho fará comprar o objecto no mercado por conta do mesmo contractador, que ainda neste caso pagará a dita multa.

Art. 26. Os objectos, de que não possa haver amostras, como madeiras e outros, serão conferidos na occasião da entrada, á vista dos ajustes por escripto da compra, ou dos contractos, e da especie, qualidade, quantidade, fôrma e peso, que tiverem sido estipulados.

Art. 27. Depois de conferidos os objectos que entrarem, serão entregues ao Vice-Director, ao Almojarife, e

ao Escrivão da respectiva classe, que os farão recolher às classes a que pertencerem, lavrando este ultimo Empregado em livro proprio o termo da entrega feita a cada hum das ditas classes, no qual se mencione com clareza a especie, qualidade, quantidade, e preço dos objectos entregues. Estes termos serão rubricados pelo Membro do Conselho, e assignados pelo Vice-Director, Almoxarife e Escrivão; e copias authenticas delles serão remettidas ao Conselho, e á Contadoria Geral da Guerra, onde, como nas demais Estações do Arsenal, se procederá conforme o disposto no Titulo segundo do Regulamento N.º 778 de 15 de Abril de 1851.

Art. 28. Se algum proponente, ou vendedor ou contractador entender que houve injustiça a seu respeito na decisão dos Conselhos, seja rejeitando a sua proposta, ou algum objecto que tenha vendido ou contractado, seja applicando-lhe as penas e multas estipuladas ou estabelecidas neste Regulamento, poderá no prazo de dez dias uteis recorrer dessa decisão para o Ministro da Guerra na Côrte, ou para o respectivo Presidente nas Províncias, os quaes ouvido o Conselho recorrido, resolverão como for justo.

Art. 29. As despesas do expediente do Conselho serão pagas, segundo a pratica em vigor, á vista de contas documentadas, e rubricadas pelos seus Presidentes.

Art. 30. Sempre que o Arsenal houver de remetter para qualquer ponto objectos em ser ou manufacturados, como fazendas, fardamentos, ou artigos bellicos, o Conselho, avisado pelo Director, designará por turno hum dos seus Membros, para que ajudado por pessoas de sua confiança, se o julgar conveniente, e em presença do Vice-Director, do Almoxarife e do Escrivão da classe competente, confira á vista das amostras respectivas a qualidade dos ditos objectos, e assista ao seu acondicionamento nas caixas, ou volumes em que devão ser expedidos, e que serão fechados e marcados, lavrando o Escrivão da classe respectiva o competente termo, em livro proprio, no qual se farão todas as declarações necessarias. Destes termos, que serão rubricados pelo Membro do Conselho, e assignados pelo Vice-Director, Almoxarife, Escrivão, e a pessoa que receber os generas, remetter-se-hão copias authenticas ao Ministro da Guerra na Côrte, ou ao Presidente nas Províncias, e ao Conselho respectivo.

E, quando algum dos referidos objectos não confira com

a sua amostra, o Conselho, fazendo suspender a remessa, dará immediatamente parte ao sobredito Ministro, ou Presidente da Provincia, para que hajão de providenciar como for de justiça.

Todos os objectos, que sahirem dos Arsenaes e puderem ser marcados, o serão de maneira, que os signaes ou sellos que lhes forem postos não possam ser alterados sem que deixem vestigio de que o forão.

Art. 31. O Vice-Director do Arsenal, huma vez pelo menos em cada semestre, e no dia que lhe aprouver, fará os exames necessarios em cada huma das officinas, para verificar as suas entradas e sahidas, e o que nellas existir; dando conta ao Director desses exames, ajuntando-lhes as observações convenientes, para sua maior clareza, e indicando as providencias que julgar precisas para a repressão, ou emenda de algum abuso, ou defeito que descobrir.

Art. 32. O Director do Arsenal, tambem huma vez pelo menos em cada anno, e quando lhe parecer, dará balanço a cada huma das classes do Almojarifado, para reconhecer com exactidão a sua receita e despeza, e a quantidade de objectos existentes. Estes balanços, acompanhados dos exames, de que trata o Artigo precedente, e das explicações e indicações que forem convenientes, serão communicadas por elle officialmente ao Ministro da Guerra na Côrte, ou ao respectivo Presidente nas Provincias, e ao respectivo Conselho Administrativo.

Art. 33. O Conselho Administrativo para fornecimento do Arsenal da Côrte, procedendo aos exames que forem necessarios, organizará quanto antes tabellas, em que se orce a quantidade de fazendas, ou materia prima que se deva exigir para qualquer dos objectos manufacturados, nas officinas da quinta e sexta classes, pelo menos; de sorte, que se saiba approximadamente, por exemplo, quantos covados ou varas de panno delã, linho ou algodão serão precisos para huma farda, capote, barraca, &c.; e se possa regular e fiscalisar com mais facilidade, assim o supprimento, como o consumo das ditas officinas.

Art. 34. O Conselho Administrativo da Côrte terá hum Escriptuario tirado dentre os Officiaes do Exercito, e hum Porteiro, e os das Provincias somente o Porteiro.

Art. 35. Os Conselhos, ouvindo aos Empregados de maior pratica e intelligencia, e servindo-se da propria experiencia,

proporção ao Ministro da Guerra quaesquer medidas que entenderem convenientes para o melhoramento da Administração economica dos Arsenaes, e correcção de quaesquer imperfeições do Alvará do 1.º de Março de 1811, e Regulamentos de 21 de Fevereiro de 1832, N.º 42 de 11 de Março de 1840, e N.º 778 de 15 de Abril de 1851.

Art. 36. Fica revogado o Decreto N.º 732 de 15 de Novembro de 1850, que creou o Conselho Administrativo provisório, encarregado de fornecer fardamento aos Corpos do Exercito existentes na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Tabella dos vencimentos dos Membros do Conselho Administrativo para fornecimento dos Arsenaes de Guerra, á que se refere o Art. 1.º do Regulamento desta data.

	CÔRTE.	BAMA.	FERNAM- BUCO.	MARA- NHÃO.	PARÁ.
Presidentes, incluindo os soldos.....	4.000\$	3.200\$	3.000\$	3.000\$	2.800\$
Vogaes, idem.....	2.800\$	2.400\$	2.000\$	2.000\$	1.600\$
Escriptuario, além do sol- do.....	400\$				
Porteiro.....	600\$	400\$	400\$	400\$	400\$

Observação.

O Presidente ou Vogal do Conselho que tiver maiores vantagens do que as aqui estipuladas continuará a percebê-las.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 98.^a

DECRETO N.º 1.091 — de 15 de Dezembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município da Cidade do Aracaty da Província do Ceará.

Attendendo á Proposta apresentada pelo Presidente da Província do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado no Município da Cidade do Aracaty da Província do Ceará hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Província, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.092 — de 15 de Dezembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município da Cidade do Icó da Provincia do Ceará.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios da Cidade do Icó da Provincia do Ceará hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade Lei.

José Hldefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Hldefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.093 — de 15 de Dezembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional do Município da Villa do Aquiraz da Provincia do Ceará.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Ficão creados no Município da Villa do Aquiraz da Provincia do Ceará, e subordinados ao Commando Superior da Comarca da Capital da mesma Provincia hum Batalhão de Infantaria de quatro Companhias, com a designação de quinto do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias, do serviço da reserva.

Art. 2.º O Batalhão e a Secção de Batalhão acima mencionados, terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.094— de 15 de Dezembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Quixeramobim, Riacho de Sangue, e Villa de S. João do Principe da Província do Ceará.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Quixeramobim, Riacho de Sangue, e Villa de S. João do Principe da Provincia do Ceará hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Quixeramobim hum Batalhão de Infantaria de seis Companhias, com a designação de primeiro do serviço activo, e huma Companhia e huma Secção de Companhia da reserva; no Riacho de Sangue hum Batalhão de quatro Companhias do serviço activo, com a designação de segundo, e huma Secção de Companhia da reserva; e na Villa de S. João do Principe hum Batalhão de oito Companhias do serviço activo, com a designação de terceiro, e huma Companhia da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça,

assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

DECRETO N.º 1.095 — de 15 de Dezembro de 1852.

Dá nova organização á Guarda Nacional dos Municipios de Baturité, e Villa de Canindé da Provincia do Ceará.

Attendendo á Proposta do Presidente da Provincia do Ceará, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado nos Municipios de Baturité, e Canindé da Provincia do Ceará hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá em Baturité dois Batalhões de Infantaria de seis Companhias cada hum, com a designação de primeiro e segundo do serviço activo, e huma Secção de Batalhão de duas Companhias da reserva; e em Canindé hum Batalhão de quatro Companhias do serviço activo, com a designação de terceiro, e huma Secção de Companhia da reserva.

Art. 2.º Os Batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes forem marcados pelo Presidente da Provincia, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Sousa Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^aSECÇÃO 99.^a

DECRETO N.º 1.096 — de 19 de Dezembro de 1852.

Concede a Theodoro Klett, privilegio exclusivo por tempo de cinco annos, para o fabrico de carros para transporte de passageiros denominados — Diligencias.

Attendendo ao que Me requereo Theodoro Klett, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de trinta do mez proximo passado: Hei por bem conceder ao mesmo Theodoro Klett por tempo de cinco annos privilegio exclusivo para o fabrico de carros para transporte de passageiros, denominados—Diligencias—, na fôrma do desenho e exposição que apresentou, e que ficão competentemente archivados; com a clausula expressa porêem, de que o dito privilegio se limita aos repartimentos internos dos carros, onde unicamente ha invenção. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 100.^a

DECRETO N.º 1.097 — de 22 de Dezembro de 1852.

Abre ao Ministerio da Fazenda hum credito supplementar de duzentos contos de réis para occorrer ao deficit presumivel da rubrica — Obras — no exercicio de 1852 1853.

Não sendo sufficiente a quantia de duzentos contos de réis que a Lei N.º 628 de 17 de Setembro de 1851 consignou para as despesas com as obras a cargo do Ministerio da Fazenda em todo o Imperio no exercicio corrente de 1852 — 1853: Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, autorisar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a despende mais no mesmo exercicio a quantia de duzentos contos de réis, devendo este credito supplementar ser levado em tempo competente ao conhecimento do Corpo Legislativo. Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N.º 1.098 de 22 de Dezembro de 1852.

Espaça até o fim de Março de 1853 o prazo de seis mezes concedido á Companhia de Navegação de Nicterohy para fazer o serviço da carreira de meia em meia hora.

Attendendo ao que Me se apresentou a Companhia de Navegação de Nicterohy sobre a impossibilidade em que se acha de fazer dentro do prazo de seis mezes o serviço da carreira de meia em meia hora, como fora estabelecida na 5.ª condição, com que por Decreto N.º 1.011 de 12 de Julho do corrente anno se lhe concedeo novo privilegio para a dita navegação: Hei por bem Espacar o referido prazo até o fim de Março de 1853, ficando a mesma Companhia alliviada da multa em que incorreria pela condição 6.ª do respectivo contracto. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 15.

PARTE 2.^a

SECÇÃO 101.^a

DECRETO N.º 1.099 — de 29 de Dezembro de 1852.

*Marca o vencimento do Carcereiro da Cadêa da nova
Capital da Provincia do Piauhj.*

Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo Único. O Carcereiro da Cadêa da nova Capital da Provincia do Piauhj terá o vencimento annual de duzentos mil réis , que dependerá da approvação da Assembléa Geral , na conformidade do Artigo oitavo da Lei de tres de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum.

José Ildefonso de Sousa Ramos , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dois , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Ildefonso de Sousa Ramos.



DECRETO N.º 1.100 — de 29 de Dezembro de 1852.

*Autorisa o Credito supplementar de Réis 17.073.761
para o exercicio de 1851—1852 , na fórma da Ta-
bella que com elle baixa.*

Tendo ouvido o Conselho de Ministros , Hei por bem , em conformidade do paragrapho segundo do Artigo quarto da Lei numero quinhentos oitenta e nove de nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta , Autorisar pela Repartição dos Negocios da Guerra o Credito supplementar

de dezasete contos setenta e tres mil setecentos sessenta e hum réis, em que monta a differença dos fundos consignados para as despesas do exercicio de mil oitocentos cincoenta e hum a mil oitocentos cincoenta e dous nas verbas — Conselho Supremo Militar, Archivo Militar e Officina Lithographica, Fabrica da Polvora, e Obras Militares—, fazendo-se a distribuição na forma da Tabella, que com este baixa, devendo esta medida em tempo competente ser levada ao conhecimento do Corpo Legislativo. Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Tabella distributiva do Credito supplementar autorisado por Decreto desta data para o exercicio de 1851—1852.

ART. 6.º DA LEI N.º 555 DE 15 DE JUNHO DE 1850.

§ 2.º	Conselho Supremo Militar.....	127.611
§ 5.º	Archivo Militar e Officina Lithographica	209.431
§ 16.º	Fabrica da Polvora.....	5.017.228
§ 19.º	Obras Militares.....	11.834.491

17.073.761

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1852.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

DECRETO N.º 1.101 — de 29 de Dezembro de 1852.

Approva os Estatutos da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de ferro de Petropolis, com as modificações abaixo mencionadas.

Hei por bem Approvar os Estatutos da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de ferro de Petropolis votados unanimemente em reunião da Assembléa Geral dos Accionistas de 22 do corrente, substituindo-se o Art. 17 pelo seguinte.

Art. 17. O dividendo semestral da Sociedade será determinado pela Administração, depois de separada a parte que razoavelmente deva compor o fundo de reserva. Logo que o dividendo exceder de doze por cento, antes ou depois de sua distribuição, será convocada a Assembléa Geral para resolver sobre o que dispõe o Art. 18 do Contracto, levando a Administração ao conhecimento do Governo qualquer deliberação que adoptar a mesma Assembléa.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.



DECRETO N.º 1.102 — de 29 de Dezembro de 1852.

Approva os Estatutos da Companhia de Diques Fluctuantes.

Attendendo ao que Me representou Ireneu Evangelista de Sousa, Empresario da Companhia de Diques Fluctuantes, a que pelo Decreto N.º 971 de 24 de Abril ultimo se concedera privilegio exclusivo por 15 annos: Hei por bem Approvar os Estatutos da referida Companhia, que com

este baixão , a fim de que por elles se regule em quanto se não determinar o contrario. Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

Estatutos da Companhia de Diques Fluctuantes, com privilegio exclusivo por 15 annos, concedido a Thomaz Butler Dodgson, como premio de sua invenção, e a que se refere o Decreto desta data.

Art. 1.º A Companhia de Diques Fluctuantes durará quinze annos, contados do dia 24 de Abril proximo passado em que foi concedido privilegio exclusivo ao inventor.

Art. 2.º O fundo da Companhia será de duzentos contos de réis dividido em 1.000 acções de Réis 200\$, preço por que o Estabelecimento da Ponta d'Arêa se obriga a entregar á Companhia (inclusive o premio de dez por cento ao inventor) hum Dique Fluctuante feito com todas as condições de segurança, segundo o systema do inventor, no prazo de doze mezes, empregando os materiaes da qualidade mais superior. O Dique terá capacidade para receber navios até 1.600 toneladas de lotação. O capital da Companhia poderá ser augmentado se em Assembléa Geral se resolver a construcção de outros Diques.

Art. 3.º As entradas serão realisadas em tres prestações, sendo a primeira de metade logo depois de installada a Companhia, a segunda de huma quarta parte seis mezes depois, e a terceira e ultima no acto da entrega do Fluctuante á Companhia.

Art. 4.º O Accionista que no prazo prefixo deixar de realisar qualquer das entradas, será riscado da lista dos Accionistas, e perderá em beneficio da Companhia as entradas que houver verificado.

Art. 5.º São Accionistas da Companhia os que subscreverem aos presentes Estatutos: poderão os mesmos

dispor livremente de suas acções, com tanto que a transferencia seja devidamente registrada no escriptorio da Companhia.

Art. 6.º Os Accionistas só respondem pelo valor de suas acções.

Art. 7.º A Companhia será administrada por hum Director Gerente que será escolhido pelo Empresario, e que prestará fiança idonea, sendo esta escolha approvada pela Assembléa Geral dos Accionistas, votando-se pró ou contra, sem discussão.

Art. 8.º O Director Gerente terá hum ordenado que será estipulado no seu contracto, e que abrangerá as despesas de escriptorio.

Art. 9.º A Assembléa Geral he a reunião dos Accionistas, que se achará constituida sempre que se achem reunidos por convite do Director Gerente, tantos quantos preenchão hum terço de fundo da Sociedade.

Art. 10.º O Accionista de 5 acções terá hum voto, e na mesma proporção até completar seis votos, não podendo ninguem exceder este numero ainda mesmo como procurador de outros Accionistas.

Art. 11.º Annualmente se reunirá a Assembléa Geral para lhe ser presente o Balanço e Relatorio do Director Gerente, e extraordinariamente tantas vezes quantas o mesmo Director Gerente julgue necessario a bem dos interesses da Sociedade, e terá tambem lugar immediatamente huma reunião, logo que o exijão Accionistas que representem hum terço do capital da Companhia.

Art. 12.º O Director Gerente representa a Companhia em tudo que for mister, com plenos poderes em Juizo ou fóra d'elle, podendo demandar e ser demandado. Compete-lhe :

1.º Determinar e regular a escripturação da Companhia, que será feita com a maior clareza.

2.º Fazer o Regulamento das taxas que tem de pagar os navios que entrarem no Dique.

3.º Distribuir e regular os deveres dos poucos empregados que exige o serviço da Companhia, e marcar-lhe o ordenado.

4.º Organisar e apresentar nas devidas epochas o balanço respectivo, e determinar os dividendos semestraes, tendo em vista a conservação do fundo de reserva necessario para boa conservação do Dique.

5.º Convocar a Assembléa Geral.

6.º Finalmente, dar expediente a todos os negocios.

Art. 13.º A caixa da Companhia será em conta corrente no Banco do Brasil ou no Commercial logo que seja entregue á Companhia o Dique Fluctuante, e os pagamentos se farão por meio de cheques do Director Gerente, que entrará semanalmente para a conta corrente com as quantias que arrecadar.

Art. 14.º As decisões para aquisição de hum ou mais Fluctuantes, além do contractado com a Ponta d'Arêa, bem como para alterar qualquer Artigo dos presentes Estatutos, serão tomadas por não menos de dous terços dos votos presentes, e em Assembléa Geral para esse fim expressamente convocada.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1852.

Francisco Gonçalves Martins.

X